

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

REVISITANDO A ESCOLA DE COPENHAGUE DE ESTUDOS CRÍTICOS EM
SEGURANÇA INTERNACIONAL: DA IDENTIDADE AO PROCESSO DE
IDENTIFICAÇÃO

THIAGO AUGUSTO FIGLIOLLI LIVON
Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes
Linha de pesquisa: Segurança Internacional

UBERLÂNDIA-MG
2019

THIAGO AUGUSTO FIGLIOLLI LIVON

**REVISITANDO A ESCOLA DE COPENHAGUE DE ESTUDOS CRÍTICOS EM
SEGURANÇA INTERNACIONAL: DA IDENTIDADE AO PROCESSO DE
IDENTIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa em Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (PPGRI/UFU) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

UBERLÂNDIA-MG

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L788 Livon, Thiago Augusto Figliolli, 1988-
2019 Revisitando a Escola de Copenhague de Estudos Críticos em
Segurança Internacional [recurso eletrônico] : da identidade ao
processo de identificação. / Thiago Augusto Figliolli Livon. - 2019.

Orientador: Aureo De Toledo Gomes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2500>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. De Toledo Gomes, Aureo, 1983-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação
em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS



Ata da defesa de Dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Relações internacionais do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

Defesa de: Dissertação de Mestrado, Nº 24, PPGRJ

Data: 27 de fevereiro de 2019

Discente: Thiago Augusto Figliolli Livon

matrícula: 11712RIT014

Título do Trabalho: "Revisitando a Escola de Copenhague de Estudos Críticos em Segurança Internacional: da identidade ao processo de identificação".

Área de Concentração: Política Internacional

Linha de Pesquisa: Segurança Internacional

Projeto de Pesquisa de Vinculação: "Paz e Hegemonia: uma análise crítica sobre peacebuilding e a Virada Local".

Às 14 horas do dia 27 de fevereiro do ano de 2019 na sala 1J232, do Bloco J - Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia, reuniu-se a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, assim composta: Profa. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (UFU), Prof. Dr. Erica Simone Almeida Resende (ESG) e o Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU) orientador do candidato. Ressalta-se que a Prof. Dr. Erica Simone Almeida Resende (ESG) participou da defesa por meio de web conferência desde a cidade de Rio de Janeiro (RJ).

Iniciando os trabalhos, o presidente da banca Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU) apresentou a Banca Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu o Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu os conceitos finais. Em face do resultado obtido, a Banca Examinadora considerou o candidato **APROVADO**.

Esta defesa de Dissertação de Mestrado é parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos às 16 horas. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Profa. Dra. Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta (UFU)

participou por webconferência

Prof. Dr. Erica Simone Almeida Resende (ESG)

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU)

Orientador

À minha família por todo seu apoio.

AGRADECIMENTOS

Acredito que esta dissertação seja um desejo antigo. Sempre me indaguei como o conceito do inconsciente poderia ser discutido no campo de Relações Internacionais. E foi na primeira reunião com o professor Áureo que me foi concedida a oportunidade de explorar assunto tão complexo que são as considerações da psicanálise acerca do que é ser nesse mundo. Tal proposta foi acatada com vontade e ao mesmo tempo com angústia, pois eu presumia que nada sabia como realizar tal encontro de dois campos que aparentemente não dialogam. E, devo, justamente, agradecer ao meu orientador por se colocar num lugar de provocação, de tentar questionar as padronizações, daquilo que é dado como natural e ter me tomado como um sujeito completamente exposto às falhas, no entanto, apto a articular novos saberes. Ao professor Dr. Aureo de Toledo Gomes, o meu muito obrigado.

Meus agradecimentos a Dra. Barbára Vasconcellos de Carvalho Motta, ao Dr. Edson José Neves Junior e Dra. Erica Simone Almeida Resende. Para mim, é uma honra tê-los como examinadores da banca. Meu reconhecimento por toda atenção dispensada à leitura e sugestões realizadas para este trabalho.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, especialmente ao secretário Vinicius por toda sua paciência e atenção. Uma nota de agradecimento ao professor Dr. Filipe Mendonça, por suas contribuições e apontamentos acerca do projeto de pesquisa. Aos meus colegas de turma e especialmente pelo acolhimento da Thaina e Joana, amigas que ganhei neste percurso repleto de inseguranças e com quem pude compartilhar minhas ansiedades bem como conquistas. Ao Laurindo, por todo aconselhamento para participar do programa. A Carol, Denise, Gustavo, Victor, Felipe, Paloma, Maria pelos cafés nos corredores e as risadas trocadas.

A minha família, por todo apoio e torcida incondicional. Apesar de não ser uma queixa da parte de vocês, mas tentarei ser mais presente aos finais de semana em Taquaritinga-SP. Gerenciar trabalho e mestrado é um desafio, e pude perceber isso quando a data da entrega da dissertação se aproximava. Ao Lucas, meu amigo, meu namorado, com sua calma e compreensão. Obrigado por ouvir minhas loucuras e planos. Sem seu apoio, o mestrado teria sido mais difícil.

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto, Dra. Daniela Godoy e Dr. Miguel Bairrão que enriqueceram minha pesquisa com outros olhares através de seus ensinamentos. A minha então orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade de Ribeirão Preto, Dra. Juliana

Bigatão Puig por ter acreditado em mim e me encorajar a seguir em frente. A Dra. Sandra Rita Molina por suas incríveis aulas, discussões políticas e um exemplo de pessoa que carrego comigo desde a graduação.

À Juliana Bartijotto, minha psicanalista, por sua escuta e por me proporcionar um espaço de fala em que percebo cada vez mais que não me incluo em categorias e que, talvez, o meu nome seja o meu único traço que persista em remanescer. Também, por toda ajuda no avanço teórico do meu trabalho.

Enfim, aos meus alunos por terem me acompanhado e compreendido minhas viagens à Uberlândia durante o meu percurso no mestrado.

*“Visione del silenzio
Angolo vuoto
Pagina senza parole
Una lettera scritta sopra un visio
Di pietra e vapore
Amore
Inutile finestra”*

MICHELANGELO, 2000

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
COPRI	Copenhagen Peace Research Institute
DIIS	Danish Institute for International Relations
EPI	Economia Política Internacional
ESI	Estudos de Segurança Internacional
GGcT	Guerra Global contra o Terror
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
TIS	Teoria da Identidade Social
WTC	World Trade Center

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema da securitização.....	48
Figura 2 – A relação do conceito e imagem acústica	105
Figura 3 – O significado e significante.....	105
Figura 4 – Algoritmo lacaniano.....	109
Figura 5 – A prevalência do significante.....	110
Figura 6 – Fórmula da Metáfora.....	114
Figura 7 – Esquema óptico	120
Figura 8 – Esquema L.....	122
Figura 9 - Esquema R	123
Figura 10 – A banda de Moebius.....	124
Figura 11 – O nó borromeano.....	132
Figura 12 – O grafo do desejo	138
Figura 13 – Célula elementar.....	140
Figura 14 – Estrutura básica dos elementos discursivos	149
Figura 15 – Esquema dos lugares discursivos	150
Figura 16 - Discurso do mestre.....	152
Figura 17 – Discurso da Histórica	154
Figura 18 – Discurso do Analista	155
Figura 19- Discurso do universitário	157
Figura 20 – O mestre como securitizador.....	160
Figura 21 – O histórico como securitizador.....	163
Figura 22 – O universitário como securitizador	164
Figura 23 – O analista como securitizador	165
Figura 24 Panorama da identidade à identificação	171

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo discutir teoricamente como a audiência adere ao discurso do agente securitizador dentro do processo de securitização. Para a Escola de Copenhague de Estudos Críticos em Segurança Internacional, o processo de securitização ocorre quando a audiência consente com a securitização de um objeto referente, exemplarmente uma ameaça existencial, identificado pelo agente securitizador. A securitização, denotada como um mecanismo intersubjetivo, permite que os Estados, ou organizações, empreguem medidas extraordinárias que fogem do padrão político convencional no sentido de minar ou eliminar a ameaça relevada em sua esfera de atuação. Nossa hipótese propõe que tal evento ocorra pelo processo de identificação. Pouco se tem discutido a respeito dos mecanismos de identificações dentro do campo de Relações Internacionais, senão o conceito de identidade. A identidade, em sua maior parte, é compreendida como o elemento que informa os interesses que levam os Estados a estabelecer laços amistosos ou alimentar antagonismos. O construtivismo é pontuado como o responsável em trazer para o debate questões identitárias dentro de uma perspectiva social. No entanto, observamos que tal orientação epistemológica, incluindo a Escola de Copenhague, denotam a identidade na maioria das vezes como uma categoria empírica, majoritariamente fixa, o que contribui para uma reificação dos indivíduos e sociedades inclusos nos setores de segurança. No sentido de avançar nossa crítica acerca da securitização, recorreremos aos insumos teóricos da psicanálise de orientação lacaniana devido ao ganho analítico para nossa proposta. Por intermédio das identificações, a audiência é capturada pelas dinâmicas enunciativas do agente securitizador. O discurso, justamente, é um aspecto material em que podemos mapear o recinto de enunciação que o agente, a audiência, o objeto referente e o movimento de securitização ocupam na disputa sobre quem decide o que é segurança. Além disso, os rearranjos dos quatro discursos lacanianos nos viabilizam diagramar como e para quem a segurança é endereçada, tendo em perspectiva o elemento da verdade como um ponto inatingível, pois, de modo *stricto*, a securitização é da ordem do impossível. As considerações finais revelam que os discursos do mestre e universitário ocorrem com mais frequência nos processos de securitização em decorrência às garantias ofertadas de um significante que possa assegurar a identidade de um determinado ator. O discurso histórico é, de maneira geral, identificado nos movimentos sociais e revoluções. Por último, o discurso do analista, ao qual os movimentos de securitização apresentam uma certa resistência, operaria de forma a desestabilizar os discursos universalizantes, sugerindo assim a subversão da política do *Um*.

Palavras-chave: Discurso. Identidade. Identificação. Psicanálise. Securitização.

ABSTRACT

This research aims to discuss theoretically how the audience adheres to the agent's discourse within the securitization process. For the Copenhagen School of International Relations security studies, the process of securitization occurs when the audience consents with the securitization of a referring object, namely an existential threat, identified by the securitizing agent. The securitization, denoted as an intersubjective mechanism, allows states, or organizations, apply extraordinary measures that deviate from the conventional political standard in the sense of undermining or eliminating the threat detected in its sphere of action. Our hypothesis proposes that such an event may occur through the identification process. There has been little discussion about the mechanisms of identifications within the field of International Relations, if not the concept of identity. Identity, for the most part, is understood as the element that informs the interests that lead States to establish friendly ties or to fuel antagonisms. Constructivism is outlined as the responsible for bringing identity issues into the debate through a social perspective. However, we remark that for such epistemological orientation, including the Copenhagen School, identity as an empirical category, mostly fixed, which contributes to a reification of the individuals and societies included in the security sectors. In order to advance our critique of securitization, we turn to the theoretical inputs of psychoanalysis of Lacanian orientation due to the analytical gain for our proposal. Through identifications, the audience is captured by the enunciative dynamics of the securitizing agent. The discourse, indeed, is a material aspect in which we can map out the enclosure of enunciation that the agent, the audience, the referent object and the securitization movement occupy in the dispute over who decides what is security. Moreover, the rearrangements of the four Lacanian discourses enable us to diagram how and for whom security is addressed, taking the element of truth in perspective as an unreachable point, thus, strictly, securization is from the order of the impossible. The final considerations reveal that the discourses of the master and university take place more frequently in the processes of securitization due to the offered guarantees of a signifier that can assure the identity of a certain actor. Hysterical discourse is generally identified in social movements and revolutions. Finally, the analyst discourse, which the securitization movements present a certain resistance, would operate in a way in order to destabilize the universalizing discourses, thus suggesting the subversion of the politics of the *One*.

Key-words: Discourse. Identity. Identification. Psychoanalysis. Securitization.

RÉSUMEN

La presente investigación tiene como objetivo discutir teóricamente cómo la audiencia se adhiere al discurso del agente securitizador dentro del proceso de securitización. Para la Escuela de Copenhague en los estudios de seguridad en Relaciones Internacionales, el proceso de securitización ocurre cuando la audiencia consiente con la securitización de un objeto referente, ejemplarmente una amenaza existencial, identificado por el agente securitizador. La securitización, denotada como un mecanismo intersubjetivo, permite que los Estados, u organizaciones, empleen medidas extraordinarias que huyen del patrón político convencional en el sentido de minar o eliminar la amenaza relevada en su esfera de actuación. Nuestra hipótesis propone que tal evento ocurra por el proceso de identificación. Poco se ha discutido acerca de los mecanismos de identificaciones dentro del campo de Relaciones Internacionales, sino el concepto de identidad. La identidad, en su mayor parte, es comprendida como el elemento que informa los intereses que llevan a los Estados a establecer lazos amistosos o alimentar antagonismos. El constructivismo es puntuado como el responsable en traer para el debate cuestiones identitarias dentro de una perspectiva social. Sin embargo, observamos que tal orientación epistemológica, incluyendo la Escuela de Copenhague, denota la identidad como una categoría empírica, mayoritariamente fija, lo que contribuye a una reificación de los individuos y sociedades incluidas en los sectores de seguridad. En el sentido de avanzar nuestra crítica acerca de la securitización, recurrimos a los insumos teóricos del psicoanálisis de orientación lacaniana debido a la ganancia analítica para nuestra propuesta. Por intermedio de las identificaciones, la audiencia es capturada por las dinámicas enunciativas del agente securitizador. El discurso, justamente, es un aspecto material en el que podemos mapear el recinto de enunciación que el agente, la audiencia, el objeto referente y el movimiento de securitización ocupan en la disputa sobre quién decide qué es seguridad. Además, los reajustes de los cuatro discursos lacanianos nos permiten diagramar cómo y para quién se dirige la seguridad, teniendo en perspectiva el elemento de la verdad como un punto inalcanzable, pues, de modo escandroso, la securitización es del orden de lo imposible. Las consideraciones finales revelan que los discursos del maestro y universitario ocurren con más frecuencia en los procesos de securitización como consecuencia de las garantías ofrecidas de un significante que pueda asegurar la identidad de un determinado actor. El discurso histérico es, en general, identificado en los movimientos sociales y revoluciones. Por último, el discurso del analista, al que los movimientos de securitización presentan una cierta resistencia, operaría de forma a desestabilizar los discursos universalizantes, sugiriendo así la subversión de la política del *Uno*.

Palabras-clave: Discurso. Identidad. Identificación. Psicoanálisis. Securitización.

RÉSUMÉ

La présente recherche a pour objectif de discuter théoriquement sur la manière dont le public adhère au discours de l'agent de sécurisation dans le processus de sécurisation. Pour les Études Critiques de Sécurité menées par l'École de Copenhague en Relations Internationales, le processus de sécurisation se produit lorsque l'audience consent à la sécurisation d'un objet de référence, par exemple une menace existentielle, identifiée par l'agent de sécurisation. La sécurisation, considérée comme un mécanisme intersubjectif, permet aux États ou aux organisations d'employer des mesures extraordinaires s'écartant de la norme politique conventionnelle afin de saper ou d'éliminer la menace perçue dans leur domaine d'action. Notre hypothèse propose qu'un tel événement se produise à travers le processus d'identification. Les mécanismes d'identification dans les relations internationales sont peu discutés, sinon le concept d'identité. L'identité, pour la plupart, est comprise comme l'élément qui informe les intérêts qui poussent les États à établir des liens d'amitié ou à nourrir des antagonismes. Le constructivisme est ponctué en tant que responsable de l'intégration des questions d'identité dans le débat dans une perspective sociale. Cependant, nous notons qu'une telle orientation épistémologique, y compris l'école de Copenhague, désigne l'identité comme une catégorie empirique essentiellement fixe, ce qui contribue à une réification des individus et des sociétés inclus dans les secteurs de la sécurité. Dans le sens où nous avançons dans notre critique de la sécurisation, nous nous tournons vers les apports théoriques de la psychanalyse lacanienne en raison du bénéfice analytique de notre proposition. À travers les identifications, le public est capturé par la dynamique énonciative de l'agent de sécurisation. Le discours, précisément, est un aspect matériel dans lequel nous pouvons cartographier la clôture de l'énonciation que l'agent, le public, l'objet de référence et le mouvement de sécurisation occupent dans le conflit sur la question de savoir qui décide ce qui est la sécurité. De plus, les réaménagements des quatre discours lacaniens nous permettent de schématiser comment et pour qui la sécurité est adressée, en mettant en perspective l'élément de vérité comme un point inaccessible, car la sécurisation est dans l'ordre de l'impossible. Les considérations finales révèlent que les discours du maître et de l'université interviennent plus fréquemment dans les processus de sécurisation en raison des garanties offertes par un signifiant capable d'assurer l'identité d'un acteur donné. Le discours hystérique est généralement identifié dans les mouvements sociaux et les révolutions. Enfin, le discours de l'analyste, auquel les mouvements de sécurisation présentent une certaine résistance, opérerait de manière à déstabiliser les discours universalisants, suggérant ainsi la subversion de la politique de l'*Un*.

Mots-Clé : Discours. Identité. Identification. Psychanalyse. Sécurisation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O CONSTRUTIVISMO E A ESCOLA DE COPENHAGUE	21
2.1	A evolução dos estudos de segurança internacional: uma perspectiva histórica	21
2.2	Segurança na perspectiva construtivista: os três construtivismos	27
2.2.1	<i>Alexander Wendt: a anarquia é o que Estados fazem dela</i>	29
2.2.2	<i>Friedrich Kratochwil: regras, normas e decisões</i>	31
2.2.3	<i>Nicolas Onuf: um mundo que construímos</i>	34
2.3	Os predicados do Construtivismo: agentes, estruturas, comunidades epistêmicas, ideias e interesses	35
2.4	Os Estudos Críticos em Segurança Internacional	40
2.5	A Escola de Copenhague e o alargamento setorial	45
2.6	Considerações Parciais	55
3	SECURITIZAÇÃO E IDENTIDADE	57
3.1	Os processos do ato de fala	58
3.2	As interfaces críticas da securitização	64
3.3	O conceito de Identidade	69
3.3.1	<i>Identidade em Relações Internacionais</i>	70
3.3.2	<i>Wendt e identidade</i>	82
3.4	Os limites das teorias em identidade	85
3.5	Considerações parciais	92
4	POLÍTICA E PSICANÁLISE: DE UM OUTRO AO OUTRO	94
4.1	Breve história da psicanálise: a gênese freudiana	94
4.2	A linguagem e os significantes	101
4.2.1	<i>O estruturalismo de Ferdinand de Saussure</i>	103
4.2.2	<i>O inconsciente é estruturado como uma linguagem</i>	107
4.3	O conceito de sujeito	117
4.3.1	<i>O estádio do espelho</i>	117
4.3.2	<i>O sujeito representa um significante para outro sujeito</i>	121
4.3.3	<i>Os três tempos do Édipo</i>	128
4.3.4	<i>O nó borromeano: real, simbólico e imaginário</i>	131
4.4	Desejo, discurso e subjetividade em Relações Internacionais	134
4.5	Considerações Parciais	142

5	(RE)VISITANDO A SECURITIZAÇÃO: A ADERÊNCIA AO DISCURSO E AS IDENTIFICAÇÕES	143
5.1	O processo de identificação	143
5.2	Os elementos do discurso lacaniano.....	148
5.3	A política das identificações: securitizar aquilo que movimenta?	158
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	173

1 INTRODUÇÃO

Os insumos teóricos realistas, no que concernem ao aporte de segurança internacional, reinaram no campo das Relações Internacionais e perduraram por um considerável período até que a natureza bipolar da Guerra Fria encontrasse seu desfecho. As correntes teóricas denominadas positivistas, senão racionalistas, apresentavam em seu cerne behaviorista fórmulas de causa e consequência que lhes permitiam uma margem de prognóstico sobre a hipótese de acontecimentos futuros. Esse próprio manejo de realizar previsões, de cunho compreensível e, para alguns, objetivo, caracterizou a popularidade do Realismo. Todavia, o fenômeno do desmantelamento da União Soviética provocou uma subversão nos debates paradigmáticos, visto que o aporte realista não conseguiu de maneira adequada antecipar a conjuntura vindoura e concebeu uma abertura a outras possíveis perspectivas, incluindo o Construtivismo.

Uma das articulações mais proeminentes da corrente construtivista é que convivemos em um mundo em que construímos, assim, somos caracterizados como principais protagonistas das nossas escolhas (WENDT, 1992). Tal mundo está constantemente em construção e é instituído pelos agentes na dimensão social. Segundo Finnemore e Sikkink (2001) a vinculação humana, inclusive no nível internacional, fundamenta-se não apenas em aspectos materiais, mas também em ideias e conhecimentos intersubjetivos. Essas convicções intersubjetivas compreendem em seu vórtice os interesses e identidades, entremeado pelas normas e regras, que servem de liame para o campo político.

Dentro da vertente abrangente nos estudos de segurança internacional, encontramos os subsídios da Escola de Copenhague que elaboraram um painel teórico que abarcava uma significativa interlocução do campo tradicional e crítico de segurança internacional, bem como da esfera realista e construtivista da Teoria de Relações Internacionais, inaugurando uma agenda de pesquisa promissora (DUQUE, 2009). Como pontua Huysmans (1998) existem alguns incentivos centrais que justificam o alargamento dos estudos de segurança: um por sua inclinação europeia em avaliar os propósitos não militares como item de segurança e outro pela diligência acadêmica em providenciar um aporte inédito para o debate teórico em segurança internacional. Suas produções mais pertinentes residem no conceito de securitização, as novas unidades de análise bem como a expansão setorial de segurança.

A Escola de Copenhague foi uma denominação atribuída à agenda de pesquisa de um conjunto de teóricos atuantes na então *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI),

substituída pela atual *Danish Institute for International Relations* (DIIS). No início dos anos 1990, a colaboração entre alguns autores resultou em um quadro de investigações referente a intervenção de segurança na Europa sob um prisma abrangente. Tal esforço intelectual resultou na obra de 1998 “*Security: A New Framework for Analysis*” com a coautoria de Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde (BUZAN; HANSEN, 2012; DUQUE, 2009; MCDONALD, 2008; TANNO, 2003).

A substância concernente à securitização nos exemplifica o aparato epistemológico mais notório que Copenhagen emprestou do cerne construtivista. Se o corpo tradicional acopla os discursos de segurança internacional à presença de ameaças objetivas, já a instrução de Copenhagen pontua que os constrangimentos de segurança se aplicam a uma construção social. O processo de securitização estabelece-se como prática intersubjetiva por intermédio de um agente securitizador que solicita determinar socialmente a existência de uma ameaça hostil a determinada unidade (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Por se tratar de um domínio subjetivo, Buzan, Wæver e Wilde (1998) circundam que a securitização é designada como um ato de fala, termo esse originário da articulação linguística de Austin (1975), que qualifica o discurso como uma instância performática que evoca consequências. As elocuções que aludem constrangimentos à existência de uma unidade não são meramente signos linguísticos¹ e exigem que providências sejam acionadas no sentido de equilibrar as ameaças. No entanto, o discurso de securitização não suscita que a medida seja realizada automaticamente, senão denominada por um empreendimento securitizado que pode ser consentido ou não. Ou seja, a securitização passa a ser efetiva no momento que a esfera pública é anuente à demanda do agente securitizador, e a ameaça é posta de maneira que se legitime a transgressão das normas políticas (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Para que um processo de securitização seja efetivo, Balzacq (2005) frisa a capacidade de identificação de um autor com as emoções, sentimentos, inquições e interesses daqueles que se qualificam como audiência. Para persuadir a audiência, o discurso proferido pelo enunciador deve uniformizar sua fala no nível de experiência do público ao qual a manifestação é orientada. O autor acentua que o processo de identificação possa convir como ferramenta de análise no âmbito de elucidar as esferas cognitivas e comportamentais engendradas pelos atos de fala em segurança.

¹ O signo não une uma coisa e uma palavra como se observa no uso da língua, que está reduzida a seus princípios essenciais. O signo une um conceito a uma imagem acústica. A imagem acústica não é o som material, puramente físico, mas uma impressão psíquica desse som, a representação desse som para nossos sentidos. O signo linguístico é uma entidade psíquica de duas faces, as quais são dependentes pois uma reclama a outra em sua íntima ligação (SAUSSURE, 1990).

A nossa pesquisa concentra-se especificamente nesse aspecto problematizado por Balzacq (2005) concernente à correspondência, localizada em um cenário contextual, entre o agente securitizador e audiência. No sentido de obter algumas considerações e insumos hipotéticos à questão “O que faz a audiência aderir ao discurso do agente securitizador?”, recorremos a um instrumento que antecede qualquer movimento securitizador: o processo de identificação. Nas colaborações construtivistas, denotamos discussões referentes ao conceito identidade, e seus enquadramentos, nos âmbitos nacionais, coletivos e societais. No tocante à Escola de Copenhague, os autores ligeiramente pontuam mecanismos de identificações entre indivíduos e coletividades. Em nosso entendimento, as premissas construtivistas postuladas majoritariamente por Alexander Wendt, Friedrich Krratochwil e Nicolas Onuf classificam as identidades quase que como categorias empíricas e pouco enfatizam os mecanismos de identificação.

Em um panorama geral, Copenhague observa identidades como qualidades parcialmente fixas em que as pessoas possuem e apresentam o desejo de mantê-las estáveis. Theiler (2003) frisa que grande parte do corpo literário aplicado nas questões da identidade dentro da esfera da política e Relações Internacionais concebe um entendimento identitário pouco articulável se comparado ao âmbito teórico da psicologia e sociologia, domínios esses em que o termo foi primeiramente apresentado. Um outro aspecto inconsistente reside na negligência que Copenhague conduz quanto ao plano individual e sua relação com o coletivo dentro da dinâmica de securitização.

Posto isto, acreditamos que o campo da psicanálise, através das leituras de Jacques Lacan², apresenta um ganho analítico na dimensão processual da identificação e que nos oferece insumos teóricos para o debate acerca da adesão da audiência ante as declarações discursivas do agente securitizador. Há uma divergência tanto epistemológica quanto ontológica que se pauta entre identidade e identificação. Para tanto, o nosso trabalho de dissertação tem o objetivo de discorrer sobre a hiância que o campo de Relações Internacionais em geral, e a Escola de Copenhague em particular, apresenta sobre os processos de identificação, mecanismos estes que cristalizam as identidades.

A justificativa respalda-se em pontuar que as diretrizes construtivistas, incluindo a Escola de Copenhague nos estudos de segurança, externam as identidades dentro de categorias

² De acordo com Plon e Roudinesco (1998, p. 445): “Dentre os grandes intérpretes da história do freudismo, Jacques Lacan foi o único a dar à obra freudiana uma estrutura filosófica e a tirá-la de seu ancoramento biológico, sem com isso cair no espiritualismo. O paradoxo dessa interpretação inovadora única é que ela reintroduziu na psicanálise o pensamento filosófico alemão, do qual Sigmund Freud se tinha voluntariamente afastado”.

empíricas cuja ontologia reside no indivíduo imaginário e sua epistemologia concretiza-se no comportamento desse. Já para a psicanálise lacaniana, há uma ênfase no processo de identificação, em que o sujeito, esse do inconsciente, identifica-se a um traço do outro semelhante. Debater acerca das identificações é falar sobre o enlaçamento com o outro, ou seja, a maneira como somos afetados pelos nossos semelhantes, com quem estabelecemos relações harmoniosas e antagônicas. A identificação é posse de uma imagem do outro, porém nunca totalizada. Freud frisa que não é o espectro imagético integral que nos afeta, e sim é pelo traço da imagem que estamos sempre articulados (LACAN, 2003).

A identificação não se caracteriza por ser uma cópia do outro, e sim uma captura com as pequenas marcas sutis do outro. Além disso, o processo identificatório nos revela não somente o que eu absorvo do outro, mas também o que há no outro que nos fascina, apaixona, amedronta ou faz odiar (LACAN, 2003). Com a concepção lacaniana que o inconsciente é o discurso do outro e estruturado como uma linguagem, julgamos que nossa investigação consiga elucidar porque as audiências, em algumas circunstâncias, aderem aos discursos de agentes securitizadores de classes, raças, orientações, posições políticas tão distintas. Todavia, traçar os mecanismos de identificação nos lança a um outro desafio: como observar tais fenômenos? Nesse sentido, nas vias discursivas residem os aspectos identitários bem como a posição que cada ator e objeto ocupa na dinâmica de securitização. Isso nos auxilia a mapear a dimensão de cada elemento no discurso e nos fornece evidências mais condizentes no que tange as seguintes indagações: Segurança para quem? o porquê securitizar e o que securitizar? Quais os meios de securitizar e o que queremos omitir ou mostrar em uma securitização?

O nosso trabalho de dissertação consiste em quatro capítulos. Dentro do primeiro capítulo, para fins contextuais, lançaremos o panorama do aporte construtivista considerando a pertinência das ideias e identidades na dinâmica agente-estrutura. Em um segundo momento, localizaremos em qual instância a Escola de Copenhague estabelece-se dentro do campo construtivista e discorreremos sobre seu ineditismo concernente as unidades de análise e alargamento setorial. Já no segundo capítulo, apresentaremos os conceitos linguísticos acerca dos atos de falas e suas críticas consequentes bem como os argumentos concernentes aos processos de securitização e seus limites. Posteriormente, conduziremos uma perspectiva histórica referente a como o campo de Relações Internacionais adota o conceito de identidade e sua inconsistência.

No terceiro capítulo, exporemos conceitos basilares da psicanálise lacaniana que compreendem o conceito de sujeito, significante, falta, desejo, inconsciente, discurso, linguagem, simbólico, imaginário, real que nos auxiliarão a melhor compreender o processo de

identificação. Já que o inconsciente é discurso do outro, ou seja, uma instância que emerge no intervalo entre um (individual) e o outro (coletivo), julgamos que o dispositivo psicanalítico possa nos servir como ferramenta de análise para o campo do social. Como conclusão, no quarto capítulo, discutiremos como o agente securitizador, o objeto referente e audiência são arranjados na perspectiva proposta por Lacan que estabelece os quatro tipos de discurso: o do mestre, histórica, universitário e analista. Tais configurações discursivas nos revelam o modo como estabelecemos nossos laços sociais a modo de mapear o lugar que cada um ocupa em relação ao outro nas dinâmicas interacionais seja no cenário local, regional ou internacional.

Nesse sentido, engendrar os quatro discursos lacanianos sob o escopo da securitização viabiliza algumas considerações: (i) como a audiência se identifica ao discurso do agente securitizador; (ii) que lugar tanto o agente securitizador como a audiência ocupa nas instâncias enunciativas e (iii) o porquê alguns discursos prevalecem sobre outros no campo de segurança internacional. Por intermédio da diagramação dos elementos e lugares discursivos, o aporte lacaniano nos é pertinente pelo fato de nos oferecer ferramentas analíticas que nos viabiliza a mapear como os entraves de segurança são administrados em um cenário que é histórico, ideológico e político. Deste modo, nos é possível pontuar como determinadas securitizações são conduzidas com o intuito de manter o posicionamento hegemônico, ocultar ou externar a ideologia de certos atores no sistema internacional.

Antes de articularmos algumas hipóteses para a nossa pergunta “como a audiência adere ao discurso do agente securitizador dentro do processo de securitização?”, julgamos necessário estabelecer um panorama histórico pontuando a evolução dos estudos de segurança em Relações Internacionais e em qual instância a abordagem construtivista surge e qual sua influência para as considerações teóricas da Escola de Copenhague dos estudos críticos em segurança internacional. De igual maneira, pontuaremos os avanços conduzidos pela Escola de Copenhague referente ao alargamento setorial bem como o conceito de securitização.

Após termos contextualizado a abordagem construtivista e sua relação com a Escola de Copenhague neste presente capítulo, prosseguiremos com o debate acerca da securitização e identidade. Propriamente no capítulo 2, consideramos oportuno problematizar nossa pergunta de pesquisa e, para tanto, discorreremos com maior propriedade sobre os aspectos da securitização incluindo os aportes dos atos de fala e suas vertentes críticas. Concernente a identidade, levantaremos uma revisão bibliográfica referente a esse conceito e como ele é empregado no campo de Relações Internacionais no intuito de estabelecer um fio condutor entre identidade e securitização.

2.1 A evolução dos estudos de segurança internacional: uma perspectiva histórica

O termo segurança internacional, embora empregado genericamente, não apresenta um conceito inerte e exclusivo. Tal aspecto justifica-se por se tratar de um conceito essencialmente contestado (BALDWIN, 1997; SMITH, 2005) pelo prisma epistêmico, ontológico e metodológico. Como Lasswell (1936) nos lembra, segurança é um termo inevitavelmente político que desempenha uma função determinante em quem consegue o quê, quando e como na *práxis* de regimes. Williams (2008) argumenta que a segurança é usualmente vinculada ao abrandamento de ameaças de valores estimados, que sem monitoramento, podem constranger a sobrevivência de um objeto em específico. Segurança e sobrevivência, apesar de adjacentes, revelam sentidos opostos, sendo a primeira pontuada como condição existencial e a segunda como a habilidade e busca de ambições políticas e sociais. Subcampo do domínio de Relações Internacionais, os Estudos de Segurança Internacional (ESI) caracterizam-se como produto do eixo ocidental (AYOUB, 1995), predominantemente norte-americano (BUZAN; HANSEN, 2012). Tal circunstância não se justifica aleatoriamente pois, os avanços teóricos no

campo da segurança internacional, em sua boa parte, são realizados no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e no surgimento da Guerra Fria (1947-1991).

Williams (2008) pontua que existem duas correntes filosóficas de maior espectro nos estudos de segurança. A primeira infere a segurança como sinônimo aproximado de junção de poder. A partir desse prisma, a segurança é tomada como *commodity*, ou seja, quanto mais poder um Estado acumula, mais seguro estará. A segunda corrente contesta o pressuposto que a segurança provém do poder. Tal perspectiva compreende a segurança como sendo embasada de emancipação e consequência da relação entre diferentes atores. Essas relações apresentam caráter negativo, no caso da ausência de uma ameaça, ou caráter positivo, na situação em que se torna um dispositivo facilitador de cooperação. Em suma, essa perspectiva alega que *commodities* não são um ponto chave para interpretar a equação da (in)segurança, mas sim a relação provida entre os atores.

Previamente à Segunda Guerra Mundial, os estudos de segurança eram de predominante acesso aos militares, no âmbito dos conflitos bélicos, e ao direito internacional a respeito dos estudos da paz (YERGIN, 1978). Apesar da existência prévia de uma literatura sobre a dicotomia guerra e paz, exemplarmente Clausewitz (1984), foi somente após a Segunda Guerra Mundial que as contribuições referentes a segurança começaram a tomar corpo e se estruturar. Buzan e Hansen (2012) pontuam que há três fatores inéditos provindos desse então novo corpo literário. Como primeira instância, o conceito de segurança torna-se um princípio matriz, possibilitando a inclusão de análise de elementos além do militar. O segundo aspecto nos revela que a proeminência literária de segurança tomou lugar nas intermitências da Guerra Fria e pleno desenvolvimento das ogivas nucleares, dado o ineditismo do quadro de ameaças presenciado pelos governos e militares.

O terceiro aspecto engloba a contratação expressiva de civis para auxiliar nas administrações militar e estatal. Como mencionam Buzan e Hansen (2012), as forças nucleares, de cunho estratégico, excediam a inteligência clássica dos conflitos bélicos, de sorte que especialistas civis, como físicos, economistas, engenheiros, sociólogos e psicólogos, integrassem o corpo de inteligência. Os autores ainda acrescentam que a convergência na unidade civil traduz a circunstância em que os ESI se arquitetaram principalmente em países democráticos. Não obstante, o raciocínio estratégico em Estados não ocidentais condicionou-se sob a prudência militar.

Tal contexto, como assinala Freedman (1998a), certifica o período entre 1950 e 1960 como os “Anos Dourados” dos ESI. Nesse ínterim, os governos ocidentais recrutaram civis provindos do cerne acadêmico, com o intento de compor modelos no sentido de conceituar

os impasses dos estratagemas nucleares. Dannreuther (2007) complementa que tal classe de intelectuais era frequentemente absorvida pelo quadro do serviço público, inaugurando assim uma atribuição ativa nas tomadas de decisão no cenário de segurança. Baldwin (1995) reporta que, diferentemente das inquirições precedentes que focavam em questões do que é segurança, a nova ênfase debruçava-se sobre como usar dado conjunto de armas. Com a dilatação dos entraves bélicos da Guerra Fria, Buzan e Hansen (2012) mencionam que as elaborações teóricas se embasavam a partir de duas vertentes: a hostilidade nuclear e a cisão Leste/Oeste representada pelos Estados Unidos e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Williams (2008) nos relata que, concomitantemente à intensificação do entrave bipolar, a corrente realista tornou-se dominante, inaugurando debates sobre manobras de deterência³. O autor ainda complementa que o diagrama do realismo pode ser identificado através de quatro “Ss”: *states, strategy, science e status quo*⁴. Apesar do realismo carecer de uma conceituação maciça sobre o que é o Estado em si (MEARSHEIMER, 2001), o papel deste agente é pontuado como a maior referência no que tange a busca pela segurança, soberania e poder. A estratégia, por sua vez, tende a aplicar medidas no sentido de maximizar ganhos bem como obter prestígio do sistema internacional. No que concerne à ciência, esta tem por função legitimar os argumentos realistas, passíveis de observação e refutabilidade, providenciando assim o crédito teórico a ser desempenhado nas tomadas de decisões. Quanto ao *status quo*, tal mecanismo manifesta-se através do controle e da manutenção da ordem hegemônica e se esforça em minar as possibilidades de revoluções no espectro mundial.

Nos anos de 1970, o campo de Segurança Internacional assistiu a um remodelamento teórico e o declive dos Estudos Estratégicos. Dannreuther (2007) e Freedman (1998a) observam que, posteriormente à crise dos mísseis em Cuba, Estados Unidos e a URSS experimentaram um afrouxamento entre seus entraves bélicos, a chamada *détente*. No intervalo entre as décadas de 1970 e 1980, a instabilidade do petróleo decorrida do embargo dos membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) bem como o advento de organizações e instituições internacionais acentuaram o debate referente à amplificação da agenda de segurança internacional para abarcar outros tópicos como economia e meio ambiente (RUDZIT, 2005).

³ A deterência ou intimidação caracteriza-se pelo efeito da ameaça propagada em um dos atores em não levar a cabo uma ação. O ator que sofreu deterência desiste de tal ação por receio de uma retaliação ou por reconhecer que não obterá efetividade com a ação inicialmente planejada (HOWARD, 1982).

⁴ Em português, “Estados, estratégia, ciência e *status quo*”.

A posição tradicionalista das Relações Internacionais compreende que, para mensurar o nível de segurança em um determinado Estado, deve-se averiguar a ausência de constrangimentos e ameaças. Logo, o desenvolvimento de um cenário seguro é decorrente do extermínio de um inimigo que objetivamente existe. Tal assertiva em associar segurança à perspectiva de destruição do Outro, apesar de ter amplamente contribuído para o campo teórico, instaura um circuito recidivo no sistema internacional. Quanto a este fenômeno, Bigo (2008) pontua que nos processos de (des)securitização, qualquer tática de maximizar segurança sempre implicará em um ambiente mais inseguro. Isso significa que as correntes tradicionalistas não apresentam insumos teóricos relevantes para gerenciar a insegurança.

Isto posto, Tanno (2003) argumenta que, nesse período de abertura teórica, três correntes se solidificaram: a tradicionalista, a crítica e a abrangente. O axioma realista tradicional, engendrado pelas obras de Morgenthau (1948) e Waltz (1979), sublinhou a categoria “*hard power*”⁵ e a alçada militar em correspondência ao Estado como ator central no balanço de poder e distribuição de capacidades dentro do sistema internacional. Por outro lado, o panorama crítico, vinculado à Escola de Frankfurt, aposta na emancipação do indivíduo ante as ameaças que são consideradas construtos sociais. Já o domínio abrangente adota o alargamento do conceito de segurança alicerçado por ameaças além da esfera militar, bem como o rearranjo da definição de segurança como uma dinâmica atrelada ao ato de fala.

Com o desmantelamento da Guerra Fria, a lógica binária Leste-Oeste subverteu as correntes doutrinárias das grandes potências, bem como influenciou uma nova roupagem epistemológica e paradigmática no campo dos debates acadêmicos de Relações Internacionais. Em um recorte político, hesitações sobre o iminente liame norteador do regime externo dos Estados Unidos foi posto em pauta, conjuntamente ancorado por diretrizes dúbias no que se referia ao futuro impacto que produziria no espectro global. Conforme a análise histórica levantada por Buzan e Hansen (2012), os debates que se iniciaram desde a queda do muro de Berlim, em 1989, até o momento hodierno podem ser categorizados entre a vertente tradicionalista, que reivindica o estadocentrismo e o poderio militar, e a vertente abrangente, que intervém à amplificação referencial político-militar para expansão e especificidade do conceito de segurança:

Durante a Guerra Fria, as ameaças militares à segurança nacional dominaram outros setores de acordo com a maioria dos especialistas em segurança. Com o fim da Guerra

⁵ O *hard power* pode ser analisado como uma instância direta e material considerando suas intervenções concretas. Tal conceito apresenta dois escopos: o primeiro estabelece-se pela ordem militar e propagação bélica enquanto o segundo opera no nível econômico por meio de embargos, sanções e cooperações (NYE, 2002).

Fria, houve inúmeras sugestões que uma vez os recursos destinados a lidar com as ameaças militares deveriam enfrentar agora ameaças não militares como a pobreza doméstica, crise educacional, competitiva industrial, tráfico de drogas, crime, migração internacional, riscos ambientais, escassez de recursos, pobreza global, etc (BALDWIN, 1997, p. 126, tradução nossa).

O primeiro notável debate dentro da abordagem tradicional no período pós-Guerra fria discutia qual polaridade o sistema internacional adotaria, seja pela via unipolar, bipolar ou multipolar (BROWN, 2001; FUKUYAMA, 1992; HUNTINGTON, 1996; WALTZ, 1999; WOLFORTH, 1999). Outro aspecto, não menos importante da dimensão tradicionalista, foi a discussão sobre o emprego, e seus efeitos, do aparato tecnológico no terreno militar. Autores como Cohen (1996), Freedman (1998b), Payne (2000), Levine (2001) e Boot (2003) discorrem sobre a repercussão do uso dos instrumentos modernos de vigilância e como tais procedimentos de inteligência e controle são ministrados em conflitos bélicos. Além disso, no escopo tradicional, buscou-se também grifar o nível regional na tangência dos estudos de segurança. Esse corpo literário, exemplarmente Ayoob (1995) e Hettne (2005), indagou as performances regionais visto que foram pormenorizadas pela rivalidade das duas grandes soberanias.

No escopo crítico de segurança, autores como Booth (1991, 2005, 2007), e Jones (1995, 1999, 2005, 2007), empregavam que o nível individual é a última referência nos estudos de segurança, dado que os Estados são promotores não confiáveis de segurança, além de serem divergentes entre si para constituir uma teoria abrangente. Segundo esses teóricos, provindos majoritariamente de Aberystwyth e herdeiros da Escola de Frankfurt, os Estados se qualificam como meio e não um fim nas tomadas de decisões, logo o Estado deveria ser descentralizado na *práxis* política, justificando assim que nenhuma dimensão material ou representacional deveria ser monopolizada por um ator (BILGIN, 2008).

Um dos pontos nevrálgicos para os Estudos Críticos é o conceito de emancipação. Tal qualidade libertária se determina como um dos objetivos da segurança individual atribuindo efeitos desejáveis para a segurança coletiva. De acordo com Bilgin (2008), conceber segurança e emancipação como dois lados da mesma moeda não se qualifica como um empreendimento utópico ou imperialista, todavia remanesce no espírito das ideias e entraves individuais, coletivos da realidade internacional. Como Jones (1999, p. 126) testemunha: “segurança no sentido de ausência de ameaça de dor involuntária, medo, fome, pobreza é um elemento essencial na luta pela emancipação”.

Quanto à perspectiva abrangente, o construtivismo articula que o mundo é instituído socialmente mediante relações intersubjetivas em que agentes e estruturas são concomitantemente organizados. Identidade, ideias, normas, regras e narrativas são elementos

substanciais na formação do universo político (FINNEMORE, 1996; KATZENSTEIN, 1996; KRATOCHWIL, 1989; ONUF, 1989; WENDT, 1999). O construtivismo convencional sustenta seu enfoque de investigação no espectro da segurança nacional e complexo militar mantendo seu referencial positivista (FIERKE; JØRGENSEN, 2001). Diversamente, o construtivismo crítico difere do convencional por indagar o ofício do Estado como unidade suscetível de análise, presumindo que igual empreendimento omite outras variáveis pertinentes que estejam acopladas no conjunto de identidades e desenvolvimentos discursivos nas políticas de segurança (HAVERVEY; BRECHER, 2002).

Com a publicação da obra *“People, States and Fear”* de Barry Buzan em 1983, Williams (2008) sublinha que pelo menos dois dos quatro “Ss” foram minados do campo clássico de segurança. Buzan (1983) defende que a segurança não circunda somente nas adjacências estatais, no entanto é correspondida às coletividades humanas e assim não pode ser enquadrada isoladamente ao escopo militar. Assim, a Escola de Copenhague se esforça em ampliar os setores (ambiental, econômico, militar, societal e político) e objetos de referência, notadamente a identidade, bem como dedicar sua observação ao nível regional. Tal abordagem se concentra também na securitização, “os processos sociais pelos quais grupos de pessoas concebem algo como ameaça” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 72), estabelecendo uma réplica construtivista ao materialismo dos Estudos Estratégicos.

Ainda na abordagem abrangente, a segurança humana - termo cunhado oficialmente no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1994⁶ apresentava a ampliação da dialética da segurança para além do cerne do Estado, território e nação no sentido de ponderar o indivíduo como uma variante na diligência política. De acordo com Rocha (2017), seu esboço é produto da interlocução entre órgãos e agências internas incluindo políticos e acadêmicos. Shinoda (2004) sublinha que alguns debatedores pontuam como paradoxal o fato de que a segurança humana seja advogada por governos, dado que seu objetivo está para além das limitações nacionais, justificando assim a suposição que tal termo seria criado e então manipulado para os próprios interesses estatais.

Os eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, considerados como marco temporal para os ESI, trouxeram uma nova preocupação com o fenômeno do terrorismo, uma

⁶ O então sexto secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali utilizou o termo segurança humana no relatório Uma Agenda Para Paz em 1992. O diplomata integrou o “desenvolvimento social e econômico como tópico na construção da paz incluindo desmilitarização, o controle de pequenas armas, reforma institucional, a melhoria no sistema judicial e policial, o monitoramento de direitos humanos e reforma eleitoral” (GENERAL ASSEMBLY, 1992, p. 19-22).

vez que os debates antecessores lidavam marginalmente com o assunto. Igual ineditismo remodelou a agenda de segurança internacional deslocando do paradigma das grandes potências e proliferação nuclear para uma ênfase nos países integrantes do Terceiro Mundo. Buzan e Hansen (2012) mencionam o impacto que os ataques terroristas, bem como a Guerra Global contra o Terror (GGcT), tiveram sobre a visão tradicionalista: “de um ponto de vista realista, o 11 de Setembro mostrou, portanto, a verdade perene de que ausência de conflito internacional não era indicação de uma mudança qualitativa irreversível, mas sim um lapso temporário nos vai e vens das tensões dentro de um sistema anárquico” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 346).

Quanto às perspectivas das teorias ampliadoras, Buzan e Hansen (2012) mencionam que tais correntes lidaram com os eventos do World Trade Center (WTC) através de duas posições. A primeira sublinhou os constrangimentos terroristas como um notável evento que subverteu a política internacional, enquanto que a segunda tratou como um tópico consideravelmente periférico prosseguindo com seu quadro de pesquisas. As linhas pós-estruturalista, feminista, pós-colonialista, construtivismo crítico e a Escola de Copenhague demarcam a segurança como uma instância discursiva em que os constrangimentos e identidades são construídos, incoerentes à disposição objetiva e material (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998; GROVOGUI, 2006; ENLOE, 2010)

De acordo com os teóricos ampliadores, os terroristas não eram observados como ameaças categoricamente identificadas, e sim como representações de um Outro radical. As abordagens discursivas pontuaram como as operações de 11 de setembro foram sinônimos de atos de guerra orquestrados, inversamente a um crime conduzido por indivíduos. Questionaram-se também, quais descarrilamentos políticos que essas elaborações subjetivas engendraram (DER DERIAN, 1992; DER DERIAN, 1995; OWENS, 2003). Outro ponto suscitado pelos amplificadores é a preocupação com qual de tipo de ator terrorista o sistema internacional se deparava, o que promoveu a relevância de teorizar contribuições acerca dos aspectos passionais. A emoção infere nas premissas racionais, não somente no preceito terrorista, bem como nas interações entre os Estados e as coletividades (CRAWFORD, 2000; DER DERIAN, 2004, 2005; BLEIKER, 2006; MITZEN, 2006; ROSS, 2006).

2.2 **Segurança na perspectiva construtivista: os três construtivismos**

No sentido de contextualização, antes de debatermos o painel teórico da Escola de Copenhague, especificamente à aderência ao discurso no processo de securitização, julgamos pertinente expor alguns dos conceitos compartilhados pelas contribuições construtivistas, dado

que seu quadro teórico foi fundamental para os trabalhos da Escola de Copenhague. De acordo com McDonald (2008), ao passo que os construtivistas pactuam que a segurança é uma construção social, tentativas em descrever com maior propriedade como a segurança atua são mais contestáveis. Grande parte dos construtivistas evitaram tal tópico. No entanto, a Escola de Copenhague realizou esforços em otimizar uma teoria mais compreensível aos estudos de segurança.

Propriamente sobre o construtivismo, ainda que o termo tenha sido primeiramente abordado no campo de Relações Internacionais por Nicholas Onuf com a obra “*World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International*”, no ano de 1989, o construtivismo alcançou sua proeminência com o artigo “*Anarchy is what States make of it*”, em 1992, elaborado por Alexander Wendt, um dos principais representantes dessa corrente (ZEHFUSS, 2002). Dessa maneira, Wendt argumenta que o significado atribuído a anarquia advém de uma construção social vinculada à identidade dos Estados. Os construtivistas sublinharam inúmeros temas a serem reconsiderados. Primeiramente, a concepção de que a construção social abarca diversas compreensões acerca de um fato ou objeto. Houve também uma preocupação em explicar os processos de mudanças no nível internacional (SIKKINK, 1998). A repentina alteração no sistema internacional pós-Guerra Fria desvelou a dimensão do contexto histórico e suscitou indagações acerca da transição do conflito à cooperação, da paz à guerra (FIERKE, 2013).

O segundo ponto destaca a dimensão social das Relações Internacionais, salientando o efeito que as normas, regras e linguagem produzem no sistema. Fierke (2013) menciona que eventos como o Glasnost de Gorbachev⁷, as intervenções humanitárias e os valores liberais democráticos promoveram um notório questionamento referente ao destaque restrito que os realistas conferiam ao interesse material e poder. Os construtivistas registram que igual exclusividade positivista não era capaz de fornecer subsídio teórico para especificar a dinâmica política pós-1991 (HOPF, 1998). Sendo assim, o construtivismo propôs uma análise de como fatores materiais e ideacionais agregam na construção de diferentes resultados e profusas consequências.

O terceiro aspecto acentua que a política internacional não reside em uma realidade objetiva, e sim é fruto do que fazemos dela (ONUF, 1989; WENDT, 1992). Os construtivistas incluíram a perspectiva do agenciamento e processos de interação, em réplica ao contorno

⁷ Glasnost refere-se à época em que, sob o comando de Mikhael Gorbachev, a União Soviética começou a manejar um direcionamento de liberalização econômica. Tal política é observada como um dos fatores que indicou o desmanche soviético (HOBSBAWN, 2009).

maciço da prescrição estrutural neorrealista e neoliberal. Não se trata de uma premissa em que os atores são completamente livres nos eventos sistêmicos e sociais, e sim, há a possibilidade de se realizar escolhas no percurso interativo com os outros atores resultando em uma pluralidade histórica, cultural e política. Destarte, as Relações Internacionais desenham uma construção social e não são independentes do significado e atuação humana. As performances dos autores não se distinguem meramente de maneira racional porque são interacionais em uma realidade significativa (BARNET; FINNEMORE, 2004).

Por conseguinte, considerável número de teóricos realizou esforços em sistematizar as vertentes construtivistas conforme suas articulações. Desse modo, eles alegam que todos os parâmetros de pesquisa integram interpretações e, não obstante, não há uma disposição neutra em que se possa lograr um discurso objetivo sobre o mundo (RUGGIE, 1988; KATZENSTEIN; KEOHANE; KRASNER, 1998; ADLER, 1999). Sobre as pontuações acerca das versões do construtivismo, Guzzini (2013) acrescenta:

A nova proeminência do construtivismo tem um preço. Está-se a apenas um passo de se inverter a relação entre o construtivismo e a via média, isto é, embora as posições construtivistas façam parte da via média, nem toda via média é construtivista. Em outras palavras, o preço do sucesso foi o abandono de algumas ideias básicas do construtivismo (GUZZINI, 2013, p. 190, tradução nossa).

Para fins didáticos, elucidaremos a categorização de Zehfuss (2004) com os três tipos de construtivismos. A autora menciona que, apesar das contribuições de Wendt receberem maior notoriedade no programa construtivista, as leituras de Kratochwil e Onuf também operaram significativamente na elaboração do construtivismo.

2.2.1 *Alexander Wendt: a anarquia é o que Estados fazem dela*

Wendt (1992, 1999) postula que a dinâmica da política internacional é criada, e não dada, visto que as identidades e interesses são construídos e engendrados por um procedimento intersubjetivo. Zehfuss (2004) estabelece um analogismo entre o investimento de Wendt e a teoria da estruturação de Anthony Giddens⁸. O *self* e o meio em que os indivíduos estão

⁸ De acordo com o sociólogo inglês Anthony Giddens, não há a possibilidade de admitir o processo social e individual separadamente, considerando que os dois espectros não se inserem em uma realidade objetiva. Tal reciprocidade existencial, denominada dualidade da estrutura, adere a uma ação que perfila no núcleo da concretude social. Assim, o sociólogo articula que a ação individual se localiza em um sistema pré-definido e mutável, fruto da dinâmica dos atores que interagem dentro de um arranjo guiado por normas e regras (GIDDENS, 1978).

inseridos moldam as interações bem como são moldados por elas, o que resulta na criação de uma realidade social e viabiliza a reorganização do sistema internacional (WENDT, 1992).

Wendt (1987) introduz o realismo científico como o princípio filosófico da teoria da estruturação. Para essa corrente, o real existe objetivamente sendo suscetível de averiguação pela ciência. A premissa de que os Estados não são tangíveis no âmbito de observação não impossibilita que sua existência seja objetiva. Wendt (1992) evidencia a autonomia de uma realidade em relação ao terreno material, social e assinala que uma explicação científica, com a apuração causal de mecanismos, seja aplicável às ciências sociais:

O estado e o sistema de estado são estruturas reais cuja natureza pode ser aproximada através da ciência. A aceitação desta proposição implica o “realismo científico”, uma filosofia da ciência que assume que o mundo existe independente dos seres humanos, que as teorias maduras tipicamente referem a este mundo, e elas o fazem mesmo quando os objetos da ciência são inobserváveis. Teoria reflete realidade, não de outra maneira; como os realistas gostam de dizer, eles querem colocar a ontologia antes da epistemologia (WENDT, 1999, p. 47, tradução nossa).

Em seu artigo “*Anarchy is What States Make of it*” de 1992, Wendt pontua que as identidades e interesses são categorias tomadas como exógenas pelo quadro realista e liberal. O autor construtivista procura estabelecer uma correspondência entre as vertentes racionalistas e reflexivas de Relações Internacionais. Diferentemente de Kenneth Waltz (1979), Wendt apresenta uma teoria estrutural estadocêntrica em que as Relações Internacionais são construídas, conjuntamente com os processos das práticas sociais, no lugar de serem historicamente dadas. Wendt, apesar de dizer que o sistema internacional é prescrito de acordo com a anarquia e autoajuda, não pactua com a afirmativa que a autoajuda seja uma peculiaridade da anarquia, ora uma instituição amparada pelo processo (ZEHFUSS, 2004).

Através do interacionismo simbólico⁹, Wendt cita como a autoajuda e o poder político são socialmente arquitetados em uma circunstância anárquica em dois princípios: o primeiro em que julga a performance individual baseada no significado que as pessoas atribuem a um objeto, e o segundo que credita que tais significados não são naturais e sim frutos de uma interação. Wendt posiciona que o comportamento, sob as condições que a anarquia não necessariamente apresenta auto interesse, é motivado por estruturas intersubjetivas e não materiais. Tal atuação é apoiada nos significados coletivos por meio dos quais as identidades são adquiridas pelos atores.

⁹ O interacionismo simbólico é uma corrente teórica da Sociologia que pontua os significados idiossincráticos de cada indivíduo como pertinentes na esfera da coletividade. A interpretação é um efeito das interações entre o indivíduo e o coletivo, ambos inseridos em um campo socialmente construído (BLUMER, 1969; BERGER; LUCKMANN, 2004; GIDDENS, 2004).

Destarte, a anarquia não segue um comportamento padrão, sua característica será desenhada pelas identificações através das lógicas hobbesiana, lockeana e kantiana. A interação social, na qual a posição do outro é observada como uma informação estratégica para a determinação de sua performance, possibilita com que a vigilância da violência no sistema internacional, bem como as hipóteses de iminentes conflitos e cooperação, sejam atreladas, de maneira convencional, a cultura de cada ator. A propagação dessa *práxis* leva a institucionalização, logo a internalização de certos tipos de comportamento dos autores.

Wendt (1992, p. 397) descreve a identidade como "compreensões com um papel específico e expectativas relativamente estáveis sobre o *self*". As identidades fornecem o alicerce em que os interesses são delineados no seguimento da conceptualização dos cenários, esses que irão estipular que forma de anarquia ou ambiente exercerá predomínio. Em seu artigo "*Collective Identity Formation and the International State*", Wendt (1994) assinala que as identidades demonstram a possibilidade de serem coletivas dependendo de como os interesses são estabelecidos. O autor ainda pontua que as identidades sociais contornam uma identificação com o destino do outro e a natureza deste processo, em dadas ocorrências, modelam como as características do *self* são concebidas. Atores que manifestam igual atributo traçam seus interesses em um alto estágio de agregação, concatenados por valores solidários e comunitários (WENDT, 1994). Zehfuss (2004) sublinha que as identidades de autointeresse não irão forçosamente substituir as coletivas, ainda assim, a cooperação pode alterar as identidades dos autores e não unicamente a estrutura, logo o painel de segurança vigente.

Zehfuss (2004) ainda acrescenta que a identidade é tema central na investigação de Wendt que se debruça na relação entre o que os autores fazem e o que eles são. As identidades de auto interesse são o vórtice do sistema de autoajuda e a modificação de identidades é uma das maneiras de superar tal arranjo. No próximo capítulo, discorreremos com maior especificidade os avanços e impasses levantados por Wendt no tocante ao conceito de identidade e a proporção herdada pela Escola de Copenhague.

2.2.2 ***Friedrich Kratochwil: regras, normas e decisões***

Kratochwil (1989) direciona sua crítica às teorias racionalistas por oferecer uma concepção limitada das práticas humanas, propondo assim uma objeção que abrangesse tópicos de prescrições ontológicas e metodológicas. Se as teorias *mainstream* respaldam seus argumentos em fatores antecedentes, em contrapartida Kratochwil (1989) sublinha a linguagem e as normas como fatores instrutores da conduta dos indivíduos. Seu diagrama teórico abarca a

filosofia da linguagem, mormente a teoria dos atos de fala, do mesmo modo que a filosofia aplicada e princípios da jurisprudência. Assim, a política internacional deve ser observada em um quadro regido por normas exemplarmente elucidadas no jogo de linguagem de Wittgenstein¹⁰ (ZEHFUSS, 2004). Apesar que, para Kratochwil (1989), alguns cenários sociais não são análogos a um jogo de xadrez e cabe aos autores chegarem a um senso comum para a aplicação de um conjunto de regras. Diferente de um jogo, as inconveniências não são solucionadas no âmbito da moral.

Os tratos políticos decorrem em um recinto compartilhado de percepções que orientam e auxiliam tanto os autores como os observadores em um local de análise. Qualquer investimento em suprimir dados no sentido de tornar uma análise proporcionalmente objetiva acarreta em uma imprecisão conceitual, visto que os indivíduos utilizam os preceitos morais como filtros de interpretação (KRATOCHWIL, 1984). Como Klabbers (2015) ilustra, Kratochwil estabelece uma correspondência entre a racionalidade e a compreensão do senso comum. Seguindo as asserções da teoria da ação comunicativa, proposta por Jurgen Habermas, o autor construtivista classifica como racionais as atitudes que produzem sentidos, ou seja, “chamar algo de racional significa endossá-lo em termos de alguma norma ou sentimento moral que permita isso” (KRATOCHWIL, 1989, p. 311, tradução nossa).

A imersão política de Kratochwil reside em coadunar a ação política a uma dinâmica de significados do que meramente instrumental. Embasado nas contribuições de Max Weber, Kratochwil postula que a ação só apresenta significado se estiver localizada em um campo compartilhado intersubjetivamente. Igual acontecimento se põe em cena baseado e mediado por regras e normas (KUBÁLKOVÁ, 2001). As regras modelam as decisões e fornecem significado às ações munindo os indivíduos de um instrumento por meio do qual eles se comunicam. As regras são propriamente os atos de falas que serão efetivas dependendo da recepção do interlocutor, ou seja, o seu sucesso reside em alcançar o objetivo almejado em relação ao remetente, estabelecendo um jogo de interdependência entre os dois pontos. De acordo com Kratochwil, as regras se configuram como instrumentos que mitigam os constrangimentos do palco social, contextualizado em uma rede de escolhas. As regras

¹⁰Para Wittgenstein (2000), a linguagem é uma dinâmica norteada por regras. Similarmente a um jogo, a linguagem apresenta uma lógica de estruturação, denominadamente as regras gramaticais. Iguais regras gramaticais não nos advertem qual proferimento fara sentido na cadeia da fala, assim definindo o jogo da linguagem. A atividade significativa de uma palavra é marcada pelas regras que circundam sua função, ou seja, articulamos o plano de conteúdo das palavras quando as utilizamos tal igual em um jogo de xadrez em que aprendemos a jogá-lo não pela correspondência entre as peças e os objetos, e sim pela atenção as prováveis movimentações no tabuleiro. Qualquer manifestação (não) verbal se caracteriza como um lance no jogo de linguagem, que só apresenta sentido dentro desse jogo.

localizam e identificam as contingências, e assim, direcionam a tomada de decisões que policiam essa rede de escolhas (KLABBERS, 2015).

Consoante aos preceitos do linguista John Austin, Kratochwil (1989) pontua que tais regras são performáticas e que especificam em quais situações cada ato é legitimado como válido. Zehfuss (2004) argumenta que as regras e normas são indubitavelmente pertinentes para o comportamento humano, no entanto, elas não são determinantes. Como os impasses sociais são fluídos e não requerem soluções majoritariamente lógicas, o enfoque analítico deve circundar seus esforços na observação de como as regras são validadas através de discursos:

Neste contexto, surge a questão de como uma decisão baseada em regras e normas, embora não seja logicamente convincente, pode mobilizar apoio. Meu argumento abaixo é que regras e normas que são usadas para chegar a uma decisão não funcionam neste processo de escolha como termos ou causas lógicas, mas como razões persuasivas (KRATOCHWIL, 1989, p. 36, tradução nossa).

De acordo com Kratochwil (1989), a razão adaptada na performance dos autores é concebida por sua qualidade moral. Portanto, o seguimento das regras não obedece a razão instrumental, e sim, uma razão moral demarcada por um afeto em detrimento a outro dentro de uma composição intersubjetiva em que as práticas sociais são significadas e articuladas. Segundo Zehfuss (2004), torna-se capital apurar as razões que são justificáveis no seguimento de uma regra em uma dada circunstância. Kratochwil (1989) aponta que somente a eventualidade de um ponto de vista moral pode nos conduzir a uma consideração. As normas viabilizam um encadeamento racional no qual as transgressões das regras são elencadas ou não como veniais. Este processo de classificação, em que uma atividade recebe apoio ou é refutada, depende de uma identificação com a relevância de premissas.

Como iguais razões são instrumentalizadas nos exercícios dos atos e resoluções, a predileção por um tipo de narrativa é primordial, pois o aparato discursivo localiza o debate entre a compreensão comum e a argumentação (KRATOCHWIL, 1989). Consequentemente, os indivíduos ao fazerem uma escolha do discurso optam simultaneamente por uma posição parcial. Os mecanismos racionais não garantem resoluções plausíveis, mesmo se alguns argumentos demonstram ser relativamente mais pertinentes que outros. Nesse caso, decretos autoritários são favoráveis e não abreviam a intervenção de normas e intersubjetividades, uma vez que os julgamentos imperativos podem demonstrar razões admissíveis em comparação àquelas provindas da arbitrariedade. Nessa acepção, Kratochwil (2011) recusa o pressuposto de que as normas exercem as causas da ação, como postulado na teoria de regimes. Para o autor,

igual hipótese não é uma maneira crível de apreender a influência das normas na dinâmica humana, dado que a explicação de uma ação é esboçada pelo viés moral.

Como foi previamente exposto, o pretexto das escolhas dos atores está embasado nas razões bem como nas justificativas legitimadas nos códigos morais vigentes no campo do intersubjetivo. Todavia, uma elucidação cabível das ações sociais requer o acesso aos parâmetros da moralidade no sentido de compreender como eles atuam na interface da intersubjetividade (KRATOCHWIL, 1996, 2008). Kratochwil também argumenta que os elementos da identidade e cultura são substâncias para a compreensão do aspecto intersubjetivo. O autor construtivista infere que a cultura se estabelece como um arranjo de significações que funda as trocas de subjetividades, e que igual categoria deveria ser instrumentalizada por um tratamento teórico adequado às questões da cultura.

2.2.3 *Nicolas Onuf: um mundo que construímos*

O campo de pesquisa de Nicolas Onuf reside na convergência do direito e Relações Internacionais. Tendo publicado um número considerado de contribuições no direito internacional, é com a obra *World of Our Making*, de 1989, que o autor desenvolve sua teoria construtivista. Onuf ambiciona integrar a política internacional com a teoria social no sentido de inaugurar um paradigma para a sociedade política (ZEHFUSS, 2014). O construtivismo aplica-se em todos os campos da demanda social e apresenta a competência de anexar tópicos que, em primeira observação, parecem desconexos (ONUF, 1989). Diferentemente de Kratochwil em que normas e regras são termos intercambiáveis, Onuf infere que as normas apresentam um nível de formalidade maior comparada às regras. Segundo Kubáľková (2001), o construtivismo normativo de Onuf posiciona as regras no epicentro da composição entre agente e estrutura:

A regra é um enunciado que diz às pessoas o que elas devem fazer. O “o que” na questão é um padrão para a conduta das pessoas em situação que podemos identificar como parecidas e que esperamos em encontrar. O “deve” nos diz para corresponder nossa conduta àquele padrão. Se falhamos em fazer o que as regras nos dizem, então podemos esperar consequências que outras regras trarão efeito quando outras pessoas seguirem o chamado das regras das tais consequências. Todas maneiras das quais as pessoas lidam com as regras – se as seguimos ou quebramos, se as fazemos, trocamos, ou nos livramos delas – devem ser chamadas de práticas. Mesmo quando não sabemos o que uma regra diz, nós podemos frequentemente adivinhar do que ela se trata observando a prática das pessoas (KUBÁĽKOVÁ, 2015, p. 59, tradução nossa).

As relações sociais nos tornam humanos e através das ações e da fala nos recorremos à matéria bruta da natureza para moldar o mundo como ele é. A linha construtivista reitera que as sociedades bem como as pessoas estão engendradas em uma via de mão dupla. Os atos, que são constituídos ora por atos de fala ou ações físicas, edificam nosso mundo, e isso só é possível porque o significamos. O significado que é encontrado nas relações humanas e sociais é considerado a partir da emergência das regras. As regras ajustam, concertam e restringem as dimensões do mundo assim como elas constituem e inauguram contextos e cenários (ZEHFUSS, 2004).

Para Onuf, quando um pesquisador analisa um panorama social, tal investigação deve ser iniciada a partir “do meio” entre o agente e a estrutura, pois não há uma regra à priori denotada em uma antecendência ontológica. No entanto, as regras emergem no intervalo do agente e da estrutura em que a sociedade é erigida. As considerações de Onuf acerca das regras são filtradas pelos atos de fala, o que atribui à linguagem um caráter performativo do que simplesmente descritivo. Onuf classifica iguais atos em três categorias que revelam a posição do emissor frente ao receptor. Todo discurso revela um aspecto normativo seja para concedê-lo como um credo subjetivo (assertivo), para incitar algum tipo de atitude (diretivo) ou mesmo para determinar ônus e responsabilidades (comissivo) (ZEHFUSS, 2004).

Como pontuado anteriormente, o sucesso dos atos de fala é mensurado pelos efeitos que são causados no destinatário, o que se leva a pontuar que toda regra é um ato de fala, porém nem todo ato de fala é uma regra. Dessa maneira, tais atos repercutidos com comparável frequência instauram em uma convenção. A partir do momento em que agentes consentem com a repetição de práticas, logo a convenção se configura em uma regra. As regras são travestidas por um ato de fala, todavia trivializam a vinculação entre quem fala e quem escuta.

2.3 Os predicados do Construtivismo: agentes, estruturas, comunidades epistêmicas, ideias e interesses

O construtivismo preocupa-se com a perspectiva humana e sua relação com o mundo, dado que o sistema internacional é composto por ideias e não exclusivamente por forças materiais. Desta maneira, após termos debatido brevemente sobre as contribuições realizadas por Wendt, Kratochwil e Onuf, acreditamos que alguns conceitos articulados no interior da teoria construtivista, precisamente agentes, estruturas, comunidades epistêmicas e ideias nos auxiliarão, de certo modo, a observar como as identidades dos Estados são geradas em interação não somente com outros Estados, mas também com o domínio social dos autores.

As observações recorrentes às ideias na composição da política internacional não são um ineditismo construtivista. De fato, Sprout e Sprout (1957) pontuaram a interferência de fatores de ordem psicológica, como as imagens e ideias, sobre as unidades materiais que compõem um sistema. Herz (1994) menciona a emergência de contribuições que investigam a função das ideias, denotadas como convicções e expectativas compartilhadas, e das identidades como instrumentos que estruturam as percepções que norteiam o comportamento dos indivíduos frente às escolhas e propósitos. Tal literatura (HAY, 1996, 2008, 2011; BERMAN, 1998, 2001, 2013; SCHMIDT, 2010, 2014) que se posiciona criticamente às fronteiras clássicas das teorias institucionalistas, pontua que a inserção das ideias dos atores no campo político apresentaria a sofisticação em explicar os mecanismos de tomadas de decisão.

O construtivismo, especificamente o legado de Wendt, indaga como as ideias integram o ambiente em que vivemos e como tais concepções atuam na composição das identidades, que por sua vez, são variáveis essenciais nas preferências e interesses do Estados. Por conseguinte, Wendt (1999) articula que as ideias não somente fomentam o ambiente social como também atingem o campo material e o encadeamento de significados no cenário cultural. Wendt (1995, p. 73, tradução nossa) pontua que “os recursos materiais somente adquirem significado para a ação humana através da estrutura do conhecimento compartilhado no qual eles estão inseridos” reiterando que o Estado, apesar de ser o único ator a dispor do monopólio da violência, não é uma representação material exclusivamente objetiva.

Jepperson, Wendt e Katzenstein (1996) reiteram que interesses e ideias estabelecem uma relação simbiótica que possibilita a significação dos elementos materiais que demarcam o contexto internacional. Goldstein e Keohane (1993), a partir dos pressupostos do Institucionalismo Racionalista, mencionam como as ideias, atributos dos princípios morais e emprego especializado do saber científico, são fatores que interferem nas predileções políticas. A dinâmica exercida pelos tomadores de decisões reflete um caráter qualitativo das ideias que mensuram a vinculação causal e princípio normativo. Embora tal teoria não segue uma linha construtivista, ela nos é útil no sentido de exemplificar como as ideias, preferências e crenças compartilhadas afetam o espaço político.

Ainda conforme Goldstein e Keohane (1993), há dois cenários que representam a influência das ideias nas decisões políticas. O primeiro realça a emergência dos atores em pontuar suas escolhas, produtos de uma relação causal entre objetivos e estratégias, no intuito de determinar quais metas podem ser obtidas. O segundo contexto revela o poder de constrangimento que as ideias exercem na esfera política ao se difundirem entre regras e normas adquirindo um caráter institucional:

Em suma, quando vemos política como uma arena em que atores se deparam com incertezas contínuas sobre seus interesses e como maximizá-los, a necessidade de ideias em atuarem como mapas de rotas se torna aparente. As ideias servem o propósito em guiar o comportamento sob condições de incerteza estipulando modelos causais ou providenciando interesse ética ou motivação moral para ação. As ideias podem ser amplas ou estreitas; elas podem estipular o que é certo e errado, providencia novas visões sociais, ou simplesmente sugerir qual política econômica guiará uma nação ao crescimento da economia (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 16, tradução nossa).

As ideias também influenciam na escolha para resoluções de problemas. Kingdon (1984) registra que nas intermitências do processo de decisão encontram-se duas categorias de atores políticos: as comunidades políticas (*policy communities*), exemplarmente um conjunto de especialistas que intervêm em determinadas áreas da política pública, e os empreendedores políticos (*policy entrepreneurs*) que empregam seus recursos materiais ou ideacionais com o desígnio de impactar preferências nas tomadas de decisão. É neste intervalo que as ideias pragmáticas, crenças causais e programáticas são potencializadas pelos especialistas, rearranjam interesses, esquematizam soluções para problemas (IKENBERRY, 1993).

Segundo Hass (1990), as comunidades epistêmicas são integradas por grupos de colaboradores, munidos de especializações e domínio de uma específica extensão do conhecimento, que compartilham uma soma de princípios normativos e causais como também bases de validação de *expertise* correlacionadas aos tópicos em que suas capacidades estejam empenhadas e legitimadas pela sociedade. O mecanismo de ação dessas comunidades epistêmicas está coadunado ao processo de institucionalização que integra perspectivas de informação, interpretação e incertezas. O construtivismo reconhece a pertinência ontológica das comunidades epistêmicas, visto que a materialização da performance dos autores que se agrupam para compartilhar conhecimento reitera o pressuposto construtivista de que as ideias são fatores influenciadores no processo decisório do gerenciamento de assuntos internos e externos.

As ideias, como argumentam Goldstein e Keohane (1993), são denominadas como *causal beliefs* que se caracterizam por ser crenças que estabelecem uma convergência entre causa e efeito e que são legitimadas através da aquiescência das elites. A laboração das comunidades epistêmicas não se circunscreve tão somente na esfera doméstica, posto que esses grupos entabulam interlocuções ignorando as limitações geográficas ou ordenamento de regimes. Como exemplifica Haas (1992), a atuação de tais comunidades não é embasada territorialmente, no entanto, elas se identificam a partir de conteúdos políticos congruentes. Segundo Keck e Sikkink (1998), as comunidades epistêmicas apresentam uma qualidade de comunicação transnacional e operam, de maneira substancial, no plano político.

Consecutivamente, elas influenciam na disposição e posicionamento dos atores determinando padrões de regulamento, delineando as escolhas do Estado e restringindo controvérsias políticas.

O debate agente-estrutura busca elucidar o comportamento dos agentes e suas influências nas estruturas, assim como, até qual ponto o nível estrutural limita a agência dos atores. Tal debate ganha corpo inicialmente com a obra de Waltz (1979) em que o autor circunda a influência do sistema internacional sobre o papel das unidades constitutivas. O paradigma estrutural de Waltz evidenciou o sistema internacional como um arranjo ordenado por agentes racionais, neste caso os Estados, que atuam conforme seus próprios interesses e sua posição estrutural em um panorama anárquico.

Waltz (1979) argumenta que as unidades interacionais no sistema disputam pela distribuição e obtenção de capacidades. Através desses recursos sistêmicos, os atores conseguiriam prospectar uma possível maximização de ganhos e vantagens em relação a outros atores. Tais recursos sistêmicos caracterizam-se por ser extensões territoriais, abrangência econômica, capacidade militar, etc. Dessa maneira, considerando que não há qualquer autoridade vigente acima das unidades do sistema, cada Estado realiza esforços para garantir sua sobrevivência no sistema internacional através da prática de autoajuda. No teor de segurança, a cooperação é quase inexistente sendo predominantes os esforços em maximizar os ganhos relativos por cada autor para que eles não se prejudiquem no sistema internacional.

Não obstante, ao descrever os agentes e os Estados como construto social, Wendt (1992) apresenta críticas ao sistema estrutural waltziano concernente a assertiva que a anarquia conduz a um comportamento egoísta. Se os autores são egoístas ou não, igual comportamento não pode ser estabelecimento previamente, pois tal fenômeno depende da interação entre eles. Para os neorrealistas, as identidades e interesses são produzidas *a priori*, ou seja, os Estados apresentam uma clara imagem de quem são e o que anseiam previamente a relação com outros Estados. Já para Wendt (1992), é através da interação com outros atores que as identidades e interesses são produzidos.

Copeland (2002) articula que ao desatentar aos potenciais elos entre unidades distintas, os fundamentos de Waltz falham em corroborar questões pertinentes como a função da governança em auxiliar a governabilidade da anarquia internacional através da agência de atores não-estatais e o profuso surgimento do fluxo transnacional. Concernente à estrutura, Waltz (1979) a qualifica como um *locus* ontológico que precede os agentes, e assim, para compreender o plano da agência se faz necessário analisar primeiramente o nível estrutural. Para Wendt (1999), a estrutura é construída por ideias, além de sua base material. A estrutura e

os agentes são elementos simbióticos e interdependentes, contudo, manifestam ontologias diferentes.

Com sua análise estrutural, Wendt (1987) tipifica o Estado como o principal agente que se constitui mutuamente com a estrutura global. O conceito de anarquia, aqui também entendida com construção social, desempenha uma atribuição central e constrange os interesses e o desenvolvimento das identidades dos atores. A cultura anárquica pode ser definida de três formas conforme a estrutura ideacional que se encontra entreposta. Dessa maneira, temos a cultura hobbesiana quando as relações de inimizade sobressaem às interações entre os atores; a lockeana cuja dinâmica prevalecente é norteada pelo antagonismo entre os Estados; e a kantiana que confere um grau amistoso, todavia não pleno, em que os iminentes entraves são solucionados propiciamente.

A partir desse cenário, nas circunstâncias em que as identidades entremeadas pelos Estados são deduzidas como positivas, há uma inclinação para um indicador cooperativo e, contrariamente, emprega-se o balanceamento de poder caso as identidades sejam observadas como negativas. Se Wendt aponta que as ameaças e constrangimentos são construções sociais, e não estáticas e naturais, Katzenstein (1996) reitera que os interesses em termos de segurança são determinados por atores que reagem a elementos da cultura embasados por uma dinâmica do trato social. Tanto os padrões de amizade quanto de inimizades são componentes expressivos que revelam concertos e hostilidades entre os Estados na estrutura internacional.

De acordo com Onuf (1998), a agência é sempre limitada e os agentes não são soberanos em atuar como bem desejam. Muitos desses limites apresentam um componente material e as regras, correntemente, reprimem a sequência de atos que outros agentes poderiam realizar. Nenhum indivíduo, enquanto na posição de agente, obtém completa autonomia. Proporcionalmente, os agentes que performam conjuntamente não se beneficiarão de uma independência plena e são restringidos pelas mesmas regras que os possibilitam de atuar no coletivo. Onuf (1998) acrescenta que quando um amplo número de pessoas exerce coletivamente como agentes e apresentam um grau considerável de identificação mútua e atuam com limites amplos, essas pessoas constituem um país.

Gould (1998) pontua uma série de fatores relevante sobre a dinâmica agente-estrutura. Tal dilema suscita um grande questionamento no epicentro do segundo debate (tradicionalismo e cientificismo) e não nos argumentos interparadigmáticos como muitos teóricos relevam. Os objetos concernentes à essa discussão são preponderantemente acerca do método e cerne ontológico, e não epistemológico. Em outras palavras, os tradicionalistas pontuavam como devíamos entender as Relações Internacionais, enquanto que os behavioristas

argumentavam como devíamos explicar as Relações Internacionais. A teoria da estruturação é inepta a dirimir o debate, visto que não delimita os meios pelos quais os agentes e estruturam se instituem. Do mesmo modo, o foco realista em objetos inobserváveis não traz nenhuma contribuição, contrariamente à ênfase construtivista sobre regras.

2.4 Os Estudos Críticos em Segurança Internacional

Antes de adentrarmos especificamente na Escola de Copenhague, é necessário pontuar o contexto em que ela surge. Dentro do panorama dos Estudos Críticos de Segurança, a Escola de Copenhague, bem como a Escola Galesa e de Paris emergem no sentido de contestação frente às normativas tradicionais referentes ao papel hegemônico do Estado e de superar as práticas de segurança que vão além da performance militar. Os Estudos Críticos de Segurança Internacional surgem a partir da necessidade em se observar quais condições impelem os atores do sistema internacional a abordar táticas securitárias: (i) pela via da emancipação individual (Escola Galesa); (ii) por intermédio das práticas discursivas embasadas no conceito de poder (Escola de Paris) e (iii) através dos movimentos de securitização (Escola de Copenhague). Com a emergência da crítica liberal à segurança internacional, o Estado remanesce como central nos processos dinâmicos do sistema internacional, no entanto, esse ator passa ser analisado atribuindo-se maior notoriedade à sociedade.

Apesar das considerações serem levadas em conta também pela via individual pela escola neoliberal, há ainda uma predominância da lógica estadocêntrica acompanhada de limitações teóricas. Uma visão amplificadora da segurança internacional é estabelecida com objetivo de questionar as práticas até então padronizadas e recebem tal nomenclatura por serem justamente uma crítica aos pressupostos realistas. Nesse sentido, os Estudos Críticos de Segurança Internacional apresentam como propósito engendrar um aporte que englobasse os fenômenos sociais dentro de um contexto histórico, a modo de esquivar-se de vertentes deterministas viabilizando novas configurações para o avanço teórico no campo de Segurança Internacional. De acordo com Williams (2008), os Estudos Críticos de Segurança Internacional elencam três variantes para compreender a segurança além dos textos tradicionais. O primeiro ponto remete ao aprofundamento do conceito de segurança que é caracterizado como contingente a partir das diversas formas e referências as quais se incumbem. Já o segundo ponto concerne às instâncias amplificadoras que argumentam que o poderio militar não é a única e nem a mais pertinente abordagem para a promoção securitária. O terceiro ponto refere-se a que as práticas de segurança devem conduzir a emancipação de determinado ator.

Uma das críticas mais evidenciadas pelos Estudos Críticos revelam que o cenário tradicionalista abarca elementos que corroboram para uma análise objetivista, apolítica e anistórica do campo. Também, a perpetuação da centralidade dos Estados como lugar de fala privilegiada, silenciando assim outros atores configurando um estatuto científico à segurança internacional. Os Estudos Críticos têm seu ponto de partida com as articulações externadas na conferência acolhida pela Universidade de York, Canadá, em 1994, e que posteriormente resultou na obra *Critical Security Studies: Concepts and cases* (1997) publicada por Michael Williams e Keith Krause. A agenda de pesquisa dos Estudos Críticos é concentrada a partir das contribuições que questionam as estruturas hegemônicas e que são advindas de outras vertentes compreendendo o construtivismo, pós-modernismo, pós-colonialismo, sociologia e feminismo. Cada uma dessas perspectivas realiza esforços em dar embasamento referente como o conhecimento é fabricado e posicionar a segurança como mecanismos que revelam lugares em que os atores discursam.

A partir da prerrogativa “segurança sobre o que e para quem” (KRAUSE; WILLIAMS, 1997), os Estudos Críticos consideram não analisar tudo como um dilema de segurança e sim como da ordem da política, ou seja, como Walker (1997) reitera: a segurança é uma variante histórica e deve ser atrelada aos dilemas essenciais da política internacional contemporânea. O Estado, com o recurso da força militar e posto como ator principal são variantes historicamente centralizadas e que devem ser objetos de indagações à medida que são aplicadas em outros recintos e contextos. Krause (1998), com intuito de sobrelevar a agenda determinista realista, estabelece um diagrama embasado em seis diretrizes que configurariam os Estudos Críticos sob a observação histórico-interpretativa da Segurança Internacional. Tal análise levaria em conta os aspectos teóricos e práticos no sentido de restaurar as idiossincrasias da segurança internacional como produto das interações e mecanismos sociais.

O panorama da proposta concentra-se nas reflexões de que (i) os atores são resultantes de uma construção social entremeada numa dinâmica histórica complexa; (ii) como também são instaurados de maneira contínua por estratégias políticas que fabricam identidades e interesses circunstanciais frente a (iii) uma conjuntura política internacional que se encontra sempre sob algum tipo de constrangimento e ameaça. Desse modo, isso nos levaria a considerar que (iv) nossos saberes acerca do mundo lá fora não são instituídos de maneira objetiva e que (v) nossas ferramentas analíticas para o campo das Ciências Sociais seriam elencadas através de seu caráter interpretativo e não como aplicado nas Ciências Naturais. Por último (vi) apresentar o objetivo teórico em não recorrer às explicações e previsões no sentido identificar de maneira contextual o pragmatismo.

Jones (1999) argumenta que os Estudos Críticos de Segurança devem integrar quatro dimensões: (i) alargamento securitário com a inclusão de questões não militares; (ii) suposições provindas tanto do espectro político e social instaurando um aprofundamento; (iii) uma extensão que compreendesse atores não-estatais, especialmente indivíduos e (iv) a ênfase em um objetivo normativo. Além disso, o recorte em limitar a segurança no espectro militar não viabiliza com que o indivíduo, última unidade de uma organização social, seja considerado como sujeito e objeto de práticas de segurança. Krause e Williams (1997), a partir disso, postulam que desse deslocamento unitário como nível de análise, três dimensões são atribuídas aos indivíduos: (i) seus direitos; (ii) sua cidadania e integração societal e (iii) sua aderência a uma comunidade que transcende quaisquer territórios, a humanidade em si. Logo:

Esses argumentos problematizam a condição decorrente da soberania estatal para a possibilidade de se entender identidades de maneira não-excludentes, distinguindo-se do padrão estabelecido pela identidade decorrente do Estado. Não se discute aqui a influência da anarquia levando à soberanias excludentes, mas a possibilidade de soberanias concorrentes focadas na identidade e em suas conexões com a comunidade e a cultura (VALENÇA, 2010, p. 83).

O indivíduo no papel de agente e cidadão como ponto de partida referencial, inversamente à qualidade soberana imposta pelo Estado, possibilita os Estudos Críticos a articular o quê e para quem assegurar algo com qual motivo levando em consideração que as práticas securitárias ocorrem em determinado lugar, contexto e que apresenta uma materialidade. Ao tentarmos proteger o Estado, as organizações, as instituições, as comunidades, não estaríamos em última instância assegurando o indivíduo? Nesse sentido, torna-se necessário estabelecer como as identidades se cristalizam no âmbito coletivo de modo a transparecer como os movimentos dicotômicos inclusão/exclusão operam no sistema internacional. Tendo apresentando de maneira breve o cerne dos Estudos Críticos, iremos prosseguir, de maneira sucinta, com as propostas levantadas pela Escola Galesa e de Paris acerca da segurança, para que no próximo subcapítulo seja discutido o alargamento setorial na perspectiva da Escola de Copenhague.

A Escola Galesa tem como propósito realizar um corte epistêmico que rompa com as práticas padronizadas que incluem a imparcialidade analítica conduzidas pelas teorias tradicionalistas. Ken Booth e Wyn Jones são os autores expoentes dessa Escola e procuram suas fontes referenciais a partir dos arcabouços da Escola de Frankfurt e Estudos para a Paz¹¹

¹¹Estudos para Paz (*Peace Studies*) aludem aos esforços de teóricos que, a partir da década de 1960, começaram a incentivar debates acerca da paz. Sublinham-se as contribuições Galtung (1996), especificamente sua distinção

(SMITH, 2005). Desse modo, indagações concernentes à natureza da política e sua aplicação empírica se embasariam nos pressupostos da filosofia do conhecimento, articulados pela Escola de Frankfurt, provocando questionamentos acerca dos aportes positivistas estabelecendo uma ferramenta metodológica que esteja imersa na confluência histórica-política. Para Booth (2005), uma maior reflexão acerca dos dilemas securitários tomaria lugar ao levantar três demandas essenciais: o que é real e o que é conhecimento e o que pode ser gerenciado frente essas duas variantes.

Uma conduta analítica que precede um maior detalhamento referente aos tópicos de Segurança Internacional indica que os comportamentos dos atores internacionais são providos de uma política contemporânea e contingente, ao contrário de um determinismo inerte convencionado por normas fixas e estáveis. Isso implica que haverá continuamente a necessidade de questionar os conceitos estabelecidos em Segurança Internacional, pois os constrangimentos nunca são dados, há sempre alguém que nos indica o que é uma ameaça e como ela deve ser governada. As práticas securitárias devem compreender um cenário pragmático que possibilite atitudes emancipatórias com o intuito de testemunhar a procedência dos objetos examinados no âmbito social, que neste caso, seriam os indivíduos inversamente à figura do Estado. Essas observações seriam acarretadas por um certo tipo de conhecimento que provocaria um deslocamento das ciências naturais a um empreendimento mais compreensivo em relação às dinâmicas das sociedades (BOOTH, 2005).

A ênfase de uma abordagem securitária à nível individual e sua emancipação compromete observar as maneiras com as quais os indivíduos são constrangidos, oprimidos cujo espaço de fala é ocultado, ou até mesmo silenciado por estruturas hegemônicas (BOOTH, 1991). Alker (2005) e Smith (2005) remarcam que a emancipação deve ser sensivelmente refletida a partir do panorama contextual em que é almejada por intermédio de determinadas conjunturas de práticas políticas. Booth (2007) sublinha que a violência, para a Escola Galesa, é um aspecto consequente da incompetência em não alcançar um patamar emancipatório que é produto das estratégias generalistas do Estado. Para que as ameaças tangentes aos indivíduos sejam extinguidas, é necessário não somente arguir a respeito da emancipação, porém lançar indagações de como essa variante operaria e ecoaria no cenário político, social tanto ao nível local quanto internacional. O Realismo não apresenta em seu repertório teórico ferramentas reflexivas com objetivo de analisar a emancipação de maneira crítica. Nesse contexto, o aporte realista destacaria um ator não condizente com os aspectos locais de uma sociedade,

entre paz negativa, tomada como ausência de conflito, e paz positiva, que concerne às variantes estruturais que dificultariam a estabelecimento de um cenário pacífico.

comunidade, tribo, clã e sublinharia o dilema libertário a partir de um escopo ocidental homogeneizante, reproduzindo e simulando o protótipo prevalecente a outras ocorrências e panoramas.

Uma das críticas reservadas a Escola Galesa é a análise da violência como um fenômeno que impede o alcance da emancipação. Neste sentido, a violência não é denotada como ferramenta na estratégia política. Tal Escola, ao substituir a emancipação por violência, inclina-se nos ideais libertários etnocêntricos que supõem que a liberdade seja algo almejado por qualquer sociedade. Barkawi e Laffey (2006) argumentam que a visão eurocêntrica da Escola Galesa cai na armadilha ao presumir que a emancipação se encaixa como um ideal máximo a ser alcançado por outras sociedades. Nesse sentido, a Escola Galesa, ao instrumentar o alargamento securitário pela via emancipatória, reproduz os mesmos discursos universalizantes que as correntes positivas são atribuídas em perenizar.

A Escola de Paris delineia o que é (in)segurança por intermédio das práticas discursivas, especificamente ancoradas pelas contribuições sociológicas de Pierre Bourdieu e Michel Foucault concernentes ao estatuto do poder e da verdade. Seu ponto de partida é estabelecido pelo entroncamento da teoria política e sociológica das migrações e policiamento europeu diferindo dos aportes epistemológicos de outras vertentes que integram os Estudos Críticos. Nesse sentido, a Escola de Paris se posiciona na confluência entre a Escola Galesa, com suas indagações acerca do papel do Estado como barreira ao alcance emancipatório do indivíduo, e a Escola de Copenhague com sua vertente discursiva que inaugura atos de securitização e que será debatida no próximo subcapítulo. Nesse sentido, o debate levantado por essa Escola pode ser sintetizado a partir de duas considerações: a partir de uma análise sociológica, o que é segurança e o que ela faz? (BIGO, 2008).

O emprego da sociologia política internacional¹² conjuntamente à aplicação de uma epistemologia construtivista no sentido de reconhecer a intersecção entre o cenário doméstico e internacional configura uma amplitude aos desafios de sua estrutura teórica. O autor mais proeminente da Escola de Paris é Didier Bigo, especificamente por suas contribuições, com

¹²De acordo com Bigo (2013, p. 193-194) A Sociologia Política Internacional (SPI) é “inspirada em uma metodologia relacional e processual que questiona as premissas das RI quanto às fronteiras do internacional, a visão de que a política está no centro das ciências políticas e o nacionalismo metodológico no que diz respeito à sociedade. A fim de evitar dualismos, a SPI discute as diferentes epistemes em jogo e analisa a sociogênese das práticas dos atores em seus distintos universos profissionais e culturais, com atenção especial para as disputas por poder entre esses atores e para os processos de politização e (in)securitização. A SPI é, portanto, construtivista na medida em que seus autores são reflexivos e desconstruem reivindicações de conhecimento essencialistas. A SPI é também empiricista na medida em que seus autores são sensíveis às práticas dos seres humanos e a suas relações com objetos. Nessa abordagem, as teorias partem dessas relações sociológicas e históricas, sempre incrustadas em locais e tempos específicos”.

notável impacto, no editorial do periódico francês *Cultures e Conflicts*. O objetivo mais contundente de Bigo parte de como mapear a topologia da segurança internacional de modo a demonstrar como o âmbito interno e externo se mesclam e se confundem, produzindo espaços híbridos, exemplarmente a União Europeia, e que repercutem nas tomadas de decisões de agências especializadas em preservar um cenário seguro, incluindo o corpo militar, instituições policiais e os escritórios imigratórios (WÆVER, 2004).

Segundo Bigo (2008), a segurança se atrela aos aspectos pragmáticos da legitimidade e, nesse sentido, não é eximida das estratégias políticas que englobam seus atores e procedimentos de ratificação. A legitimação, além de ser um recinto tensional em que autores disputam espaços discursivos para determinar o que é segurança, também é pontuada como um endossamento a certos tipos de práticas de violência que se qualificariam como estratégia política para garantir a segurança. Destarte, a função dos discursos configura e disserta o que é um cenário (in)seguro e assume papel central na Escola de Paris. De acordo com Bigo (2006), as instâncias enunciativas não são confinadas somente aos agentes securitizadores, visto que determinados movimentos de securitização estão incluídos na agenda institucional de organizações, porém não há ocorrências de debates acerca dos objetos referentes.

A localização de um objeto que represente ameaça é construída através de um modelo operacional de securitização, de maneira divergente do aporte proposto pela Escola de Copenhague a ser discutido no próximo subcapítulo. Como Bigo (2008) menciona, a securitização se instaura por intermédio da instrumentalização técnica dos mecanismos de (in)segurança realizada por agências de segurança. Desse modo, surge uma dinâmica que participa correntemente da vida dos indivíduos a modo de estabelecer uma normatização e a legitimidade seria um efeito da intervenção securitária que, por sua vez, desencadearia consequências estruturais através de uma matriz de emergência ou exceção. Dado que a securitização provocaria um maior sentimento de insegurança, Bigo (2008) levanta a hipótese se tais movimentos alcançam seus intuitos por justamente serem conduzidos por determinadas e específicas agências de segurança.

2.5 A Escola de Copenhague e o alargamento setorial

A Escola de Copenhague direciona primordialmente sua preocupação em pontuar como a segurança opera no contexto político. Seu arcabouço teórico desenvolveu-se no cenário pós-Guerra Fria e amplificou as definições de segurança integrando temas negligenciados como a pobreza, direitos humanos e questões ambientais. Seu cerne analítico não fornece orientações

diretivas de como a segurança deve ser definida ou como os atores podem gerenciar decisões externas e crises, e sim, busca-se verificar os significados atribuídos à segurança como um processo intersubjetivo e quais efeitos políticos essas construções sobre segurança produzem (MCDONALD, 2008).

Buzan, Wæver, Wilde (1998) formulam conceitos como setores, complexo regional de segurança e securitização, todos engendrados pelo nível de análise. Os intelectuais de Copenhague fazem uso do nível de análise para detectar os atores, objetos referentes e interação que agem no núcleo de segurança. As teorias podem prover explicações causais desde a estrutura do sistema até a unidade de comportamento e coletividade humana. Contudo, não há uma inerência própria aos níveis de análise que sugira um determinado padrão ou prevalência de vínculo entre eles. Os níveis não são designados como um recurso explanatório, e sim, são meramente um referencial analítico, no sentido de indicar o local em que as contingências acontecem.

Nos estudos de Relações Internacionais, os autores de Copenhague pontuam os níveis de análises mais frequentemente incorporados. Primeiramente, os sistemas internacionais que representam o maior grupamento de unidades interacionais e interdependentes e não são comeditos por um sistema governante acima deles. Em seguida, os subsistemas internacionais que abarcam conjunto de unidades dentro do sistema internacional e que podem ser destacados do total sistema pelo seu conteúdo particular ou intensidade de interação entre eles. Tais subsistemas podem seguir uma lógica territorial, como a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), ou lógica de interesses como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Supervenientes aos subsistemas, as unidades são fundadas por diversos subgrupos, Estados, nações, organizações, comunidades que sejam amplamente coesivas e gozem de independência na sua diferenciação frente ao outro. Em seguida, encontramos as subunidades que compõem um grupo organizado de indivíduos e que demonstram a competência em influenciar a dinâmica de uma unidade, exemplarmente as burocracias e lobbies. Por último, encontramos os indivíduos como o menor nível de análise no campo das ciências sociais. Buzan, Wæver, Wilde (1998) pontuam que o debate sobre o nível de análise está comumente associado ao neorrealismo, refletindo uma perspectiva estadocêntrica e posicionando as subunidades dentro dos Estados e os subsistemas como constituídos pelos mesmos. Tal representação positivista atesta uma ontologia particular que marginaliza as unidades transnacionais. Segundo os autores de Copenhague, não há necessidade de os níveis privilegiarem os Estados, visto que o nível da unidade pode atuar muito mais que os Estados.

Uma das contribuições centrais da Escola de Copenhague é marcada pelo conceito de securitização. Este conceito foi primeiramente formulado por Wæver (1995) e se apoia nos mecanismos de construção da percepção de constrangimentos. A securitização é um processo pelo o qual um ator menciona que um objeto se enquadra como uma iminente ameaça. Se tal declaração é deferida por uma considerável audiência, isso desencadeia uma série de medidas que envolvem a suspensão do modelo padrão político e possibilita a aplicação de tomadas emergenciais frente às ameaças. A segurança, desta maneira, é um canal de negociações entre aqueles que emitem um discurso securitizador ocupando assim um lugar de autoridade, e os interlocutores pertencentes de uma audiência. Wæver (1995) reitera que uma securitização efetiva abarca a articulação de uma ameaça especificamente de um determinado local, em uma voz institucional, especificamente por elites. Rudzic (2005) complementa que, em termos do sucesso da securitização, uma ameaça iminente que acione procedimentos emergenciais e exclusivos deve ser endossada por uma fração expressiva da audiência.

As articulações de ameaça são travestidas de atos de fala. Termo esse proveniente das concepções de Austin que defendia que as falas, que para além de ser um dispositivo representacional, possuem um caráter pragmático e performático. Esse conceito é consoante aos que os construtivistas pontuam acerca das ideias. Se todo ser é social, logo ele se comunica com o outro. Ao transmitir uma mensagem, o falante expõe suas ideias que se materializam em ações e engajamentos institucionais. Wæver (1995) menciona que os representantes dos Estados, ao promover o deslocamento de um objeto em potencial constrangimento para um campo específico, pleiteiam o direito de utilizar qualquer meio necessário em impedir, ou extinguir tal objeto. Buzan, Wæver e Wilde (1998) classificaram os atos de fala como um movimento securitizador cujo objeto em questão só é securitizado se a audiência adota o discurso do emissor. Elementos como a forma em que ato de fala é proferido, a posição do agente emissor e contexto histórico atrelado à ameaça são fatores denominados como condições facilitadoras que viabilizam a aderência a um determinado movimento securitizador por uma audiência significativa.

No sentido de uma melhor compreensão acerca do processo de securitização foram estabelecidas algumas categorias operacionais que enquadram os objetos referentes, os agentes securitizadores e atores funcionais. Respectivamente, os objetos referentes são assuntos percebidos como uma ameaça iminente ou existencial. Os agentes securitizadores são os atores que destacam a ameaça presente, percebem e localizam o objeto referente como uma ameaça provinda do Estado, organizações, grupos transnacionais e sociais, bem como indivíduos. Os atores funcionais, por sua vez, não pertencem nem ao conjunto dos objetos referentes nem dos

agentes securitizadores, porém, apresentam a capacidade de influenciar direta ou indiretamente na dinâmica dos setores de segurança (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Dentro desse quadro, é válido mencionar que um determinado tópico pode ser inserido em um panorama não politizado, politizado ou securitizado como exemplificados na figura 1. Quando uma temática não é politizada significa que o objeto referente não é substancial ao debate público, bem como não há comprometimento estatal. Um assunto passa a ser politizado quando este abarca tomadas de decisões públicas que variam desde alocação de recursos ou outra variante de superintendência governamental. Por fim, quando um assunto é securitizado, presume-se que o objeto referente é percebido como uma ameaça, requerendo uma diligência que justifique práticas que transgridem o limite e a conduta padrão da política:

Em teoria, qualquer questão pública pode se localizar no espectro que vai de não politizada (ou seja, o Estado não lida com isso e não é, em qualquer outra forma, uma questão de debate público ou decisão pública) para o politizado (significando que o assunto faz parte da política pública, exigindo decisão do governo e alocação de recursos ou, mais raramente, alguma outra forma de governo comunal) para securitizado (significando que o problema é apresentado como uma ameaça existencial, exigindo medidas de emergência e justifica ações fora dos limites normais de procedimento político). Em princípio, a disposição de questões neste espectro é aberta: dependendo das circunstâncias, qualquer questão pode acabar em qualquer parte do espectro. Na prática, a disposição varia substancialmente de estado para estado (e também ao longo do tempo) (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 23-24, tradução nossa).

Figura 1 – Esquema da securitização



Fonte: Buzan, Waever e Wilde (1998). Adaptado.

Quanto ao diagrama regional, McDonald (2008) pontua que os argumentos de Copenhague sobre regiões subjazem ao colapso do sistema bipolar que suprimiu a principal

força motriz da esfera global. As potências remanescentes não são mais incentivadas por adversidades ideológicas, e demonstram indícios claros de não participar em engajamentos políticos de maiores escalas, salvo se os interesses próprios são comprometidos. Esse cenário propicia uma liderança vulnerável no sistema internacional, e consequentemente, as regiões são impulsionadas a gerenciar seus assuntos de maneira autônoma. Em termos de níveis analíticos, Buzan, Wæver e Wilde (1998) mencionam que as regiões são um determinado tipo de subsistema.

Para explicar os sistemas regionais estatais, os autores de Copenhague recorrem às reflexões de Mouritzen (1995, 1997) pontuando que as unidades apresentam uma característica fixa e não mutável. Sendo assim, cada unidade enfrentará um ambiente regional moderadamente estável composto por unidades maiores em suas adjacências geográficas, e cada unidade será identificada por sua localização dentro da estrutura do sistema. Caso contrário, se as unidades forem voláteis, após um período considerável, o ambiente instituirá um sistema do que um determinado seguimento deste sistema. Buzan, Wæver e Wilde (1988) reiteram que a não consideração acerca dos efeitos de unidades remotas elucidam, em parte, o porquê os níveis de subsistema são negligenciados na teoria de Relações Internacionais.

Na obra *“Security: A New Framework for Analysis”*, de 1998, Buzan, Wæver e Wilde adotam como proposta ampliar a agenda de segurança no sentido de integrar ameaças provindas não somente dos setores político e militar. Constrangimentos originários do setor ambiental, econômico e societal são adicionados em seu repertório teórico, visando sempre limitar as características dos elementos de cada setor que os qualificam como pertinentes ao espectro da segurança. Para o que um objeto seja eleito como um fator de segurança, algumas qualidades como potencial risco à sobrevivência, sua propensão urgencial e uso exclusivo de meios extraordinários para fins de coerção são consideradas (WÆVER, 1995).

Uma maneira de setorizar a segurança é observar os tipos específicos de interação que são estabelecidos. Os setores são classificados com o objetivo de desmembrar propostas de análise, distinguindo assim modelos de interação. Todavia, os elementos encontrados por setores carecem de uma ordem independente. As associações de coerção não estão isentas dos fluxos de troca, autoridade, identidade ou questões tocantes ao meio-ambiente. Os setores podem apresentar padrões distintos, contudo eles permanecem indissociáveis de um conjunto maior. O intento de separação dos setores é conduzido para minar a complexidade e dinamizar a análise. No entanto, para chegar-se a uma compreensão, deve-se reintegrar as partes e pontuar como uma se relaciona a outra, assim conduzindo uma análise intersetorial (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Na plataforma do setor militar, os atores estatais tem sido, em grande escala, o grande referencial para a segurança bélica. Salvar a integridade física de um estado é demarcado como um objetivo tradicional da esfera militar tanto no âmbito regional como doméstico. Considerável parte dos subsistemas denotados neste setor são geograficamente coerentes o que lhes possibilita a instituição de complexos de segurança. Os autores de Copenhague também pontuam que cooperações, organizações regionais e alguns ordenamentos da sociedade internacional configuram-se como objetos referentes neste setor. Quando ocorre a desintegração de Estados, unidades menores surgem como os primeiros indícios da (in)segurança militar (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998):

O setor militar é aquele em qual o processo de securitização é provavelmente o mais institucionalizado. Mas reflete a condição histórica particular do sistema internacional contemporâneo. Não é necessariamente assim, também é válido lembrar que, contrariamente a posição tradicionalista, nem tudo no setor militar é necessariamente sobre segurança (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 49, tradução nossa).

Nesse setor, os atores securitizadores mostram uma maior probabilidade de ser efetivos e embora as capacidades materiais não acarretarem uma securitização de fato, elas podem viabilizar tal evento. Demais variáveis como geográfica, política e histórica contextualizam a dinâmica de securitização, que uma vez aplicada, as interações militares de segurança se engendram em um padrão claro de ação e reação. Após um notável período em que o nível global imperou neste setor, houve um deslocamento para os fluxos de segurança regional militar e em alguns cenários, essa mudança mostrou sinais ambivalentes de minar ou evidenciar certos conflitos regionais (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Os autores da Escola de Copenhague reforçam que as percepções de constrangimento, vulnerabilidade e (in)segurança são socialmente construídas, porém, presume-se que seja mais provável estabelecer a securitização em certas situações do que em outras. Tanto a paranoia (a securitização de ameaças não existentes) quanto complacência (a não securitização de aparentes ameaças) são possíveis em tais circunstâncias. As vulnerabilidades militares são tradicionalmente atreladas à segurança nacional e diferentemente de outros tipos de ameaça, as militares são geralmente intencionais e diretas.

Quanto ao setor ambiental, Buzan, Wæver e Wilde (1998) presumem que muitos dos movimentos securitizadores aconteçam predominantemente no espectro do sistema devido à presença da comunidade epistêmica ambiental que adapta e securitiza a agenda deste campo. A influência política apresenta, no entanto, seus limites e devemos distinguir dois tipos de agenda: a científica propriamente, e a política que abrange as expectativas das esferas públicas

e transnacionais. Isso acarreta com que o nível da unidade seja o segundo nível dominante neste setor. Um fator determinante para a segurança ambiental reside na adoção da agenda científica por parte dos Estados, importantes atores econômicos e comunidades locais. Resumidamente, quando o tópico é global, sua pertinência política é gerenciada no recinto local.

Os autores de Copenhague mencionam que alguns movimentos securitizadores no âmbito global demonstraram uma politização significativa. Entretanto, a securitização tem sido consideravelmente efetiva no nível local em que os desastres, de fato, ocorrem. Ou seja, o meio-ambiente em si não é necessariamente securitizado, visto que os entraves ambientais se entremeiam nas perturbações políticas ou conflitos étnicos. Buzan, Wæver, Wilde (1998) reiteram que devido as dinâmicas locais, os regimes ambientais são simplesmente uma derivação das estruturas globais. Os princípios e a dimensão cognitiva que engendam o surgimento dessas regiões são globais, em que contrasta com o tamanho dos complexos de segurança que obedecem a ordem do local para o global.

Buzan, Wæver e Wilde (1998) citam a dificuldade em analisar a segurança ambiental sob o escopo regional, considerando que as causas e efeitos dos assuntos ambientais enquadram diferentes regiões e os atores que provocam danos ao meio-ambiente não são aqueles que sofrem as consequências. Tal cenário abarca modelos mais complexos na cadeia dos setores de segurança. À guisa de exemplo, o aquecimento global é precedente de uma causa de todos os Estados. No entanto, as decorrências não são apreendidas na mesma escala. De um outro lado, problemas especificamente locais, como a proteção de espécies em extinção, são incluídos na agenda de debate global. Sumariamente, os movimentos securitizadores são acionados praticamente em todos os níveis, porém, majoritariamente no nível global e a securitização bem-sucedida ocorre no âmbito local.

Buzan, Wæver e Wilde (1998), com a terminologia emprestada de Porter e Brown (1991), classificam os agentes do setor ambiental segundo sua performance e percepção frente aos constrangimentos. Os atores líderes demonstram um substancial engajamento com empreendimentos internacionais que se preocupam com a preservação do meio-ambiente em situações específicas, assim, apresentam uma função predominantemente securitizadora. Já os atores de oposição possuem uma característica essencialmente dessecuritizadora e os atores de apoio são agentes frequentemente prejudicados pelos efeitos das alterações ambientais e por não disporem de recursos ocupam uma posição secundária.

No setor econômico, as análises concernentes às ameaças se comportam particularmente de maneira complexa, visto que a insegurança neste plano prove tanto do sistema econômico capitalista bem como dos agentes que atuam nas relações do mercado. De

acordo com a Escola de Copenhague, a tentativa em securitizar aspectos econômicos integra essencialmente o debate ideológico dentro da Economia Política Internacional (EPI). Nesse sentido, a linguagem utilizada na securitização serve para situar uma posição econômica nacionalista nos debates políticos sem ter que desertar os vínculos superficiais com o consenso liberal (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

Em um cenário de insegurança econômica, surge o dilema de como diferenciar assuntos politizados costumeiros de temáticas que são realmente securitizáveis (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1988). Para os autores da Escola de Copenhague, essa problemática pode ser ponderada se considerarmos que os constrangimentos e ameaças, para serem securitizados, devem exceder as bordas setoriais, ou seja, ir para além do setor econômico. Como por exemplo, os dilemas que surgiram com a vertiginosa abertura das fronteiras nacionais em um cenário global onde os limites geográficos são menos relevantes dado a crescente relação horizontal entre as dinâmicas econômicas. Igual contexto justifica a análise intersetorial visto que tal mecanismo apresenta a possibilidade de identificar os efeitos que um setor produz sobre o outro.

Com o desfecho da Guerra Fria, o capitalismo tanto como a democracia liberal vigoraram como formas de organização da economia global e modelo governamental. De maneira consequente, os discursos proferidos no cenário econômico passaram a ser conduzidos por preocupações liberais e pelos efeitos de uma política internacional econômica cuja cartilha operava na base das regras liberais nas áreas do comércio, produção e finanças (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998). Assim, as premissas liberais enquadravam as normas, regras, regimes e instituições em uma dinâmica econômica que manuseavam a hegemonia mercadológica atrelada aos valores da paz democrática. Buzan (1991), ao analisar o cenário da política econômica internacional, constata que o liberalismo oportuniza um sistema anárquico em que o uso da força não é recorrente na solução de confrontos advindos das partes constituintes.

Buzan, Wæver, Wilde (1998) frisam que há uma profusão quanto aos objetos referentes que compreende desde os Estados, organizações intergovernamentais, corporações transnacionais, sistemas complexos de mercados, empresas, classes sociais, sindicatos até a dimensão individual. De fato, eleger o objeto de referência dependerá do arranjo ideológico dos autores. Enquanto o Estado exerce preponderância entre os mercantilistas, as regras e normas desempenham uma importante função para os liberais. A extensão sistêmica e regional destaca-se como os principais níveis em que os movimentos de securitização tomam lugar, mesmo que, em menor medida, esforços de securitização ocorram no nível local.

Sobre o setor societal, Buzan, Wæver, Wilde (1998) pontuam que reflexões acerca da nação, enquanto objeto referente, são limitadas. A segurança societal, termo este primeiramente inserido na obra *“Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe”*, de 1993, visa argumentar que tanto a nação como a sociedade são munidas de uma unidade ontológica divergente daquela do Estado. Para o grupo de Copenhague, o Estado é respaldado por um território fixo e uma associação formal, ao passo que a sociedade é instituída por um conjunto de fenômenos que variam de pequenas para grandes escalas e que podem ultrapassar a dimensão espacial conjuntamente. Em Relações Internacionais, o mecanismo chave para analisar a sociedade parte das ideias e práticas que reconhecem os indivíduos como integrantes de um determinado grupo social.

Influenciados pelos pressupostos construtivistas de Alexander Wendt, a Escola de Copenhague elenca a identidade como o conceito regente das dinâmicas no setor societal. Neste contexto, a identidade é caracterizada por um complexo de ideias que sensibilizam e interconectam indivíduos a um específico grupo social lhe configurando um status de comunidades imaginadas (ANDERSON, 1983). “A segurança societal é sobre grupos identitários grandes e autossustentáveis que variam empiricamente no tempo e espaço” (tradução nossa) (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 119). Buzan, Wæver e Wilde (1998) certificam que a sociedade é uma extensão das partes, logo não se deve reduzi-la no âmbito do indivíduo considerando sua dependência da identidade coletiva para existir.

A identidade coletiva é embasada de sentimentos e afetos compartilhados entre um grupo. Por conseguinte, as ameaças são identificadas quando estes agrupamentos percebem que sua sobrevivência enquanto comunidade sob forma de civilização, raça, religião, tribo encontra-se vulnerável. Tanto a identificação de ameaças quanto a construção de identidades são engenhos sociais que se desdobram através das intermitências históricas (WÆVER et al., 1993) e não dependem de uma asserção objetiva (TANNO, 2003).

Buzan, Wæver e Wilde (1998) sublinham a diferença entre segurança societal e segurança da sociedade. A segurança da sociedade abarca os indivíduos e é majoritariamente econômica enquanto que a segurança societal envolve coletividades e suas identidades. Os autores acrescentam que vinculações empíricas sempre existirão quando as condições sociais da vida individual influenciarem na identificação coletiva. O conceito de nação pode também apresentar ambiguidades, considerando que as atuais nações agem de maneiras distintas. Algumas definem sua categoria de nação enquanto determinado território habitado por uma específica população que devotam fidelidade ao Estado, já outras determinam sua nação em termos de comunidades étnicas que dividem a mesma língua, sangue e cultura:

A nacionalidade não é uma questão de alguma categoria abstrata e analítica aplicada a vários casos em que ela se ajusta mais ou menos bem. Fatores objetivos, como linguagem ou localização, podem estar envolvidos na idéia de identidade nacional, mas ainda assim permanece uma escolha política e pessoal para se identificar com alguma comunidade enfatizando alguma característica em contraste com outros laços históricos ou contemporâneos disponíveis. Ameaças à identidade são, portanto, sempre uma questão de construção de algo que ameaça alguns “nós” - e, com frequência, contribuem para a construção ou reprodução de “nós”. Qualquer identidade pode ser construída de muitas maneiras diferentes e muitas vezes a principal. Uma questão que decide se os conflitos de segurança surgirão é se uma ou outra autodefinição vence em uma sociedade (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 120, tradução nossa).

Quanto aos objetos referentes, historicamente eles têm sido estreitamente representados no espectro local incluindo famílias, vilas, clãs, pequenas regiões, cidades-Estados ou até monarquias como uma extensão representativa da população. No vigente sistema mundial, os objetos referentes são ressaltados pelas elites políticas que representam a figura do Estado, grupos étnicos, autoridades religiosas, meios midiáticos bem como movimentos sociais de natureza nacional, cultural e imigrações.

A Escola de Copenhague pontua que a segurança política tem em seu propósito manter a organização do Estado. Se o setor militar ocupa-se de ameaças bélicas à soberania, o setor político se encarregará de ameaças não militares que afligem a soberania estatal. As ameaças políticas podem ser entendidas como pressões para adesão de certos tipos de política, solicitações de substituição de governos e incitamentos à secessão. As vulnerabilidades políticas podem ser enquadradas como intencionais, quando um Estado não reconhece a legitimidade de um outro Estado ou na situação de desabono de um governo por parte da população, e estruturais quando a insegurança se instala em sistemas tal qual o capitalismo, comunismo, democracia, liberalismo (TANNO, 2003).

Buzan, Wæver, Wilde (1998) argumentam que o campo político é, paradoxalmente, o setor mais abrangente e, da mesma maneira, uma categoria residual. Qualquer natureza de segurança apresenta em seu núcleo uma forma de expressão política, bem como qualquer movimento de securitização reproduz um ato político (AYOGB, 1995). De fato, os pesquisadores de Copenhague pontuam que todos os setores são políticos, contudo, o setor político compreende um subgrupo cujas ameaças não aplicam dispositivos bélicos, identificacionais, econômicos ou ambientais. Tal premissa suscita indagações sobre o que é política. Para Buzan, Little e Jones (1993, p. 35, tradução nossa) “política é a modelagem do comportamento humano com o propósito de governar grandes grupos de pessoas”. Desse modo, as inseguranças políticas são as mesmas que infligem inconveniências ao equilíbrio institucional de autoridades anexadas a uma unidade política (formas de governo como império,

democracia, teocracia, etc.) no tocante a legitimidade doméstica e reconhecimento creditado externamente (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998).

A configuração preeminente de política organizacional no atual sistema internacional efetua-se pelo estado territorial, o qual os autores de Copenhague indicam como o principal objeto referentes no setor político. Organizações intergovernamentais, grupos auto organizáveis, minorias étnicas, grupos religiosos e movimentos transnacionais são identificados como outros tipos possíveis de objetos referentes. Os atores securitizadores são relativamente bem definidos se comparado a outros setores. Em sua maior parte, os atores governamentais são inclusos nessa categoria, bem como organizações similarmente às Nações Unidas que empregarão a capacidade de apontar as ameaças políticas presentes no sistema ou sociedade internacional (TANNO, 2003).

Concernente ao nível setorial, a Escola de Copenhague observou que as dinâmicas predominantes se estruturam no decurso de correspondências bilaterais ou multilaterais no campo das unidades políticas e que criam um efeito de transbordamento (*spillover*)¹³ inaugurando, assim, micro complexos políticos. Como efeito, as constelações subregionais irão se amalgamar no nível regional considerando que os atores adjacentes serão sensibilizados a colaborar com um ou outro Estado. As conexões políticas são desdobradas em termos de princípios e não de poder, já que os princípios, cujo componente global é a sociedade internacional, locomovem-se de maneira mais fluída do que o poder militar.

2.6 Considerações Parciais

A teoria desenvolvida pelo grupo de Copenhague trouxe uma sofisticação analítica para a segurança internacional, visto sua articulação entre as escalas domésticas, regionais e internacionais. A partir de tal aporte, questionou-se a maneira como o poder é distribuído no fluxo das relações estabelecidas pelos autores, tornando assim a interdependência uma qualidade invariável, justamente por tramitar nos três níveis (doméstico, regional e internacional). Com a inclusão de novos atores sob o escopo de segurança internacional, as teorias clássicas foram revisitadas. Dessa maneira, a análise proposta por Copenhague estendeu-se além das dinâmicas militares e políticas, abrangendo outros setores como o econômico, ambiental e societal, em que complexos de segurança internacional podem ser

¹³O conceito *spillover*, provindo do debate teórico neofuncionalista, articula que uma das consequências da integração de uma específica função seria a incorporação de outras funções através de um mecanismo de transbordamento que conduziria o aumento dos processos integracionais vigentes (HAAS, 1970).

conduzidos de cima para baixo e vice-versa, englobando novos atores como agências, organizações internacionais e coletividades.

Para os autores dessa abordagem, a segurança é tomada como um ato de fala (*speech act*) que apresenta a capacidade de influenciar as tomadas de decisões no campo de segurança internacional. Nesse panorama, observamos o papel do agente securitizador, que enuncia o ato de fala, o objeto referente identificado como uma ameaça e a audiência a ser persuadida pela necessidade de aplicar medidas que irão suprimir, ou minar, a ameaça que constrange a sobrevivência de um indivíduo, sociedade ou Estado. Nesse contexto, a identidade é pontuada como uma categoria que nortearia as preferências e interesses dos agentes em relação aos movimentos securitizadores. Para avançarmos nessa discussão, pontuaremos com maior precisão no capítulo seguinte, algumas propriedades do processo de securitização bem como os debates levantados sobre questões identitárias.

3 SECURITIZAÇÃO E IDENTIDADE

Conquanto a Escola de Copenhague tenha situado os estudos de segurança em uma esfera abrangente e considerado os elementos imateriais como ferramentas analíticas pertinentes em dinâmicas securitizadoras, críticas não lhe foram resguardadas. Significativas contribuições tem nos auxiliado a estender nosso entendimento concernente às estruturas basilares da securitização (TAURECK, 2006; BOURBEAU, 2011; SALTER, 2011), suas repercussões nos domínios da psicologia (ARADAU; VAN MUNSTER, 2012), psicanálise (EPSTEIN, 2010), antropologia (HOLBRAAD; PEDERSEN, 2012), filosofia, sociologia e política (WILLIAMS, 2003, 2011; ARADAU, 2004, 2006; HUYSMANS, 2006; FLOYD, 2007; VUORI, 2008; GUZZINI, 2011; BALZACQ, 2015), panorama pós-colonial (BARKAWI; LAFHEY, 2006; ANTENUCCI, 2017), feminismo (HANSEN, 2000a; SHEPERD, 2008; MACKENZIE, 2009; KEARNS, 2017) e pós-estruturalismo (STRITZEL, 2007, 2011, 2014; FLOYD, 2010; HANSEN, 2011, 2012).

Balzacq (2005), em seu artigo “*Three faces of securitization*” argumenta que uma concepção de ato de fala em segurança não providencia insumos teóricos substanciais para analisar tomadas de segurança em contextos pragmáticos. O autor pontua que assertivas de segurança contra a regra da sinceridade e o poder inerente outorgado à categoria de segurança prescrevem uma displicência do contexto em que os agentes se encontram. Como proposta corretiva, Balzacq (2005) elenca três hipóteses – (i) que uma securitização bem-sucedida especifica a audiência como seu elemento central; (ii) que uma securitização ocorre nas intermitências de um contexto; (iii) que uma securitização eficiente é munida de poder. A partir dessas variáveis, o autor sugere fornecer aos pesquisadores meios para melhor compreender a criação de ameaças.

Para alcançar êxito em um processo de securitização, Balzacq (2005) sublinha a habilidade que um autor possui em identificar-se com os sentimentos, necessidades e interesses da audiência. Para convencer a audiência, o enunciador do discurso deve equalizar sua fala de acordo com a experiência do público ao qual a enunciação é direcionada. O autor salienta que o processo de identificação possa servir de dispositivo analítico no sentido de explicitar as alternâncias cognitivas e comportamentais ocasionadas pelos atos de fala em segurança.

A nossa investigação reside especificamente nesse ponto nodal problematizado por Balzacq no tocante à correspondência, situada em um contexto, entre o agente securitizador e audiência. Especificamente, para responder nossa pergunta “O que faz a audiência aderir ao discurso do agente securitizador?”, apostamos em um dispositivo que subjaz qualquer

movimento securitizador: o processo de identificação. Na literatura construtivista, observamos discussões acerca do termo identidade, acompanhado de adjetivações como nacionais, coletivas e societais. Quanto à Escola de Copenhague, os autores ligeiramente pontuam construção de identidades, grupos e coletividades de identificações. Construtivistas parecem por vezes situar as identidades como categorias empíricas e pouco explicitam sobre os procedimentos de identificação. Epstein (2014) exemplifica essa negligência pelo fato de Wendt (1999) atribuir o fenômeno da personificação do Estado a um aspecto ontológico sem levar em consideração as convenções disciplinares. Isso significa que os Estados são observados através de um conceito fechado e que demonstram interesses definidos *a priori* com intuito de dimensionar o interesse nacional por intermédio do poder. Resende (2009) aponta que se a essência do Estado se dá a partir da identidade, que por sua vez não é fixa, há necessidade de um contínuo processo de reafirmar a ideia de Estado a modo de exercer sua manutenção e preservação.

De modo geral, Copenhague adota o conceito de identidade como algo preeminentemente fixo que as pessoas portam e querem salvaguardar. Theiler (2003) reitera que considerável parte da literatura focada na identidade no campo da política e Relações Internacionais apoia-se em uma noção ainda tímida deste conceito se em comparado ao amplo corpo de contribuições da psicologia e sociologia, campos estes em que essa noção foi introduzida primordialmente. Outro ponto problemático converge sobre a debilidade que Copenhague apresenta no tocante a natureza do plano individual e sua relação com o coletivo dentro da dinâmica de securitização.

Desse modo, consideramos que o campo da psicanálise, especificamente de orientação lacaniana, apresenta um ganho analítico na lógica do processo de identificação e que nos auxilia a melhor compreender a adesão da audiência frente ao discurso do agente securitizador. Há uma diferença epistemológica e ontológica que estanca entre identidade e identificação. Para tanto, neste capítulo, retomaremos considerações referentes aos atos de fala bem como os limites conceituais da Escola de Copenhague. Em seguida, mapearemos as elucubrações acerca do conceito de identidade no campo de Relações Internacionais acompanhado de suas limitações e insuficiências. Tendo exposto isto, no capítulo posterior, nos ocuparemos em expor as articulações psicanalíticas referente ao nosso recorte teórico.

3.1 Os processos do ato de fala

A teoria de securitização parte das premissas postuladas por Austin (1990) e Searle (1995) que são, provavelmente, as maiores contribuições acerca da performatividade da

linguagem em filosofia. Destarte, qualquer tentativa em criticar, revisar ou expandir os mecanismos teóricos da securitização, exige uma retomada dos preceitos básicos desta corrente filosófica (BALZAC, 2011). A Teoria dos Atos de Fala, corrente derivada da Filosofia Analítica da Linguagem¹⁴, postula que a linguagem além de ser um sistema de signos empregado na transmissão de ideias (HUMBOLDT, 2006), caracteriza-se por ser uma prática social com qualidade performática e que instaura a noção de realidade. Nesse sentido, esse conjunto de signos estabelece uma correspondência simbiótica com o mundo, o qual atribuímos significados e sentidos através de uma relação de interdependência (FREGE, 1978; SEARLE, 1984; AUSTIN, 1990; SMITH, 1990).

A partir desse pressuposto, a Teoria dos Atos de Fala considera que a linguagem vai além de um domínio abstrato (ato locucionário), e sim, há uma intencionalidade suturada em um parâmetro social e cultural no qual os enunciados articulados pelos falantes sejam interpretados como pedido, ordem, cumprimento, promessa, advertência (ato ilocucionário) e, assim, ocasionando efeitos e consequências sobre as práticas, credos e julgamento do ouvinte (ato perlocucionário):

A linguagem humana é o termo entre o eu e o outro. Entre o sujeito que fala e seu ouvinte existe um anteparo, uma proteção, uma espécie de muralha que se ergue, mesmo quando há silêncio. Entre dois seres humanos existe sempre a muralha da linguagem. Nada há no mundo que não participe da linguagem: a realidade se expressa na palavra e só existe na medida em que se possa dizê-la. A linguagem tem uma existência dinâmica, está em permanente processo de criação por sua multidão de falantes – as forças vivas dos sujeitos que reagem contra a coisificação da linguagem. Essas forças não estão presentes nos poetas, estão enraizadas nas falas de todos (LONGO, 2006, p. 7).

Austin (1990) aponta que, por um considerável período, os filósofos presumiam que os enunciados meramente pontuavam um estado de coisas ou manifestações em torno de acontecimentos factuais. Os gramáticos contemporâneos (MARCONDES, 2005) observam que as afirmativas, além de retratar a realidade, também possuem a função de perguntar, exclamar, projetar ordens e locucionar desejos. Austin (1990) diferencia os dispositivos “sentença”, “declaração” e “proferimento”. A “sentença” institui-se como uma unidade linguística munida de uma ordem gramatical e significado, “declaração” é a apropriação de uma sentença para denunciar uma verdade ou falácia, enquanto que o “proferimento” é o efeito pragmático de uma

¹⁴Marcondes (1989) pontua que a Filosofia Analítica da Linguagem teve seu fundamento a partir de duas reações divergentes ao idealismo hegeliano e kantiano: de um lado, como análise lógica da linguagem, corrente denominada como semântica clássica, e, um momento posterior, como filosofia da linguagem ordinária. A semântica clássica se estruturou com as contribuições de autores da escola analítica de Cambridge, exemplarmente, Frege (1980), Russell (1978) e Wittgenstein (1922). A “filosofia da linguagem ordinária” conta, entre outros autores relevantes, com Wittgenstein (1953), Austin (1975) e Searle (1995).

sentença, em um determinado cenário e por um falante em específico. Conforme Austin (1990), uma sentença não é classificada como uma declaração, todavia a sentença é usada para realizar uma declaração.

Quanto aos filósofos e gramáticos tradicionais, por dispor de ferramentas metodológicas não sofisticadas, não lhes havia a possibilidade de averiguar a distinção entre um proferimento comissivo e comportamental. Até então, as frases que esses intelectuais observavam como declarações apresentavam um ordenamento gramatical simples. Contudo, isso não impediu com que alguns autores iniciassem um debate concernente ao valor de verdade de tais frases. Em vários proferimentos que se assemelhavam a declarações, foi constatado que não tinham, de uma certa maneira, o desígnio de anunciar uma informação atrelada às ocorrências factuais (MARCONDES, 2005). Com os procedimentos investigativos dos atos de fala, podemos balizar o contexto em que a declaração foi emitida e quais limites ela se encontra submetida, do que meramente relatar a realidade. Austin (1990) infere que as declarações, independente da sua verdade ou falsidade, são proferimentos constativos e não simplesmente um plano descritivo:

A verdade ou falsidade das declarações é afetada pelo que nelas se inclui ou delas se exclui e pelo fato de serem equívocas, ou coisas semelhantes. Assim, por exemplo, as descrições tidas como falsas ou verdadeiras ou, se assim o desejamos, tidas como "declarações", estão sem dúvida expostas a tais críticas, uma vez que são seletivas e proferidas com determinado propósito. É essencial entender que "verdadeiro" e "falso", como "livre" "não livre", não designam, de forma alguma, algo simples. Tais palavras só representam uma dimensão geral de que, nas circunstâncias dadas, em relação a um determinado tipo de ouvinte para certos fins e com certas intenções, o que foi dito era adequado ou correto, em oposição a algo incorreto (AUSTIN, 1990, p. 119).

Austin (1990) elenca cinco classes de proferimentos dependendo da sua força ilocucionária: (i) vereditivos que expressam um veredicto acerca de uma questão em específico cujo conteúdo dá-se por verdadeiro ou falso; (ii) exercitivos que são configurados pelo exercício de poderes que ordenam, advertem, anunciam, votam, revogam, escolhem, recomendam, etc.; (iii) comissivos que implicam com o que falante cumpra o que prometeu ou tomou como responsabilidade. Os comissivos estabelecem uma relação com os vereditivos, que nos incumbe em praticar as ações, e com os exercitivos, que nos afeta com os efeitos de um ato. Sendo assim, nos enunciados ilocucionários comissivos, o indivíduo adota, consente, toma partido, promete, pretende etc.; (iv) comportamentais que engendram as ações e comportamentos sociais levando em consideração as atitudes e os papéis dos outros. Neste cenário, os indivíduos aprovam, duvidam, protestam, felicitam, criticam, desafiam, agradecem, etc.; e (v) expositivos que

elucidam como as palavras são transmitidas no caso quando os pontos de vista são manifestados e sua disposição alusiva ao discernimento do falante. Destarte, no expositivo os indivíduos informam, argumentam, exemplificam, mencionam, concordam, afirmam e negam.

Searle (1995), em sua taxonomia alternativa a Austin, propõe que os atos ilocucionários podem ser categorizados como assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarações. Em sua teoria taxonômica, o autor propõe um sistema classificatório de doze dimensões significativas que pontuam como um ato de fala pode diferenciar-se de um outro. Entre as doze, Searle sublinha as três principais que modulam os atos de fala: (i) a condição essencial ou intenção ilocucionária do ato, sendo esse elemento constituinte da força ilocucionária; (ii) a direção de enquadramento, ou em outras palavras, como a linguagem corresponde à realidade e (iii) as diferenças expressas nos estados psicológicos dos falantes. Searle (1995) acrescenta que há três características da linguagem para a construção social, respectivamente, as atribuições de função, intencionalidade coletiva e regras constitutivas.

De acordo com Searle (1995), realizar um enunciado é engendrar um ato ilocucionário e, dentro de uma emissão, podemos identificar um ou diversos atos ilocucionários. A força ilocucionária aponta a direção entre substância intencional e a realidade. Nos atos ilocucionários assertivos, a vertente norteadora está entre a palavra e o mundo, enquanto que nos diretivos e compromissivos é ordenadamente estabelecida a relação entre mundo e palavra. No caso dos expressivos, a direção encontra-se ausente, no entanto é presumida. Para proferir uma emissão, é necessário que a direção exista previamente. Na ocorrência das declarações, a direção emerge quando a realização do ato de fala for bem-sucedida:

Não há, como Wittgenstein (numa interpretação possível) e muitos outros alegaram, um número infinito ou indefinido de jogos de linguagem ou usos da linguagem. Pelo contrário, a ilusão de que os usos da linguagem são ilimitados é gerada por uma enorme falta de clareza sobre o que sejam os critérios que permitem distinguir um jogo de linguagem de outro, um uso da linguagem de outro. Se adotamos o propósito ilocucionário como a noção básica para a classificação dos usos da linguagem, há então um número bem limitado de coisas básicas que fazemos com a linguagem: dizemos às pessoas como as coisas são, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e produzimos mudanças por meio de nossas emissões. Frequentemente, fazemos mais que uma dessas coisas de uma só vez, com a mesma emissão (SEARLE, 1995, p. 45-46).

Os pressupostos construtivistas, ao embutir tais preceitos basilares em seu arcabouço teórico, logram compreender como os engenhos discursivos espelham os interesses dos atores em jogo, bem como suas intenções. Para Orlandi (2010), os discursos não são meramente uma transmissão de informações, pois, na performance da linguagem, observamos

um complexo mecanismo de constituições de sujeitos e sentidos, afetados pela língua e conjuntura histórica. O plano do discurso é um lugar em que ocorrem as identificações, as subjetivações e edificação da realidade, ou seja, o discurso repercute sentidos entre o falante e ouvinte. Foucault (2010, p. 10) evidencia que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo o que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Wendt (1999, p. 50, tradução nossa) argumenta que “alguns métodos da ciência natural, com suas ênfases nos mecanismos causais, devem ser substituídos no campo social com os métodos de interpretação e análise do discurso – entender do que explicar”. Orlandi (2010) menciona que os dispositivos e procedimentos acerca da análise do discurso partem da superfície linguística (texto, discurso), passando para o objeto (formação discursiva) até chegar ao processo discursivo em que se encontra a formação ideológica. A pertinência da linguagem para o construtivismo reside exatamente nas práticas discursivas onde as identidades e interesses dos agentes são instituídas na seara internacional (FINNEMORE; SIKKINK, 2001).

Consoante as alegações da Teoria dos Atos de Fala, os *speech acts*, no âmbito construtivista, simbolizam e arquitetam a realidade em que os objetos significam e são significados a partir do antagonismo com outros objetos engendrados pelas atribuições e qualidades conferidas pelos oradores (ONUF, 1989; ALSTON, 2000; MILLIKEN, 2001; ASHER; LASCARIDES, 2003). Austin (1990) reitera que um ato discursivo para ganhar potência ilocucionária como ação e, logo, acarretar atos perlocucionários, deve ser emitido pelos agentes que preenchem funções convenientes ao específico procedimento invocado no contexto adequado. Sendo assim e, em certa probabilidade, o discurso provocará efeitos de sentidos exclusivamente nesta condição: o interlocutor somente acata o discurso do locutor, como sendo relevante, em um determinado recinto de fala. Se alterarmos as circunstâncias de produção e o sentido do discurso, teremos como efeito um deslocamento na linha semântica (ORLANDI, 2010).

Para a Escola de Copenhague, o processo de securitização, sob as lentes da teoria da linguagem, configura-se como um ato de fala. Destarte, uma temática passa a ser securitizada não justamente pela iminente presença de uma ameaça, mas também, por ser apresentada como objeto referente através das ações discursivas em uma cadeia de significados historicamente constituída e socialmente institucionalizada (HUYSMANS, 2006). Como consequência, ao fazer o uso do ato de fala para instaurar o movimento de securitização, o agente dispõe da prerrogativa de acionar instrumentos excepcionais para minar a ameaça, ainda que essa atitude resulte na contravenção das diretrizes do padrão político. Sobre o relativismo em se perceber

que é uma ameaça, Husserl (2014) em sua obra “Investigações Lógicas” contribui com a seguinte reflexão:

Verdadeiro é para cada qual o que lhe parece verdadeiro, para um, isto, para outro, o contrário, caso lhe pareça assim. Podemos então escolher também aqui a fórmula: toda verdade (e conhecimento) é relativa - relativa ao sujeito contingente que julga. Mas se tomarmos como ponto de referência da relação, em lugar do sujeito, a espécie contingente de seres que julgam, surge então uma nova forma de relativismo. A medida de toda verdade humana é, por conseguinte, o homem enquanto tal (HUSSERL, 2014, p. 86)

Importante ressaltar que tanto o construtivismo quanto o pós-estruturalismo sublinham a pertinência dos procedimentos discursivos. Todavia, quanto à sua qualidade epistemológica, o construtivismo recorre a uma vertente sociológica, enquanto que o pós-estruturalismo encontra na estética e literatura seu fundamento teórico. No construtivismo, o agente discursivo significa e é significado pela e através da linguagem, construindo assim a realidade (ONUF, 1989). O pós-estruturalismo denota que a linguagem é uma entidade performativa, o que lhe atribui um caráter agencial independente das deliberações do agente (DEBRIX, 2003).

De acordo com Balzacq (2011), tal divergência epistemológica é instaurada a partir do uso do discurso por um lado de uma inclinação filosófica e, de um outro, uma tendência sociológica. Balzacq (2011) aponta algumas inconsistências concernentes à conduta filosófica, essa referenciada pelo pós-estruturalismo e teoria de securitização, no sentido que ao tomar a linguagem como auto referencial, acabamos reduzindo a securitização a ações ordinárias e corriqueiras do dia-a-dia. Já a perspectiva sociológica entende que a securitização é um processo estratégico que perfila dentro, e parte de um cenário contingencial que abarca o contexto e elementos psicológicos, culturais da audiência:

Se a ação estratégica do discurso no nível da persuasão utiliza vários artefatos (metáforas, emoções, estereótipos, gestos, silêncio e até mentiras) para alcançar seus objetivos, os atos de fala buscam estabelecer princípios universais de comunicação, o valor do que é ser funcional independentemente do contexto, cultura ou qual seja o poder relativo dos atores. (BALZAC, 2011, p. 2, tradução nossa).

Os ensaios de Jacques Derrida, críticos a Austin e Searle, contribuem a repensar os atos de falas entremeados nas securitizações. O autor menciona que os escritos austinianos demarcam os contextos que circundam os atos (i) locucionários e perlocutórios como estáticos (CULLER, 1981; ALFINO, 1991; CAVELL, 1995). A premissa derridiana considera que todo discurso e contexto são passíveis a atualizações de significados, ou como Pêcheux (2012, p. 53)

diz “todo enunciado é intrinsicamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Segundo Derrida (1976), os discursos demarcam seus componentes em ordem binária, aquilo que é positivo e negativo. Assim, os antagonismos não apresentam semelhante valor bem como independência um do outro. Cada lado afeta e contagia o outro, o que impossibilita que a ciência tenha um estatuto puro. Derrida (1976, p. 158) ao postular a assertiva “não existe nada fora do texto”, não refuta a ideia de um mundo material, no entanto, ele sublinha que as esferas sociais, econômicas, políticas operam como um texto. Dentro de uma representação discursiva, não podemos deduzir os propósitos e objetivos de um ator, a não ser exclusivamente pela via do significado circunscrito no texto. Nesse sentido:

A importância dos discursos advém desse argumento: se o que existe não é a realidade como uma presença pura, mas somente sua representação, são os discursos que determinarão o que pode, ou não, ser representado e como será representado. Os discursos indicam a fronteira do possível. Sua proposta tenta compreender a realidade social como um espaço essencialmente discursivo, onde diferentes discursos competem entre si para fixar, estabilizar e naturalizar os sistemas de representação (RESENDE, 2010, p. 49).

Butler (1997), revisitando a teoria de Austin, sugere que os atos de fala podem viabilizar concomitantemente os atos perlocucionários, fundamentais para criar ações, e ilocucionários que executam uma ação no próprio momento da fala. Essa simultaneidade permite gerar uma maior atenção captada pelas audiências que podem ora consentir a determinadas ações pautadas nos discursos, ora contestar os conteúdos dos atos discursivos ou as tomadas de decisões como réplicas a esses discursos. Além disso, o papel das audiências pode auxiliar na construção de comunidades discursivas nas quais determinadas formas de representação são (in)inteligíveis e (i)legítimas (FIERKE, 1997).

3.2 **As interfaces críticas da securitização**

A Escola de Copenhague, como pontuado anteriormente, infere que o movimento de securitização produz efeito quando a audiência adere ao discurso do agente securitizador. Destarte, observando a pertinência que a audiência exerce nas dinâmicas discursivas em segurança, é imperativo que se pontuem os pressupostos teóricos acerca de quem pode instituir-se na qualidade de audiência e como a anuência ao discurso securitizador é construída. Não obstante, a evidenciação desta problemática é imprecisa e carece de elucidações (LÉONARD; KAUNER, 2011).

Considerações referentes a natureza do discurso também alteram interpretações no tocante a função da audiência. Como resgatado por Balzac (2011), para a corrente filosófica, o discurso é o seu próprio agente na instância performativa, o que atribui a audiência uma propriedade convencional que opera de forma recipiente e passiva. A vertente sociológica assevera que audiência não se encontra previamente estabelecida, e sim como uma categoria que se manifesta concomitantemente aos atores securitizadores dentro de uma dinâmica intersubjetiva sobre quais contextos determinado objeto será securitizado.

Se não há postulados ou princípios norteadores que configuram as qualidades em torno do status de uma audiência, como consequência, a Escola de Copenhague fomenta indagações referentes a esta ferramenta de análise (MOTTA, 2014). Léonard e Kaunert (2011) inquiram a hipótese da presença de inúmeras audiências com funções digressivas no mecanismo securitizador, o que então inauguraria outras lógicas de convencimento. Ainda, Balzacq (2011) indaga sobre maneiras em se pontuar audiências que seriam encarregadas de garantir a aquiescência moral e o consentimento formal para que se efetue a securitização.

Segundo Motta (2014), o grupo de Copenhague claudica e baliza entre os posicionamentos filosófico e sociológico, pois, ora referencia que o ato de fala por si próprio ocasiona a securitização, ora grifa a necessidade de consentimento do discurso securitizador pela esfera da audiência. Ainda que remanescesse com a segunda assertiva, seriam suscitados questionamentos de como avaliar se o discurso securitizador foi adotado ou não pela audiência, e com qual frequência, se total ou parcial, esse discurso foi aderido. Balzacq (2011) ao reajustar o espectro abrangente da audiência, atribui uma categoria mais sofisticada a esse grupo, visto sua possibilidade pluridimensional. Motta (2014) acrescenta que o mecanismo intersubjetivo de persuasão também perfila em um cenário contextual que lhe seja benéfico. Balzacq (2011), Guzzini (2011) e Wilkinson (2010) mencionam que a marginalização dos aspectos contextuais aponta para um limite teórico da Escola de Copenhague.

Segundo Balzacq (2011), a Escola de Copenhague entende que dentro do cenário dos atos de fala, a introdução de um enunciado pode reconfigurar o plano semântico de outros discursos. Em vista disso, o êxito de um movimento securitizador penderia a um contexto que fomentaria a persuasão e assenso da audiência. Entretanto, o grupo dinamarquês estabelece uma primazia do conteúdo discursivo, deixando em pormenores a instância contextual. Balzacq (2011) aposta que os insumos da Sociolinguística¹⁵ nos fornecem instrumentos analíticos para

¹⁵William Labov foi um dos proeminentes contribuidores a retratar o tema da variação linguística. No início dos anos 60 do século XX, esse autor trouxe novos debates concernentes a heterogeneidade da língua, o que,

decifrar os significados dos discursos, pois tal teoria abrange os aspectos sociais em que as práticas dos discursos se encontram.

A sociolinguística elege a diversidade linguística como seu objeto de análise, estando atrelado a outras determinantes como a identidade social do enunciador e ouvinte, o panorama social em que as ações linguísticas são executadas, bem como o discernimento que os emissores estabelecem sobre sua própria conduta linguística e a dos outros (LABOV, 2008). De acordo com Ilari e Basso (2006), os sociolinguistas postulam que a língua sofre variações internas e externas. As internas dependem dos níveis discursivos lexicais, sintáticos, fonológicos e morfológicos. Já as externas alteram de acordo com as variações diatópicas (ou geográficas), diastráticas (ou sociais), diafásicas (ou estilísticas) e diamésicas (na fala e escrita). Diante dessa perspectiva, separar o cenário social do uso da língua é atribuir uma qualidade automática, senão mecânica, aos discursos proferidos pelos indivíduos:

O exame da linguagem no contexto social é tão importante para a solução de problemas próprios da teoria da linguagem, que a relação entre língua e sociedade é encarada como indispensável, não mero recurso interdisciplinar. Como a linguagem é, em última análise, um fenômeno social, fica claro, para um sociolinguista, que é necessário recorrer às variações derivadas do contexto social para encontrar respostas para os problemas que emergem da variação inerente ao sistema linguístico (CAMACHO, 2001, p. 50).

Recuperando o processo social referido pela Escola de Copenhague, Stritzel (2011) indica um refinamento processual da teoria de securitização aplicando a noção de tradução. Segundo o autor, os mecanismos discursivos são combinados com cinco particularidades da tradução. A primeira compreende o conceito de transferência de algo para outro lugar onde, em primeira instância, esse algo não se encontrava ali. Tal conceito traz consigo três fatores: (i) o ato de traduzir palavras ou textos de uma língua para outra; (ii) a conversão de um meio para outro e (iii) o mecanismo de mover algo para outro lugar.

A segunda envolve uma dinâmica de reconstrução, rearticulação, reescrita, pois a tradução vai além da transferência. Sendo assim, o sentido original é perdido e a equivalência entre a fonte e o texto traduzido é inexequível. A terceira pontua que todo discurso é orientado, ou seja, todas as práticas sociais são parciais medidas por discursos posicionados política e historicamente. O quarto aspecto engendra que as traduções envolvam uma nova maneira de encontro com novos contextos. Por meio das traduções, os textos “estrangeiros” tornam-se operacionalmente adequados em um novo *locus*, cujo panorama discursivo encontra-se

posteriormente, embasaria a solidificação de outras categorias do campo da Linguística (BELINE, 2014; CALVET, 2002; ALKMIN, 2001).

relativamente consolidado com padrões de identificações parcialmente autônomos. Como complementa nesse espaço contingencial de encontros pode ocorrer a emergência de um espaço híbrido entre o “país fonte” e o “país alvo”.

Wilkinson (2010) menciona que ao relevar a linguagem como operadora da performance, não há probabilidade de concatenação entre as esferas da fala e a audiência. Nessa perspectiva, o efeito imagético interno ao movimento estabelece-se unilateralmente, em que a audiência não é dotada de agenciamento, apresentando somente a função receptiva de (não) se coadunar ao movimento securitizador. Inversamente, se o ator securitizador for incumbido pelo cumprimento da performance, as hipóteses acerca da securitização tornam-se inteligíveis. Sendo assim, tal movimento atribui um caráter de negociação entre o ator e a audiência, em que as táticas são reformuladas ou adaptadas de acordo com as preferências da audiência. Nesse sentido, Huysmans (1998) cita que ao atribuir responsabilidade ao ator, temos um cenário em que o ator securitizador, o objeto referente, a audiência e a lógica discursiva da segurança são concomitantemente construídos. A interlocução entre essas instâncias viabiliza a constituição de um movimento securitizador, o que confere a intersubjetividade entre agência e estrutura postulada pelos construtivistas.

Balzacq (2011) menciona que as contribuições e lacunas de uma perspectiva filosófica no que tange à securitização tem ganhado debates conduzidos por um número considerável de pesquisadores. Stritzel (2007, 2011) pontuam que os colaboradores de Copenhague não explicitaram detalhes sobre como os atos locucionários e perlocucionários são relacionados e dimensionados no conceito de securitização. Além do mais, o autor analisa a tensão conceitual residente na teoria da securitização que consiste em retratar que a performance decisória dos enunciados de segurança em oposição aos processos sociais de securitização é discrepante e que fundam “dois centros de gravidade autônoma”. Não obstante, seu fundamento vai além da preocupação em identificar o epicentro da securitização, pois a instância empírica nem sempre logra observar quando e porquê qual audiência é a mais adequada, quais encadeamentos são provocados e se há existência de diversas audiências e quando elas são convencidas:

Expressar a ideia de securitização em termos de “atos de fala (totais)”, “ato ilocucionário” ou “o resultado de uma decisão por uma audiência em aceitar um movimento” tem causado confusão, porque essas três formulações (dependendo como são elas especificadas) podem expressar três entendimentos ligeiramente diferentes do que exatamente constitui um “ato de securitização” (uma questão que é mais complicada por referenciais ocasionais ao “ato” como “processo”). De um modo geral, mais ênfase coloca-se na noção de “ilocução”, menos importante o conceito de “audiência” parece tornar-se, já que o modus de segurança pode ser pensado como

sendo constituído pelo próprio enunciado ilocucionário. Inversamente, quanto mais ênfase é colocada na noção de “audiência”, mais fortemente a securitização parece mover-se em direção à “perlocução” e o estudo de como exatamente falantes (através de vários tropos linguísticos, símbolos e outros recursos discursivos) persuadem o público (STRITZEL, 2011, p. 349, tradução nossa).

McDonald (2008) alega que há uma indispensabilidade em pontuar o papel das audiências em um diagrama mais coeso. Porém, ao fazê-lo, subestimamos os efeitos performativos dos atos de fala bem como a inerência da intersubjetividade em segurança justificando que a maneira como a securitização ocorre resta sub-teorizada. Em uma de suas objeções atinentes à securitização, Booth (2007) cita que a eminência de um dilema em segurança não depende da efetividade política de um autor em persuadir uma audiência e que se a segurança é, invariavelmente, um ato de fala, logo a insegurança é um ato calado. A partir de tais considerações, Balzac (2011) denota que há uma claudicância em posicionar se a securitização deriva de uma condição intersubjetiva ou de um ato ilocucionário. Esta brecha teórica impele a diferentes e contraditórias leituras acerca da teoriza de securitização.

Vuori (2008) sublinha a função dos enunciados em segurança, enumerando assim quatro vertentes da securitização. A primeira circunda o fato da emergência em securitizar objetos no sentido de incluí-las na agenda de segurança, enquanto que a segunda reside na justificativa em utilizar a securitização como aparato de dissuasão. O terceiro aspecto recorre à securitização como instrumento em legitimar eventos pretéritos e a reprodução de um status em segurança para determinada tese. O quarto elemento pressupõe que a securitização seja utilizada como instrumento de controle.

Tal corpo teórico viabiliza que Vuori (2008) remodele as inconsistências conceituais referentes a aceitação do público, ou atos perlocucionários bem como a dialética ilocutória e as aplicações que a integralizam. O autor reitera que uma securitização com êxito depende da função com a qual os argumentos são propositados a servir. Balzac (2011) frisa que, deste modo, Vuori (2008) resgata um status teórico notável para o ato ilocucionário com a possibilidade que seja aplicável a diversos contextos. Contudo, Balzac pontua que pelo fato de Vuori (2008) inclinar-se a uma vertente funcionalista, ele reduz sua efetividade referente a dinâmica argumentativa. Ou seja, o preceito para que uma securitização efetiva aconteça é proporcional à função com o que seus argumentos pretendem alcançar.

Huysmans (2011) expõe que para entender a segurança como uma prática de produção de inseguranças, vários autores inclinaram-se ao evento da Virada Linguística¹⁶

¹⁶ De acordo com Barros (2006), os pós-modernos/pós-estruturalistas ao proporem uma “Virada Linguística” no campo de Relações Internacionais apresentam como objetivo a não-fixação de significados a modo de externar

atribuindo atenção à análise de discursos, compreendendo a ontologia da linguagem, o discurso como metodologia, os atos de fala como uma forma específica de enunciados e estruturas retóricas e gramaticais das falas em segurança. O autor argumenta que se faz capital redirecionar os aspectos conceituais do que se entende por “ato” dentro da Escola de Copenhague. Tal termo foi inserido, de maneira frequente, para debater a natureza performativa da linguagem, porém sua definição teórica é negligenciada pelo aporte teórico de Copenhague.

Conforme o autor, a performance de um ato resultaria em um corte, ruptura, independente da sua anuência ou institucionalização. A ideia de ruptura não integra um contexto em que há substituição de um pelo outro ou um entrave persuadido pelas partes. Tal conceito refere-se a ações que criam condições limítrofes, súbitas e efêmeras, através da difusão de limites de uma determinada ordem. Ao difundir, os limites são expressos e estabelecidos como um dilema de contestação. Logo, os atos de fala seriam resignação de um composto de ações e atores em um panorama sólido assentado histórica e geograficamente (HUYSMANS, 2011).

3.3 O conceito de Identidade

Neste subcapítulo, como primeiro ponto, conduziremos uma análise histórica de como a identidade foi articulada no campo de Relações Internacionais dentro das perspectivas racionalistas e reflexivistas. Nosso segundo passo remete, especificamente, aos textos de Wendt sobre identidade, considerando que a Escola de Copenhague aborda essa temática de modo semelhante. Além disso, a recorrência aos argumentos de Wendt se dá pela problematização estabelecida entre identidade e Estado. Os argumentos tradicionais argumentam que a nação precede o Estado, isso coloca o nacionalismo como uma qualidade que legitima a constituição dos Estados. Embora o Estado tenha sido observado a partir de um conceito fechado, Campbell (1998) aponta que tal ator não apresenta uma antecedência ontológica, pois há a necessidade com que ele se reproduza de maneira contínua dado que sua identidade, por não ser estável, seja reafirmada a cada instante. Epstein (2014) chama atenção justamente por esse fato: ao atribuir uma antecedência ontológica ao Estado, Wendt acaba se aproximando dos pressupostos positivos:

as instabilidades das práticas discursivas, distanciando-se assim de cenários dicotômicos que insistem em fixá-las. Pelo fato de a linguagem ser um recinto em aberto, as análises pós-modernas/pós-estruturalistas enfatizam a pertinência dos fatores subjetivos, dos engenhos discursivos e mecanismos de constituição de identidades. Há também a “Virada Sociológica” com a premissa de que o mundo é socialmente construído, e não dado como os tradicionalistas mencionam. Para verificar obras que discutem tal tema, consultar as contribuições de Adler e Barnett (1998), Katzenstein (1996), McSweeney (1999) e Wendt (1999). Já os textos que remetem a Virada Linguística, podemos citar Gibbons (1987), Neufeld (1993) e Onuf (1989).

A virada da identidade foi provocada pela virada reflexivista mais ampla em Relações Internacionais (Keohane, 1988). Embora nunca tenha sido a exclusividade dessa corrente, o construtivismo merece crédito por colocar esse conceito à frente e no centro das preocupações da disciplina. A identidade foi posta em primeiro plano por seus esforços para romper a díade poder-interesse, que havia bloqueado a predominância de análises racionalistas do comportamento estatal, em suas formas institucionalistas neorrealistas e neoliberais, respectivamente. A chave para demonstrar que o comportamento do Estado não era redutível a sua posição na distribuição de poder no sistema internacional, nem à maximização de seus interesses, enfatizava que esses atores interessados em si mesmos tinham um self; que esse self coloriu suas interações com outros estados; e que essas interações entre os eus dos estados, por sua vez, moldaram algumas das estruturas dentro das quais as interações posteriores ocorrem (Wendt, 1999). Meu argumento, no entanto, é que, por causa de uma concepção particular do self que foi trazida sem críticas, o construtivismo se desvinculou da capacidade de exercer plenamente o conceito para o qual parecia inicialmente tão bem adequado (EPSTEIN, 2014, p. 329).

Nesse sentido, apesar da preocupação central de Wendt não residir no papel das identidades, julgamos pertinente discorrer algumas articulações de como o autor construtivista concebe tais impasses acerca da identidade. Tendo exposto tais argumentos, no próximo subcapítulo, problematizaremos certas questões identitárias, articulando possíveis inconsistências analíticas e limites teóricos.

3.3.1 *Identidade em Relações Internacionais*

De maneira simplista, a identidade nos remete sobre nosso próprio ser e a qual núcleo, grupo pertencemos. Destarte, a identidade operaria uma função rotular para elencar objetos e indivíduos aos quais fazem parte. Qualidades como “americano”, “fascista”, “vegano”, “terrorista”, “homossexual”, “professor” revelam certos tipos de identidade que utilizamos corriqueiramente e, que, uma vez rotulados, há uma expectativa que se comportem como tal. Nesse sentido, o empirismo dimensiona questões identitárias da ordem do pré-social, ou seja, nossas identidades são estáveis, ecoando o que as Ciências Sociais empregavam com o conceito de categoria. Assim, buscava-se mapear como as identidades impactavam a realidade social à medida que viabilizava traçar os comportamentos tanto do âmbito individual como coletivo.

De acordo com Resende (2009), no campo de Relações Internacionais, recorreu-se à aplicação do conceito de identidade para analisar fenômenos que compreendem: (i) o estabelecimento de alianças, em mobilizações sociais, pactuadas por grupos, organizações com agendas divergentes no espectro transnacional; (ii) confluências e dissonâncias na dinâmica de relações entre governo, sociedade e mercado dependendo da identidade adotada ora por um Estado do Bem-Estar social ora Desenvolvimentista; (iii) emergência de comunidades

securitárias nas quais a remoção dos Estados não é vetada por parâmetros institucionais, e sim por convicções ressoantes aos integrantes do regime em que o grupo é criado pela autoidentificação; (iv) aderência de determinados Estados a organizações internacionais em específico e seu descarte na filiação de outras e (v) impasses em conflitos étnicos que agravam com maior virulência quando a identidade étnica corresponde à identidade de classe, *status* ou religiosa.

Os debates concernentes ao conceito de identidade manifestaram-se no corpo teórico de Relações Internacionais sobretudo a partir dos finais de 1980 e princípios de 1990, resultando em duas tendências sobrepostas (BERENSKOETTER, 2018). A primeira é atribuída ao pós-modernismo que despontou investigações acerca de categorias sedimentadas e naturalizadas pelo espírito moderno. Tal cerne reflexivista visava circunscrever uma nova interpretação sobre a política mundial, contestando assim os pressupostos da supremacia tradicionalista. A segunda tendência foi ocasionada, de certa maneira, pelo epílogo da Guerra Fria e a reorganização nas formas de governança. A desintegração de instituições políticas relativamente estáveis, vide a União Soviética, suscitou indagações sobre as porosidades das fronteiras e nacionalismos. Neste sentido, os autores em Relações Internacionais procuraram elaborar uma categoria conceitual para a identidade com objetivo de evidenciar o ambiente socialmente constituído dos estados e elucidar os motivos da guerra e conjunturas pacíficas.

Berenskoetter (2018) menciona que o conceito de identidade pode ser mapeado por meio de duas extensões. A primeira corrente realiza esforços em traçar similaridades referentes ao uso das concepções de identidade no sentido de eleger um conceito central, e assim atribuindo um caráter neutro para tal categoria (FEARON, 1997; KOWERT, 1999; ABDELAL et al., 2006). Como segunda abordagem, aponta-se que a neutralidade identitária é impossível, considerando que diferentes posições alusivas à identidade têm origens teóricas e normativas divergentes, o que torna tal conceito essencialmente contestado. Berenskoetter (2018) reitera que a função básica das contribuições no tocante a identidade é de alarmar a conjuntura acadêmica sobre os aspectos da política internacional.

Desde o aporte platônico, reflexões sobre o *self* e os tipos de personalidades eram objetos de análise filosófica. No que tange às ciências sociais, o conceito de identidade somente ganhou discussão a partir da década de 1950 com articulação inaugural do psicólogo Erik Erikson (WEIGERT, 1983; GLEASON, 1983; BLOOM, 1990). Na década de 1960, a identidade era debatida no cerne da sociologia e antropologia, enquanto que as Relações Internacionais eram palco da virada comportamental, fenômeno este que atribui uma característica sistêmica esse domínio. A revolução behaviorista apresentou em seu

embasamento teórico padrões microeconômicos tendo reservado limitado espaço para discussões de temáticas periféricas. As obras *Political Community and the North Atlantic Area* de Deutsch, Burrell e Kann (1957), *National Images and International Systems* de Boulding (1959) e *National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy* de Holsti (1970) são apontadas, em certa medida, como pioneiras no debate sobre aspectos identitários no campo de Relações Internacionais.

Deutsch, Burrell e Kann (1957) expuseram a hipótese de que as transações e comunicações podem conceber um sentimento coletivo por meio de identificações em termos de autoimagens e interesses. A noção de “imagens nacionais” proposta por Boulding (1959) postulava que é sempre a imagem, e não a verdade, que determina o comportamento. Ou seja, comportamo-nos da maneira como vemos o mundo, e não como ele objetivamente é. Já para Holsti (1970) as noções sobre as funções nacionais resultam no entendimento dos tomadores de decisão acerca do que suas nações representam no cenário internacional. Tais funções serviriam como arena basilar para a formulação de normas que padronizavam as performances e réplicas governamentais que dependiam de um conjunto circunstancial. Todavia, esses autores, bem como Jervis (1976), apesar de frisar a relevância das percepções comportamentais e do cerne cognitivo dentro do campo da tomada de decisões, pouco evidenciaram o papel da identidade na política.

A emergência do construtivismo, nos intervalos de 1980 e 1990, fez com que a literatura sobre identidade voltasse e tomasse força com certo ineditismo (ENLOE, 1990; WENDT, 1992; CAMPBELL, 1992; DITTMER; KIM, 1993). Guzzini (2000) argumenta que pelo fato de o construtivismo ser uma metateoria, inversamente a uma específica teoria causal, revela muito sobre como a perspectiva identitária tem se fundamentado. Ou seja, para os construtivistas, as categorias de classificação que empregamos, como são compartilhadas, produzem efeitos no mundo social. Além disso, os seres humanos, e não os fenômenos naturais, podem ser reflexivos acerca de suas atribuições, influenciando assim suas interações com os outros.

Os teóricos em Relações Internacionais empregaram o termo identidade no sentido de conduzir uma releitura sobre o Estado e o sistema em diversas perspectivas. Bloom (1990) fez uso da concepção identitária com o intuito de ontológica e epistemologicamente justificar que o Estado seja uma identidade composta de indivíduos. O autor investigou considerações referentes a identidade nacional para explicar as identificações da massa pública nacional com a figura do Estado e sua capacidade representacional. Wendt (1989, 1992, 1994, 1999), cuja teoria identitária iremos discorrer com maior propriedade no próximo subcapítulo, formulou

uma teorização a nível sistêmico no sentido de oferecer uma abordagem de como as figuras do Estado e do sistema internacional são instituídos. Wendt relata que as identidades estruturam as relações, o que configuraria a anarquia em uma sociedade internacional dinâmica, contrariamente as premissas racionais que observam os Estados como entidades autônomas e concorrentes.

Consideráveis acadêmicos propuseram uma análise conjunta das identidades nacionais e coletivas com o intento de desconstruir o protótipo de Westfália que defere a soberania estatal como uma corporação fixa delineada por um território limitado. Os autores defendem que a soberania, bem como a noção de Estado, são produtos da contingência histórica e que sofrem implicações ocasionadas por identidades coletivas flexíveis e convenções sociais (RUGGIE, 1993; WÆVER et al., 1993; BARTELSON, 1995; FERGUSON; MANSBACH, 1996; CEDERMAN, 1997; BIERSTEKER, 1996; REUS-SMIT, 1997; HALL, 1999; ACHARYA, 2000; LEBOW, 2008, 2012, 2016; WODAK, 2009). O enfoque nas construções sociais viabilizou a problemática da arquitetura política do dentro e fora (WALKER, 1993) e a saliência de regiões cognitivas que transbordam as fronteiras westfalianas (ADAMSON; DEMETRIOU, 2007).

As reconsiderações identitárias acarretaram inferências no campo dos estudos de conflitos. O extinto estado da Iugoslávia, a república da Chechênia, Somália e Ruanda são alguns exemplos que experimentaram conflitos bélicos, civis e étnicos no período do pós-Guerra fria. Certos autores descrevem este cenário desencadeado por identidades coletivas conflitantes que reivindicaram a autodeterminação. Espelhando a contestação entre primordialistas¹⁷ e instrumentalistas¹⁸ na esfera teórica sobre nacionalismos, os autores da área caracterizaram antigas hostilidades étnicas como narrativas identitárias (WEBER, 1995; CRAWFORD; LIPSCHUTZ, 1997; LAITIN, 1998; FEARON; LAITIN, 2000; HANSEN, 2006).

Berenskoetter (2018) pontua que uma outra perspectiva de identidade foi utilizada no sentido de prescrever que as identidades coletivas concebem interações pacíficas entre os

¹⁷De acordo com os primordialistas, os conflitos étnicos são decorrentes das diferenças das identidades étnicas. A identidade étnica é dada a partir do nascimento do indivíduo, algo inerente da condição humana e transferida genealogicamente de geração para geração. Desta maneira, o primordialismo defende que a identidade étnica seja uma categoria imutável e fixa historicamente (VANHANEN, 1999; ESTEBAN; MAYORAL; RAY, 2012).

¹⁸Para os instrumentalistas, os entraves étnicos não emergem diretamente das divergências das identidades étnicas. As hostilidades étnicas manifestam-se quando as identidades étnicas são manipuladas e ou politizadas para a obtenção de favoritismos socioeconômicos para uma determinada comunidade étnica negligenciando outros grupos (CHANDRA, 2004, 2012; RUANE; TODD, 2004). Neste sentido, os instrumentalistas circundam outros elementos, além das identidades étnicas, para explicar os enfrentamentos étnicos. Estes fatores abarcam apreensões referentes a segurança (POSEN, 1993), desproporções e desigualdades (GURR, 1993a, 1993b), ganância (COLLIER; HOEFFLER, 2004) e frustrações (ELLINGSEN, 2000).

atores estatais. Tal emprego foi dual, visto o surgimento de identidades coletivas positivas incitadas por cooperações. Um dos exemplos relevantes sobre esse tema foi a adaptação dos postulados de Deutsch conduzida por Adler e Barnett (1998), indicando que as interações podem inflar um sentimento comunitário. Já Risse-Kappen (1995, 1996) e Kahl (1998) argumentam que a identidade coletiva é gerada por valores e normas liberais em um cenário de paz democrática. Dentro do espectro da União Europeia, acadêmicos pontuaram indícios para mecanismos de europeização e a eclosão de uma identidade europeia compartilhada entre os estados-membros (WÆVER, 1998; COWLES; CARPORASO; RISSE, 2001; HERRMANN; RISSE; BREWER, 2004):

Talvez a maneira mais básica em abordar o conceito é dizer que a identidade de X é a resposta para a questão: “Quem/ o que é X?” No entanto, as respostas podem diferir dependendo sobre quem é perguntando. Podemos decidir que a resposta que mais importa é que dada pelo próprio X (se ele tem uma voz). Desconsiderando por um momento que alguém pode ter múltiplas repostas, os acadêmicos de Relações Internacionais concordam que, na leitura mais básica, ter uma identidade significa ter um senso de self (BERENSKOETTER, 2018, p. 9, tradução nossa).

O construtivismo fomentou avanços substanciais no cerne dos estudos de segurança por reavaliar o significado do que é segurança (MCSWEENEY, 1999; FARRELL, 2002). Booth (1997) discute que identidade e segurança são conceitos indissociáveis e Kowert (1999) pontua que há uma analogia expressiva entre identidade e segurança nacional engendrando um vínculo dependente, no sentido que quando falamos sobre segurança nacional, evocamos elementos da identidade de um determinado grupo, sociedade e país. A rearticulação conceitual referente à natureza do Estado elenca que objeto referente da segurança política é a identidade (MCSWEENEY, 1999). Steele (2005) e Mitzen (2006) mencionam que o escopo identitário enfatiza os recintos culturais e os esforços em estabilizar um *self* íntegro, inversamente aos atributos materiais do Estado e segurança física. Como Berenskoetter (2018, p. 10) revela que “uma perspectiva da identidade gera sua própria concepção do que significa para X ser seguro e, conseqüentemente, o que significa para X sobreviver”.

Dessa maneira, quando se trata sobre a relação identidade e interesse, ao invés de levantar questões de como a identidade constitui o interesse, é mais válido sublinhar o porquê da vontade e o interesse em se manter uma certa identidade (HALL, 1999). Berenskoetter (2018) argumenta que considerar tal vontade sugere um viés identitário que evoca indagações sobre a natureza humana. Kowert (1999) e Hopf (2002) acertam que as tentativas em preservar um *self* coeso revelam o desejo por uma estabilidade cognitiva. Já Reus-Smit (1997) observa esse comportamento como uma guia moral para o indivíduo, enquanto Mercer (1995) aponta

que o indivíduo sempre estará em busca de socialização e autoestima. Ringmar (1996) e Greenhill (2008) frisam o desejo de pertencimento e reconhecimento nos mecanismos de identificação com ou contra os outros. Lebow (2008) nos atém para a necessidade humana de limites e laços sociais, o que certifica a relevância do alcance de prestígio e honra tão denotado pelos realistas clássicos:

Tudo isso nos permite descartar o equívoco que a perspectiva identitária é um “preenchedor de lacunas” útil somente para explicar comportamento irracionais. Se a ação racional significa uma ação gerada para alcançar um objetivo desejado, então qualquer tentativa em manifestar identidade é racional e pode até ser lida em termos de custo/benefício. Desta maneira, o intuito de uma perspectiva identitária não é para explicar comportamento altruísta, uma impressão que se pode obter do ponto de vista de Wendt de que os estados que compartilham uma identidade coletiva agirão por um outro tipo de ajuda do que pela autoajuda. Isso pode ser enganoso, pois uma perspectiva de identidade não descarta a idéia de comportamento de interesse próprio (ou de autoajuda). Em vez disso, isso muda a atenção para o significado do “Eu” na frente. Tal mudança não reduz a pesquisa de identidade a uma “função sub-trabalhista” de explicação de interesses, mas move para a frente a questão de como a “vontade de manifestar identidade”, o desejo de um senso estável de self, é satisfeita. Isso abre novas questões sobre como lidar com a tensão entre o desejo assumido pela estabilidade, por um lado, e a concepção do Eu como evolucionário (sempre em formação) e múltiplo (variando com o contexto), por outro (BERENSKOETTER, 2018, p. 9-10, tradução nossa).

Berenskoetter (2018) argumenta sobre o dilema referente às diferenças que cercam a cultura e identidade. O autor cita que a cultura abarca um grande recinto de parâmetros estruturais em uma sociedade que incluem símbolos, costumes, discursos, normas e ideias. Já a identidade é uma categoria mais pontual que posiciona um indivíduo em um certo contexto. Enquanto produções efetivas de identidade podem torná-la fatos sociais, tais asserções são suscetíveis devido a sua qualidade frágil e seletiva. Logo, tal característica vulnerável abre brechas para contestações, o que gera uma identidade política (REESE-SCHAEFER, 1999).

Os acadêmicos em Relações Internacionais, em sua considerável parte, aderiram às considerações de Mead e Erikson acerca de identidades como efeitos de interações sociais e que possuem um aspecto interno (individual) e externo (coletivo). Berenskoetter (2018) nota que embora a dimensão interno/externo pode ser triplicada por dinâmicas domésticas internacionais, esmiuçar tais processos apresenta suas objeções.

Mensurar a repercussão dos predicados individuais e o dinamismo social é o questionamento clássico que organiza o debate entre os primordialistas e instrumentalistas. Na psicologia social, essa dicotomia é exemplificada pelo “eu” e “mim” proferidos por Mead (1934). O argumento cita que a autorrealização instala-se por meio de um recurso em que o *self* atuante paulatinamente internaliza a atitude de toda a comunidade instaurando um sentimento

de “mim” que se concilia com a esfera da sociedade. Para refletir sobre as vinculações entre o eu e o outro, é preciso recuperar o princípio de que as identidades individuais e coletivas são constituídas sincronicamente (HALL, 1999).

Para avançar o debate, Berenskoetter (2018) promove a indagação sobre se as imagens do *self* e do outro são projetadas interiormente ou se são arquitetadas exteriormente. Para tanto, duas extensões são plausíveis: um ator adquire sua identidade ora pela projeção de imagens precisas em um domínio coletivo, ora pela moldagem de um específico julgamento de identidade coletiva estipulada por outros que são externos. Berenskoetter (2018) circunda que uma resposta adequada não enaltece nenhuma das duas assertivas, e sim um aspecto relevante da política internacional respalda-se na negociação entre o interno e o externo. Uma outra questão que surge desse tema é referente ao conteúdo dessas imagens e de que modo nos referenciamos aos outros. Berenskoetter (2018) expõe que não há um apontamento único como resposta e tentamos descrever as características identitárias de maneira incoerente. Wendt (1999) faz uso de premissas embasadas em identificações negativas e positivas cujas articulações foram empregadas em divergentes níveis de análise para a réplica destas duas últimas questões supracitadas.

Sobre o debate de identidades no âmbito comunitário, os acadêmicos em Relações Internacionais empregam tal perspectiva por duas vias (BERENSKOETTER, 2018). A primeira recorre à Teoria da Identidade Social (TIS), que posiciona a formação de identidades coletivas por meio de um processo interior e exterior a um grupo. As categorizações dessas identidades podem variar, a partir do fato que um grupo se estrutura interiormente através das seleções de seus membros, o que abre brechas para a exclusão e silenciamento de outros. De maneira consequente, há dois tipos de outros, alguns identificados como membros interiores que compartilham interesses semelhantes e aqueles que são observados como fora do grupo, pontuados como diferentes que compartilham um tipo de identidade coletiva através de uma lógica própria (MERCER, 1995). Contanto a Teoria da Identidade Social não prescreve um aspecto conflituoso entre os grupos interiores e exteriores, ela tem sido manejada para amparar uma ontologia neorrealista que aplica o viés comunitário na camada nacional e estatal. Esse comportamento também se espelha em como os Estados tem delineado seus valores em detrimento a outros, produzindo concepções divisórias como Leste-Oeste (SAID, 1979) e o choque de civilizações (HUNTINGTON, 1993).

A segunda via circunda a lógica de integrações regionais em que as identidades surgem no interior destas comunidades. Através dos meios interativos com determinados atores institucionais, as identidades coletivas desenvolvem-se nas trocas de confiança sem que outros

antagonismos existam (BERENSKOETTER, 2018). Tal assertiva pode ser verificada nas análises de comunidades de segurança (ADLER; BARNETT, 1998), mecanismos de europeização entre os Estados europeus e a composição de uma identidade regional entre membros da ASEAN (ACHARYA, 2000). Na tessitura de tais contribuições, Diez (2004) e Rumelili (2004) mencionam que alguns esforços na direção de pensar sobre diferentes tipos de alteridade e maior elucidamento referente a dicotomia eu-outro tem sido levantado pelos acadêmicos em Relações Internacionais.

Berenskoetter (2018) aponta uma terceira via que acadêmicos consideram um Outro substancial como elemento condicionante na formação da identidade coletiva. Nesse espectro, os Estados almejam serem reconhecidos por outros atores observando qual reconhecimento terá maior impacto. Outros escritos aludem que a identidade coletiva é atracada por arranjos sociais que permitem com que os Estados pleiteiem sua autenticidade. Iguais ângulos apontam para a possibilidade de análises que ilustram mecanismos relacionais em que o caráter performático da identidade coletiva é instituído, seja pela via amistosa (MATTERN, 2005) ou antagônica (MITZEN, 2006).

Como adendo, Berenskoetter (2018) indica que um número crescente de autores frisa como as compreensões de identidade são conduzidas na esfera estatal, e como as representações do *self* e do Outro são importantes ferramentas para a política externa. Destarte, as elites governamentais apropriam-se de certos estereótipos identitários para legitimar e justificar sua conduta na tomada de decisões:

Ao traçar o uso instrumental de narrativas constitutivas de identidade e as consequências, essa perspectiva mostra mais claramente a ação exercida pelos líderes políticos. Ao mesmo tempo, aponta para o fato de que as identidades nacionais e os parâmetros culturais dentro dos quais eles estão inseridas são contestados dentro das sociedades; mas também revela que os participantes neste debate não podem fazer declarações / interpretações arbitrárias se quiserem ter sucesso em persuadir seu eleitorado (BERENSKOETTER, 2018, p. 13, tradução nossa).

Berenskoetter (2018) menciona que considerável parte da política internacional não pode ser apreendida nos quatro níveis de análise (sistêmico, regional, bilateral, estatal), todavia, ela é atravessada por eles. Tais níveis são compostos por espaços que compreendem uma multiplicidade de atores circundados por mecanismos de formação de identidade coletivas. Os construtivistas acentuam a função das instituições internacionais em moldar as identidades e interesses entre os integrantes, seja pelo enquadramento dos padrões culturais cujas imagens do *self* e do Outro são deslocadas, seja pelas promoções de espaços interacionais em que a socialização toma lugar (RISSE-KAPPEN, 1996; CHECKEL, 1999). Em uma outra leitura

informada pelos aportes de Foucault e Bourdieu, os autores apontam que as redes transnacionais e dinâmicas de governança ao apresentar aspectos normativos, concomitantemente, também instauram categorias de subjetividades para os integrantes que participam involuntariamente dessa diretriz. Merlingen e Ostrauskaite (2005) e Huysmans (2006) sublinham que tais mecanismos operam em todos parâmetros da política, abrangendo cenários de construções de Estado e securitização de imigrações.

Berenskoetter (2018) ressalva que, independentemente do ângulo, há um imperativo em esmiuçar a extensão intersubjetiva da identidade revelando os instrumentos pelos quais a proporção imagética do *Self*/Outro é instituída pelas relações. Um considerável corpo da literatura demonstra uma margem focada nos processos (JACKSON; NEXON, 1999; LAPID, 2001; GUILLAUME, 2007), porém negligenciam as interações que ocorrem dentro de tais processos (KRATOCHWIL, 2007). Berenskoetter (2018) afere que o construtivismo, de uma certa maneira, analisou a microdinâmica das construções da identidade e sua inerência política. Dentro dessa orientação epistemológica, alguns acadêmicos investigaram como a representação discursiva elucida específicas narrativas entremeadas pelo *self* e o Outro no sentido de ratificar certas políticas (WELDES, 1999). Já outros atores, influenciados por Giddens e a filosofia pragmática, concentram-se no papel constitutivo das práticas compartilhadas (MITZEN, 2006; ADLER, 2008).

Tal investigação permitiu a contestação de algumas premissas à nível macro sistêmico, e assim pontuando algumas considerações concernentes a pluridimensionalidade do *Self*/Outro que estruturam as interações sociais (CONNOLLY, 1991; ODYSSEOS, 2007). Além disso, o panorama emocional, identidade política e as energias afetivas são elementos relevantes que nos auxiliam a uma melhor compreensão do fenômeno de poder praticado entre os atores que compartilham uma identidade coletiva (MATTERN, 2005; ROSS, 2006).

Linger (2005) realiza uma breve revisão sobre identidade contrastando alguns estudos sobre identidade de gênero, etnia e nacionalidade e modelos de pessoa. Concernente a corrente teórica feminista, houve um questionamento referente a naturalidade das categorias de gênero, postulando que gênero é um construto social e discursivo variável sobre o tempo. Linger (2005) argumenta que na antropologia cultural, as discussões sobre gêneros eram alvo de ceticismo pois o comportamento padrão da disciplina circundava na suposição do que era natural ou universal. As críticas concentravam-se mais em postulados universais como o complexo de Édipo (MALINOWSKI, 1955), os problemas dos adolescentes (MEAD, 1961) e as emoções (LUTZ, 1988). Em uma consideração pertinente, Schneider (1980) argumentou que mesmo o parentesco é um construto inteiramente simbólico.

As intelectuais feministas, apoiadas na premissa de Beauvoir (1957), aportaram críticas similares ao âmbito do gênero. As categorias de gênero, os significados, os papéis, bem como identidades não são previamente e biologicamente determinados e nem naturais, mas sim, produtos da mudança histórica e de práticas discursivas. Para Chodorow (1999) as identidades de gêneros são culturais e pessoais, pois elas não podem ser reduzidas nem somente as representações públicas nem a dinâmica intrapessoal. Pessoas constroem tais identidades no momento em que elas engajam representações e proferem um estatuto performático em suas trajetórias de vida.

Quanto à identidade nacional e étnica, Linger (2005) nos relata que duas grandes publicações (ANDERSON, 1983; HOBSBAWM; RANGER, 1983) alavancaram pesquisas sobre “comunidades imaginadas” e “tradições inventadas”. O termo “comunidades imaginadas” revela que a maioria dos membros de uma nação nunca se encontraram e isso reforça a criação de uma solidariedade nacional subjacente a um trabalho ideológico. Há uma decorrência de que nações não surgem naturalmente em mecanismos preexistentes de compartilhamento de sangue ou cultura, e sim, são narrativas historicamente compartilhadas por ilusões baseadas em identidade coletivas remetentes a solidariedade. Os trabalhos sobre comunidades imaginadas grifam que nações, como todas as coletividades, são entidades mergulhadas em símbolos, rituais e narrativas.

No tocante à identidade pós-moderna, Linger (2005) menciona que, no final do século XX, uma revolução econômica produziu impactantes mudanças no tocante aos aparatos eletrônicos, comunicação, engenharia genética ao mesmo tempo que vasto impérios foram descolonizados, o que gerou um fluxo pertinente de trabalhadores, refugiados e turistas nas fronteiras nacionais. O capitalismo passou a ser multinacional e a pós-modernidade comprimiu a relação entre espaço e tempo. Os teóricos pós-modernos declaram que a circulação vertiginosa de produtos, contingentes e midiática separou a cultura do espaço, a então chamada desterritorialização, e criou formas híbridas como literatura multilíngue. A criouliização¹⁹ é um sintoma da subjetividade pós-moderna bem como uma superposição e atenuação de identidades.

Linger (2005) acrescenta que se a modernidade matou Deus, a pós-modernidade matou o self, que agora é substituído por faíscas de fragmentos. Como tudo está em constante

¹⁹A criouliização, termo originário no campo da linguística, refere-se ao fenômeno de mestiçagem cultural. No domínio das ciências sociais, Knörr (2008) pontua que a criouliização seja uma dinâmica em que os indivíduos com etnias diferentes tornam-se indigenizados e passam a produzir uma identidade coletiva inédita. O resultado de tal processo demonstra que as identidades étnicas pré-existentes são suprimidas e substituídas por outras novas.

movimento e estamos a todo tempo em contato com objetos, pessoas, linguagens, mensagens, hábitos, costumes desconhecidos, as pessoas na pós-modernidade perdem o sentido de pertencimento como se estivessem em um supermercado de identidades, experimentando as possibilidades. Jameson (1991) reitera que enfrentamos um momento pós-moderno de “esquizo-fragmentação” engendrado por emoções flutuantes que dificultam a produção de uma narrativa de um *self* coeso.

Linger (2005) também menciona “os modelos de pessoas” em que a identidade está no intervalo entre as representações públicas e subjetividades pessoais. As diversas abordagens mencionadas anteriormente tratam de entender, através de perspectivas diferentes, como são os seres humanos e como eles negociam os significados. Os modelos de pessoas podem ser variáveis como modelo nulo (*null model*), de escolha (*choice model*), ator racional (*rational actor*), de consciência (*consciousness model*), e psicodinâmico (*psychodynamic model*). O argumento não se trata de aplicar um modelo de pessoa ou outro, e sim se o modelo aplicado é crível.

Brubaker e Cooper (2001) trouxeram uma importante contribuição com as versões *soft* e *hard* de identidade. Segundo os autores, a noção de identidade pode significar muito (se usada no sentido extremo), muito pouco (quando usada em sentido brando) ou nada (se levar a considerações ambíguas). O conceito *hard* preserva o sentido comum do significado do termo, exemplarmente as identidades políticas. O cunho *soft* é atrelado a qualidades como múltiplo, contingentes e flexíveis. Brubaker e Cooper pontuam que há três aspectos chaves sobrepostos em relação a identidade: atributos sociais, relações interpessoais e sentimentos de pertencimentos. É muito comum supor que se esses três aspectos relacionados são compartilhados por indivíduos, a identidade também sofre este processo. No entanto, os autores frisam que é importante levar em consideração que a respeito disso nenhuma conexão causal necessariamente conecta esses aspectos.

Quanto ao cenário metodológico, não há uma única abordagem de pesquisa a ser conduzida sobre identidade no campo de Relações Internacionais. Os estudiosos do campo internacional utilizaram técnicas provindas de diversas áreas que variam desde a geografia, antropologia, psicologia, sociologia até a análise do discurso e modelo computacional. Os acadêmicos de Relações Internacionais que trabalham com debates identitários lidam com o desafio de pontuar para quem quais tipos de construção do *Self*/Outros importam. Um engajamento analítico com indivíduos implica inevitavelmente o emprego da inerência humana com as atribuições coletivas (BERENSKOETTER, 2018).

Berenskoetter (2018) menciona que uma estratégia mais adequada reside em uma análise em que os indivíduos, conjuntamente com suas práticas discursivas, sejam representantes de sua identidade fundamentando-as empiricamente. O autor acrescenta que sempre haverá acadêmicos empregando concepções positivistas e incorporando a identidade como variável. As investigações em torno do *Self* requerem argumentos que integram emoções, significados, simbologias, representações em que os pesquisadores não obtêm acesso integral. Desta maneira, tais estudiosos são impossibilitados de ter conhecimento suficiente para captar o vórtice político das comunidades identitárias:

Além da aquisição analítica e dos desafios metodológicos, não se deve esquecer que uma perspectiva de identidade também tem uma importante dimensão normativa. De um modo geral, o estudo do porquê / como os atores vêm, “seguram” e “projetam” certas imagens do Eu e do Outro implica necessariamente uma crítica da ilusão de uma identidade “verdadeira”. E requer atenção às consequências éticas de traçar limites em torno das concepções do Eu e designar os outros (tradução nossa) (BERENSKOETTER, 2018, p. 15).

Tal concepção de uma identidade verdadeira é sustentada, de certa maneira, pelo grupo de autores racionalistas e são advertidos por tomarem as identidades como fixas, delimitando o que está dentro e fora do escopo de estudos em Relações Internacionais (CONNOLLY, 1991). Berenskoetter (2018) cita que a corrente feminista foi uma das responsáveis em nos alertar sobre o tratamento insensível que a construção de estereótipos atribuída às identidades. Atores como Paolini (1999), Inayatullah e Blaney (2004) e Agathangelou e Ling (2009) denotaram como a literatura ocidental construiu sua agenda na base do silenciamento dos debates periféricos.

Berenskoetter (2018) menciona que os estudiosos que analisam a identidade não podem ignorar que tomadores de decisões bem como uma considerável parte de intelectuais corroboram para uma prática recorrente em delinear como fixas as imagens do *Self* e do Outro. Huntington (1993, 1996, 1997, 2004) é pontuado como autor em destaque que recorre a categorias estáveis para estabelecer noções do Ocidente e da América. Sen (2006) complementa que tais categorias são paliativas para a elucidação de eventos, e subsequentemente, podem ocasionar danos quando elites políticas se apropriam de qualidades imaginárias para legitimar intervenções acompanhadas de violência.

3.3.2 *Wendt e identidade*

McSweeney (1996) foi um dos grandes responsáveis em travar diálogos críticos com a Escola de Copenhague. O autor levantou indagações sobre os conceitos que discorrem acerca da sociedade e segurança societal apresentados pela Escola de Copenhague, pontuando que tais assertivas conduziam um viés objetivista. Como réplica à McSweeney (1996), Buzan e Wæver (1997) argumentam que, apesar das identidades passarem por mecanismos redefinidores, elas sedimentam-se com o passar do tempo, o que legitima uma abordagem objetivista nas análises. Igual afirmação mencionada por Buzan e Wæver (1997) são semelhantes às ideias de Alexander Wendt (TANNO, 2003). Tal fato exemplifica a importância da contribuição de Wendt dentro do trabalho da Escola de Copenhague e justifica que tratemos a relação de identidades e Relações Internacionais, a partir das considerações de wendtianas, separadamente neste subcapítulo.

Alexander Wendt argumenta que, contrariamente aos neorrealistas, a esfera internacional não funciona exclusivamente pelo sistema de autoajuda. O panorama internacional é articulado e rearticulado pelas dinâmicas da interação. Se os Estados podem sofrer alterações, logo o sistema internacional também. O principal argumento para entender esse mecanismo de mudanças e processos apoia-se no fato de que as identidades dos atores não é uma característica dada e sim produto do desenvolvimento e transformação das interações sociais. Os racionalistas assumem que o comportamento varia, todavia, eles pontuam que as propriedades dos atores, exemplarmente suas identidades, são externas e antecedem os procedimentos e interações políticas (ZEHFUSS, 2004).

De acordo com Wendt (1989), são as qualidades intersubjetivas da estrutura, inversamente aos materiais, que influenciam o comportamento. As condições intersubjetivas são instituídas por significados coletivos. Os atores constroem suas identidades na integração dos significados coletivos. Wendt (1992, p. 397) determina que as identidades são “entendimentos e expectativas relativamente estáveis e da função do eu (*self*)” (tradução nossa) e julga sua pertinência por fornecer cenário basilar para os interesses, que por sua vez, se engajam nos mecanismos de formação de situações. Wendt (1992, p. 397, tradução nossa) debate como divergentes naturezas de anarquia são constituídas na interação estatal, considerando a premissa que, uma instituição é “um conjunto ou arranjo relativamente estável de identidades e interesses”.

Um tipo de cultura anárquica dominará dependendo nas percepções sobre segurança que os atores empregam e como eles arquitetam suas identidades relativas aos outros.

Como Wendt (1992, p. 399-400, tradução nossa) argumenta, os conceitos acerca de segurança “diferem na medida que a maneira em que o *self* é identificado cognitivamente com o outro, e é a partir dessa variação cognitiva que o significado de anarquia e a distribuição de poder depende”. De maneira igual, as identificações positivas com outros Estados conduzirão uma percepção das vulnerabilidades em segurança não como um assunto pertinente a um Estado e sim como uma incumbência atribuída a todos. Dependendo do tipo de identificação que os Estados estabelecem com os outros, eles estarão menos ou mais dispostos a se engajarem em práticas de segurança coletiva.

Os julgamentos do *self* e do outro, como os interesses em segurança, tomam lugar somente através das interações. Destarte, a identidade é o elemento nevrálgico para os desdobramentos dos cenários em segurança. A cultura anárquica é estabelecida a partir de como as identidades se definem. Para Wendt (1989), as correntes práticas internacionais são processos diários em que a política constantemente assume uma identidade em relação a outra. O autor ainda pontua que as “identidades podem ser difíceis de mudar, mas não são cravadas em pedra” (WENDT, 1989, p. 21).

Nessa abordagem, a grande questão é como as identidades são constituídas, considerando que as identidades estatais são construídas e não dadas. Wendt (1989) cita que as concepções do *self* e do outro surgem nas interações entre os Estados. Os atores estatais, que são munidos de uma legitimação constitucional bem como o monopólio da violência, soberania e território, existem previamente às interações sociais. Independente do cerne social, os Estados apresentam quatro interesses nacionais que incluem desde a segurança física, autonomia, bem-estar econômico até autoestima coletivo. Os acontecimentos factuais são desenvolvidos por meio da interação social em que o *self* e os interesses tendem a projetar práticas de outros atores que são relevantes no sistema. Dessa maneira, Wendt (1989) elenca os atos sociais como mecanismos de sinalização, interpretação e réplicas nas quais o conhecimento partilhado é gerado e a aprendizagem social apresenta probabilidade de ocorrência.

Além das identidades e interesses serem geradas por meio das interações, eles remanescem e são amparados pela forma interacional. Como arguem Berger e Luckmann (1966), através das dinâmicas sociais repetidamente interacionadas, obtemos o fenômeno denominado de tipificações recíprocas em que expectativas e identidades estáveis são concebidas. Consequentemente, os autores fabricam e conservam estruturas sociais cujos efeitos estabelecem-se pelos constrangimentos de escolhas. Uma vez que as estruturas identitárias e interesses são engendrados, as chances de serem alterados são remotas considerando que o sistema social é um construto objetivo e factual aos autores (ZEHFUSS,

2004). Wendt (1992) postula que os atores podem manifestar interesses em preservar as identidades estáveis por razões externas, visto os estímulos promovidos por instituições, e repressões internas como o engajamento as identidades convencionadas.

Partindo da premissa que a identidade não é “um fenômeno unitário suscetível a uma definição geral” (WENDT, 1989, p. 224, tradução nossa), Wendt estabelece quatro tipos de categorias identitárias. O primeiro tipo de identidade é denominado de “pessoal ou corporativo” que é compreendido por estruturas auto organizadoras e homeostáticas que impulsionam o *self* a divergir do outro. A constituição desta identidade em atores pessoais implica uma lógica do Eu por intermédio do desempenho da consciência e da memória, enquanto que nos atores corporativos abarca um afeto do “nós” suturado pela narrativa uniforme de “nós mesmos”. Por possuírem um atributo autogenético, tanto as identidades pessoais quanto corporativas são condicionalmente exógenas à alteridade.

A “identidade tipo” é a segunda denominação que se refere a identidade pessoal-corporativa. Consoante ao que Fearon (1997) pontua, as identidades são rótulos empregados às pessoas que compartilham qualidades no que se refere a aparência, traços comportamentais, gostos, habilidades, religiões, opiniões e conhecimentos. Para que essas qualidades compartilhadas possam ser consideradas como identidades, elas devem munir conteúdo e significado social concedidos por princípios de associação estabelecidos por um grupo ou sociedade. No entanto, essas identidades agregam outras peculiaridades que são inerentes e auto organizáveis aos indivíduos. Sendo assim, tais identidades em sua formação são parcialmente dependentes em relação as concepções do outro. No plano internacional, as identidades tipo são correlacionadas aos modelos de regimes ou maneiras organizacionais de Estado.

A terceira classificação é a “identidade função” que implica os predicamentos culturais e interesses compartilhados, que existem exclusivamente relacionados ao outro e, conseqüentemente, não se aplica a possibilidade de representação conduzida somente pelo *self*. A identidade função é apreendida a partir de um lugar na estrutura social em que se possa especular padrões comportamentais referente a outros que demonstram “contra identidades”. O quarto aspecto é a identidade coletiva que concatena uma identificação do *self* com o outro, ou seja, o eu categorizado com o outro. O estabelecimento da identidade coletiva engendra uma identidade ímpar em que os indivíduos delineiam a violência ou paz do outro como um segmento do eu, propiciando um contexto altruístico, ou seja, aquilo que me atinge, atinge o outro também:

Um dos concretos mecanismos de transformação de identidade que Wendt considera é baseado nos esforços conscientes de troca de identidade. Os atores, ele argumenta, são capazes de se engajar em uma autoreflexão crítica e eles podem transformar ou transcender papéis. O Ego pode decidir em se engajar em novas práticas. Como o novo comportamento afeta o modelo em interação. Isso envolve com o que o alter se comporte de uma nova maneira também. Esse processo não é somente sobre a troca de comportamento, mas sobre a troca de identidade. Como a identidade do alter se espelha nas práticas o ego – ou, mais comumente, as práticas dos outros significantes – as mudanças de práticas do ego influenciam a concepção do alter sobre o self (ZEHFUSS, 2004, p. 46, tradução nossa).

Quanto ao comportamento das identidades, Zehfuss (2004) argumenta que esse é fator elementar para as mudanças identitárias. Wendt (1989) frisa que a dinâmica interacional entre o ego e o alter se projeta por meio de gesticulações físicas. Logo, um ato social respalda-se em um diálogo de gestos em que emitem, analisam e replicam sinais interpretativos. A partir das premissas de Mead (1934), Wendt (1989) reporta que os atores necessitam inteligência e consciência reflexiva para tal procedimento. Para poder refletir e interpretar, os autores devem apresentar a faculdade de fazer uso da linguagem, porém, Wendt não analisa a função da linguagem neste cenário (ZEHFUSS, 2004).

Destarte, a abordagem comunicativa de Wendt se aproxima dos intercâmbios gestuais presentes na teoria dos jogos. Aplicar a interpretação de um cenário consiste na troca de movimentos e suas réplicas embasadas nas experiências do ego. No texto wendtiano, a interpretação não está atrelada ao plano de conteúdo que transforma as propriedades gestuais. Para Wendt, os atores não podem argumentar sobre seus comportamentos, pois eles se comunicam através deles. Em sua obra “Teoria Social da Política Internacional”, Wendt (1999) esboça alguns argumentos sobre a linguagem e discurso, no entanto, o comportamento físico dos autores é o seu maior enfoque. Dessa maneira, podemos aprender o comportamento humano sem considerar o relevo linguístico (ZEHFUSS, 2004, p. 49).

3.4 Os limites das teorias em identidade

Tanto Wendt (1989) quanto Campbell (1992) pontuaram o parâmetro cognitivo da identidade coletiva concernente às tomadas de decisões políticas e contrastando ao materialismo e dos estudos em segurança. Para McSweeney (1999), a orientação construtivista negligencia a identidade coletiva como um elemento dinâmico na conduta analítica de segurança ao considerar que os Estados compartilham uma identidade em comum, fixa e dada previamente às interações sociais apresentando resistência a qualquer mudança por meio dos processos de aprendizagem em que os atores estatais estão envolvidos.

McSweeney (1999), ao denunciar um determinismo cultural presente nos argumentos wendtianos, reserva três grandes críticas as identidades coletivas e segurança. Primeiramente, Wendt indaga os textos waltzianos sobre a assertiva de que os Estados são unidades e que suas propriedades materiais são desprezíveis ao comportamento. Tais propriedades são traduzidas como identidades e interesses estatais em que estabelecem uma relação de interdependência. Como decorrência, a transformação identitária de autoajuda para cooperação é determinante para a mudança de interesses, logo de identidades. Para McSweeney (1999), há uma primazia da identidade sobre os interesses que é imposta pela linguagem. O “Eu” que instaura as preferências e interesses é linguisticamente anterior a ação de suas satisfações:

A gama de interesses disponíveis pode nos levar a reinventar a identidade social apropriada para eles. Podemos nos tornar indivíduos mais auto-afirmativos, egoístas, cooperativos, bondosos ou cooperativos se escolhermos interesses consoantes com tal definição de si mesmo. O eu coletivo é, similarmente, definido em relação ao que faz e, inversamente, constrangido no que faz em como é definido. Os interesses podem atuar com um papel decisivo no desencadeamento do processo de transformação de identidade. Nós queremos quem queremos ser. Assim, podemos analisar o relacionamento sem abraçar uma ontologia comportamental. A relação entre identidade e interesses é provavelmente melhor conceituada como recursiva, seguindo a lógica de estrutura e agência (MCSWEENEY, 1999, p. 127, tradução nossa).

O segundo fator correlaciona-se à identidade estatal e a fonte de transformação ou estabilidade em que Wendt engendra, de maneira congruente, nos mecanismos interacionais. A inconsistência reside em se adotar o ator estatal como unidade de análise. O Estado representa a esfera coletiva cuja construção identitária é fundamental no sentido em que as ações são significadas através do poder e recurso estatal. Sem embargo, o delineamento da identidade coletiva por meio da aprendizagem social não é estabelecido exclusivamente através da interação entre os estados. O terreno doméstico, paralelamente aos atores estatais também exerce influência na uniformidade e congruência às Relações Internacionais. Ignorar a política interna dos Estados permite com que as interações sub estatais sejam apagadas dos processos pelo qual os Estados modificam seus sentimentos de nação.

A terceira crítica remete a inconsistência em como analisar a mudança de identidade através de um único dado observável que é o comportamento. McSweeney (1999) menciona que dentro da cooperação corporativa, a problemática reside em compreender as divergências postas entre a mudança comportamental e identitária observada empiricamente nas formas de cooperação. McSweeney aponta que para Wendt, o tempo parece ser um elemento essencial

em que os Estados egoístas aprendem a cooperar, logo tais cooperações conduzem a identidade coletiva. Porém, McSwenney (1999) objeta que:

No entanto, se quarenta anos do egoísmo estatal durante a Guerra Fria não foram o suficiente para que os anti-realistas sucumbissem às atrações do realismo, é muito difícil convencer os neorrealistas que o comportamento na Comunidade Europeia, que para eles parece estratégico, é algo imanente de uma identidade transformada. É necessária uma base mais sólida para fazer inferência (MCSWENNEY, 1999, p. 129, tradução nossa).

Embora tenha-se muito discutido concernente aos aspectos normativos, fluxos transacionais e dimensões culturais, tal debate não trouxe consigo um parâmetro relevante para o campo da identidade. Berenskoetter (2018) observa que após uma década de uso, a concepção identitária é imprecisa, apresenta ambiguidades e sua função analítica com e não tão elucidativa. Onuf (2003), um dos responsáveis em trazer o termo construtivismo para Relações Internacionais, propriamente declarou que a identidade é um dos termos mais modernos, todavia o autor relutar em utilizar tal conceito em seus argumentos.

A ausência de uma maior clareza de tal tema reside no fato problemático de localizar as identidades. Berenskoetter (2018) indaga como podemos reconhecer uma identidade e o impasse para tal pergunta se encontra não justamente pelo o que uma identidade é, mas sim sobre o que ela opera. Uma primeira réplica, já debatida anteriormente neste trabalho, se sustentaria na premissa que a identidade é a base e origem dos interesses. Todavia, não há uma elaboração concisa que pontue a diferença entre identidade e interesse, o que faz consequentemente com que os dois termos sejam utilizados de maneira intercambiável. De maneira igual, há a questão se os interesses são atrelados a uma identidade ou se podem ser admitidos fora de uma estrutura identitária, como os interesses econômicos que remetem à riqueza e os interesses securitários relacionados à sobrevivência. Nesse caso, Wendt (1999) pontua que a identidade é simplesmente uma propriedade dos Estados que equivale aos territórios e recursos naturais, o que compete a lógica de que a identidade constrói os interesses.

Berenskoetter (2018) alega que o julgamento da identidade como base para promoção de interesses é perigoso, pois aplica-se uma antecipação ontológica entre estrutura e agentes. As identidades não são naturalmente determinadas, por serem construídas por meio de ideias, normas, valores, diferenças, discursos e práticas que são correntemente incluídos no termo genérico cultura. De acordo com o autor, os parâmetros culturais são observados como expressões estruturais e de significados em que o sentimento identitário é instaurado. Além disso, tais arranjos culturais são dispositivos norteadores que permitem que as esferas individuais e coletivas se localizem no espaço e tempo. Segundo Berenskoetter (2018), esse

tipo de leitura, muito popular no cenário de Relações Internacionais, foi herdada do campo da psicologia cognitiva. O autor ainda acrescenta que:

No entanto, tentar esclarecer essa função e classificar a relação entre cultura e identidade levanta várias questões difíceis. Tomemos um parâmetro cultural proeminente entre os estudiosos construtivistas: quais normas são importantes e por quê? Quando e como eles “constituem” identidades? A função constituinte identitária (ou “modeladora”) das normas está ao lado de sua função reguladora (ou “restritiva”)? Como podemos dizer um do outro? O fato de essas questões parecerem mais sobre o papel das normas do que as identidades é revelador e coloca a questão mais ampla de como os processos de formação da identidade estão ligados ao efeito das identidades nos interesses (e, por extensão, nas políticas). Colocando em termos simples, se a lógica constitutiva é: cultura → identidade → interesses, que papel a “identidade” desempenha aqui? É um funil, um catalisador ou um transformador? No jargão positivista, é uma variável intermediária ou interveniente? Novamente, os construtivistas responderão que qualquer tentativa de ler a identidade como uma variável em uma cadeia causal é deslocada à medida que cultura, identidades e interesses são mutuamente constituídos. No entanto, a menos que esse processo seja especificado, permanece a impressão de que grande parte do levantamento analítico é feito pela “cultura”, o que levanta a questão do que a “identidade” acrescenta ao contexto (BERENSKOETTER, 2018, p. 7, tradução nossa).

Para Grimson (2010), uma distinção bem demarcada entre “cultura” e “identidade” se faz como uma condição fundamental para o processo de análise social. Cultura e nação, além de serem conceitos complexos seguidos de uma extensa história, eles se ocupam de identidades conflitivas e heterogêneas. Grimson (2010) sublinha que cultura e identidade remetem a diferentes ferramentas nos estudos dos processos sociais. Para isso, Grimson (2010) levanta algumas considerações sobre identidade e cultura passando pelo essencialismo e desconstrutivismo, diásporas culturais, linhagens e metáforas, categorias, sentimento de pertencimento e configurações.

Grimson (2010) menciona que os termos identidade e cultura são capitais para a compreensão do mundo contemporâneo, porém quando discutimos sobre tais conceitos levantamos interpretações dúbias e contraditórias. Isso ocorre devido ao uso de maneira intercambiável (VILA, 2000), produzindo barreiras para responder a questões cruciais como: “quais são as barreiras que delimitam a cultura e identidade? Como elas tem mudado, quando elas coincidem, quando elas se diferenciam e complementam cada uma?” (GRIMSON, 2010, p. 62, tradução nossa).

Uma primeira diferença que Grimson (2010) pontua é que a cultura está atrelada ao âmbito rotineiro baseado em práticas, crenças e significados sedimentados enquanto que a identidade alude aos sentimentos de pertencimento ao coletivo. Grimson (2010) pontua que essa básica distinção é um ponto obrigatório de partida entre as redes de práticas e significados de um lado, e as categorias de pertencimento de outro. Diante da globalização, a mistura de

atividades rotineiras, crenças, rituais e a intensidade do sentimento de pertencimento nos fazem refletir que uma redução no estímulo do sentimento nacional indica o desaparecimento de valores culturais. De maneira oposta, uma visão essencialista supõe que toda apropriação cultural e hibridização representa uma perda da identidade.

Grimson (2010) sublinha que o essencialismo classifica as fronteiras com caráter fixo e a população em territórios demarcados são tratadas como coisas que predisõem de uma existência de essência cultural, assim reificando os processos que são históricos. Esse conceito, que Grimson (2010) classifica como “culturalismo clássico” enxerga a identidade como produto da cultura. A conduta metodológica clássica se concentra nas práticas de estudar grupos não ocidentais como se eles não tivessem sido colonizados resultando em reflexões a-históricas e uma ideia errônea do distanciamento cultural. O autor acrescenta ainda:

Uma corrente crítica surgiu nos anos 1980 que colocou ênfase na circulação, na permeabilidade e fronteiras porosas, e a natureza híbrida das culturas. As narrativas de cunho homogêneo sobre nações foram desacreditadas, não somente pelos processos da globalização, mas também pela dinâmica indígena, afro, mestiça e regional, reafirmando a distância a noção tradicional e jurídica sobre território de um lado e identidades de um outro (GRIMSON, 2010, p. 65, tradução nossa).

Na avaliação de Grimson (2010), repensar a noção de cultura demanda uma dinâmica metafórica implicando no que se entende por nação. A nação pode ser definida como uma unidade singular na qual abrange um considerável arcabouço de heterogeneidade. Desse modo, a cultura se tornou sinônimo de grupo étnico, estabelecendo com que o multicultural e multiétnico sejam intercambiáveis. No entanto, essa elaboração exclui outras vertentes da heterogeneidade. Se o conceito de identidade foi beneficiado pelas noções de etnicidade, a cultura poderia se beneficiar do conceito de nação.

Grimson (2010) pontua que no quesito de categorias há variáveis: desde as que são antigas, as que foram produzidas domesticamente até as que foram importadas. Os atributos contidos nessa “caixa identitária” nos oferece como a sociedade é percebida por seus integrantes e como eles interagem. Além do mais, Grimson (2010) acentua que seria adequado ter cuidado se tomarmos o conceito de identificação quando remetemos somente ao sentido de pertencimento que conecta as pessoas ao coletivo, o que configuraria em categorias cristalizadas já pré-existentes. No circuito de trocas de categorias sociais e classificações, significados, desigualdades e hierarquias são postas em disputa. Tais competições são exequíveis pois, as categorias são compartilhadas e os significantes são nodados a um significado que não é percebido de maneira idêntica por todos.

Como conclusão, Grimson (2010) pondera que a cultura é uma configuração constituída de variados elementos que são conectados de maneira complementar, contrária e hierárquica. Em termos de pertencimento, uma identidade é remetida a uma categoria como elemento fundamental dentro de uma cultura. A relação estabelecida entre cultura e identidade é complexa e Grimson pontua que sua perspectiva poderia ser melhor servida como configurações culturais e não a cultura em si, bem como o sentimento de pertencimento e outras categorias de identidade e não a identidade em si mesma. Enquanto não casualmente conectadas e passíveis de diferenciação, cultura e identidade estão inter-relacionadas em consideráveis aspectos, sendo assim, podemos considerar que mudanças culturais podem de alguma maneira interferir em trocas de identidade:

Identidade não é um fato da sociedade; é um processo de negociação entre pessoas e grupos de interesse. Ser inglês, irlandês, dinamarquês é uma consequência de um processo político, e é esse processo, não o rótulo que o simboliza, que constitui a realidade que precisa de explicação. Não podemos decidir o status, ou mesmo a relevância, da identidade a priori. Onde for relevante, não é necessariamente a causa de um problema de segurança, como os autores assumem. É tão provável que seja o seu efeito. O que é só pode ser revelado desconstruindo o processo de formação de identidade no nível sub-social, mas os autores rejeitam essa abordagem como levando inevitavelmente ao individualismo (MCSWEENEY, 1996, p. 85, tradução nossa).

No sentido do termo reificação, Theiler (2003) assinala que há dois tipos e que é preciso um maior esclarecimento de tal nomenclatura. A primeira forma que se baseia no nacionalismo e etnicidade é apurada como primordialismo ou essencialismo. Essa asserção é respaldada na noção de que nações, grupos étnicos refletem entidades anistóricas cuja causa não é social e se assemelharia a processos instintivos, naturalizando as comunidades humanas. Copenhague indubitavelmente declina do primordialismo e em sua produção acadêmica sublinha os arranjos agente-estrutura de nações e comunidade identitária. Não obstante, o que Wæver et al. (1993) evidenciam é que, a partir do momento que certa comunidade é socialmente construída, a disposição pode se tornar de tal maneira estável e psicologicamente arraigada que adquire reivindicação amplamente aceita. No entanto invoca um objeto de segurança em potencial. Ou seja, a partir do momento em que o indivíduo internaliza as regras e normas de uma determinada comunidade, ocorre a improbabilidade de desvincular tais atributos ideais, considerados legítimos, sobre objetos.

O segundo tipo de reificação indica que grupos humanos ou instituições são socialmente construídos e não essenciais e primordiais. Sem embargo, semelhante classificação trata tais unidades como atores independentes com preferências e habilidade em moldar os resultados sociais (THEILER, 2003). Brubaker (1996) testemunha que na agenda de pesquisa

dos nacionalismos contemporâneos, este tipo de reificação acarreta uma abordagem substancialista às nações e grupos étnicos em que são tratados como agentes sociais com necessidades, aspirações e a capacidade em atuar de maneira proposital.

Theiler (2003) reitera que a Escola de Copenhague adota o conceito de identidade como algo preeminentemente fixo que as pessoas portam e querem salvaguardar. O autor ainda pontua que considerável parte da literatura focada na identidade no campo da política e Relações Internacionais se apoia em uma noção de identidade não sofisticada e imprudente em comparação ao amplo corpo de contribuições da psicologia e sociologia, campos estes em que o conceito foi introduzido primordialmente. Outro ponto problemático converge sobre a debilidade que Copenhague apresenta no tocante à natureza do plano individual e sua relação com o coletivo dentro da dinâmica de securitização.

Epstein (2010) sublinha que a análise de discursos pode oferecer ferramentas pertinentes acerca das considerações sobre identidades. Para a autora, o construtivismo emprega o termo identidade como instância variável, todavia, tal orientação epistemológica não oferece insumos teóricos que exemplificam como as identidades são construídas. Epstein (2010) frisa que, ao conceder a identidade individual, entendida como produto das interações sociais, ao espectro do Estado, pratica-se o essencialismo provindo das perspectivas racionalistas de Relações Internacionais.

Epstein (2014) argumenta que devido a uma concepção particular de “*self*” que o construtivismo pegou emprestado da psicologia, a corrente construtivista em desenvolver uma formulação coesa que inicialmente parecia satisfatória. O construtivismo tem sido alvo de uma crítica crescente à categoria fixa e essencialista que atribui ao conceito de identidade (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006; DOTY, 2000; SMITH, 2000; ZEHFUSS, 2001). Particularmente, o coeso *self* que reside no epicentro da psicologia, bem como da sociologia, é posto em questão pela escola Lacaniana, tanto conceitualmente quanto clinicamente (EPSTEIN, 2014). De acordo com Herrmann et al. (2004), o campo da psicologia enreda a unidade de sujeito repleta de uma miríade de propriedades e funções sem ao menos validar essas suposições.

Destarte, o *self* apresenta uma variedade dimensional, e para uma compreensão satisfatória referente as constituições das identidades, a autora frisa que se faz capital refleti-las dentro de um mecanismo de identificação. Considerando a improbabilidade existencial de um único *self*, logo encontram-se empecilhos analíticos de observação de todo um conjunto da identidade. As variáveis das categorias identitárias que abarcam classe social, gênero, orientação sexual, etnia, linguagem, códigos sociais são registros que nos auxiliam a classificar

o local do indivíduo dentro de uma comunidade. No entanto, deve-se considerar a existência das instâncias inconscientes que cristalizam a identidade do sujeito (EPSTEIN, 2010). Cabe ressaltar que, há uma divergência ontológica e epistemológica entre indivíduo e sujeito para o escopo de uma leitura psicanalítica, do qual nos preocuparemos em aclarar no próximo capítulo deste trabalho.

3.5 Considerações parciais

O *self* unificado, sobe um prisma lacaniano, é distinguido por ser um construto imaginário que o indivíduo se ancora no sentido de compensar uma falta constitutiva no epicentro de sua identidade. O que subjaz ao conceito de identidade é, de fato, um processo dinâmico de identificação no qual o indivíduo tenta tamponar sua falta e, nesta performance, ele constrói seu *self* (BONNANT, 2010). A compreensão do *self* nos destina para um conceito chave na produção da identidade, como também, nos remente a uma ficção que não pode ser encontrada em um *locus* real, pois sempre aponta à falta e não a um local que pode abrigar uma identidade essencial (ROSA, 1998).

Ao tomar a identidade como resultante do processo de identificação, Epstein (2010) aponta um elemento complexo na compreensão de tal dinâmica: os tropeços, empecilhos e obstáculos que o sujeito enfrenta ao tentar se expressar, pois nem todo ato discursivo é possível de ser simbolizado pela linguagem. A análise lacaniana antepõe o conceito de “*self*” para o que se denomina “sujeito”. O sujeito hospeda, primordialmente em sua matriz, o desejo e linguagem, dois componentes que regem a identidade. Igual dicotomia nos diz algo sobre sua ontologia: de um lado o desejo que, compete à dimensão do ser, no sentido que seu corpo é localizado anteriormente antes de ser inscrito na esfera da significação, e de outro lado a linguagem que, media a intersubjetividade compartilhando significados e valores no espectro social, o que na terminologia lacaniana se traduziria pelo campo do simbólico (ELIA, 2007). Stavrakakis (1999) sublinha que para Lacan a linguagem, mais do que qualquer outro fator social, é a chave definidora da vida social. Logo, o indivíduo é concomitantemente sujeito desejante e discursivo.

Com o propósito de avanço teórico, nos deparamos com o desafio em entroncar como os mecanismos de identificação poderiam auxiliar a diagramar o enlaçamento social entre o agente securitizador e audiência no processo de securitização. Julgamos que a esfera discursiva seja um dispositivo analítico pertinente para nossa proposta, considerando que o discurso é a forma de determinado alcance material no sentido de mapear a posição enunciativa

do agente e a audiência e as dinâmicas configuradas a partir dos elementos (objetos referentes e condições facilitadoras) que regem os movimentos de securitização. Nesse sentido, para traçar um panorama da identidade à identificação de modo a aplicar nossa crítica à Escola de Copenhague, temos primeiramente que apresentar alguns conceitos essenciais da psicanálise lacaniana que incluem o inconsciente, a linguagem, o significante, o sujeito, o eu, o desejo, o objeto *a*, os três registros clínicos e a fantasia. O capítulo IV, propriamente se ocupará em exemplificar tais conceitos, para que no capítulo v, tenhamos embasamento teórico para esquematizar os mecanismos de identificação como espaço de aderências discursivas nas formulações sobre segurança.

4 **POLÍTICA E PSICANÁLISE: DE UM OUTRO AO OUTRO**

Até aqui conduzimos o debate sobre o papel que a Escola de Copenhague, sob o aporte construtivista, desempenha dentro dos Estudos Críticos de Segurança para responder nossa primeira pergunta: o que faz a audiência aderir ao discurso do agente securitizador nos movimentos de securitização? Ao elencarmos a identidade como fator essencial que alia os interesses do agente e da segurança, deslizamos para nossa segunda pergunta: mas de qual identidade estamos debatendo? Deste modo, prosseguimos com um levantamento bibliográfico acerca do tema e as considerações evidenciam que a identidade é tratada como categoria majoritariamente fixa e não nos auxilia a melhor compreender sobre o papel da audiência na securitização pois, o objeto referente que o agente quer extinguir talvez não seja exatamente a mesma ameaça que a audiência acata como constrangimento. Mesmo com essa hipótese de não correspondência entre os dois lados, porque a audiência acata o discurso do agente?

Justamente, realizar o deslocamento da identidade e empregar o conceito de identificação é uma etapa necessária e nos providencia uma margem dimensional pois, nesse contexto, não se trata de um indivíduo de carne e osso, ou empírico que se identifica ao outro, e sim, essa questão remete ao sujeito, aquele do inconsciente. Para tanto, O capítulo IV tem como objetivo realizar uma breve introdução sobre os conceitos freudianos e principalmente aqueles formulados a partir dos textos de Jacques Lacan para que tenhamos consistência teórica a modo de compreender a relação da securitização, identificações e discursos de modo a debater as seguintes premissas: securitização para quem? Que lugar o agente e audiência ocupam quando um enuncia e outro adere? Como a securitização é manejada? O que se quer mostrar ou esconder dentro dos movimentos de securitização?

4.1 **Breve história da psicanálise: a gênese freudiana**

Nos finais do século 19, o desenvolvimento da Psicanálise é correspondido com as próprias articulações de Sigmund Freud. O então neurologista observou os acontecimentos que lhe eram próximos, no sentido de arquitetar considerações acerca do funcionamento psíquico e o sofrimento humano. A partir das observações sintomáticas das histéricas, Freud (1996a) investigou as teorias sexuais e preconizou o conceito de inconsciente, e conjuntamente, outras formulações adjacentes surgiram tais como o Complexo de Édipo, as tópicas do aparelho psíquico, a libido e a teoria da incompletude. Neste primeiro subcapítulo, nos ocuparemos em descrever, de maneira breve, os aportes freudianos com o objetivo de introduzir o leitor às noções elementares da psicanálise e, assim, prosseguir com a releitura que Jacques Lacan

realizou dos textos pioneiros da área. Portanto, por uma questão de recorte teórico, nosso trabalho limita-se ao campo freudiano, não abordando outros trabalhos igualmente importantes de autores psicanalistas tais como Carl Gustav Jung, Donald Winnicott, Melanie Klein, Wilfred Bion, Wilhelm Reich, etc.

As enfermidades nervosas não eram pertinentes ao saber médico até então, considerando que as variantes psíquicas não eram reputadas como científicas, e sim somente fenômenos que se enquadravam como dados passíveis de observação. Freud (1996b, p. 215) relata que “[e]les não sabiam o que fazer do fator psíquico e não podiam entendê-lo. Deixavam com ele”. Com suas primeiras observações clínicas de seus pacientes, Freud, a partir da obra pioneira *A interpretação dos Sonhos* indaga o porquê dos atos falhos e esquecimentos e para onde são encaminhados tais conteúdos apagados da memória. Freud (1996a) denota uma lógica que se encontra alhures no sistema psíquico humano, ela está para além da consciência: o inconsciente. O inconsciente, como relata Freud, é o local de reminiscências de eventos conflituosos e traumáticos sobre os quais não conseguimos falar. Todo ser humano padece de conflitos que perduram e subsistem, pelo fato que não os elaboramos. Em um primeiro momento, tudo que era originário do processo mental era posto pela Psicanálise como consciente ou inconsciente. O inconsciente apresenta duplo valor, isto é, além de o tempo não obedecer a uma linearidade, predicados contraditórios existem simultaneamente. Nesse sentido:

Estar consciente é, em primeiro lugar, um termo puramente descritivo, que repousa na percepção do caráter mais imediato e certo. A experiência demonstra que um elemento psíquico (uma ideia, por exemplo) não é, via de regra, consciente por um período de tempo prolongado. Pelo contrário, um estado de consciência é, caracteristicamente, muito transitório; uma ideia que é consciente agora não o é mais um momento depois, embora assim possa tornar-se novamente, em certas condições que são facilmente ocasionada. (FREUD, 1980, p. 27-28).

A partir dessas produções psíquicas finais e observáveis, supomos a existência de um processo inconsciente, obscuro e ativo, que atua em nós sem que o saibamos naquele momento. Estamos, no que tange ao inconsciente, diante de um fenômeno que se consoma independentemente de nós e que, no entanto, determina aquilo que somos. Na presença de um ato não intencional, postulamos a existência do inconsciente, não apenas como causa desse ato, mas também como a qualidade essencial, a essência mesma do psiquismo, o psiquismo em si. O consciente, portanto, seria apenas um epifenômeno, um efeito secundário do processo psíquico inconsciente (NASIO, 1995, p. 26).

O inconsciente estabelece uma outra leitura para os conjuntos dicotômicos como o moral e o imoral, o certo e o errado, a verdade e o falso, pois, para essa instância o que importa é a cena, o sonho, o lapso relatado. Já através do pré-consciente, ocorre o fato de que os conteúdos que não eram conscientes em um certo momento poderiam ser acessados sempre

quando oportuno. Pontuadas como integrantes da primeira tópica freudiana, as três instâncias do aparelho psíquico – consciente (*bwes = bewusstsein*), pré-consciente (*Vb = vorbewusstsein*) e inconsciente (*Ub = unbewusstsein*) – são interligadas por pulsões que são investidas por forças erógenas. Justamente, essa potência erótica é que torna a vida possível, pois nos impele a sublimá-la através da realização de fins reprodutivos e de práticas sociais como a religião e a arte.

Freud (1996a) pontua que quando uma excitação remanesce num estado afático (sem fala), o indivíduo se aflige e reduz a angústia em sintoma, pela via corpórea ou não. Igual excitação é recalcada para o inconsciente em que perdura potencialmente, pois uma vez não falada, incomoda. Em relação às suas técnicas clínicas, Freud não praticava a hipnose, e para ter acesso às recordações traumáticas, o então doutor costumava acomodar seus pacientes no divã e posicionar as mãos na testa deles para que falem o que vier à mente, sem censura estabelecendo uma cadeia de associações. Há muitos desejos que não pactuam com as convenções éticas e estéticas sociais. Dessa maneira, o conteúdo direcionado ao inconsciente é, por muitas vezes, conflitante resultando na não solução desses desejos inconventionais. Se não lembramos deles, logo os recalamos. Todavia o recalcado retorna na forma de sintomas, sonhos, chistes e atos falhos.

Com o objetivo de legitimar sua abordagem clínica da cura pela palavra sem hipnose, Freud (1996c) menciona o caso da Elisabeth von R. Tal paciente queixava-se de sintomas histéricos como dores agudas na perna associadas a delírios persecutórios. Elisabeth ficou enferma em dois episódios divergentes: no falecimento paterno e em seguida na perda de sua irmã. Freud (1996c) destaca que no primeiro caso a paciente adoeceu em decorrência de uma divisão de suas afeições entre ter que cuidar do seu pai enfermo e se encontrar com um jovem amado. No caso da sua irmã, ela revela uma paixão secreta pelo cunhado. Posteriormente, este caso levará Freud a articular uma relação edípica entre Elisabeth e seu pai. Freud nota a resistência e o recalque presente em seus pacientes e menciona que a hipnose velava as causas sintomáticas. Desta maneira, Freud acredita na sobrelevação das camadas conscientes (repressoras), pré-conscientes no sentido de ter acesso ao inconsciente (reprimido), espaço que abriga as instâncias conflitantes. Cabe ao paciente gerenciar esse dilema: resignar ao seu sintoma ou sublimá-lo por outras vias, como a arte, o trabalho, etc. Ou seja, para Freud, é incumbido ao paciente lidar conscientemente o entrave psíquico revelado pela psicanálise.

Em um momento posterior, nos escritos *Além do princípio do prazer* de 1920 e *O id e o ego* em 1923, Freud discorreu que o psiquismo revelava algo mais complexo do que a mera segmentação tripartidária da primeira tópica. Nesta ocasião, Freud secciona a estrutura

psíquica em id, ego e superego. O id é o elemento inerente do ser humano, as pessoas nascem com ele. O id compreende as vontades, os prazeres e pulsões primitivas geradas essencialmente pelos instintos e desejos orgânicos, ou seja, pelo princípio do prazer²⁰. A partir dessa estrutura, o ego e superego se desenvolvem, compondo assim a personalidade humana.

O Ego surge à deriva do convívio e interação humana com a sua realidade, balizando os seus instintos primitivos (o Id) com a realidade externa. O Ego é a dinâmica encarregada pelo equilíbrio da psique, visando abrandar os impulsos do Id, ao mesmo tempo de maneira a satisfazê-los menos frenética, e mais realista. Em razão do Ego, conseguimos preservar nosso estado de sanidade na personalidade. O Ego inicia seu desenvolvimento já no primeiro ciclo de vida da criança. Como pontuado em *Além do Princípio do Prazer*, há uma considerável parte inconsciente que reside no Ego, cujo comportamento é reprimido pela resistência que surge durante a análise acompanhado pelo sentimento de culpa. Como Freud (1980, p. 38) nos relata: “O ego é aquela parte do id que foi modificado pela influência do mundo externo e esforça-se por substituir o princípio do prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade”. Como adendo, Freud (1980, p. 39) ainda menciona: “para o ego, a percepção desempenha o papel que no id cabe a pulsão. O ego representa o que pode ser chamado de razão e senso comum, em contraste com o id que contém as paixões.”.

O Superego surge a partir do Ego e compreende as representações dos ideais estabelecidos através da moral e cultura apreendida pelo indivíduo servindo como um guia para o Ego, precavendo-o sobre o que é ou não aceito pelos códigos sociais, de acordo com os valores internalizados da pessoa. Para Freud (1980), tal instância inicia seu desenvolvimento no intervalo do quinto ano de vida, dado o contato com a sociedade ser mais intenso nesta fase. O superego é o elemento herdeiro do complexo de Édipo e que denuncia os desejos do id, previamente a sua chegada à consciência, apresentando sua maior fração nas ocorrências inconscientes e uma menor na reserva consciente. É a partir deste Ideal do Ego que o sujeito experimentará a sua primeira identificação, aquela enlaçada com o pai. Este tema, especificamente, é central para nossa pesquisa e o retrataremos com maior clareza no último capítulo. Ademais, o superego:

²⁰O Princípio do Prazer é um conceito articulado por Freud (1923) que menciona a inclinação do psiquismo em obter prazer, suprimindo o desprazer, através da atenuação dos pontos tensionais intrapsíquicos. Igual prazer é capturado de maneira imediata não importa de qual maneira, desconsiderando a necessidade de autoconservação do ego. Para equilibrar esse princípio, há, em sua correspondência, o Princípio de Realidade, que intervém na relação do Princípio do Prazer com o mundo externo, de acordo com a ordem da economia psíquica, que presume a extinção do desprazer como prioritário em detrimento à compensação das pulsões.

[...] desempenhou papel na formação do ego e sua diferenciação a partir do id. O próprio corpo de uma pessoa, e acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto externas quanto internas...O ego é, primeiro e acima de tudo, um ego corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície (FREUD, 1980, p. 39).

Importante sublinhar que, apesar das três instâncias psíquicas da segunda tópica serem diferentes, elas não se encontram isoladas e desagregadas uma da outra. Através de sua correlação dialética, elas expressam a mesma natureza e funcionam de maneira associada integrando a subjetividade. O id, direcionado pelo princípio do prazer, impele que suas necessidades sejam supridas de maneira imediata. O ego realiza esforços em gerenciar tais demandas que cingem o mundo externo coadunado pelo superego. Um exemplo clássico é a exigência capitalista em que o id e ego são correspondidos na realização de desejos imediatos frente ao imperativo do gozo. Tais desejos do id ignoram a lógica temporal e espacial, e podem retornar e repetir, por meio de formações do inconsciente (sonhos, atos falhos, sintomas), em qualquer fase da vida do indivíduo (FREUD, 1980).

A finitude, representada pela morte, são fatores pertinentes que viabilizam com que o ego preserve a estabilidade no psiquismo. Freud (1980, p. 70) menciona que “sabemos que o medo da morte faz seu aparecimento sob duas condições, (...) como reação a um perigo externo e como um processo interno”. Com o objetivo de autopreservação, o ego não concede que algumas demandas cheguem a ser desejadas conscientemente. No nível do inconsciente, o superego denuncia o id e, deste modo, o ego é responsável em reprimir as demandas antecipadamente ao momento de sua chegada no plano do consciente, resultando no sentimento de culpa. Segundo Freud (1980, p. 40) “num grande número de neuroses um sentimento de culpa inconsciente desempenha um papel econômico decisivo e coloca os obstáculos mais poderosos no caminho do reestabelecimento”.

O ser humano, através da “purificação” de seus instintos animais, consegue abdicar os prazeres e júbilos imediatos, sob a satisfação suspendida, fornecendo uma condição de segurança e tornando possível o convívio com seus próximos. Quanto à libido, esta potência é essencialmente reservada para fins reprodutores na relação sexual, porém ela também se caracteriza como energia que viabiliza a troca da satisfação imediata pela satisfação adiada no sentido de se produzir a cultura. Esse fenômeno, Freud (1980) denomina de sublimação em que, tanto o objeto quanto o objetivo são deslocados, ou seja, aquilo que pulsava sexualmente se depara com um outro tipo de satisfação não genital e sim erótica. Assim, há um investimento de energia libidinal em objetos que apresentam um status ético e cultura superior, tais como a arte, o trabalho, a escrita (FREUD, 1977).

Tal energia sexual está vinculada à Pulsão de Vida (princípio do prazer), que abarca uma correspondência paradoxal e complementar com a Pulsão de Morte (além do princípio do prazer). A Pulsão de Vida, classificada também como Eros, é a pujança que alicerça tudo o que é vivo a uma tendência unificada e procede com intuito de preservar a vida e sua sobrevivência. Já Tânatos, ou pulsão de morte, é a potência que propende na transformação do orgânico para o inorgânico que é materializada nos comportamentos agressivos e destrutivos. Como Freud (1997, p. 53) discorre “a própria vida seria um conflito e uma conciliação entre essas duas tendências” e viabilização de um complexo civilizatório incide na sujeição a iguais instintos pulsionais, pois o investimento libidinal é o que torna factível a nossa vida em sociedade. Adicionalmente:

Partindo de especulações sobre o começo da vida e de paralelos biológicos, concluí que, ao lado do instinto para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver um outro instinto, contrário àquele, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como Eros, existia também um instinto de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, desses dois instintos (FREUD, 1997, p. 77).

Freud (1996a) segmenta o desenvolvimento da libido em cinco fases, que não seguem uma linearidade, possibilitando a ocorrência de sobreposições, embora teoricamente é elencada na seguinte ordem: fase oral, fase anal sádica, fase fálica, latência e fase genital. Dependendo de cada fase, o investimento libidinal é pulsionado em um órgão ou parte do corpo. Tais fases nos elucidam para uma melhor compreensão a respeito de determinados conceitos freudianos, como o Complexo de Édipo²¹ e o Complexo de Castração. Concernente ao último complexo, Nasio (1989) pontua que não se trata da mutilação física dos órgãos sexuais da criança, mas sim dos constrangimentos e ameaças que a criança vivencia, no nível psíquico, em detrimento às proibições e leis estabelecidas no desenvolvimento da subjetividade.

²¹Para formular o conceito de Complexo de Édipo, Freud recorreu à mitologia grega, mais especificamente do teatro, publicado por Sófocles titulado “Édipo Rei” (430 a.C), peça integrante da trilogia de Tebas. O mito narra a história de Laio, rei tebano, que teria sido precavido por um Oráculo referente ao seu porvir infeliz: ele seria morto por seu próprio filho que se esposaria com sua mulher, que neste caso, seria a mãe deste. No sentido de impedir que isso tornasse realidade, Laio toma a decisão em deixar a criança num lugar isolado, lhe pondo pregos nos pés, para que assim encontrasse o fim de sua vida. Um pastor encontra o bebê e o nomeia de *Edipodos* (pés-furados). Essa criança é futuramente adotada pelo rei de Corinto. Interrogando o oráculo, Édipo recebe igual mensagem que seu pai Laio fora informado previamente, todavia, crente que isso concernia aos pais adotivos, Édipo abandona Corinto. Em seu exílio, Édipo encontra um grupo de negociantes e termina por assassiná-los todos em uma disputa, incluindo o líder, que porventura era Laio, seu pai. Em Tebas, Édipo decifra o enigma da Esfinge e liberta a cidade de suas maldições, e desta maneira, é coroado e lhe é concedido o direito de se casar com a rainha Jocasta, agora viúva. Os dois compactuam o matrimônio e geram quatro filhos. Posteriormente, à chegada de uma peste que assombra a cidade, Édipo e Jocasta pedem conselho ao oráculo com o objetivo de solucionar esse infortúnio e descobrem respectivamente que são mãe e filho. Jocasta comete suicídio e Édipo fura os próprios olhos como sanção por não ter reconhecido a própria mãe.

Ao remarcar os indivíduos do sexo oposto, e especificamente a observação de um outro órgão sexual, o menino supõe que as mulheres, bem como as meninas, foram castradas da mesma maneira que sua mãe. Neste intervalo, as crianças procuram prazer através da manipulação dos órgãos que recebem uma alta carga de investimento libidinal e que ao mesmo tempo estão sob o contexto de ameaça. Nasio (1989, p. 14) complementa que “essa é a época das ameaças verbais que visam proibir à criança suas práticas auto-euróticas e obrigá-las a renunciar a suas fantasias incestuosas”. Neste sentido, a criança deve internalizar que não pode ter todos seus desejos realizados e, igualmente, renunciar à satisfação imediata para assim ter sua entrada na cultura. Tanto o Complexo de Castração quanto o Édipo são mecanismos que instalam o *não* no circuito de desejos do sujeito.

Encontrei em mim, como em toda parte, sentimentos amorosos em relação à minha mãe e de ciúme a respeito de meu pai, sentimentos esses que, penso eu, são comuns a todas as crianças pequenas (...) A lenda grega apoderou-se de uma compulsão que todos reconhecem, porque todos a sentiram. Todo espectador, um dia, foi em germe, na imaginação, um Édipo, e se assombra diante da realização de seu sonho transposto para a realidade (MASSON, 1897).

O menino, ao reconhecer que existem indivíduos que possuem o pênis, formula que a possibilidade de perder seu órgão se torne real. Enquanto as meninas, que se veem castradas e notam que a mãe sofreu o mesmo procedimento, a acusam pela ausência fálica²². As crianças, de maneira geral, presumem que existe um só órgão e, no entanto, demarcam a diferença anatômica (FREUD, 1996c). O garoto, ao conceber a mãe como objeto de amor, identifica-se com a figura paterna surgindo uma rivalidade, que disputa o amor materno, instaurando o Complexo de Édipo. O menino tenta ocupar o lugar paterno para juntar à mãe. A ameaça de castração pela função paterna, que interdita sua correspondência com a mãe, bem como o temor de ser desapropriado da salvaguarda do pai, induz a criança a retirar-se do Complexo de Édipo. Por conseguinte, a criança irá eleger posteriormente outros objetos suplentes que serão libidinalmente investidos fora da tríade incestuosa. O abandono do objeto interdito e a consequente transferência de energia para outros objetos denominam uma sublimação (FREUD, 1997).

²²Freud explica a diferença entre a sexualidade infantil e a adulta, não pela primazia dada ao genital (o pênis), mas pela primazia dada ao *falo*, ou seja, para Freud o estágio fálico caracteriza-se pela ausência de representação psíquica do sexo feminino, organizando-se a diferença sexual em torno da posse ou não do falo. A oposição, segundo Freud, enuncia-se da seguinte forma: “órgão genital masculino ou castrado”. Portanto, na chamada fase fálica, a oposição não se dá entre *masculino* e *feminino*, mas entre *fálico* e *castrado* (ou ativo e passivo), o que o leva a postular a existência de uma só libido, masculina, no sentido de ativa (COSTA, 2010)

4.2 A linguagem e os significantes

Este subcapítulo apresenta como objetivo pontuar o diagrama concernente aos aspectos da linguagem e seu uso operante nos subsídios teóricos da psicanálise lacaniana. Tal dispositivo, formalizado pelo linguista Ferdinand de Saussure, apresenta grande destaque principalmente pela ideia de “significante”. Igual conceito encontra-se no epicentro da nossa proposta e hipótese: primeiramente por nos auxiliar em como a teoria da política internacional, exemplarmente os textos de Laclau (1994), Mouffe (1993), Žižek (2000) e Stravakakis (1999), empresta alguns termos da psicanálise para elucidar alguns fenômenos globais – tensões entre classes, movimentos sociais, correntes nacionalistas, etc – bem como pontuar como ocorrem as adesões da audiência ao discurso do agente securitizador frente a uma ameaça no campo da segurança internacional.

Se para a Escola de Copenhague, os processos de securitização configuram-se como atos de fala, logo tais mecanismos enunciativos encontram-se no campo da linguagem. Como Longo (2006, p. 7) menciona “nada há no mundo que não participe da linguagem: a realidade se expressa na palavra e só existe na medida em que se possa dizê-la”. Enquanto condição humana, os discursos do sujeito são ecoados na vertente social, que a partir de uma dinâmica sincrônica, insiste em significar efetivamente a relação do eu e o outro. No entanto, a linguagem não apresenta uma relação contínua com a realidade, pois não conseguimos representar tudo e todos através das instâncias languageiras. Tal fato justifica-se pela constituição das línguas naturais (português, espanhol, francês) que evoca três elementos: o “eu” (aquele quem enuncia), o “tu” (a quem o discurso é endereçado) e o “ele” (assunto que é discutido).

O objeto que intercede o “eu” e o “tu” nos direciona àquilo que a linguagem faz representar, ou seja, simbolizar aquilo que se encontra ausente, a falta que é permeada entre todos os falantes. As línguas naturais apresentam a estrutura da ordem ternária que engendra as três pessoas do discurso (eu, tu, ele) e que refletem o espectro social em sua menor escala, pois sem a terceira pessoa a socialização não ocorre. De maneira correspondente, a ordem unária toma lugar no âmbito do inconsciente onde não há divergência entre o verdadeiro e o falso e a existência das contradições. Longo (2006) complementa que:

Os enunciados do unário não são organizados como alteridade e como relação de causa e efeito. Como faltam dados à “explicação” linear causal, surge o não-senso; por isso os temas do inconsciente sempre se repetem. A ordem do unário é a lógica do não-saber, do paradoxo, da errância da verdade e de qualquer simetria. O unário, contraditório por princípio, se configurará privilegiadamente na arte. Ele funciona na lógica da multiplicidade, campo da conjunção aditiva inclusiva, do ser e não ser

simultaneamente, na possibilidade de transição de um lado a outro — esse é o campo do simbólico inconsciente (LONGO, 2006, p. 10-11).

Quanto à disposição binária, esta tem por função esquivar-se das disparidades, desornamentos, bem como a ausência de causalidade. Tal método aplica a conjunção alternativa, incluindo uns e excluindo outros. O terreno científico e positivista suprime as contradições e a ordem unária nivelando as dissemelhanças, o que produz um efeito de uma realidade supostamente simétrica e harmônica. A conduta binária evoca o registro imaginário da causa e consequência, exemplarmente como a linguagem tecnológica que decodifica um comando para cada sinal, e assim, encontra soluções para problemas sem deixar margem para erros (LONGO, 2006).

É *na e através* da linguagem que o humano tenta ancorar significações diante de um universo que residia previamente a ele. O absurdo da natureza e a falta de causalidade para nossa existência nos impele a fabricar sentidos pela arbitragem simbólica da linguagem, produzindo fundamento e coerência para a realidade. A linguagem é produto da capacidade simbólica humana em que o símbolo é recurso de representação de um objeto ausente. À guisa de exemplo, se o presidente de uma organização se ausenta a uma cúpula entre chefes de Estado, logo ele encaminha um representante para substituir sua presença. Ou seja, tal representante está no lugar do presidente, mas ele não o é. Esta é propriamente a finalidade de um símbolo: representar algo ou alguém, mesmo não o sendo (LONGO, 2006).

Já no reino animal, a instância simbólica é efetivamente nula. Apesar de terem atributos tais como memória e afeições, os animais não alteram sua condição e acompanham seus instintos como programados geneticamente. As espécies, salvo suas organizações em coletividades, não erigem sociedades e civilizações. O linguajar animalesco evidencia uma complexa estrutura comunicativa em que não apresenta falhas devido a sua dinâmica binária. Cada código e sinal emitido por uma espécie será decifrado de maneira ímpar e igual por todas as outras espécies. Em contrapartida, o sistema de comunicação humana aponta multiplicidade e por ser desprovida de uma aparelhagem binária ela abriga atos falhos, deslizos, esquecimentos e lapsos. Nem tudo o que eu quero dizer, o outro irá entender exatamente da maneira como quis enunciar (QUINET, 2018). Logo: “A verdade de nossa linguagem é inacabada e inominável — é inatingível. À linguagem humana falta verdade eterna. Por isso mesmo, a palavra, se nos revela, também nos oculta em sua opacidade. Resta ao homem se esgarçar no espaço da linguagem” (LONGO, 2006, p. 16).

Tal falta operante na linguagem humana é, paradoxalmente, aquilo que nos movimenta e compele a criar, fazendo com o que nossos desejos sempre deslizem: uma vez

realizado sempre surgirá outro desejo. A insatisfação é um traço marcante na “natureza” humana, e como sempre haverá falta, recorreremos ao símbolo como uma aposta. Todavia sem êxito, com o objetivo de preencher esse vazio. Desta maneira, esse impasse ocasiona, de uma maneira ou outra, angústia, desconforto, preocupações e, concomitantemente, matéria prima para que possamos desejar (QUINET, 2018).

4.2.1 *O estruturalismo de Ferdinand de Saussure*

O psicanalista Jacques Lacan emprestou algumas formulações provindas da linguística saussuriana no sentido de atribuir um estatuto ao dinamismo estrutural do inconsciente. Para isso, elucidaremos alguns conceitos tais como a linguagem, a língua, a fala, sincronia, diacronia, o signo e valor linguístico, as relações sintagmáticas e associativas que nos auxiliarão a melhor compreender os escritos lacanianos. A linguística no século XIX pautava-se em uma abordagem que comparava as línguas sistematicamente entre suas estruturas fonéticas, gramaticais e lexicais. Posteriormente à publicação do Curso de Linguística Geral (1916) de autoria do linguista Ferdinand de Saussure, que consistia em uma série de escritos compilados pelos seus alunos Charles Bally e Albert Sechehaye, o método histórico e diacrônico foi rearticulado pelo ineditismo do corte sincrônico.

A investigação de Saussure na organização natural da língua possibilitou a circunscrição de um objeto que fosse próprio à linguística, destacando-a das outras doutrinas científicas as quais era articulada. A língua possui dois axiomas: um que percorre a linha horizontal embutida em uma perspectiva comparativa em que os aspectos languageiros mudam de acordo com o tempo, e outro que transita pela verticalidade em que a “língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE, 1990, p. 102). Ou seja, a língua é um conjunto de valores determinados de maneira relativa e diferencial entre si, o fonema A só é A, a partir da sua diferença com os outros fonemas: aquilo é algo que o outro não é. Dentro desse sistema de elementos diferentes, de natureza abstrata e psíquica, o falante registra a língua de maneira passiva. Nesse sentido, a língua opera a partir de um fundamento classificatório e é efeito social da linguagem, amparada por um complexo de convenções que possibilitam o desempenho e funcionamento dessa faculdade empreendida pelos indivíduos (LYONS, 1989; FIORIN, 2010a). Assim:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada

em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade (SAUSSURE, 2006, p. 17).

A partir da linguagem, os seres humanos conseguem elaborar um grupo infinito de enunciados por meio de um complexo finito de componentes. Tanto a composição léxica quanto sintática de qualquer ordem da linguagem, são majoritariamente arbitrárias. Em função disso, a estrutura linguageira capitada no decurso do trato social, o que lhe configura um estatuto convencional. Opostamente, o procedimento comunicativo adotado pelos animais lhes faculta elaborar uma classe finita de enunciados que são propagadas geneticamente. A linguagem não é natural ao homem, e sim sua capacidade de reproduzir uma língua, que por sua vez, é um efeito social da linguagem. Concernente à fala, tal dispositivo é a realização concreta da língua e opera no âmbito individual e voluntário (FIORIN, 2010a). Ademais:

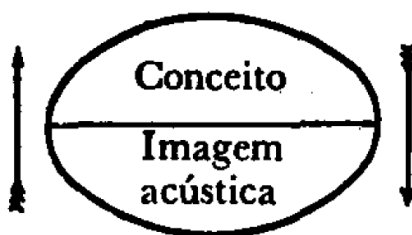
A distinção linguagem/língua/fala situa o objeto da Linguística para Saussure. Dela decorre a divisão do estudo da linguagem em duas partes: uma que investiga a língua e outra que analisa a fala. As duas partes são inseparáveis, visto que são interdependentes: a língua é condição para se produzir a fala, mas não há língua sem o exercício da fala. Há necessidade, portanto, de duas Linguísticas: a Linguística da língua e a Linguística da fala. Saussure focalizou em seu trabalho a Linguística da língua, "produto social depositado no cérebro de cada um", sistema supra-individual que a sociedade impõe ao falante (FIORIN, 2010a, p. 14).

De acordo com Saussure (1990), a diacronia é vinculada à categoria da fala devido a sua dinamicidade que é executada em um determinado período e espaço. Na ordem diacrônica, os elementos são observados por meio de transformações que os precedem e sucedem, ou seja, o método adotado visa analisar os subseqüentes estados de língua. Neste sentido, conseguimos observar a evolução das línguas e suas modificações no decorrer do tempo, o que possibilita comparar diversas diacronias entre a palavra atual até sua origem. Já na esfera da sincronia, desconsidera-se o aspecto temporal e elege-se a variante de um determinado momento. Assim, são coletadas somente as alternâncias, exemplarmente as variações regionais e sociais, que coexistem em uma mesma época. No mais, aplica-se uma análise da língua, conjuntamente as suas qualidades descritivas e estáticas, como um sistema fechado que demonstra as regularidades convencionadas de determinado período.

Sobre o signo linguístico, Saussure (1990) o configura como uma entidade psíquica, de natureza abstrata e é composto por duas propriedades de uma única matéria, como se fossem duas páginas da mesma folha: o significado que está atrelado ao plano de conteúdo e o significante que vincula-se a imagem acústica, sensorial, a maneira como expressamos

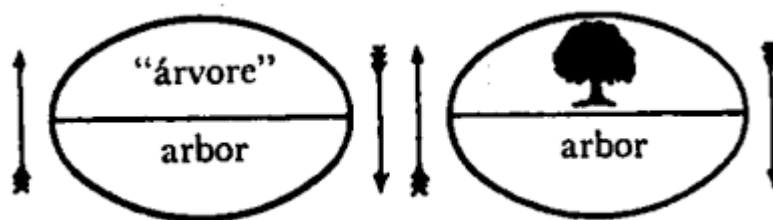
determinado significado. O significado e significante não são fundidos por uma ordem determinante fora da língua, pois a cadeia que os conectam segue uma organização arbitrária, sendo então, o próprio signo arbitrário. Como adendo, percebemos que iguais significantes são selecionados para exprimir os mesmos significados em determinadas situações. Isto explica-se o fato de que o signo é regido por um atributo social e é fixado pela sua prática no viés coletivo (CARVALHO, 2003).

Figura 2 – A relação do conceito e imagem acústica



Fonte: Saussure, 1990.

Figura 3 – O significado e significante



Fonte: Saussure, 1990.

Há dois princípios que dirigem o signo linguístico: a linearidade e a arbitrariedade. Referente à linearidade, os itens que compõem um específico signo surgem de maneira subsequente, um após o outro, tanto no campo da fala bem como da escrita. Os fonemas e as palavras são externados por um rearranjo linear na cadeia da fala e escrita, fato este explicado pela impossibilidade de pronunciar dois sons concomitantemente. A arbitrariedade determina que a junção entre o significado e significante ocorra, em sua maior parte, de maneira convencional. Não há uma lógica tangível, exceto para os substantivos onomatopéicos, que evidencie a associação concreta de um significante a um significado. Segundo Saussure (1990), a arbitrariedade impulsiona o surgimento das línguas considerando seu consenso coletivo, e embora sua utilização aconteça de modo individual, as reconfigurações no espectro linguístico em nenhum momento se darão pela via particular.

Quanto ao valor linguístico, este conceito pontua que pelo motivo da língua estar inserida um sistema em que os signos operam a partir de suas diferenças, o seu valor reside em uma função de oposição binária: um signo é (categoria positiva) aquilo que o outro não é (categoria negativa). Desta maneira, um signo não existe fora do conjunto dos signos devido a sua correlação. Na língua só existem diferenças, pois o sistema linguístico abarca um conjunto de diferentes sons que correspondem a uma subsequência de ideias (LOPES, 1977). Conforme Saussure:

A ideia de valor, assim determinada, nos mostra que é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte; seria acreditar que é possível começar pelos termos e construir o sistema fazendo a soma deles, quando, pelo contrário, cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que encerra (SAUSSURE, 1990, p. 132).

Pelo sistema linguístico funcionar a partir de maneira solidária, as relações são regidas pelos movimentos sintagmáticos (combinatório) e paradigmáticos (associativo). As relações sintagmáticas transcorrem entre o enunciador e o ouvinte no nível da frase, ou seja, do sintagma. Quando emitimos um enunciado, temos a faculdade de ligar os sintagmas (verbos, substantivos, palavras, artigos, advérbios) desde o menor ao maior, no sentido de gerar uma frase, oração. Saussure pontua que as relações sintagmáticas deslizam em um eixo horizontal, proporcionalmente a linearidade do signo.

As instâncias paradigmáticas esquematizam uma seleção entre os componentes, em que o elemento escolhido exclui os outros. Através da linha vertical, elegemos as palavras que preenchem o nosso discurso, assim recortamos diversas referências para combina-las na esteira da fala. Os paradigmas constam como inventários de unidades linguísticas, elencados de acordo com elementos pré-estabelecidos, o que explica a relação de itens que não são correntes no discurso. O quadro abaixo esquematiza a relação axiomática entre paradigma e sintagma.

Quadro 1 – Sintagma e Paradigma

PARADIGMA (escolha)	Realismo	Debate	A	anarquia
	Liberalismo	Enfatiza	O	Indivíduo
	Construtivismo	Discute	A	Agência
	pós-estruturalismo	Pontua	o	Poder
	Feminismo	Questiona	a	Relação

Fonte: autoria própria, 2019.

Após termos realizada uma breve apresentação sobre os insumos teóricos de Ferdinand de Saussure, pontuaremos como Jacques Lacan emprestou o conceito linguístico “significante” para atribuir ao inconsciente um estatuto de linguagem que permeia as relações humanas. No próximo subcapítulo, explicitaremos como o autor psicanalista subverte o princípio saussuriano, com o argumento de que a linguagem seria composta primordialmente por significantes e não de signos. Ainda, o significado não apresentaria uma correspondência fixa com o significante. A escuta clínica teria indicado que o significado apresenta uma particularidade volátil, a qual deslizaria em uma cadeia de significantes. Destarte, o conceito de signo é relativo dado a sua relação móvel entre significante e significado, ambas instâncias circunscritas em um determinado contexto. Tal conceito nos é muito caro neste presente trabalho, posto que o processo de identificação se dá pela via dos três registros clínicos (real, simbólico, imaginário) em que o significante circula, interpreta ou apaga.

4.2.2 *O inconsciente é estruturado como uma linguagem*

O advento da psicanálise é prévio ao da linguística moderna, este acontecimento para Lacan explica a negligência acerca da função do significante nos textos freudianos: “ela estava, quando do aparecimento da *Traumdeutung* (interpretação dos sonhos), muito avançada em relação às formalizações da linguística, às quais se poderia sem dúvida demonstrar que ela, apenas por ser peso de verdade, franqueou o caminho” (LACAN, 1966, p. 513).

De maneira evidente, tal fato impede uma sofisticação linguística nas análises freudianas. Posto isso, Lacan ancora o retorno a Freud com a assertiva que “é toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente” (LACAN, 1966, p. 495). As articulações lacanianas pautam-se nos influxos do estruturalismo, momento em que os aportes linguísticos são empregados em outras áreas do saber.

Lacan, realizando um retorno a Freud, pontua a importância da linguagem para a psicanálise, considerando que o inconsciente e as estruturas linguageiras se encontram no mesmo invólucro. Com a assertiva “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, Lacan sublinha que as instâncias inconscientes, além de seguirem as regras da linguagem, configuram-se como efeito desse sistema. Lacan havia notado que, principalmente nos Estados Unidos, a clínica praticada correntemente na década de 1960 desvia-se de maneira progressiva dos textos freudianos, praticando uma espécie de psicologia do ego que se adaptava ao próprio sujeito (LONGO, 2006; ROUDINESCO, 1994).

Embora a linguística tenha alvorecido no terreno norte-americano no século XIX, influenciada pelo aporte antropológico, o behaviorismo prevalecia as observações linguísticas até a década de 1950. A corrente comportamental foi introduzida na psicologia a partir de John Watson, embasada pelo “reflexo condicionado”, teoria esta desenvolvida pelo fisiologista russo Ivan Petrovich Pavlov. Tal conceito era pertinente e válido na metodologia observacional do comportamento dos animais, mas não para a condição humana. De maneira subsequente, o linguista Bloomfield (1933) divulga a obra *Language*, uma compilação linguística que expunha, de maneira extenuante, as línguas indígenas do continente americano a partir de um escopo simplista e descritivo, desconsiderando a parcialidade e valores do linguista (LONGO, 2006; ROUDINESCO, 1994). Sobre essa conjuntura:

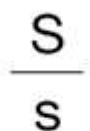
Para Freud, o caminho, por meio da linguagem, em direção ao conhecimento do desejo do sujeito do inconsciente, o verdadeiro dono de nossa casa, é penoso, lento e redundante em ferida narcísica, segundo suas próprias palavras. Bloomfield se afasta também de Lacan e de todos os estudiosos da linguagem que desde a Antiguidade perceberam a complexidade, o alcance, a ambiguidade, o poder de sedução e de cura da linguagem humana (LONGO, 2006, p. 43).

Leonard Bloomfield, como pontuado anteriormente, sublinha a fala como fonte de análise e desabona o falante que a enuncia com a justificativa que é impossível acessar a dinâmica mental e condições produtivas da linguagem. Igual premissa acarretou algumas consequências lesivas no desdobramento dos estudos referentes a linguagem, por negligenciar as instâncias mentais na elaboração da linguagem e significações. Ademais, o estruturalismo norte-americano preconizado por Bloomfield incumbe à linguística uma qualidade autônoma desprendendo-se de outras disciplinas. O cenário norte-americano apresentou uma mudança quando o então matemático Noam Chomsky foi indicado pelo Departamento de Linguística do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)* a criar um *software* como ferramenta de tradução. Para o desenvolvimento da programação, Chomsky dedica-se aos estudos da linguagem, incluindo a genealogia das línguas. O acadêmico observou que a dinâmica da aquisição,

elaboração e entendimento da linguagem apresentam notável complexidade pouco mensurada e estimada pela linha behaviorista. O matemático então abandona o projeto computacional de tradução e se engaja no campo linguístico propondo um quadro que rompesse com o behaviorismo. O conjunto teórico englobava conceitos como a gramática universal, a gramática gerativa e transformacional e a hierarquia das línguas.

Conforme Saussure, como pontuado previamente, o signo linguístico qualifica-se como uma entidade psíquica ramificada em significante (imagem acústica) e significado (conceito). Tais instâncias só existem uma a partir da outra e no intervalo desta correlação surge a significação cujo seu valor linguístico será produzido a partir da relação com outros signos. Lacan (1966) lança uma reflexão acerca do sujeito que concebe o signo linguístico, levando em conta sua condição de estar inserido no campo da linguagem. Sendo assim, tal sujeito está submetido ao desacerto que a função simbólica opera, posto que a palavra apresenta ambiguidade e ambivalência. O psicanalista francês pontua então uma diferença basilar do estatuto do significante para a linguística estrutural e para a dimensão psicanalítica. Segundo Longo (2006), Lacan fragmenta a unidade do signo e inverte a posição dos planos (figura 4): o significante deverá manter-se no segmento superior, evidenciado pelo S maiúsculo, enquanto que o significado encontra-se na parte inferior, simbolizado pelo s minúsculo.

Figura 4 – Algoritmo lacaniano



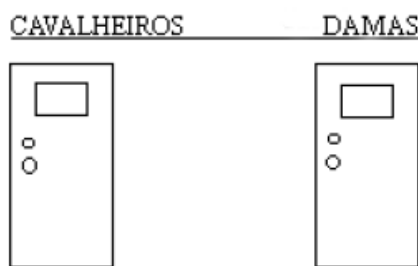
Fonte: Longo, 2006.

O algoritmo saussuriano pontua que a significação, ou seja, a articulação de sentido entre significante e significado seja sempre alcançada e lograda e independe da posição da imagem acústica junto ao seu conceito, contanto que estejam restringidos a uma elipse, ou seja, que façam sentido mutuamente. Já o algoritmo lacaniano estabelece o significante acima da barra em que é grafado com maiúscula, pois atua com prevalência na cadeia da fala. O sujeito perpassa de significante em significante sem conseguir compreender por completo aquilo que enuncia, pois encontra-se alienado frente à significação daquilo que produz. Em outras palavras, ao passo que Saussure (1990) presume um sujeito que é ciente do que diz, Lacan (1966)

denuncia um sujeito alienado da sua própria fala, contrapondo a arbitrariedade do signo e a qualidade linear do significante.

Em razão disto, Lacan (1966) pontua que a barra que separa o significante do significado produz resistência no sujeito para o alcance de sentido, ou seja, o enunciador logra “trespassar a barra” em poucas situações. Dessa maneira, o sentido é grafado com s minúsculo. Ainda, não existe nenhuma elipse que os una, devido à falta de equivalência entre significante e significado em que esse último é captado através das formações do inconsciente, respectivamente, os atos falhos, sintomas, chistes e sonhos. Em “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud” Lacan (1966) nos fornece uma ilustração em que a diferença não é estabelecida pelos significados na divisão inferior do algoritmo, representado pelas duas portas iguais, e sim pelos significantes “Cavalheiros” e “Damas” na fração superior.

Figura 5 – A prevalência do significante



Fonte: Lacan, 1966.

A justaposição desses significantes “Cavalheiros” e “Damas” nos revelam que, acima de qualquer plano de conteúdo, existe uma dinâmica de diferença, de “dissensão”. Isso quer dizer que a significação se dá justamente pela negação, por aquilo que o outro significante não é, bem com sua divergência em detrimento aos outros componentes da cadeia de significantes. Cada significante não incide justamente no significado, e sim se endereça a outro significante, em um seguimento interminável. Para Lacan (2005), o significante comporta-se de maneira autônoma, à revelia do sujeito e desintegrado de sua significação. Em “Nomes-do-Pai”, Lacan (2005) critica a asserção de que a linguagem é orgânica, vide a perspectiva instrumental de Chomsky. Opondo-se à premissa padronizada de que a linguagem é uma ferramenta para traduzir o pensamento, senão o significado, a concepção lacaniana nos remete que “o significante só se põe como não tendo nenhuma relação com o significado” (LACAN, 1975, p. 32). Ou seja, não existe algo definido ao que o significante conduza alusão, lhe

imprimindo um atributo instável, caracterizando “um deslizamento incessante do significado sob o significante” (LACAN, 1966, p. 502).

Tal movimento de deslize opera sob duas circunstâncias, segundo Lacan (1966, p. 515): “É da copresença no significado não apenas dos elementos da cadeia significante horizontal, mas também de suas dependências verticais, que eu demonstrei os efeitos, distribuídos de acordo com duas estruturas fundamentais, na metonímia e na metáfora”. Referente ao princípio da linearidade do signo saussuriano, Lacan (1966) postula que o significante se desenrola em uma dimensão singular, tanto no nível da fala (temporal) e escrita (espacial). Devido ao resvalamento do significante ante o significado, qualquer significante pode ser articulado a diversos significados, o que configura veementemente uma ambivalência em cada ato discursivo.

Que vem a ser um significante? O termo significante não designa nada de uma realidade diretamente tangível e observável; corresponde, antes, à necessidade que a psicanálise tem de abstrair e formalizar certos fatos – eles, sim, observáveis – que se reproduzem e se repetem com insistência ao longo da vida. Um significante é uma entidade estritamente formal, indiretamente referida a um fato que se repete e definida pelas relações lógicas com outras entidades similarmente significantes (NASIO, 1997, p. 127).

Nasio (1997) elenca as categorias dos significantes em três segmentos: por sua formalidade, articulação e representação. A primeira referência nos revela que um significante denuncia um fato que se repete e que pode ser observado, implicando um deslize de maneira involuntária no modo de agir consciente de um indivíduo. Um ato-falho pode ser considerado na qualidade significante, pois, apesar de tal lapso ter sido produzido por alguém, ele lhe escapa dada a reação de espanto e revelação de algo que, até então, remanesce oculto. O significante apresenta a possibilidade de formalizar eventos e ocorrências, pois através dele, conseguimos analisar algo que surge à revelia do sujeito. Tal dispositivo é um conceito que abriga um vazio, ou seja, ele pode ser um soluço, uma palavra, um discurso, uma narração, uma sombra, um grito, um sonho, uma tomada de decisão, um silêncio desde que esses traços se repitam involuntariamente dentro de uma cadeia com outros elementos.

A segunda referência alude justamente a relação de um significante com outros significantes. Como pontua Nasio (1997, p.28) “um significante nunca existe sozinho” dado a existência de uma articulação lógica que evoca um significante que emergiu isoladamente de uma ação espontânea com outros significantes que inscrevem ações similares que foram ou serão cometidas. Neste sentido, ao caracterizarmos um significante como um deslize, não devemos pontuá-lo como um elemento exclusivo, visto que ele é concatenado a outros atos

falhos. Já a terceira referência remete ao sujeito do inconsciente que abarca uma relação abstrata entre um significante e um conjunto de significantes. O sujeito do inconsciente não é atrelado a pessoa empírica, aquela que sonha, que realiza piadas, mas sim à experiência sensível de um lapso que incorpora estatuto de um significante atual em relação a todos outros lapsos cometidos.

Nas formações do inconsciente, há um paralelo entre o desejo e aquilo que é reprimido, pois um significante censurado abalroa-se de maneira cifrada em meio a outros significantes. Os chistes, os ditos espirituosos, sonhos, lapsos, esquecimentos, atos falhos operam por via deste tipo de emergência através dos mecanismos linguageiros. Lacan (2005, p. 148) nos anuncia que por trás de todo lapso existe uma finalidade significativa. Freud já precursava este liame nas primícias do século XX com “A interpretação dos sonhos (1900)”, “A psicopatologia da vida cotidiana (1901)” e “Os chistes e sua relação com o inconsciente (1905)”. Nesses textos, não somente é exposto um diagrama das formações do inconsciente como também uma direção metodológica de análise de feitio a desvelar o teor contido e recalçado.

Baseado na investigação daquilo que aflora no inconsciente, é estabelecida a viabilidade de pontuar a rede de significantes, compreendida pelas palavras e fonemas, que é enredada segundo sua própria dinâmica. Tal acoplamento e amarração de significantes desconsideram as normas gramaticais e os preceitos do consciente, como a relação binária e a dicotomia causa-efeito. Não obstante, a “maquinaria” do inconsciente apresenta uma relação dialógica com a linguagem poética, tendo em conta os escritos freudianos em “A interpretação dos sonhos” (DUNKER, 2010). Freud classifica os sonhos como um texto cujo processo de construção resulta na transformação do conteúdo latente, aquilo que desejamos sem censura, no conteúdo manifesto em que compreende as representações imagéticas, de maneira condensada e substituída daquilo que desejamos. O engenho da produção onírica pode ser pontuado como uma interpretação em que o conteúdo manifesto, aquilo que sonhamos, é parafraseado através do conteúdo latente, aquilo que não sabemos, mas desejamos.

Freud (1972, p. 295) nos aponta que a elaboração dos sonhos se configura como um dispositivo de tradução: “os pensamentos oníricos e o conteúdo onírico nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto, em duas linguagens diferentes. Ou, mais apropriadamente, o conteúdo onírico parece uma transcrição dos pensamentos oníricos em outro modo de expressão”. De outra maneira, os pensamentos oníricos apresentam igual particularidade e sucedem as mesmas determinações dos pensamentos conscientes cujo entendimento e compreensão expressam-se de maneira instantânea. Em contrapartida, o

conteúdo onírico é emitido de maneira criptografada como hieróglifos. Isso quer dizer que a definição dos elementos dos sonhos não é concebida meramente por seu reconhecimento, pois se faz capital localizar a função performada por cada elemento.

Esse decurso tradutório é engendrado por dois processos: o deslocamento e a condensação em que Lacan (1993), recuperando e contrapondo Jakobson (1982), os associa respectivamente à metonímia e metáfora. O deslocamento qualifica-se como uma transferência de uma a outra representação. Sendo elemento integrante de qualquer sintoma, tal manifestação de substituição não extingue o objeto substituído e o inclui em uma série associativa. Também, o deslocamento é denotado como um mecanismo de defesa em que os sentimentos, fantasias, libido, originalmente relacionados a um objeto são transferidas para outro objeto (FREUD, 1996, 1901).

Em termos lacanianos, a decorrência do deslocamento gera uma autonomia do significante, quebrando a correspondência biunívoca significante-significado. Assim, Lacan (1999) articula o deslocamento à figura retórica da metonímia que faz o sentido se deslocar, ou seja, a função significante que se opera na linguagem em que a parte é tomada pelo todo. Exemplarmente na frase “A época das Luzes pôs fim ao regime absolutista”, há uma correlação entre “A época das Luzes” e o conjunto de ideias que indagaram o então modelo de regime político francês no século XVII, tal ligação se faz através do significante sobre o qual sustenta-se o termo metonímico. Por conseguinte:

O processo de deslocamento salta aos olhos do observador que compara o relato do sonho com sua interpretação. Desse cotejo emerge a diferença de importância entre os pensamentos oníricos e os elementos oníricos a eles correspondentes. Os aspectos que se destacam em termos de conteúdo manifesto são menos importantes em termos de conteúdo latente e, inversamente, aquilo que é menos importante no conteúdo manifesto sobressai no conteúdo latente. Ou seja, a elaboração onírica envolve uma transferência ou deslocamento de intensidade psíquica de alguns pontos para outros. O deslocamento serve fundamentalmente à finalidade de contornar a censura onírica, deformando e camuflando os pensamentos oníricos para tornar possível sua expressão pelo sonho (CASTRO, 2009, p. 7).

Já a condensação ocorre quando os deslocamentos se fusionam. Freud (1900, 1901) articulou a possibilidade de elementos do conteúdo manifesto representarem um conjunto das substâncias latentes, ou inversamente, por meio do mecanismo de condensação. Freud pontuou que a condensação nos sonhos provocaria o arranjo de diversos conteúdos em somente um símbolo. Isso nos mostra que neste símbolo unificado encontra-se a redução de uma quantidade de conceitos deslocados, substituídos. Tal mecanismo é performado no sonho através das

imagens, elaborando formas coletivas e heterogêneas, exemplarmente as características e traços físicos, psicológicos de alguém que conhecemos personificados em um desconhecido.

A condensação torna-se possível nos sonhos pelo fenômeno da sobredeterminação, em que diversos pensamentos oníricos encontram sua expressão em um único elemento onírico, ao passo que um mesmo pensamento onírico pode estar expresso em vários elementos oníricos, criando-se entre eles um cruzamento múltiplo, plurívoco. O fenômeno da sobredeterminação nos sonhos é análogo ao que ocorre na poesia onde, segundo Jakobson, se projeta o princípio constitutivo da equivalência do eixo do paradigma no eixo do sintagma, com a consequente explosão da linearidade deste, aludida anteriormente. Lacan relaciona o conceito freudiano de condensação com o conceito retórico de metáfora. A condensação é uma sobreimposição de significantes, enquanto a metáfora lacaniana é a substituição de um significante por outro que toma seu lugar na cadeia, segundo a fórmula “uma palavra por outra” (CASTRO, 2009, p. 8).

Nesse sentido, a condensação é um elemento de transformação do sonho, ou seja, respeita o mesmo mecanismo em que uma representação inconsciente tenta passar, atravessar a barreira da censura e é interceptada pelo recalque que faz com que essa representação seja condensada com outras, ou outra, representação. Neste sentido, a condensação é um elemento de formação dos sonhos visando à realização do desejo inconsciente, ainda que condensado e/ou deslocado em seus elementos (MALISKA, 2014, p. 165).

Lacan denota que o nome *Verdichtung* (condensação) “por condensar em si mesmo a *Dichtung* (linguagem poética), indica a naturalidade do mecanismo com a poesia, até o ponto de envolver a função propriamente tradicional desta (LACAN, 1966, p. 511). No plano da condensação, há uma sobreposição de significantes o que nos indica que a metáfora é algo que se encontra no lugar de outro algo. Lacan (1998, p. 519) argumenta que a metáfora “(...) indica que é na substituição do significante pelo significante que se produz um efeito de significação que é de poesia ou criação”. Por meio da metáfora poética, Lacan esquematiza a fórmula da metáfora (figura 6) que nos mostra que a significação, ou efeito de sentido, emerge justamente pela permuta de um significante por outro. A saber, o sinal + sugere que o sentido ocorre através da transposição da barra, evento necessário para o surgimento da significação (s). O S embaixo da barra é um novo significante que se caracteriza como produto metafórico da significação.

Figura 6 – Fórmula da Metáfora

$$f(\underline{S'}) \quad S \equiv S (+) s$$

$$S$$

Como pontuado anteriormente, a representação do inconsciente sofre intervenção do recalque condensando-se com outras representações. Quando o recalque é internalizado, instala-se a estrutura da neurose no sujeito, que segundo Freud, é por esta via normalizante que o homem lida com a cultura. Sob a condição neurótica, um significante recalcado manifesta-se devido seu encadeamento com os outros significantes. Lacan (1993, p. 160-161) acrescenta: “O recalçamento primordial é um significante, e o que se edifica por cima, para constituir o sintoma, podemos sempre considerá-lo como um andaime de significantes”. Ainda para o autor, “o sintoma neurótico desempenha o papel da língua que permite exprimir o recalque” (LACAN, 1981, p. 72). É válido enfatizar que o significante não somente é palavra, mas tudo aquilo que pode representar algo para o sujeito, seja um elemento corporal, a ausência paterna, uma sombra, sons, cheiros, a bronca de um professor, etc.

Lacan (1998) categoriza a linguagem no campo do simbólico, e através dela que as lógicas representacionais, atreladas aos significantes, que o sujeito é determinado, mesmo à sua revelia. Roudinesco e Plon (1998) argumentam que pelo registro simbólico, o sujeito faz a autoreferência ao se apossar da linguagem. A percepção do simbólico assinala o impacto de descentramento principiado pela descoberta do inconsciente freudiano em que “o eu não é mais senhor em sua própria casa” (FREUD, 1917), assim traçando um contraponto com o senso tradicional filosófico de que o ser humano governa seu interior. Lacan (2001, p. 512) complementa que “o homem não pensa com sua alma, como imagina o Filósofo. Ele pensa com uma estrutura, a da linguagem. E “de fato, o significante, com seu jogo e suas insistências próprias, intervém em todos os interesses do ser humano – por mais profundos, primitivos, elementares que os suponhamos” (LACAN, 1981, p. 223).

Outra diferença essencial entre a psicanálise e a linguística é verificada a partir da função da linguagem. Se para a linguística a função da linguagem se faz pela comunicação, para a psicanálise esta é executada pela evocação. Ou seja, ao deferir um ato discursivo, e não de fonação, eu evoco a presença de um Outro lhe requerendo uma resposta. Todo discurso é conduzido no aqui e agora, na linha do sincrônico em que os elementos participam de maneira concomitante e exclui-se a variante do tempo. Ainda, a fala compreende um material significante que é inscrito na vertente diacrônica, compreende o tempo e suas sucessões. Se a fala como ato discursivo é performada no axioma sincrônico e diacrônico, logo, para psicanálise, o discurso é o efeito manejado entre a língua e a linguagem em que se atravessa de um sujeito a outro (DUNKER, 2010).

É nesta perspectiva em que o inconsciente é o discurso do Outro, no sentido que o Outro sustenta um lugar de autoridade na existência do sujeito. O desejo do sujeito, também, é

o desejo do Outro, pois, o sujeito na busca de reconhecimento, aliena-se ao desejo do Outro aderindo uma função de assujeitamento. Ademais, o desejo nunca encontra sua satisfação, visto que o desejo primário se converteu em linguagem e o desejo do Outro é reproduzido somente por intermédio de significantes. Logo, o desejo obedece a ordem metonímica, deslocando-se de um significante a outro (DUNKER, 2010). Se o inconsciente é o discurso do Outro, isso nos revela que ninguém possui um inconsciente próprio, é algo que se movimenta de um para o Outro. Em Relações Internacionais isso significa que nenhum evento ou tomada de decisão é conduzido somente por alguém, por Um, pois os interesses nacionais, identidades, discursos circulam do indivíduo para o coletivo, da micro-política para a macro-política, do regime doméstico para o regime internacional.

Se eu disse que o inconsciente é o discurso do Outro, foi para apontar o para-além em que se ata o reconhecimento do desejo ao desejo de reconhecimento. Em outras palavras, esse outro é o Outro invocado até mesmo por minha mentira como garantia da verdade em que ela subsiste. Nisso se observa que é com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade (LACAN, 1998, p. 529).

Destarte, o inconsciente integra o Outro como domínio de articulação do discurso, do desejo e do sujeito. Isto posto, o discurso auferido no círculo das falas precede a estrutura de qualquer sujeito. O indivíduo, mesmo antes de seu nascimento, já é desejado e inscrito no campo simbólico através do seu nome. Tal desejo e discurso, que é provindo do Outro, irá integrar sua história de vida e, devido a esse fenômeno, o sujeito acata tais enunciados de maneira invertida. A emancipação do sujeito está restringida pelo limite fixado pelas leis da linguagem e por um discurso que irá introduzi-lo e registrá-lo no desejo do Outro. À vista disso, para averiguar o percurso do desejo do sujeito se faz essencial observar as várias manifestações do inconsciente na articulação do discurso através da corrente lógica dos significantes (DUNKER, 2010).

O inconsciente não se encontra em um lugar obscuro, em que temos que cavar nossos traumas e tempos passados até identificar a mina de ouros. De fato, ele se localiza no espaço dos significantes, no lugar do Outro. O inconsciente é o que interrompe na fala como algo que escapa sem a intenção de dizer, vide o sonho que se mostra ao seu autor como uma incógnita a ser interpretada. Deste modo, o inconsciente é o outro cenário que se instala neste Lugar em que se brota uma cadeia de significantes ancorada na repetição e invasão no discurso. Após termos recuperado brevemente a noção da linguagem e sua implicação no campo psicanalítico, nos ateremos ao sujeito que enuncia o discurso, este encadeado pela série de significantes (DUNKER, 2010).

4.3 O conceito de sujeito

Entende-se, para a psicanálise lacaniana, que no jogo da identificação, o sujeito identifica-se a um significante que evoca o traço, parte do Outro. Mas que sujeito é esse? Não se trata de um indivíduo empírico em que podemos imaginariamente atribuir aspectos corriqueiros como “Ele é João, professor e muito paciente”. Na verdade, trata-se de um sujeito que circula de um outro (especular) ao Outro (inconsciente) e que não sabe o que diz, assujeitado pela linguagem. No subcapítulo que segue, iremos pontuar como o conceito de sujeito está atrelado ao processo de identificação, dispositivo este que nos irá conduzir a um melhor entendimento entre o agente securitizador e o público no mecanismo de securitização.

4.3.1 *O estádio do espelho*

O conceito de sujeito na Psicanálise é ancorado a partir dos textos de Jacques Lacan. Não há, explicitamente, este termo tratado pelas obras de Freud. Todavia, Lacan (1998) se valeu dos insumos freudianos bem como suas experiências clínicas, para a formulação desta conceituação. Para a Psicanálise, o sujeito é analisado por intermédio do estatuto do inconsciente, cujo conceito demarca a pertinente divergência entre os construtos da Psicologia dos da Psicanálise. Enquanto a Psicologia abrange as produções da consciência, isto é, do “eu”, a Psicanálise ocupa-se das instâncias do inconsciente. Segundo Askofaré (2009), Lacan indaga o sujeito anistórico, a partir da sua estrutura envolvida em um contexto histórico. Ferreira-Lemos (2011, p. 89) acrescenta que “a historicidade do sujeito não é o Norte na Psicanálise, mas os significantes são marcados pela história e compõem o inconsciente que é estrutural”.

Até então, na filosofia convencional, o sujeito é configurado a partir da sua consciência, representado preeminentemente pelo cogito cartesiano “Penso, logo existo” cuja formulação aponta um indivíduo com consciência de suas performances. Desta maneira, o sujeito cartesiano é denotado como “eu”, destacando uma realidade objetiva e irredutível, e de acordo com Descartes, sua existência não poderia ser colocada em panos dúbios, posto que a própria ação de gerar dúvidas revela que há um sujeito. No campo linguístico, caracteriza-se o sujeito como uma unidade de uma oração, que sintaticamente, compreende predicados. Isso significa que o sujeito é uma entidade sobre qual pontuamos aquilo que é ou não é, funcionando como o mecanismo de causa e consequência como relatado previamente.

Em “*Subversão do sujeito e dialética o desejo*”, Lacan (1998) nos revela um sujeito que excede o espectro consciente, pontuado a partir das reflexões do inconsciente e seu revestimento nas estruturas de linguagem. No sentido de externar o conceito do sujeito

lacaniano, se faz necessário explorar os registros imaginário e simbólico, pois tais dimensões são basilares no suporte desta teoria. Assim, primeiramente discorreremos a instância imaginária, de como sujeito interpreta e se implica especularmente ao outro²³, e em seguida, elucidaremos como este espelhamento é mergulhado no campo do simbólico, ou seja, como eu referencio a mim mesmo e ao Outro através da cadeia de significantes.

As releituras dos textos freudianos é o palco originário para a edificação teórica lacaniana no que concerne o imaginário. A partir da sua tese em psiquiatria “*Da psicose paranoica em suas relações com a personalidade (1932)*”, Lacan expõe o conceito “estádio do espelho” no XIV Congresso Psicanalítico Internacional em Marienbad, então cidade da Tchecoslováquia. Tal formulação é, indubitavelmente, a mais exímia sobre o registro imaginário. Por conseguinte, Lacan (1997) prossegue com o “complexo de intrusão”, cenário em que residem os conflitos intersubjetivos. Em denominado complexo, a hostilidade de um irmão no nascimento do outro é fonte de desconsolo e agonia para o primogênito, pois este se indaga referente ao lugar que o bebê possa vir preencher no desejo materno, a dizer, no desejo do Outro. Não obstante, denota-se uma ambivalência de sentimentos, pois este irmão mais velho também se identifica no lugar do irmão mais novo, o seu semelhante, o outro. Tal vínculo afetivo é tão forte que Freud (1996) o especifica como uma das três maiores fontes de angústia que interpelam o sujeito.

Em um período subsecutivo, as considerações acerca do estágio de espelho são, mais uma vez, expostas em uma conferência ministrada em Zurique, na Suíça, originando *O estágio do espelho como formador da função do eu* (1998). O estágio do espelho nos revela a situação em que o infante, nas decorrências de seus seis e dezoito meses de vida, denota, de maneira inédita, sua imagem refletida no espelho, contemplando um corpo unificado de si ou do outro.

O estágio do espelho é um drama cujo impulso interno precipitasse da insuficiência para a antecipação – e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica – e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (LACAN, 1998, p. 100).

Este reconhecimento da imagem espelhada demarca o corte entre o mundo interno (*Innenwelt*) e o externo (*Umwelt*). A partir deste acontecimento, o mundo interno será

²³O outro, grafado com minúsculo, nos remete ao nosso semelhante, a imagem especular. O Outro (ou grande Outro) é pontuado como o espaço da linguagem, o tesouro dos significantes.

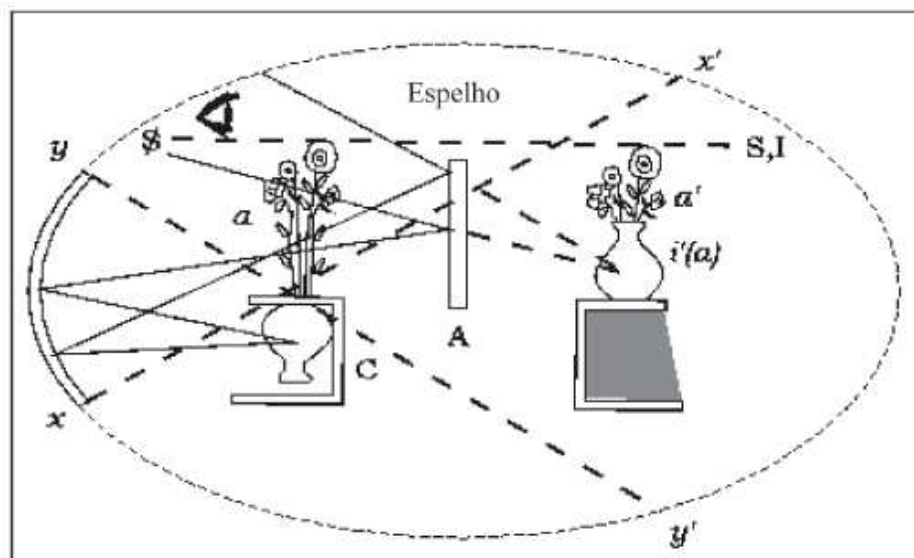
conduzido por meio das identificações com o mundo externo, que lhe serão proporcionadas por aquele que preenche a instância do Outro, este Outro no qual deparo com a minha figura representativa. Neste cenário, se faz essencial que o bebê seja intermediado pelo desejo do Outro, visto que é o Outro que o dirige a palavra “você é este no espelho”. O sujeito se reconhece na dinâmica de espelhamento por intermédio do Outro, inaugurando o eu, de caráter narcísico, e tal imagem reproduzida, o eu ideal, é o alicerce fundamental para as identificações que escoltarão o sujeito em sua existência (FINK, 1998). Ademais:

É essa imagem que se fixa, eu ideal, desde o ponto em que o sujeito se detém como ideal do eu. O eu, a partir daí, é função de domínio, jogo de imponência, rivalidade constituída. Na captura que sofre de sua natureza imaginária, ele mascara sua duplicidade, qual seja, que a consciência com que ele garante a si mesmo uma existência incontestável (ingenuidade que se espraia pela meditação de um Fénelon) não lhe é de modo algum imanente, mas transcendente, uma vez que apoia no traço unário do ideal do eu (o que o cogito cartesiano não desconhece). Desde o próprio ego transcendental se vê relativizado, implicado como está no desconhecimento em que se inauguram as identificações do eu (LACAN, 1998, p. 823).

O bebê se identificará com tal objeto fixo, cuja imagem possui um aspecto de completude em analogia aos seus progenitores que aparentam ser habilidosos, potentes e mais sistematizados que a criança. É neste contexto que o discurso do Outro parental, compreendido por falas que qualificam a criança como “menino lindo”, “filha comportada” é assimilado. A figura espelhada que ecoa o discurso do Outro, sendo essa estruturada na linguagem, constitui o que bebê reconhece como seu *self* (eu). O “eu” é integrado por imagens que conjuram plenitude, perfeição e integralidade e, decerto, outras imagens lhe serão anexadas no decorrer de sua existência (FINK, 1998).

Em seu artigo *Observação sobre o relatório de Daniel Lagache*, Lacan (1998) a partir da ilusão do buquê invertido de Henri Bouasse (figura 7), nos expõe a vinculação do eu com o outro e a ocorrência do imaginário e simbólico.

Figura 7 – Esquema óptico



Fonte: (Lacan, 1998).

No esquema do buquê invertido, um espelho esférico reflete uma imagem real, considerando que cada ponto de feixe luminoso irá simetrizar, difundido de qualquer ponto de um objeto posto à certa distância, igual plano devido a convergência dos feixes espelhados sobre a esfera. Tal mecanismo atribui ao objeto uma representação supostamente real. Na figura 6, o buquê é abrigado no interior de uma caixa oca, ao mesmo tempo que o vaso se encontra sobre a caixa. Quando as imagens são projetadas na superfície esférica, conseguimos enxergar o formato da imagem real, ou seja, do buquê colocado internamente no vaso. De fato, o buquê imaginário nos dá a impressão daquilo que é real e, de semelhante forma, o “eu” é arquitetado a partir da imagem refletida no espelho (OGILVIE, 1991).

As imagens ópticas apresentam diversidades singulares – algumas são puramente subjetivas, são as que se chamam virtuais, enquanto outras são reais, a saber, sob certos prismas, se comportam como objetos e podem ser tomadas como tais. Muito mais singular ainda – esses objetos que as imagens reais são, podemos dar as suas imagens virtuais. Nesse caso, o objeto que é a imagem real toma, e devidamente, o nome de objeto virtual (LACAN, 1986, p. 93)

A respeito deste espelhamento imagético e formação do eu, Quinet (2004) recuperando as pontuações lacanianas, argumenta que o olhar da criança e o olhar do Outro cruzam em um só olhar. O espelho no qual o bebê se confronta é o Outro e os reflexos desse

Outro, ideal do eu, formam o eu ideal²⁴. Desta maneira, ao captar o Outro como lugar de direcionamento, temos a dicotomia da pulsão escópica: aquele que sente prazer em ver (voyeurista) e aquele que se regoziza em ser visto (exibicionista).

A percepção do imaginário em Lacan (1985a) é oposta quanto aos escritos clássicos filosóficos, exemplarmente Platão e Spinoza, que frisavam o imaginário como uma instância enganosa bem como o campo sociológico que o classifica como uma ordem do coletivo, parte integrante de toda cultura. Lacan (1985a) correlaciona o registro imaginário ao ímago, a *gestalt* pois esta fase é determinante na formação do primeiro rascunho do ego. Assim, a criança reconhece na imagem do seu outro semelhante ou na sua própria imagem espelhada, uma forma (Gestalt) que prognostica uma unidade corporal que falta a criança. A primeira fase lacaniana do imaginário é reformulada quando a instância simbólica se torna pertinente em seus escritos, especificamente, a partir da Conferência de 1953.

4.3.2 *O sujeito representa um significante para outro sujeito*

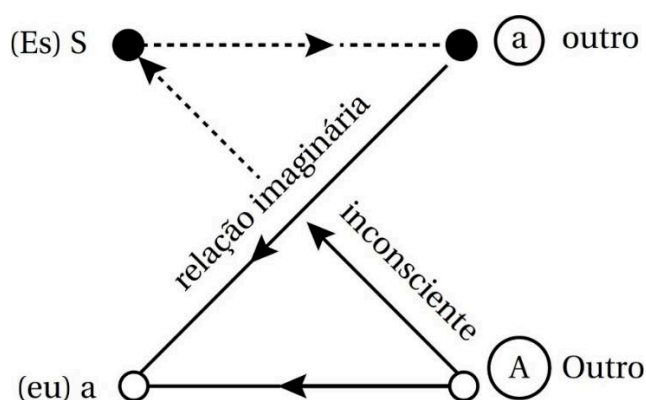
Como pontuado anteriormente, nos artigos *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* e *A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud*, Lacan discute as concepções referentes ao inconsciente estruturando como linguagem. Subvertendo o signo saussuriano, Lacan(1999) sublinha que o fato de o significante estar atrelado ao significado é algo ilusório, posto que as palavras, os objetos são representados a partir do encaminhamento a outra significação. Desse modo, não há uma significação em si, que remete a si mesmo. Lacan (1998, p. 501) postula que “não há língua existente à qual se coloque a questão de sua insuficiência para abranger o campo do significado, posto que atender a todas as necessidades é um efeito de sua existência como língua”. Através da articulação dos significantes, temos a série representada pela fórmula “S1 – S2 – S3 -Sn” que demonstra um encadeamento. Retomaremos esta fórmula posteriormente para exemplificação do sujeito do inconsciente, o qual é suposto pelo significante que o representa para outro significante.

Lacan em “*O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, no primeiro dos seus vinte e sete seminários, nos introduz o esquema L. Tal formulação (figura 8) nos é pertinente, pois nos ilustra a importância do significante para a constituição do sujeito e suas subsequentes relações concebidas com o Outro e o objeto. Neste arranjo, o Outro (A) é um

²⁴No conceito do eu ideal, o sujeito observa o seu “eu” como o seu próprio ideal, em que a alteridade é inexistente no campo psíquico. Deste modo, este cenário de narcisismo primário, o sujeito estaria em sua onipotência originária sustentada pelo registro do imaginário. Já no ideal do eu, o sujeito remarca que seu próprio eu não é mais o próprio ideal, identificando assim a presença de algo que lhe transcende.

lugar pertencente ao simbólico que abriga os significantes, incluindo aqueles que reaparecem, ou não, para o sujeito (S). O discurso proferido pelo Outro, ascende ao sujeito somente de maneira fragmentada, pela falta, representada no esquema pelos pontilhados. Igual evento ocorre justamente porque o discurso é permeado pelo domínio do imaginário. O liame imaginário dissimula o campo do simbólico.

Figura 8 – Esquema L



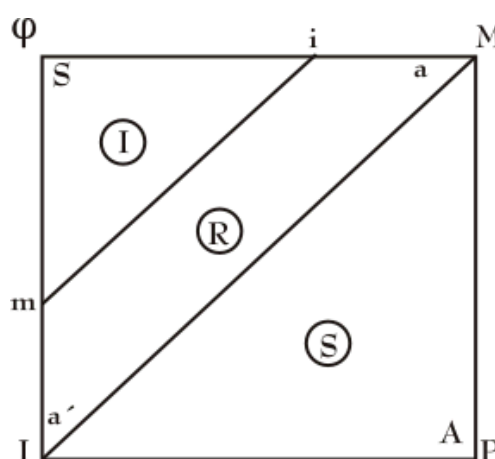
Fonte: Lacan, 1985a.

Pelo esquema, o pequeno outro representado por (a) é o semelhante, os objetos com os quais o sujeito convive (pai, mãe, membros da família, etc.). O eu (a') é o que se espelha de seu formato em seus objetos e devido a esta razão, apresenta sua correlação com a. Podemos observar a série signifiante que parte do Outro e, de fato, o que acontece é que o sujeito concebe do Outro a sua própria imagem de maneira invertida. “O sujeito se vê, não em S, mas em a, no outro, num outro lugar. É por isso que ele tem um eu, que é imaginário, constituído à imagem e semelhança do outro” (BRAUER, 1994). De modo igual, o sujeito é marcado não pelo seu fechamento e integralidade, e sim por sua brecha. Este sujeito, que não sabe o que diz, se converte em a (eu), por propriamente estabelecer uma performance especular, e assim podemos afirmar que o sujeito apresenta um eu. O cenário do sujeito é configurado pela função que ocupa no âmbito do simbólico, no contexto fantasioso do desejo do Outro. Do ensejo simbólico, a partir do seu enodamento com o registro do imaginário e real, surge a formação do sujeito. Lacan (1986, p. 96) acrescenta que “o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo – dimensão essencial do humano, que estrutura toda a sua vida de fantasia”.

Em “*De uma questão preliminar*”, Lacan (1958, 1998) divulga o Esquema R (figura 9), que articula sujeito e a realidade, que vem a acrescentar os esquemas L e Buquê. No

esquema R, observamos a disposição triangular que compreende o simbólico (S), I (ideal do eu), M (função materna ou significante do objeto primordial) e P. Este último ocupa a posição do Outro (A) no axioma do Nome-do-Pai. Ainda, observamos um quadrilátero reportando o campo da realidade, definido por M, *i*, *m* e I em que *i* e *m* simbolizam as concepções imaginárias narcísicas: o eu em analogia a imagem especular. Lacan assegura que a seleção dos grafos não foi em vão, dado que *mi* e MI abrangem o mesmo espaço topológico, comparada à faixa de Moebius, cuja descoberta foi realizada pelos matemáticos alemães August Ferdinand Mobius e Johann Benedict Listing.

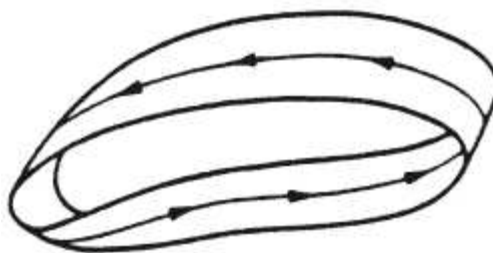
Figura 9 - Esquema R



Fonte: Lacan, 1998.

A banda de Moebius (figura 10) toma forma a partir de duas bordas contrárias finalizando-a com uma torção. Por conseguinte, temos uma superfície unilateral que compõe uma face e borda, nas quais se faz possível circular todos os lados sem sair da borda. Nesta forma geométrica, não há lado A e nem B, pois os dois lados estão dentro e fora simultaneamente. Da junção *i* a I e M a *m*, chegamos ao modelo de Moebius que amarra o Simbólico e o Imaginário, de maneira que se possa percorrer de um a outro e assim fecundando a realidade do sujeito que, com a subtração do objeto *a*, permite este acoplamento (LACAN, 2010). O *petit objet a*, em questão o objeto *a*, representa o objeto de desejo inatingível do qual abordaremos com mais propriedade no capítulo V e sua relação com os tipos de discursos.

Figura 10 – A banda de Moebius



Fonte: Nasio, 2011.

A alteridade do simbólico, aquilo que marca o social, o estranho, seu aspecto exterior, é articulada à concepção de grande Outro, o Outro simbólico, grafado nos matemas lacanianos por um A maiúsculo, originário da palavra francesa *Autre* (LACAN, 1978, p. 276). Para Lacan (1966, p. 469) “essa exterioridade do simbólico em relação ao homem é a própria noção de inconsciente”. À proporção que a castração e a linguagem são dispositivos sociais, o inconsciente, que emerge no momento da castração embasado no aspecto linguageiro, igualmente extrapola a faceta individual, como Lacan (1978, p. 265) notadamente proferiu no “Discurso de Roma” que “o inconsciente é o discurso do Outro”. No acontecimento de um lapso (*faux-pas*) uma mensagem que nos esforçamos em transmitir é inesperadamente descontinuada por outra mensagem, fruto do inconsciente, que atua como um Outro que reside em nós. Esse Outro que se configura como “estrangeiro a mim, embora em meu coração” (LACAN, 1986, p. 87). Disso, surge o neologismo lacanianiano “extimo” (LACAN, 1986, p. 167) que traduz a condição de um estrangeiro familiar que condiciona nossa vivência. Em suma:

O grande Outro opera num nível simbólico. De que, então, se compõe a ordem simbólica? Quando falamos (ou quando ouvimos), nunca interagimos simplesmente com outros; nossa atividade de fala é fundada em nossa aceitação e dependência de uma complexa rede de regras e outros tipos de pressupostos. Primeiro há as regras da gramática, que tenho de dominar de maneira cega e espontânea: se eu tivesse de ter essas regras em mente o tempo todo, minha fala se desarticulária. Depois há o pano de fundo de participar do mesmo mundo/minha fala se permite que eu e meu parceiro na conversação compreendamos um ao outro. As regras que eu sigo estão marcadas por uma profunda divisão: há regras (e significados) que sigo cegamente, por hábito, mas das quais, se reflito, posso me tornar ao menos parcialmente consciente (como as regras gramaticais comuns); e há regras que ignoro que sigo, significados que ignoro que me perseguem (como proibições inconscientes). E há regras e significados cujo conhecimento não devo revelar que tenho - insinuações sujas ou obscenas que silenciemos para manter o decoro (ZIZEK, 2010, p. 17).

Retomando o Esquema R, o objeto *a* é uma réplica à indagação do desejo do Outro, do que ele quer de mim. O sujeito concebe esta interrogação e ocupa o lugar do objeto causa de desejo do Outro, desenhando assim sua realidade e fornecendo a base para todas as suas causas. Situação essa que condiciona inerentemente o sujeito a uma posição de passividade em relação

ao objeto. No esquema R, além do objeto a apresentar o mecanismo de réplica a uma indagação, ele também participa do jogo simbólico e do real alojando-se no nó borromeano, precisamente no interior dos três elos (imaginário, simbólico, real), em que o furo de um registro interliga com o do outro.

Para Lacan, a linguagem é um presente tão perigoso para a humanidade quanto o cavalo foi para os troianos: ela se oferece para nosso uso gratuitamente, mas, depois que a aceitamos, ela nos coloniza. A ordem simbólica emerge de um presente, uma oferenda, que marca seu conteúdo como neutro para fazer-se passar por um presente: quando um presente é oferecido, o que importa não é seu conteúdo, mas o vínculo entre o que presenteia e o que recebe estabelecido quando o que recebe aceita o presente (ZIZEK, 2010, p. 20).

Zizek (2010) recorre a um chiste clássico, conhecido entre os lacanianos, para exemplificar a relação do sujeito com o Outro. A piada compreende um insano que acredita ter sido transformado em um grão de milho. Decorrente a esta alucinação, ele remanesce internado por certo período e, um dia, lhe é dado alta por encontrar-se plenamente são. No entanto, em dado momento, o então demente esbarra-se com uma galinha e volta rapidamente ao hospital. O médico, sobressaltado, questiona a razão visto que o paciente não supõe mais que seja um grão de milho. Ele, em direção ao doutor, lhe lança a seguinte pergunta: “Claro que eu sei disso, mas será que a galinha sabe? (Zizek, 2007, p. 115). Segundo Lacan, as estruturas clínicas (neurose, perversão e psicose) modulam-se a partir do direcionamento em detrimento ao Outro (A). Deste modo, o sujeito questiona-se “O que o Outro quer de mim?” servindo-se dos objetos e o Outro como endereçamento de sua existência, como o louco faz perguntando o que a galinha quer dele. A alienação se dá propriamente no deslize dos significantes da demanda e, nesta lógica, o sujeito é efeito no exercício de responder à ordem simbólica.

Julgamos importante ressaltar, também, acerca das divergências do sujeito do enunciado e da enunciação. Lacan (1998) configura o sujeito do enunciado tal qual um *shifter*, ou seja, aquilo que caracteriza o sujeito no momento de sua fala em determinada situação. Tal sujeito, do mesmo modo, é a imagem unificada traçada pelo engano ocasionado pela imagem espelhada, pelo lapso. O “eu” é constituído no intervalo desta construção imagética reportando-se aos outros e que, concomitante, direciona-se a outra cena, a do Outro. O sujeito do enunciado é análogo ao cogito cartesiano, aquele que pensa, logo é. Nas considerações lacaniana, é impossível ao sujeito ser e pensar: “penso onde não sou, logo sou onde não penso” (LACAN, 1998, p. 521).

Essa segmentação do sujeito entre o “eu” e o inconsciente define sua estrutura, pois, o sujeito é barrado (\$) e é convidado a participar do ensejo da linguagem, que o sutura como

efeito e produção significante. Eis aqui o sujeito da psicanálise, o da enunciação que não se define pelo pensamento, e como Elia (2007) acrescenta, ele não é construído, nem nasce e nem desenvolve. Isso porque o sujeito sempre esteve lá, mesmo antes do bebê nascer, o sujeito já significava. O sujeito da psicanálise circula pela esfera da linguagem, do simbólico, e ele se insere no campo do social, dado que a família é a sua porta de entrada e o precede. Da ruptura (castração, Nome-do-Pai), o sujeito se insere na cultura, delimitado pela falta enquanto humano.

Como adendo, sem o dispositivo social, o sujeito não subsiste, sendo dependente dos cuidados de seu semelhante (pai, mãe, qualquer responsável, etc). Sobre essa dependência do outro para o desenvolvimento vital, Freud a classifica de “desamparo fundamental”. Todavia, esta situação da criança receber os cuidados desse “estranho” é propícia para o que Outro emerja, pois para além desse cuidador, é instalada a ordem social. O Outro que se ocupa da criança é um ser de linguagem, que irá se encarregar em suprir as necessidades (fome, frio, higiene) e que, ao mesmo tempo, introduzirá as palavras, os significantes.

Para a Psicanálise, o contexto da necessidade é mítico, pois a vivenciamos pela interposição da linguagem. Isso quer dizer que nunca saberemos de fato o que o bebê sente, pois interpretamos sob uma suposição do que ele demanda. O bebê, à vista disso, demanda ao Outro aquilo que possa atender suas necessidades básicas, mas, além disso, a criança reivindica seu amor e presença. Portanto, o bebê acaba suprimindo aquilo que configuraria de natural no objeto, visto que a demanda transcorre para além de uma satisfação física. Assim:

O significante instala o sujeito (que até então era um proto-sujeito por assim dizer) na dimensão do desejo, do psiquismo. Quando um infans chora ou grita, escutamos apenas um som, que nos incomoda e nos faz, ou faz a mãe, significar esse grito, dar um significado a esse som. Aí se instala, via Outro, a dimensão do desejo, que faz desse infans um ser desejante quando ele é desejado por alguém que irá nomear esse choro. O que se passa entre o sujeito e o outro, via significante (grande Outro), é a estruturação psíquica. O significante se faz presente pelo seu caráter inevitável. Há nesse grito uma falta, a ausência de algo que jamais será sabido, pode ser apenas suposto. Nesse caso, a mãe supõe o que falta à criança e, nesse momento, coloca significante nessa ausência, numa tentativa de aplacar a falta. Podemos então dizer que o que causou o grito é de um caráter mítico, pois jamais saberemos o que foi, se é que foi algo. Contudo, sabemos que o grito causou o significante ao sujeito através do Outro. E o desejo do Outro que coloca significante no choro, de modo que, como aliás já salientamos, o efeito é retroativo. Há o significante que vem do Outro. Mais do que isso, o significante inventa o choro, dá-lhe estatuto de existência ao nomeá-lo (MALISKA, 2010, p. 53-54).

Isto porque ao endereçar-se ao Outro, o bebê é pulsionado por uma força de encontro a um objeto amorfo. Lacan (2005) intitula esse objeto, o qual é perdido na convergência da linguagem, de objeto a. Tal instrumento subjaz a qualquer objeto com o qual o sujeito lida, que é alicerçado como objeto causa de desejo, ou seja, o objeto perdido que obtura

a falta inaugural, que torna possível a movimentação do sujeito face aos outros objetos. Evidentemente, não é todo objeto que envolve, cativa o sujeito. Os objetos são apetecíveis conforme algum traço significante é associado ao repertório de significantes do sujeito, estabelecendo assim o processo de identificação. Da relação sujeito e o Outro, há um significante primordial, denominado de S1 e que servirá de base para estruturação da série de significantes do sujeito. Lacan (1998) menciona que o Outro é o recinto que antecede o puro sujeito do significante, local do tesouro de significantes e performa uma função mestra prévia à existência do sujeito.

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante *reduzindo* o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, *petrificando-o* pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito (LACAN, 1998, p. 197, grifo nosso).

Isso fala no Outro, dizemos, designando por Outro o próprio lugar evocado pelo recurso à palavra, em qualquer relação em que este intervém. Se isso fala no Outro, quer o sujeito o ouça ou não com seu ouvido, é porque é ali que o sujeito, por uma *anterioridade* lógica a qualquer despertar do significado, encontra *seu* lugar significante (LACAN, 1998, p. 696, grifo nosso).

A “criptografia” do sujeito é análoga ao Outro, a dizer, a partir do Outro que o sujeito adere a mensagem que enuncia, como diagramado no esquema L e, desta maneira, a réplica que chega ao sujeito, ao direcionar seu desejo, se transforma em uma outra pergunta: “*Che vuoi?*”²⁵. Isso nos leva a pontuar que o sujeito representa um significante para outro sujeito. De modo semelhante, parafraseando esta última assertiva, obteríamos “*Eu sou aquilo que um significante representa para outro significante*”. Enquanto que “o signo representa qualquer coisa para qualquer um” (LE GAUFÉY, 1996, p. 164). Assim, para o cerne lacaniano, não somos aquilo que imaginamos ser e caso queiramos ser divergentes daquilo que somos, isso não nos compete e sim ao Outro. Logo:

O significante é fenda inaugural, qualidade daquilo que possibilita a significação, da mesma forma que denuncia sua ausência de significação. O significante — esse ser imaterial, que é parte do discurso — é que fala em nós, apesar de nós. O significante fala no sujeito, antes mesmo de ser falado pelo sujeito; ou seja, é uma relação na qual o significante precede o sujeito, de modo que a significação não está ligada a nenhum movimento volitivo, intencional do sujeito. O sujeito, antes de falar, é falado, no sentido de usado, tomado por empréstimo em seu próprio corpo, em seu som, para que o significante fale nele e através dele. O significante primordial é o que inaugura o sujeito no campo da linguagem, marcando-o radicalmente com o traço da

²⁵Do conto de Jacques Cazotte, Lacan retira a famosa expressão *Che vuoi?* (Que queres?) para referir sobre o particular do desejo em detrimento ao universal da lei.

subjetividade, a inscrição da letra no corpo, significante de seu ser. (MALISKA, 2010, p.51-52)

Mesmo que sempre tenha havido indivíduos falantes, pensantes e desejantes, antes do advento do individualismo – esse produto complexo do cristianismo, do Iluminismo, da Revolução Francesa e da democracia –, mesmo assim, convém distinguir severamente o sujeito como efeito da linguagem e da fala – que é apenas um outro nome para o homem enquanto ser que fala – do sujeito como forma histórica, figura moderna da subjetivação (ASKOFARÉ, 2009, p. 172).

Portanto, é no recinto do Outro que se estende a cadeia significante que nos delinea. É neste espaço que os significantes são demarcados e que nos remetem para outros significantes. Portanto, o sujeito, enquanto espaço vazio, captura uma substância, contingente e interina, e integra-se com as significações provindas do Outro, qualificando-o como simples efeito do encadeamento de significantes.

4.3.3 *Os três tempos do Édipo*

Freud (1924/1996) inaugurou a instância edipiana no terreno da psicanálise. Por outra via, Lacan (1999) com o intuito de estabelecer um status formal para a constituição do sujeito, conduz uma releitura do Complexo de Édipo por meio de escopo simbólico. Destarte, se Freud atem-se ao plano imaginário e as constelações familiares enquadrando personagens que compõem a experiência do sujeito, Lacan (1999) retorna à drama edipiana dividindo-a em três tempos sob uma perspectiva do lugar e função que esses tipos exercem e ocupam. Por não seguirem um aspecto cronológico, tais tempos nos revelam a lógica fálica com a qual o sujeito é constituído.

Ao nascer, a criança se assujeita aos significantes do Outro, e este é um fato da maior importância na constituição do sujeito. É preciso que a criança se aliene aos significantes do Outro, encarnado pela mãe – não é sem razão que se utiliza a expressão “língua materna” –, para, mais tarde, se separar, destituí-la desse lugar tão poderoso. Só assim, após a separação, a criança poderá tornar-se sujeito na plena acepção do termo. Nesse processo de alienação e separação, é a Lei do Pai que deverá vir em seu auxílio para frear esse poder absoluto do Outro materno e evitar que a mãe faça da criança o centro de sua vida. Por outro lado, a função do pai também impedirá que a criança permaneça para sempre nessa posição de objeto da fantasia materna (COSTA, 2010, p. 52).

Bartijotto (2014, p. 271) complementa que “são tempos que não se superam, mas, sim, coexistem na estrutura do inconsciente. A passagem lógica pelos três tempos indica a inscrição da Lei simbólica e do desejo no sujeito”. A função paterna simbólica tem como objetivo substituir o significante primordial fornecido pela figura materna. Desta maneira, o significante Nome-do-Pai (pai simbólico, metáfora paterna) demarca e estrutura o percurso

edipiano. É pertinente sublinhar que, para Lacan, existem funções que operam e intervêm na relação criança e o outro. Não se trata de uma pessoa de carne e osso e sim uma metáfora efeito de significante. Isso quer dizer que, em qualquer tipo de constituição familiar – monoparental, pais homo/heterossexuais – haverá uma trajetória da função materna/paterna que na esteira dos três tempos lógicos o sujeito será deparado com a castração, tendo a falta inscrita no registro simbólico (COSTA, 2010). Nesse sentido:

Lacan vem assinalar que o determinante é o Nome-do-Pai, ou seja, não a pessoa do pai, mas a importância que a mãe dá à sua palavra ou ainda à sua autoridade. A questão que se coloca aqui não diz respeito a um personagem, mas a um significante. A função do pai no complexo de Édipo está muito além da sua conduta, do que ele aparenta ser ou do papel que desempenha na família. Não importa se ele se ausenta com frequência ou se fica em casa para cuidar das crianças quando a mãe sai para trabalhar (COSTA, 2010, p. 53).

O primeiro tempo do Édipo coloca como destaque o ser ou não ser o falo do Outro, respectivamente a função materna que introduz o primeiro significante. O bebê ocupa o lugar de eu ideal para a mãe, porém, ele reconhece a falta pois, julga ser algo para preencher a mãe. Por intermédio dos cuidados e suprimento das necessidades, ocorre a identificação do *infans* com o objeto de gozo do Outro, ou seja, a criança coloca-se a dispor como ferramenta de júbilo para a mãe, presumindo ser o objeto *sui generis* que a mãe deseja. Assim, para deleitar a mãe e a ter ao seu lado, é somente necessário ser o falo. No entanto, com a ausência materna, brota uma indagação: “o que Outro quer de mim?” (COSTA, 2010).

Nessa intermitência, o bebê pressupõe que o outro (irmãos, pai, trabalho ou qualquer significante) seja o falo da mãe e, de maneira subsequente, a tática é de se assemelhar com esse outro que considera ser o que a mãe almeja. Em igual período, comportamentos hostis são observados visto que o *infans* sofre uma atemorização na sua qualidade exclusiva de ser o objeto fálico para a mãe. Inutilmente, mesmo a criança identificando-se ao falo imaginário, a mãe remanesce a se ausentar. Essa primeira etapa do Édipo nos retrata o contexto da formação do eu por mediação da imagem do outro semelhante, como havíamos pontuado no conceito lacaniano do estádio de espelho. Caso o bebê fique preso neste nível de identificação, a estrutura que se dá no sujeito é a da psicose.

O segundo tempo do Édipo sublinha o ter ou não ter o falo que completaria o Outro. Nesta circunstância, o pai imaginário interdita a mãe do objeto (o *infans*) estabelecendo um corte na correspondência mãe-criança. Como consequência, o bebê experimenta uma intromissão da instância paterna como de proibição, logo, frustração. Sendo assim, a criança deixa de ser o falo, em decorrência à intromissão do pai imaginário que inscreve uma Lei que

dita que ao bebê não é concedido ser o falo da mãe que não pode ser completa. Posteriormente, a criança identifica-se ao pai, pois ele possui o falo. Nesse contexto, o desejo do *infans* desdobra-se no objeto que o pai hipoteticamente tem ou não. A intercessão do pai que gerencia o desejo da mãe viabilizará o encontro do bebê com a lei paterna. A criança é levada a não somente não ser o objeto fálico, como também a não tê-lo, sucedendo assim o complexo de castração. Lacan (1999) pontua esta situação como paradoxal: aquilo que faz o sujeito desvincular-se a identificação materna, remete-o a reconhecer o surgimento da Lei. Assim:

O processo de simbolização se inaugura nesse segundo tempo do Édipo, que se pode correlacionar ao jogo do carretel (Fort-Da), descrito por Freud em “Mais além do princípio de prazer”. Freud observa a brincadeira de seu neto de um ano e meio de idade com um carretel de madeira e um pedaço de cordão amarrado em volta dele. O menino segurava o carretel pelo cordão e com muita perícia arremessava-o por sobre a borda de seu berço, de maneira que o carretel desaparecia por entre as cortinas, ao mesmo tempo em que ele proferia seu expressivo “o-o-ó”. Depois, puxava-o para dentro do berço e saudava seu reaparecimento com um alegre “da” (COSTA, 2010, p. 66)

Freud oferece sua interpretação da cena afirmando que, com esse jogo, a criança representava as ausências e presenças da mãe, simbolizadas na palavra Fort, representando a ausência; e Da, a presença. Dessa maneira, a vivência dolorosa da separação da mãe, sofrida passivamente, passa a ser vivenciada de modo ativo pela entrada em cena da linguagem. A oposição dos dois fonemas – Fort-Da - indica para Lacan o protótipo da entrada na estrutura da linguagem. A simbolização introduz uma mediação da linguagem na relação mãe-filho, ou seja, as relações da criança com a mãe deixam de ser imediatas e passam a ser mediatizadas pela linguagem. Mas, para isso, é necessária a intervenção da Lei de interdição, de proibição de a criança constituir-se como objeto de gozo da mãe (COSTA, 2010, p. 66-67).

No terceiro tempo lógico, a criança é advertida da inviabilidade de ser e ter o falo, configurando a falta como uma condição universal. Destarte, a inscrição na lei simbólica é integralizada, dado que o pai ao desejar a mãe revela que à figura paterna lhe falta algo. Nesse sentido, o sujeito participa de uma dialética entre o ser e o ter, ou seja, conduzir o semblante de ser ou ter o falo. A inserção simbólica do sujeito é encerrada, o Outro é percebido como um ser barrado obtendo assim a constituição de um sujeito desejante (DOR, 1989).

O terceiro tempo lógico do Édipo é o do declínio do complexo de Édipo, que é marcado pela simbolização da lei, representada pela função paterna. O pai sai da condição de falo rival da criança junto à mãe e passa à condição de suposto detentor do falo, daquele que detém o objeto do desejo da mãe. Portanto, trata-se agora do “reconhecimento da castração do pai, o que implica a transformação do pai onipotente em pai potente: o pai não tem o falo, mas tem alguma coisa com valor de dom”. Lacan define essa dádiva como título de propriedade virtual, com o qual o menino se identifica. O menino reconhece o que ele chama de insígnias do pai. Esse é o momento em que o complexo de Édipo declina e entram em jogo as identificações: o menino, renunciando a ser o falo da mãe, identifica-se com aquele que supostamente detém o falo; a menina encontra uma possível identificação com a mãe sob a forma de não ter, mas de saber onde deve ir buscá-lo. Assim, é o Nome-do-Pai que permite ao homem

a significação da virilidade, da qual mais tarde fará uso para abordar outras mulheres, e que permite à mulher “a possibilidade de se situar como objeto de desejo do homem” (COSTA, 2010, p. 67-68).

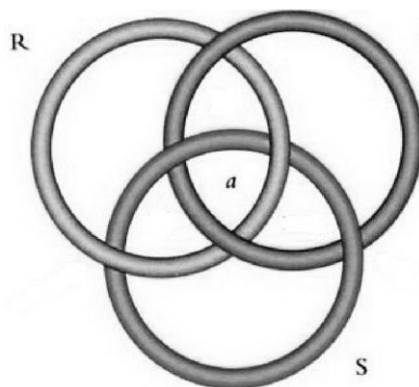
É válido sublinhar as três estruturas basilares da clínica com os três tempos do Édipo. A neurose é estabelecida por intermédio da passagem por todos os tempos edípicos, quando a castração simbólica se encontra instaurada e o recalque inaugura o sujeito barrado. É o sujeito que reconhece que a lei está no outro, bem como consegue fazer negociações para viver com o coletivo. Em um outro ponto encontra-se a psicose em que remanesce no primeiro tempo, fica à deriva de uma castração ausente e é fixada como objeto para o Outro. Nesse sentido, o sujeito psicótico apresenta dificuldades extremas de enlaçamento social, bem como a evidência de um discurso desconexo por nem perceber que existe uma lei, aquela que opera no simbólico.

Por último, a perversão alcança até o segundo tempo edípico, em que o sujeito reconhece a lei, mas nega a castração, realizando uma cópia do pai. A neurose é a estrutura mais recorrente na espécie humana, podendo aferir a consideração que toda sociedade é neurótica. No entanto, em todo neurótico há traços que remetem a psicose e à perversão. No caso de um Estado perverso, a sua característica se daria pelas práticas de violência brutal, transgressão dos direitos humanos, silenciar os espaços de fala do outro, pois há o reconhecimento de só uma lei: a do próprio Estado.

4.3.4 *O nó borromeano: real, simbólico e imaginário*

Como articulado previamente, acreditamos que os mecanismos de identificação se revelam materialmente pela via discursiva. Sendo assim, os discursos que circulam tanto na esfera do agente securitizador quanto da audiência são atravessados simultaneamente pelas instâncias do real, simbólico e imaginário. Dimensões estas que são fundamentais para a constituição do sujeito. Não há discurso que revele puramente um registro só, pois o encadeamento signifiante é perfurado pela palavra demarcada pela Lei na vertente simbólica, pelo ensejo fantasioso de como interpreto a realidade no campo imaginário, bem como aquilo que não é passível de representação, impossível de ser aprendido e transmitido na esfera do real, pois nem tudo é linguagem. Isso é exemplificado pelo nó borromeano em que as três dimensões são enlaçadas de forma que se retiramos um anel dessa união, os outros dois anéis são desvinculados automaticamente. Nesta seção, iremos pontuar brevemente a função de cada registro no nó borromeano (figura 11) e também articular como esses registros operam na tessitura discursiva.

Figura 11 – O nó borromeano



Fonte: Lacan, 1975.

Lacan (2005) tende a articular o imaginário com a qualidade do que é consciente, do que as pessoas experimentam ordinariamente em sua realidade. Como imaginamos o que somos para o outro e para nós, e de maneira inversa, é captado por este registro. O imaginário é a representação imagética do *self* ideal em que é situado referente à uma coerência no lugar de uma fragmentação. Tal instância pode ser vinculada à formação do ego que funciona como intermediador entre o mundo interno e externo. Segundo Muller e Richardson (1982, p. 280), Lacan entendia que o imaginário é o espaço em que a relação “entre o ego e suas imagens” são dinamizadas. Como já articulado anteriormente neste trabalho, durante o estágio do espelho, o sujeito se identifica com as imagens espelhadas pelo outro, seu semelhante, constituindo o ego. Igual identificação engendra uma alienação radical, porém fundamental para que a dimensão imaginária desenvolva o ego humano.

O simbólico nos fornece os significantes com os quais representamos nossa verdade, realidade, fantasia, desejos. Porém sempre pela via do deslize, engano, pois: (i) nunca conseguimos expressar por inteiro o que nos circunda; (ii) nunca sabemos exatamente o que proferimos, visto que, além de sermos sujeitos, somos também assujeitados pelo discurso do Outro; (iii) não sabemos com precisão o que desejamos, dado que o desejo não possui um objeto fixo de satisfação. Tal registro é alusivo às normas, regras, costumes, condutas morais, rituais, tradições, todas essas qualidades que envolvem o espectro da cultura e sua relação societal. Este universo, que é artificialmente elaborado, é um conjunto dos contextos intersubjetivos com o qual o ser humano é imposto durante o seu nascimento. Para Lacan, a condição elementar para a subjetividade singular é a ordem simbólica coletiva representada pelo grande Outro. O sujeito só consegue ser constituído por e através da mediação linguageira imposta pelo mecanismo sociolinguístico do registro simbólico. O inconsciente é estruturado como *uma* linguagem e não

como a linguagem. Isso nos remete pontuar que o inconsciente funciona a partir de uma estrutura que obedece a uma ordem sintática e semântica diferente das línguas naturais (francês, português, inglês, etc).

Lacan (1985b, p. 127) argumenta que o registro do real é “aquilo que não cessa de não se escrever”, derivado da ordem impossível do ser escrito ou dito, algo que se encontra fora da cadeia significante que não está submetido a nenhuma lei, aquilo que resta e apresenta um caráter irreduzível. O real não é a realidade, qualidade essa decifrada pela linguagem. O real manifesta-se como um furo no tecido simbólico, semelhante ao buraco no vórtice de um tornado, que é vazio e coloca tudo a rodar em sua adjacência. Destoante à articulação de Jacques Derrida (1976, p. 158) “Não há nada fora do texto”, há algo que está para além do social discursivo, em que não conseguimos representar nem mesmo pela via da palavra. O ser humano recorre a aparelhagem languageira para ter acesso ao real, no entanto, como a linguagem é um sistema que não se encaixa na justa medida. No processo de securitização, o real seria um resto impossível de ser securitizado.

O Simbólico remete simultaneamente à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais; o Imaginário designa a relação com a imagem do semelhante e com o ‘corpo próprio’; o Real, que deve ser distinguido da realidade, é um efeito do Simbólico: o que o Simbólico expulsa, instaurando-se (VANIER, 2005, p.18-19)

Esses três registros nos indicam que o sujeito não produz a linguagem, pois é efeito dela. Logo, se o sujeito não é o fator da causa da sua origem, podemos pontuar que o sujeito além falar, ele também é falado. Isso demonstra os vestígios de seu confinamento nas grades dos significantes que o precedem, nos endereçando a evidência de sua inscrição simbólica como herdeiro da divisão inconsciente: o sujeito é desejado antes de desejar, e sua implicação no espectro simbólico é a seu portal composto por um sistema de significantes que já significava há muito tempo, mesmo antes de fabricar encadeamentos de significações historicamente revelados para o sujeito. Isso quer dizer que o “eu” que fala no discurso julga ser dono do seu dizer. No entanto, no jogo da linguagem, o sujeito também é dito pois, seu discurso sempre remete ao Outro. As dinâmicas constitutivas do sujeito sinalizam um assujeitamento ao aparelho significante. O sujeito quando fala, ele enuncia algo de um lugar para outro lugar sustentado a partir de uma verdade da qual ele desconhece. Sobre esta verdade, discutiremos com mais detalhes posteriormente.

Deste modo, quando o sujeito surge na linguagem, ele é ancorado pelo primeiro significante responsável por sua introdução, denominado S1. Este significante mestre será

atrelado a um segundo significante S2, imposto pela lei paterna no segundo tempo edípico, o que permitirá a descarrilamento de uma série de significantes S3 – S4 – S5 – n. Nos recintos discursivos, tais mecanismos dos significantes que implicam em uma interpelação ideológica e suas identificações (PÊCHEUX, 1988), os quais são apagados para o sujeito. De maneira subsequente, o sujeito não é consciente de sua condição ancorada na linguagem, essa que o constitui previamente. No entanto, o sujeito não é eximido dos efeitos da identificação enclausurado nas redes da linguagem e lhe confere a falsa impressão que é dono do seu dizer e se julga hábil a proferir o que quiser.

4.4 **Desejo, discurso e subjetividade em Relações Internacionais**

Quando abordamos sobre a questão do desejo, supomos que há alguém que deseje e que se identifica a um objeto para tal ocorrência. Tal aspecto pode nos dizer muito quanto ao espectro político. O desejo é um dos fatores que suturam as narrativas políticas do senso comum. O desdobramento dessa assertiva nos mostra que o desejo performa um papel na construção social da subjetividade, e igual dinâmica pode auxiliar-nos a compreender como alguns discursos obtém êxito, ou não, no campo político. De acordo com Solomon (2015), em Relações Internacionais, os estudos que englobam a tríade identidade, discurso e afeto, tendem a negligenciar sua interdisciplinariedade e se desatentam aos mecanismos relacionais eu-outro.

Com o aforismo de Laclau e Mouffe (1985, p. 125) “A presença do Outro me previne ser totalmente eu mesmo”, Solomon (2015) pontua que a identidade é estabelecida em detrimento ao Outro que nos impõe limites e demarcações a nossa própria identidade. Como exemplo, “o socialismo, comunismo arruinaram este país e irão instalar uma ditadura se nada for feito”. De fato, não é justamente uma questão de que a presença do Outro que impede o indivíduo de ser ele mesmo, pois sua identidade sempre foi inconclusa e instável. Não há como securitizar a identidade, visto que sua materialidade se encontra implicada na linguagem, qualidade esta que abriga a esteira escorregadia dos significantes. O sujeito muda pois, o encadeamento de significantes que o representa para um outro sujeito estão submetidos ao deslize.

Solomon (2015) menciona que essa ausência de uma identidade íntegra é um aspecto central cujas consequências e implicações ainda devem ser levadas em conta no campo de Relações Internacionais. Se a instância identitária é um fator inseguro, deslizante, por que os agentes insistem em reforçar a manutenção e cristalização de uma identidade nacional? Também, como esses discursos que prometem uma identidade estável conseguem o apoio

público e assim ter o seu domínio, até mesmo hegemônico, em determinados locais durante um período? Tais questionamentos são o que movimentam este trabalho.

O construtivismo trilhou este direcionamento acerca da agência, estrutura e a identidade como fator de promoção de interesses nas dimensões societais, organizacionais e estatais. Todavia, tal orientação epistemológica não nos informa como certos discursos identitários e de conteúdo nacional prevalecem sobre outros discursos. Os construtivistas lograram em nos explicar que os interesses nacionais não são propagados de maneira automática aos agentes diante de uma estrutura essencialmente material, mas que sim edificados por intermédio da interação social. No entanto, pelo fato do construtivismo evidenciar o nível do sistema internacional, desdobra-se uma inconsistência em articular como alguns procedimentos do construto social prevalecem sobre outros na vertente da política doméstica (SOLOMON, 2015).

Como adendo, Solomon (2015) declara que a ênfase na construção social sob o nível do sistema, ou seja, como as identidades nacionais são constituídas em relação a outras nações, desvela uma incongruência em peculiarizar tanto como a construção social dentro dos Estados é conduzida quanto em pontuar do porquê alguns interesses socialmente construídos acerca dos interesses nacionais triunfam discursivamente sobre outros. Por conseguinte, somos conduzidos, novamente, à seguinte questão: por que algumas formações de interesses prevalecem politicamente sobre outras? Tal indagação abarca o mecanismo de como elegemos táticas de segurança por intermédio das identidades coletivas, e o fator emocional do desejo pode fornecer-nos algumas observações consistentes do porquê alguns discursos políticos recebem aderência e conseguem propagar de maneira efetiva no âmbito público.

Se partirmos da ideia referente à impossibilidade de uma identidade coesa, pontuada pela falta, conseguiremos refletir de outra maneira acerca de quem enuncia o discurso securitizador, com o propósito de securitizar qual objeto e para quem este discurso é endereçado. Ressoante aos postulados lacanianos, Stavrakakis (1999, p. 35) menciona que “a política do sujeito, a política da formação de identidade, só pode ser entendida como uma política do impossível”. Variantes como a instabilidade, as inseguranças e frustrações fazem parte de um repertório passível de ser analisado pelo escopo teórico e prático psicanalítico. Tanto para Lacan quanto para outros interessados no tema (Slavoj Žizek, Alain Miller, Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Ian Parker) o sujeito diante das inseguranças, tentará conduzir uma política de negociação da falta. Lembrando que negociar uma falta não significa que o sujeito será isento de sua qualidade faltante, pois sempre se troca uma falta por outra.

Em política, isso frequentemente envolve se identificar com os símbolos coletivos – construídos através dos discursos políticos – que parecem prometer segurança da identidade ou oferecer “a solução” para o frequente inefável sentido de que “nós” estamos perdendo alguma coisa que nos faria “inteiro”. No entanto, não há base definida desses símbolos nem para o nível coletivo-social que ofereceria o sentido de segurança identitária que os sujeitos geralmente procuram – precisamente porque esses símbolos são instáveis dado que eles são socialmente construídos através do meio escorregadio da linguagem. A teoria lacaniana é peça chave aqui porque teoriza explicitamente essa questão espinhosa referente a insegurança identitária e como possui um papel central na política da construção do sujeito – retomando precisamente onde o trabalho sobre identidade em Relações Internacionais estagnou. O aporte de Lacan é necessário neste sentido porque agrega esses três elementos chaves da insegurança identitária e fatores emocionais como o desejo de modo que abre portas para novas reflexões empíricas no poder da linguagem política (SOLOMON, 2015, p. 15).

Governos, instituições, organizações tentam, através do discurso, manter sua hegemonia não cedendo o espaço de circulação de outros discursos, assim ocultando a possibilidade de ocorrência de outros eventos e fenômenos políticos que os contestassem (SOLOMON, 2015). Deste modo, o aporte lacaniano nos fornece consistência teórica concernente à normalização discursiva, ou seja, quando um discurso é aceito e passa a fazer parte do senso comum. Glynos (2001, p.195) menciona que “uma teoria da ideologia deve (...) fornecer-nos uma explicação de como a ideologia agarra seu sujeito, de como a ideologia exerce sua influência sobre nós, dada a especificidade e contingência das tradições socio-históricas e seus sistemas de significado”. Correlativamente, trazendo para a perspectiva da securitização, podemos nos perguntar: como o discurso do Outro, marcado pela contingência e história, nos ressoa e nos seduz a ponto de aceitar decisões que talvez não aceitaríamos em um contexto diferente?

Esta ressonância discursiva, sob o investimento emocional do desejo, nos é pontuada como uma variante para a nossa análise acerca do êxito que alguns discursos apresentam em decorrência a outros. De fato, a audiência é capturada pelo discurso do agente securitizador pela promessa de tamponar a falta humana, expectativa essa que os discursos silenciados não conseguem articular. A partir desse cenário, nos é pertinente traçar algumas considerações referentes ao desejo. Essencialmente, o desejo sempre está em busca de algo para além e para alguém, ou seja, não há objeto que consiga satisfazer o desejo, de aniquilá-lo (DUNKER, 2010). Igual condição suscita um aspecto paradoxal visto que o sujeito deseja um significante no sentido de se apropriar e, no entanto, nenhum significante consegue representar o sujeito de forma inteira. Neste sentido, uma identidade que seja coesa e estável está na ordem da impossibilidade e é justamente essa demanda por um porto seguro que impele o sujeito a

levar um contínuo percurso de identificações. A esse fato, Laclau (1994) complementa que o sujeito precisa se identificar com alguma coisa devido a insuperável falta de uma identidade.

No campo do social, as construções identitárias são conduzidas por intermédio de mecanismos de identificação à objetos que evocam valores e ideologias de uma determinada cultura. Tais objetos representam significantes que são articulados pela via discursiva, o que nos leva a considerar que o discurso é uma das formas materiais mais observáveis que nos auxilia a analisar as reivindicações de um coletivo. É através das falas, das enunciações e das narrativas que o desejo encontra seu aspecto significante:

É nesse intervalo [entre o plano significante e o plano significado] que o desejo deve ter lugar e se articular. Por essa razão, precisamente, da abordagem do desejo pelo sujeito o Outro se torna o intermediário. O Outro como lugar da fala, como aquele a quem se dirige a demanda, passa a ser também o lugar onde deve ser descoberto o desejo, onde deve ser descoberta sua formulação possível (LACAN, 1999, p. 419).

Se o desejo estabelece uma relação com a demanda (reivindicação) e ambos se encontram nos atos enunciativos, como podemos diferenciá-lo? Segundo Lacan, o desejo pode ser enquadrado em dois patamares em detrimento à demanda, para-além ou aquém que aludem, respectivamente, uma demanda de amor ou uma satisfação de uma necessidade. O desejo, além de ter essa dupla variante da demanda, ele opera a partir do recinto que o sujeito ocupa referente ao Outro. Bartijotto (2014, p. 274) complementa que “a demanda não é uma necessidade, mas sim um pedido, um apelo ao Outro, especificamente de amor e de presença, na medida em que Outro se alterna entre presença e ausência. Isso significa que o sujeito almeja encontrar no outro, seu semelhante, algum ponto de satisfação, o creditando como seu objeto de desejo. As enunciações colocam em evidência o lugar do sujeito em relação ao outro, bem como sua dinâmica em detrimento ao objeto. Lacan (1999, p. 331) pontua que:

A que grau de profundidade é levado o fato do desejo humano não estar diretamente implicado numa relação pura e simples com o objeto que o satisfaz, mas estar ligado a uma posição assumida pelo sujeito na presença desse objeto e a uma posição que ele assume fora de sua relação com o objeto, de tal modo que nada jamais se esgota, pura e simplesmente, na relação com o objeto (LACAN, 1999, p.331)

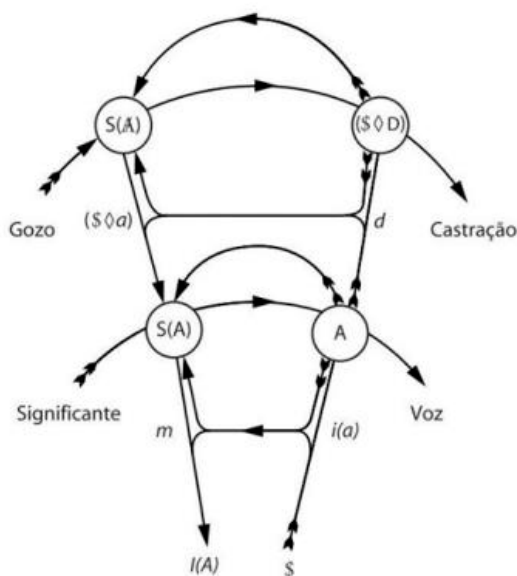
São as voltas das insatisfações da demanda que se produz o desejo, este causado pela falta, não existe objeto do desejo, pode-se dizer que o desejo é um verbo intransitivo. Trata-se do momento em que o Outro se ausenta, não responde a demanda, aí o sujeito precisa se posicionar, é onde ele aparece, nos intervalos da cadeia de significantes (BARTIJOTTO, 2014, p. 274).

A relação do sujeito com o objeto concentra-se numa busca incessante de um significante que possa tamponar seu vazio. Destarte, o objeto é acoplado às instâncias da

linguagem e submetido às leis da metonímia e metáfora. Além disso, ele é regulado pela fantasia, fornecendo assim ao sujeito condições de modo a sustentar sua falta. Todavia, esse sujeito não malogra em encontrar um outro que lhe satisfaça, pois justamente esse outro semelhante é imaginário. Tanto o eu com o outro estão ancorados no Outro, que instaura o tesouro dos significantes, que é desejante, também fala e é barrado representando o sistema da linguagem. A própria linguagem apresenta seu intervalo, sua não correspondência entre significante e significado.

Elementos como o significante, sujeito, objeto, desejo e fantasia são essenciais quando queremos externar a posição do sujeito em relação ao Outro. Não obstante, a dinâmica conduzida entre esses conceitos é, no mínimo, complexo. Nesse sentido, Lacan (2016) busca formalizar e imprimir um aspecto didático a esse fenômeno, recorrendo à topologia e criando um mapa do inconsciente, denominado como grafo do desejo. Dessa maneira, exporemos o grafo do desejo (figura 12) que é articulado à lógica dos três tempos edipianos discutidos anteriormente. As flechas grafadas indicam que a partir do momento que o sujeito se inscreve em determinado tempo, não há mais possibilidade de voltar ao estado anterior.

Figura 12 – O grafo do desejo



Legenda: I(A) – Ideal do eu
 \$ - sujeito dividido
 m – eu/outro (semelhante)
 i(a) – imagem do eu/outro
 A - Outro s(A) – significado cedido pelo Outro
 d – desejo
 \$ <> a – fantasia
 \$ <> D – pulsão (demanda)
 S(A) – falta de um significante no Outro

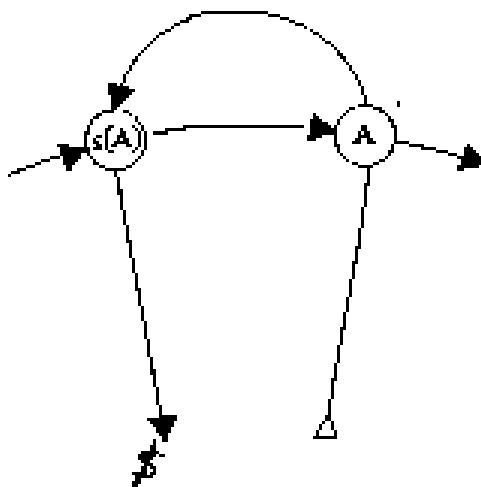
Fonte: Lacan, 2016.

É importante frisar que, apesar da teorização lacaniana parecer-nos de difícil leitura alguns momentos, sempre temos que levar em consideração como a relação do sujeito ao Outro nos auxilia, paulatinamente, a melhor compreender o que está em jogo quando a audiência é capturada pelo discurso do agente. Fechando aspas e voltando para a discussão teórica específica deste subcapítulo, o grafo caracteriza-se por ser uma articulação estrutural entre diferentes elementos que englobam vetores dinamizando lugares, representados por letras, expostos em matemas. Como é observável pela disposição dos vetores, o grafo pode ser lido através de diferentes formas: os patamares (níveis) podem ser analisados isoladamente ou debaixo para cima e vice-versa, como também da esquerda para direita e de maneira inversa.

No patamar superior, Lacan (2016) nos relata a existência de uma célula elementar, que por intermédio dela, podemos encontrar o ponto de basta onde justamente o significante se introduz viabilizando assim o deslizamento das significações. Exemplarmente: em uma análise, no caso do analisando com seus discursos, quando as palavras são dispostas em associações livres de maneira indefinida, cabe ao analista realizar um corte, um furo que abale todas suas significações já prontas, em que sujeito se depare com o Real. Nesse sentido, o Real é ponto de basta no campo do simbólico, pois na esteira das representações, sempre haverá um resto não articulável, não representável.

Uma outra característica sobre o ponto de basta é que ele se estabelece na retroação das flechas, em que as significações são fabricadas. Tais significações se estruturam acerca de dois significantes (S1-S2) em que o segundo retroage ao primeiro. Isso nos indica que a interpretação obedece ao registro imaginário enquanto que a significação é atrelada à ordem simbólica. Deste modo, essa célula elementar (figura 13) e minimalista é um aspecto importante para o entendimento de todos níveis do grafo, ou seja, o atravessamento de um vetor ao outro produzindo um ponto de basta representando a detenção de alguma coisa que seria indefinida nos revela a lógica que persiste por todo o grafo.

Figura 13 – Célula elementar



Fonte: Lacan, 2016.

O primeiro patamar situa-se no vetor da linha $s(A)$ - A , esse alinhamento do Outro como espaço da fala é o recinto em que a mensagem circula. Esse local em que é endereçado o depoimento da verdade é, concomitantemente, do mesmo modo o engano. No momento que o eu enuncia ao outro, emerge um terceiro lugar (a voz), estabelecido na convergência $i(a)$ - m . Exemplo, quando se profere “você são meus escolhidos ao cargo do ministério”, o “você” é fundador do Outro, o significante que representa a demanda, quem encaminha a mensagem ao sujeito é o Outro. Isso remete ao que Lacan pontua como a função diacrônica do discurso: o conteúdo mensageiro que se repassa não simetriza ao recado que se escuta, dado que o escutar passa pela interpretação do outro (PORGE, 2006). O Outro (A) é denominado como o tesouro dos significantes, que está para além do código (relação de sentido estável entre significante e significado), onde também se encontra toda a possibilidade do dizer, das articulações dos significantes. Esse grande Outro (A), além de ser o tesouro dos significantes, é distinguido por ser o lugar da potência, o recinto de uma fala que imprime marcas. Igual fala, como articulada por Lacan (1998, p. 822) é primeiro o dito que “decreta, legifera, sentencia, é oráculo”. Essa enunciação oracular é aquela que legitima, ordena, direciona ressoante ao aspecto normativo diretivo proposto por Onuf.

Se no processo de identificação, o sujeito é seduzido pelo forte apelo da fala oracular do grande Outro, isso produz uma consequência, que é o desaparecimento do sujeito em função ao Ideal do Eu representado no grafo pelas letras $I(A)$. À guisa de exemplo, algumas situações que nos identificamos à fala do nosso superior, chefe, presidente, orientador pelo

motivo que julgamos aquilo como o correto, que irá solucionar o problema. Ao mesmo tempo que nos atrelamos ao discurso desse “mestre”, há algo de nós que cai, a nossa marca singular. A linha \$ - I (A) aponta para o sujeito barrado e o ideal do eu em que a subjetivação é dada pelo significante que é produzido posteriormente, considerando que o sentido emerge de maneira retrógrada. Em um discurso, o que isso quer dizer? Qualquer palavra que eu enuncio no discurso, eu não tenho autoria sobre o que eu falo, pois há um contexto, uma história, uma lógica que me impele a posicionar tais significantes na cadeia discursiva que eu narro. Isso vem ao encontro das considerações feitas pelos pós-positivistas em Relações Internacionais, de que todo sujeito é político e carrega em si uma posição, uma ideologia.

O segundo patamar é a confluência em que é constituído o desejo, o momento em que o sujeito, ao se deparar com a falta de um possível significante provinda da Outro, se pergunta: “O que o Outro quer de mim?” As indagações acerca do desejo do Outro é que viabiliza o sujeito gerenciar seu próprio desejo, pois, “é a partir do desejo do Outro que o sujeito constitui o seu” (BARTIJOTTO, 2014, p. 274). Essa indagação emerge quando há o movimento de subida do primeiro patamar para o segundo, em que a castração se dá em um ponto de entroncamento. O desejo remete à situação em que o sujeito não sabe o que deseja, em que há uma ignorância à respeito de si próprio. Neste sentido, o desejo (d) avança para o vetor da fantasia (\$ <>a), como uma tentativa de corresponder ao desejo do Outro.

De maneira resumida, o grafo do desejo exemplifica o mapeamento do circuito do desejo inconsciente. No primeiro andar, pontua-se que o sujeito se aliena ao Outro na dimensão imaginária, da dinâmica do eu com o outro semelhante. Já no segundo patamar, há o encontro do sujeito com o Outro barrado, em que o sujeito é incumbido de gerenciar seu próprio desejo localizado no encadeamento das articulações significantes, no registro simbólico.

O inconsciente não apresenta uma profundidade, não é depósito de traumas, desejos, visto a inexistência de um conhecimento sobre o inconsciente. Há somente a possibilidade de observar os efeitos do inconsciente por intermédio de suas formações que compreendem os sonhos, os chistes, os lapsos, os sintomas. É necessário ressaltar que os patamares em conjunto com seus elementos encontram-se em contínuo movimento que nos leva à assertiva de que o inconsciente nunca dorme. Dentro da segurança internacional, há um desejo que é subjacente ao movimento de securitização, e algumas perguntas nos instigam: Securitizar o quê? Securitizar o porquê? Para quem securitizar? Conheço aquilo que irá ser securitizado? O objeto securitizado realmente apresenta uma ameaça? São com essas indagações que avançamos para o próximo capítulo.

4.5 **Considerações Parciais**

Esse capítulo foi responsável em introduzir elementos basilares do campo da psicanálise. Frisamos a pertinência da linguagem e sua segmentação nos processos de identificação que, por sua vez, se materializam nos discursos produzindo efeitos através dos registros clínicos (real, simbólico e imaginário). Destarte, traçamos um fio condutor que compreendesse os conceitos da psicanálise para se chegar às possíveis contribuições dentro do campo do político. Nesse sentido, para realizar tais objetivos (i) discorremos, de maneira sucinta, o surgimento do inconsciente e os conceitos de Sigmund Freud incluindo as duas tópicas (consciente, pré-consciente e inconsciente/ego, id e superego); (ii) elucidamos a releitura lacaniana a partir dos textos freudianos e articulamos a estrutura da linguagem operada nas vias do inconsciente; (iii) sublinhamos que o inconsciente é o discurso do Outro, o que viabiliza uma discussão de seu emprego no campo de Relações Internacionais; (iv) argumentamos a diferença entre o indivíduo empírico, que é objetivo, racional que abriga uma identidade e o sujeito do inconsciente que é constituído pelos efeitos dos significantes e por último (v) estabelecemos a subjetividade no campo do político a partir das instâncias do desejo.

5 (RE)VISITANDO A SECURITIZAÇÃO: A ADERÊNCIA AO DISCURSO E AS IDENTIFICAÇÕES

Na teoria hobbesiana, o Leviatã é a forma com a qual uma sociedade é estruturada e organizada, justamente para que os indivíduos não realizem tudo o que desejam e que isso resulte em um puro estado de natureza. Há, em suma, uma lei que rege e demarca o espaço do outro. No entanto, para que isso aconteça, o indivíduo terá que perceber que, ao realizar as trocas, ele terá uma vantagem tanto para ele quanto aos seus próximos: a autopreservação. Há algo no indivíduo que faz se identificar com a imagem, comando do outro. Como Freud (1921, 1996, p. 60) relata: “A identificação é conhecida como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”. É através das identificações que estabelecemos nossa relação com o outro, que produzimos nosso enlaçamento social. Há identificações que engendramos pelo fato do outro aparentemente demonstrar uma conduta que admiramos, já outras identificações nos suscitam justamente aquilo que não queremos ser.

No campo de Relações Internacionais, as culturas de anarquia podem ser analisadas por intermédio deste escopo identificatório. Os atores estabelecem laços antagônicos ou amistosos por uma série de circunstâncias, dependendo do local que se encontram, a partir de qual posição eles dirigem a fala, o que querem alcançar, esconder ou mostrar por meio de qual tática. No âmbito da segurança internacional, para que ocorra o movimento de securitização, o ator precisa do aval do público com o qual estabelece negociações. Trazer os mecanismos de identificação para o campo do discurso é uma abordagem material de mapeamento de quem ocupa qual lugar em uma disputa ou acordo, e qual o intuito de instaurar um tipo de intervenção para se chegar a um objetivo.

Neste sentido, após termos externados conceitos psicanalíticos como significante, desejo, simbólico, imaginário, real, sujeito, iremos avançar no que concerne aos tipos de identificação propostos por Lacan (2003) como elas se articulam no âmbito social. Os discursos do mestre, da histórica, do universitário e do analista nos auxiliam na observação de quando endereçamos uma enunciação ao outro, que lugar que preenchemos, como tratamos esse outro que nos escuta para produzir o quê e com qual impacto.

5.1 O processo de identificação

Segundo Lacan (2003), a identificação revela a instauração de um novo lugar, do surgimento de uma instância psíquica inédita. A partir da natureza desse recinto, duas categorias

de identificações são segmentadas: a primeira concerne à emergência do sujeito do inconsciente denominada como identificação simbólica enquanto que a segunda pauta-se sobre o eu estabelecendo uma identificação imaginária. Há ainda uma terceira classificação que não produz especificamente um novo lugar, mas um complexo psíquico classificado como fantasia, logo então, trata-se de uma identificação fantasística.

A identificação simbólica marca justamente a emergência do sujeito do inconsciente da dinâmica de um traço singular que se diferencia aos outros significantes de uma cadeia, seja ela materializada por uma narrativa, discurso, história, etc. Se Freud coloca o “eu” no traço comum em relação aos objetos desejados e perdidos, Lacan (1998) posiciona o sujeito no intervalo do traço comum em relação aos significantes. O que viria a ser então este traço comum? Se observarmos todos os acontecimentos marcantes na vida de um indivíduo, perceberemos que, apesar dos contextos e razões serem diferentes, haverá um aspecto inalterável que evidencia tais momentos. Esse aspecto é algo que persiste de comum dentro das ocorrências, para além de suas particularidades considerando que a repetição, enquanto significante, busca um reencontro do momento mítico no que ele abriga como único. É o que Lacan (2003) denomina como traço unário, por esse elemento sublinhar cada momento repetido e ser unido pelo Um. Nesse sentido:

O traço unário surge no lugar do apagamento do objeto, sendo antes um traço distintivo, de pura diferença, que marca a divisão do sujeito pela própria linguagem, onde algo, que diz respeito ao objeto, se perde. Por isso, como um nome, marca um a um, na sua singularidade. O nome próprio seria um exemplo de traço unário, na medida em que se situa como marca distintiva e não se traduz. Na constituição do sujeito, o traço unário tem função de bastão, como traço distintivo, tanto mais distintivo quanto mais está apagado, pois é na medida em que se reduz ao traço sem qualidades, isto é, quanto mais ele é semelhante, puro bastão, mais ele funciona como suporte da diferença (RINALDI, 2008, p. 60).

Um exemplo: Roberto demonstra seu descontentamento com a vida universitária e explica suas reprovações na disciplina de economia, queixando-se principalmente dos professores e a frieza que eles demonstram no ambiente acadêmico. Ele relata as aulas do professor Hugo com seu mau humor, também nunca esquecerá do Dr. Bruno com sua soberba e sentimento de endeusamento e a Dra. Letícia com sua pouca empatia com os alunos. Apesar de todas essas características estarem vivas em sua memória, muito dificilmente Roberto se lembrará dos difíceis períodos com o médico Dr. Duarte, que apesar de seu distanciamento com os pacientes, conseguiu curá-lo de uma doença grave. Ou seja, através dessas relações distantes entre aluno – Doutor, há uma singularidade do Roberto que reside nessas repetições. Ao relatar e elencar tais eventos de sua vida, Roberto não se inclui nessas narrativas, pois ao discorrer

sobre as situações, ele esquece de si mesmo. O sujeito do inconsciente recai justamente neste “si mesmo” excluído, visto que para Roberto sustentar o lugar do paciente, de um ser debilitado, reprovado seria um elemento unário. Tal traço, por estar fora do circuito de sua queixa, é o que obtura essas repetições e que levam Roberto a ocupar esse lugar de (des)prazer. Lacan (2003) denomina esse traço unário excluído de *menos um*. A respeito da repetição:

A repetição no inconsciente é a procura da unicidade significante original para sempre perdida. Isso se joga antes mesmo que o sujeito se dê conta. Ele repete sem saber, saindo de sua imanência vital. Há a privação real de um objeto simbólico. Essa privação não acontece pelo interdito, mas pelo não dito. Há primeiro o nada, o vazio (-1) em que o sujeito não é subjetividade. Na volta não contada entre desejo e demanda do Outro é que se marca a privação do sujeito, privação na coisa. Assim, o sujeito se engana, crendo que existe um objeto pleno que trará satisfação plena e, mais ainda, que ele se encontra no Outro (NEVES; VORCARO, 2011, p. 282).

A identificação simbólica reitera justamente este fato, do indivíduo poder representar seus atos através da palavra, porém o sujeito do inconsciente está alienado do lugar estrutural de onde parte sua narrativa. Nazio (1997, p.131) pontua que “a identificação simbólica designa a produção do sujeito do inconsciente como um sujeito subtraído de uma vida” por justamente ser “(...) um sujeito a menos na vida de alguém, o traço ausente, exterior a essa vida, e que, no entanto, a marca para sempre”. Não à toa, Lacan (1999) insiste na retórica que o inconsciente é o discurso do Outro, desse estrangeiro que participa de uma maneira familiar na existência do indivíduo. Sobre isso, Nazio (1997, p. 132) argumenta que “(...) no inconsciente, a vida é privada do traço simbólico que a singulariza desde o exterior, ou seja, é privada do sujeito do inconsciente”.

Já a identificação imaginária é atrelada ao estágio de espelho que é caracterizado como um momento que deixará rastros perceptivos na experiência do *infans*. A criança é marcada, de maneira veemente, pela visão global provinda de sua imagem espelhada. O eu do indivíduo, neste contexto, nada mais é que um contorno refletido no cenário imagético da criança, como Nazio (1997, p.133) denomina de “épura – uma linha, simplesmente – da forma humana do homenzinho”. Esse recinto, inicialmente vazio, irá se transformando e consolidando com surgimento de experiências imaginárias da ordem parcial, mas não global e do todo. Conforme Lacan, o eu-imaginário se diferencia de uma consciência, igual formulada por Freud nos três tópicos (ego, superego, id), porém trata-se de uma justaposição de imagens que se inscreve de maneira sincrônica no inconsciente. Identificar-se imaginariamente a um objeto implica na percepção de um mundo que está lá fora que não é concebido por coisas e seres. Todavia, é essencialmente constituído por imagens que espelham meu semelhante.

Se o mundo e as coisas são compostos por imagens, logo o sujeito irá se identificar com tudo que lhe é mostrado e exposto? Para Lacan, o eu-imaginário é capturado não por quaisquer imagens, pois o “eu” adere ao jogo imagético em que ele se reconhece, suscitando qualidades como o amor, paixão, ódio, medo que revelam a condição humana do outro. No entanto, o que faz impregnar o “eu” com o outro? O fenômeno que captura, seduz e aliena o eu especular não é reconhecido nesse outro. Nazio (1997, p.134) articula que “A verdadeira captação imaginária do eu não é a efetuada pela imagem, mas pela parte não perceptível, negatizada da imagem”. A identificação imaginária está para além do extrato sequencial de imagens, ela é esculpida através da integração do eu com o furo provocado na imagem do outro.

A terceira forma de identificação se dá pela via da fantasia inconsciente. Segundo Lacan, um conjunto de fenômenos clínicos que compreendem sintomas, sonhos, delírios, etc seriam explanados a partir de uma matriz formal segmentada por dois aspectos: o sujeito do inconsciente, já debatido previamente, e o objeto *a*, que abriga a emoção sexual com a qual o eu histérico é atrelado. A dinâmica compactuada por essas duas variantes é decifrada na fórmula $\$ \ a$, em que losango interpõe o próprio mecanismo de identificação entre o sujeito e o objeto *a*. Quando Lacan articula o conceito de objeto *a* é justamente uma tentativa em conceber um corpo para a falta de um objeto natural que se adeque ao desejo humano. Nós nunca nos relacionamos com os objetos inteiros, e sim com objetos parciais, com aquela imagem recortada de alguém, e não a pessoa em si com todas suas qualidades e defeitos (SOLOMON, 2015).

Na nossa mais essencial fantasia, que baliza nossa relação com a realidade, insistimos em ocupar um lugar que deseja o seio materno porque consideramos tal objeto como perdido de nós mesmos. Propriamente é essa parte deslocada, não encontrada, que deslizamos de um objeto parcial ao outro, na tentativa de um reencontro. A objeto *a*, esse objeto perdido se faz presente justamente pela sua ausência. Zizek (1997, p. 178) cita que tal objeto “é simultaneamente a pura falta, o vazio pelo qual o desejo circula e é causado, e o elemento imaginário que esconde esse vazio, o torna invisível através de seu preenchimento”.

Recuperando o preceito de identificação imaginária, o meu semelhante desempenha uma função na constituição do sujeito, pois somos fixados nessa imagem do outro. Esse espectro imagético me fascina pois é nele que reside a minha autoridade com a qual eu encontro um tipo de júbilo comigo mesmo. Nesse contexto, aqui o outro, escrito com letra minúscula, opera uma função de imagem e Lacan, com o seguimento de suas formulações, indaga como esse outro é articulado no campo do simbólico, com o grande Outro, recinto de articulação de significantes onde a mensagem que é enunciada é recebida de maneira invertida ao sujeito. A partir dessas premissas, o objeto como espectro refletido e também como causa de desejo, o

psicanalista francês avança suas indagações em detrimento a esse outro que oferece o objeto de maneira parcial. A partir disso, Lacan é levado a considerar algumas variantes referentes a origem da angústia na experiência humana (SOLOMON, 2015).

Para Freud, a angústia é demarcada pela ausência do objeto, ou seja, sem o outro eu me encontro em um ambiente desamparado. Lacan (2010) formula essa assertiva de que a indisponibilidade de um objeto sensível, especular, nos encaminha a um objeto sem imagem, o objeto *a*. Esse conceito irá operar diversas funções na teorização lacaniana, e a mais importante para o nosso recorte teórico é pelo fato desse dispositivo organizar diferentes situações discursivas. Na fantasia, o sujeito consegue estabelecer todas as formas de relação com o objeto *a*, exceto a identidade que revela a desintegração do desejo, do outro e do gozo. Isso quer dizer que em uma análise, no percurso de sua fantasia, o sujeito percebe que ele não é aquilo que pensa e nem que os outros pensam sobre ele.

A psicanálise supõe uma travessia das identidades, sejam nacionais, culturais, sexuais, religiosas, majoritárias, minoritárias, etc. Esse empuxo à identidade está no cerne do debate político atual, e os pensadores, intelectuais e universitários se sentem convocados a dizer algo. Da nossa parte, trata-se de discernir em que medida o tratamento lacaniano da questão do Eu (Je), como um eu sem identidade, mas não sem história e sem desejo, traz um ponto de vista que pode esclarecer as confusões da identidade (PALOMERA, 2018, p. 5).

E como o sujeito se identifica pela fantasia? Pelo fato que ele acredita que o objeto *a* está em outro lugar, e ele o busca através de objetos simbólicos que possam encobri-lo. Na tentativa de simbolização, esse objeto almejado pelo sujeito sempre desliza, visto que o sujeito encontra sua satisfação, de maneira não totalizante, através de objetos parciais. Todavia, como todo sujeito é um ser desejante e ser da linguagem, ele continua seu trajeto no circuito do desejo, e, ao invés de enfrentar a frustração diante da impossibilidade de completude, o sujeito supõe que algo deva ser a causa do seu desejo. Nesse sentido, o sujeito julga de maneira regressiva que algum objeto causou seu desejo. Essa é a armadilha do objeto *a*: um objeto que não existe como fator empírico, mas é travestido de algo que o sujeito presume que irá completar seu ser (SOLOMON, 2015). Não em vão, muitos discursos políticos apelam ao recurso da fantasia através de afirmações como “a democracia está sob ameaça se não fizermos nada”, “a justiça será feita se tirarmos esses políticos do poder, “a economia irá destruir o país se continuarmos com o modelo estadista”.

O dilema reside justamente pelo fato que a fantasia nunca entrega o que promete. Por qual motivo? Primeiramente, a fantasia expõe ao sujeito essa frustração atribuindo o descontentamento ao Outro. Em um segundo momento, a fantasia mostra ao sujeito como o

desejo poderia ter sido completo e todo se não tivesse sido rompida pelo Outro. Terceiro fato: a fantasia insinua ao sujeito um modo de gerenciar essa frustração pela remoção desse Outro que tanto decepçiona. Se em grandes instabilidades nacionais a “identidade” é fragilizada, o surgimento de significante que opere a favor de outros significantes como o não acolhimento de imigrantes, construção de muros, crise humanitária, austeridade favorecerá a eleição de bodes expiatórios que irão incorporar esse Outro frustrante (SOLOMON, 2015). A relação dos movimentos de securitização e os mecanismos identificatórios ganham uma materialidade quando observados nos aspectos discursivos. Não há necessariamente um tipo de identificação que ocorra separadamente das outras formas de se identificar, elas podem ocorrer de maneira simultânea com a possibilidade de uma identificação ser mais evidente. Quando um sujeito se atrela ao discurso do outro por meio da identificação simbólica, imaginária ou fantasística, primeiramente temos que entender qual a posição desse outro que enuncia, ocupa.

Se um ator securitizador expõe um dilema impondo que há uma única maneira de securitizar e só ele sabe conduzir tal operação, podemos deduzir que ele ocupa a posição do discurso do mestre. Em uma outra situação, um líder de uma comunidade científica sugere que um objeto represente uma ameaça à segurança nacional, tal ator manipula seu discurso de forma que somos meros espectadores e não sabemos nada em relação à técnica em como extinguir igual constrangimento, dessa maneira pressupomos que ele opera por intermédio do discurso do universitário. Outro contexto que remete aos movimentos de conscientização e às demandas de reconhecimento de certas comunidades. Tais grupos expõem sua divisão, dificuldades e lutas que enfrentam, logo eles se endereçam ao público para que um novo tipo de saber seja articulado, caracterizando um discurso histórico. Nos dois próximos subcapítulos, serão pontuados os elementos e os lugares de cada discurso e como pode ser exemplificado dentro do processo de securitização.

5.2 Os elementos do discurso lacaniano

A partir de uma vertente discursiva lacaniana, é possível traçar uma linha panorâmica que compreende o ator securitizador, a audiência, a securitização e o objeto securitizado através dos atos políticos, seu embasamento ideológico e dinâmica contextual. Quem se endereça à quem e a partir de qual posição o discurso é endereçado, bem como analisar o que cada ator busca em um processo securitização e o que se almeja evitar, esconder e extrair como produto dentro de um determinado contexto são variantes que ampliam considerações teóricas acerca da audiência, fato pouco discutido pela Escola de Copenhague.

Lacan (2008) em seu seminário 16 “De um Outro ao Outro” pontua que a inerência da teoria psicanalítica é respaldada por um discurso sem fala. Consequentemente, se antes, em seu construto teórico, o discurso era atrelado à instância dos enunciados, do dito e proferido, agora é discurso é observado a partir da sua estrutura, colocando em destaque sua função. Em seu seminário posterior “O avesso da psicanálise”, Lacan (1992, p. 159) define os discursos que “nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem palavras, que vem em seguida alojar-se neles”.

Além disso, Lacan (1992) esmiuça as maneiras de gozo proporcionadas pelos discursos e suas características que se fazem onipresentes em cada tipo discursivo respectivamente o da histórica, o do mestre, o do universitário e do analista. Lacan (1992, p. 11) menciona que, por intermédio dos dispositivos languageiros, “instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode se inscrever algo ... que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas”. Como esses discursos, então, são organizados a partir dessas relações estáveis? Lacan (1992) menciona que tal organização é diagramada a partir de um mecanismo essencial de um significante (S1), ou significante mestre, em detrimento a outro significante (S2), ou o sistema de significantes, com o qual se obtém o sujeito (\$), neste caso dividido, e um a-mais (objeto a) que fundamenta o desejo do sujeito. Exemplarmente, no caso de uma formação do inconsciente, no chiste bem-sucedido, um significante (S1) se junta a outro (S2) produzindo um efeito de satisfação: o riso (produção). A piada surge em torno de uma verdade entredita (\$). Destarte, temos a seguinte ordem:

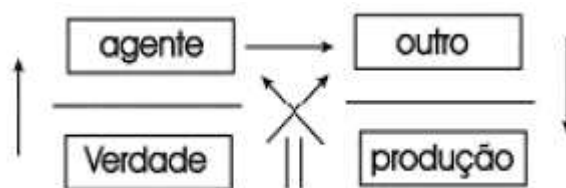
Figura 14 – Estrutura básica dos elementos discursivos

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Fonte: Lacan, 1992.

A partir desse matema, cada elemento abriga um lugar (figura 15) e representa uma função específica com qual se relaciona com os outros elementos. A dizer, o agente, o outro, a verdade e a produção são lugares pré-estabelecidos que podem ser preenchidos de maneira alternada pelos elementos S1, S2, \$ e objeto a.

Figura 15 – Esquema dos lugares discursivos



Fonte: Lacan, 1992.

Desta inter-relação, são deduzidas algumas propriedades em que os discursos são coordenados. A primeira estabelece que os lugares discursivos não são intercambiáveis, ou seja, o agente não pode tomar a função da verdade e assim por diante. No entanto, os elementos do discurso são alternáveis e quando eles mudam de lugar acabam modificando seu valor e sua função. O fio estável que permeia os lugares e elementos encontra-se pelo o que Lacan (1992) denomina de quartos de giro. É através da passagem de cada elemento para a posição seguinte que são estabelecidas as configurações dos quatro discursos. Desse quadrípode, temos circularidades que se alternam pela reversão, progressão ou regressão do discurso. Portanto, a cada giro conduzido obtemos as configurações que representam enlaçamentos sociais que nos remetem a diferentes formas de intersubjetividades ou efeitos sociais do discurso. O discurso do Mestre que é atrelado às qualidades de comando e poder; a discurso da Histórica que se relaciona ao desejo, questionamento e protesto; o discurso do Universitário que educa e doutrina e o discurso da Analista que ocupa a função de transformação e revolução (SOLOMON, 2015).

Embora essas configurações podem inicialmente parecer como uma série de estruturas rígidas, todo elemento discursivo e posição estrutural são constituídos pela falta e negação. Em outras palavras, eles carecem de fundações firmes e claras. Os significantes mestre S1 são aqueles significantes proeminentes aos quais os sujeitos se atêm, porém eles são significantes veementemente ambíguos que não possuem significado fora do sistema de significação S2 que contextualizam o sentido. O sujeito dividido \$ é caracterizado pela falta que não nunca poderá ser completamente representado dentro do discurso e sempre está sempre em busca de um significante mestre que é fantasiado para completar o desejo, embora ninguém o possa. O objeto a é simplesmente o termo para lugar da falta no discurso, o lugar em que o objeto faltante do sujeito é acreditado em ter estado, mas ele próprio nada mais é que um sujeito vazio que encobre a falta do sujeito. Esses diferentes elementos fluem dentro e fora da representação e relacionam de várias maneiras dentro das diferentes estruturas do discurso (SOLOMON, 2015, p. 59)

Uma outra propriedade pertinente à estrutura discursiva concerne sobre os vetores que direcionam as relações estabelecidas pelos lugares. Como ponto inicial, os vetores partem do lugar da verdade. No entanto, os vetores ao percorrerem o agente, o outro e o produto, eles não nunca voltam ao lugar da verdade, ou seja, para cada discurso é reservado um acesso

negado. Os vetores determinam uma impossibilidade que representam os três ofícios impossíveis levantados pela teoria freudiana que incluem governar (discurso do mestre), educar (discurso universitário) e analisar (discurso analista). Lacan (1992) adiciona um quarto ofício impossível, o da histérica que é fazer desejar. Esses ofícios são classificados como impossíveis, pois, por mais bem executados que eles sejam, sempre haverá um resto não ensinado, educado, analisado, desejado. No nosso caso, veremos que a partir do ofício do governar, a securitização é impossível.

A estrutura do discurso apresenta duas vertentes: à esquerda, podemos observar os lugares do agente e da verdade, duas qualidades que pertencem ao sujeito para que ele consiga estabelecer laço com a cultura, com o Outro (sistema de significantes), que se encontra à direita. Logo, os discursos são laços sociais, e eles se dão em torno de um impossível. Ou seja, se para a teoria psicológica tradicional, realizamos trocas discursivas porque temos algo em comum, para a psicanálise lacaniana, o ser humano se une para evitar, negar e contornar algo da ordem do impossível (DUNKER, 2010).

Porge (2006) complementa que o discurso, enquanto laço social, é um conceito referente às maneiras como o sujeito se vincula ao outro por intermédio de enunciações que manejam repetidas experiências na diligência do gozo e no implacável reencontro do seu malogro e insucesso. No intervalo do sujeito com o outro, há uma articulação da esfera singular e pública que fabrica as performances do falante, apoiadas por elocuições essenciais, cuja fonte o sujeito não conhece. Segundo Chemama (1997), através dos matemas discursivos que compõem os lugares e os elementos, Lacan traça uma analogia entre o que instaura o sujeito e a como a estrutura do assujeitamento social é disposta. Após termos apresentado os elementos discursivos, pontuaremos como cada um se relaciona com os lugares dentro da perspectiva de quartos de giro. Neste subcapítulo, nos preocuparemos em externar teoricamente as dinâmicas entre os lugares (agente, outro, produto, verdade) e os elementos (S1, S2, objeto a, \$) do discurso. Exemplos mais pragmáticos no que tange ao movimento da securitização, pelo escopo discursivo lacaniano, serão expostos no próximo subcapítulo.

O discurso do mestre (figura 16) é aquele que funda todo enlaçamento social. A estrutura fundamental do discurso que indica o surgimento do sujeito é equivalente ao enunciado do mestre (ZIZEK, 1998). Assim temos a formula do discurso do mestre:

Figura 16 - Discurso do mestre

$$\frac{S1}{\$} \rightarrow \frac{S2}{a}$$

Fonte: Lacan, 1992.

Tal equivalência nos relata que toda emergência do sujeito está vinculada a um tipo de subjetivação de poder, a ele é negado o acesso à verdade. Para Lacan, o significante mestre é decodificado pela existência do Um. A instauração da lei do desejo remete a fundação do Um, pois há *Um*, pela via imaginária, que detém o falo. E propriamente, o falo como significante do poder gerencia o desejo do sujeito e do Outro, todavia, é parcial dado sua subordinação à lei da linguagem (SOLOMON, 2015). Nesse sentido, para que o sujeito se identifique ao discurso do mestre, é preciso que na cadeia enunciativa estendam-se alguns significantes que podem representar ao sujeito qualidade de falo. Dentro do processo de securitização, se faz necessário que a audiência seja capturada por algum traço significante, dentro do discurso proferido pelo agente securitizador, que indique a particularidade do objeto a ser securitizado.

O S1, no contexto discursivo do mestre, é sustentando como a “função de significante sobre a qual se apoia a essência do senhor” (LACAN, 1992, p. 18) bem como posicionado no lugar do agente em que prevalece no discurso. De fato, o S1 seria algo, porém não qualquer coisa, que tentaria fixar significado em um discurso. No cenário contemporâneo, algumas concepções que envolvam igualdade, terror, democracia, aquecimento global, liberdade, resiliência são alguns exemplos de S1. Ainda, Lacan (1992, p. 86) menciona que neste tipo de enunciação “o sujeito se encontra ligado, com todas as ilusões que isso comporta, ao significante-mestre, ao passo que a inserção no gozo se deve ao saber”. Ao S2, por sua vez, é atribuído o lugar do saber enquanto o outro, estabelecendo assim, uma relação de escravo com o mestre. Ou seja, a confluência S1 – S2 implica que o significante mestre traceja um princípio ordenador dos significantes que engendrarão o S2.

Tal mecanismo de comando de S1 para S2 revela que o mestre se empenha em esconder sua falta, sua divisão através de uma representação que ele é único e completo. Neste sentido, como Bracher (1994, p. 121) complementa, o agente “tem se identificado tão efetivamente com seus significantes mestres que ele realmente acredita ser inteiro, indiviso, auto-idêntico”. E, de maneira paradoxal, o significante S1 remanesce vazio, pois seu sentido somente será articulado em relação ao encadeamento dos significantes S2, que neste caso,

ocupa a posição de outro, ao qual o mestre aponta sua fala. Esse outro acata o discurso de forma passiva, o que acaba promovendo ao agente o sentimento de completitude.

Quanto ao objeto *a*, posto como produto, é o que resta da sujeição do outro ao mestre. Isso quer dizer que, a partir do momento em que legitimidade do mestre é reconhecida, cabe somente a ele determinar o que é plausível ou não, suprimindo assim o desejo do outro. Isso é observável em algumas operações de securitização em que agravaram mais ainda as disputas nos setores de segurança. Pois a securitização, apesar de ter seu estabelecimento através da audiência, pode ter seu funcionamento somente através de uma via, desconsiderando que existe um outro. Isso é o caso de algumas intervenções, que com uma perspectiva demasiadamente ocidental, falham em reestabelecer algum tipo de paz em um Estado falido.

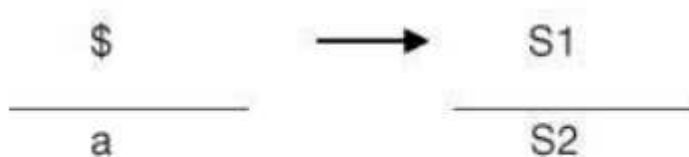
Askofaré (2005) pontua que a política na qualidade de dominação e instituição que gerencia a esfera coletiva configura-se como o discurso do mestre. A política é a forma que enlaça o sujeito à cultura e sociedade da maneira mais fundamental. A entrada na civilização requer uma perda de algo, renúncia, cessão, o que coloca o gozo do sujeito em constante vigília e regulação. Dentro da perspectiva histórica, observam-se modalidades como a monarquia, religião e a ciência que se impõem como agentes no discurso do mestre no sentido de manipular formas de dominação. No caso da religião, tal forma discursiva é um tipo de laço que contorna de maneira simbólica e imaginária a gênese humana e a finitude a qual estamos fadados. Os dogmas e as palavras de Deus operam como agentes (S1) porque se colocam como detentores de uma verdade, a qual somos negados o acesso (\$), o que produz aderência de fiéis (S2) pela via da adoração ou do medo. A doutrina religiosa, em sua maior parte, coloca em prova a fé dos adeptos, pois se não seguir o evangelho, não terá o reino de Deus, o que remete ao monitoramento do objeto *a* e a castração no lugar do produto, e assim, ignora o gozo do sujeito pelo decreto de preceitos morais.

Para Askofaré (2005), a ciência foi eleita como elemento estratégico para os novos tipos de discursos do mestre, passando a se institucionalizar como aparelho do Estado com o objetivo do controle coletivo. O outro (S2) apresenta uma nova roupagem de endereçamento, pois se a ciência era previamente prestigiada pelo seu estatuto epistêmico, agora ela passa a ter uma característica tecnicista e funcional. Segundo Checchia (2012, p.290), o que se altera no discurso do mestre quando se associa à tecnociência é “a reintrodução da fantasia no plano da política”. A partir do texto lacaniano (1978, p. 27) em que “a ciência não é nada senão uma fantasia, um núcleo fantasmático”, Askofaré (2005) pontua a necessidade de realizar considerações acerca de uma política da fantasia, pois a tecnociência produz uma esteira de artefatos para contornar o vazio da causa do desejo. Tais objetos tecnológicos são sedutores

pois encobrem o objeto *a* fazendo com o que o sujeito não precise saber ou lidar com sua divisão. É importante frisar que, a ciência enquanto tecnociência apresenta analogias ao discurso do mestre como recurso para legitimar as tomadas de decisões. A ciência, dependendo da sua posição no lugar dos quartos de giro, pode ocupar uma configuração remetente ao discurso do universitário ou histórico (OLIVIERI, 2002; QUINET, 2009).

Já o discurso histórico (figura 17) é um movimento progressivo em relação à enunciação do mestre. Neste sentido, obtemos o matema:

Figura 17 – Discurso da Histórica



Fonte: Lacan, 1992.

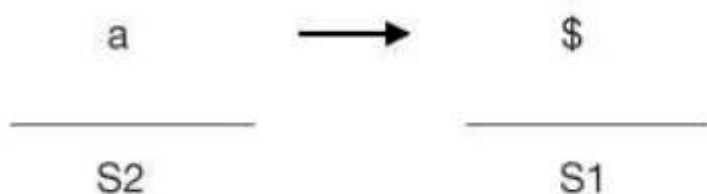
Se na configuração do mestre, o sujeito barrado era um aspecto latente, no discurso histórico, ele toma o lugar do Agente, sendo o elemento mais importante neste contexto. O traço histórico reside justamente no fato de queixar-se e não estar satisfeito com o lugar que se encontra no mundo. Logo, o sujeito está em busca daquilo que o irá, supostamente, complementá-lo. Desta queixa, surge uma nova estrutura de significação (S2) que pode tomar aspectos como formas de pensamentos, novas culturas, etc. Enquanto que a fala do mestre é evidenciada pela resignação e servilismo à potencialidade ao S1, na sentença histórica, ações como protestar, questionar, debater e desejar são dirigidas ao significante primário. Destarte, o sujeito histórico, que reconhece sua falta e se expõe dividido no registro simbólico, demanda segurança com a esperança de completude e que encontrará tais soluções, o saber (S2), pela via do S1 (SOLOMON, 2015).

Não obstante, o sujeito histórico, em alguns cenários, não acata as soluções, esclarecimentos e respostas providas do significante mestre, pois sua insistência remanesce no fato de questionar os limites do mestre, aquilo que o S1 não consegue ter entrada: o objeto que causa seu desejo, visto que a ele é interdito o acesso direto ao produto. É por esta característica que Lacan (1992) menciona que o desejo da histórica é da ordem do impossível, o quarto ofício, e somente assim, paradoxalmente, que o sujeito histórico mantém vivo seu desejo. Apesar de desejar, a histeria não sabe o que deseja e deste modo, persiste em exigir um significante mestre

para que construa uma nova articulação de sentido. Lacan (1992, p. 122) argumenta que a histérica almeja “um mestre sobre o qual ela reine. Ela reina, e ele não governa”. Isso quer dizer, independente qual significante venha ocupar o lugar de S1, a histérica procura um outro que demonstre sapiência, porém que “não saiba demais, para que não acredite que ela é o prêmio máximo de todo seu saber (LACAN, 1992, p. 122). Neste sentido, Lacan (1992) cita que a histérica não estabelece uma relação de escrava com o mestre, mas sim, fazer com o que mestre deseje.

Como terceiro discurso, se realizarmos um giro no sentido horário a partir da configuração histérica, passamos a obter então o discurso do analista. Logo, o objeto *a* ocupa a posição central sob o suporte do agente, isso faz com que o sujeito dividido (\$) agora ocupe o recinto de endereçamento do outro. Na função do produto, encontramos o significante mestre (S1) enquanto que no nível da verdade é instalado o saber (S2). Nesta instância enunciativa, o discurso do analista (Figura 18) coloca o sujeito em sua posição de falta, ou seja, são realizadas intervenções no sentido de expor ao sujeito a sua própria alienação, sintoma, tropeços e lembrá-lo de sua condição enquanto ser falante e o que ele pode fazer em relação a isso. Temos assim, o seguinte matema:

Figura 18 – Discurso do Analista



Fonte: Lacan, 1992.

Na enunciação do analista, reside uma impossibilidade de gerenciar aquilo que não se domina visto que o real não consegue ser dito pelas malhas do simbólico e muito menos pela interpretação da via imaginária. Cabe ao sujeito suportar que haverá um saber que sempre escapa. No entanto, resta somente ao sujeito resignar-se com sua falta e finitude frente à sua queixa e sintoma? Não há como o sujeito esquivar de sua qualidade humana e cultura, todavia, há um exercício de transformar a queixa em demanda, para que assim, o próprio sujeito busque maneiras de instaurar possibilidades de governar, superar dentro do “impossível”. Pela relação objeto *a* - \$, observamos que o psicanalista não se endereça ao Um, ao Eu e sim ao sujeito,

aquele do inconsciente, dividido. Neste sentido, o analista posiciona o outro no campo do agente discursivo, o que Lacan (1992, p. 16) denomina como “histerização do discurso”.

A política do discurso da histeria é, como vimos, a política do sintoma e a política do laço com o mestre. A histerização do discurso não é resultado de tais políticas. É, antes, um efeito de condições artificiais estabelecidas pela política do discurso do psicanalista. Nesse sentido, a política da psicanálise consiste em manter, do lado do analista, o discurso do psicanalista e favorecer, no lado do analisante, o discurso na histeria. É somente por essa via, respeitando tais diferenças, que se pode traçar uma correlação entre a política da histeria, a política da falta-a-ser e a política do analisante. É enquanto produto da histerização do discurso, provocada pela política do discurso do psicanalista, que o discurso da histeria pode ser associado ao discurso do analisante (CHECCHIA, 2012, p. 306).

O psicanalista estabelece seu enlaçamento enquanto objeto *a* com o analisando. No entanto, o produto desta relação não é o saber e sim a emergência dos significantes mestres que o próprio sujeito articula. A verdade abriga o saber, que se encontra recalcada e inacessível. Neste sentido, o analisando acredita que o analista sabe sobre seu sintoma, que detém uma verdade sobre seu sujeito. E, para que uma análise aconteça, se faz necessário que o analisando coloque o analista no lugar de um sujeito suposto saber. No processo analítico, em um primeiro momento, o sujeito traz a sua queixa em um estado de alienação e de dependência com o outro. Com as intervenções analíticas, no lugar da queixa surge uma demanda: o que eu, enquanto analisando, quero dizer com as palavras as quais eu endereço ao analista? Nesse movimento, de constantes indagações, o analisando perceberá, paulatinamente, que o saber não está com ninguém, fazendo com que ele articule seu próprio significante mestre. Como Pacheco (2008, p. 9) complementa que à função do psicanalista “não cabe promover o divórcio entre saber e verdade, mas antes, revelar o caráter fictício dessa união, já que, com a verdade, não há relação amorosa possível”.

O discurso do analista é o único em que a causa do laço social coincide com a causa do sujeito. E a verdade que a sustenta é o saber inconsciente. Em todos os outros discursos a causa é ocupada por outro elemento: o poder, o saber, a falta, ou seja, respectivamente, o Um totalitário, a burocracia universitária e o pathos do sujeito. É no discurso do analista que encontramos a causa de sua política como o objeto causa do desejo. (QUINET, 2009, p. 36).

Já o quarto discurso, o do universitário, apresenta um giro regressivo em comparação ao discurso do mestre, em que o saber ocupa a posição central de agente. O universitário detém o saber e faz seu enlaçamento social com o outro (objeto *a*), desprovido de qualquer subjetividade. Destarte, na vertente esquerda do matema há um saber sem sujeito, ancorado pelo poder enquanto que no lado direito há outro que é sustentado pelo produto, ou

seja, o aluno que virá a saber, a tornar-se um profissional futuramente. Nominé (2007) pontua que no meio acadêmico, o professor universitário não se endereça ao outro para extrair algum tipo de saber, pois ele sabe e impõe o conhecimento aos outros. De modo igual, os lugares e elementos são organizados no seguinte matema do discurso universitário (Figura 19):

Figura 19- Discurso do universitário



Fonte: Lacan, 1992.

Como Solomon (2015) observa, os discursos do mestre e universitário apresentam convergência em um aspecto por serem conduzidas por significantes mestres. Na enunciação universitária, o S1 é semi-dito em sua latência dado que se encontra sob a barra. O sistema de significantes, o saber (S2) revela que o poder do Agente não é inclinado sobre um comportamento autoritário, mas pela legitimidade obtida quanto ao seu conhecimento. O saber universitário, senão científico, apresenta-se à audiência como legítimo, imparcial pois não é ideologicamente monitorado por um mestre. Sem embargo, a neutralidade é fantasmagórica dado que toda significação é propelida por um significante mestre. Neste sentido, a impossibilidade de articular entre a produção e a verdade ocasiona o insucesso do sujeito em saber o que o domina, em ter acesso a uma verdade que afirma a existência do todo conhecimento, do saber absoluto.

A versão moderna do discurso do mestre tem sua continuidade no discurso universitário, comandado pelo saber estabelecido. Tem o saber como agente e se dirige ao aluno que deve obedecer ao imperativo “saber mais”. A produção resultante é o sujeito universitário que supõe um agente do saber, sobre o qual ele se sustenta, pois precisa validar cada afirmação pelo já dito de um autor reconhecido enquanto tal. O discurso universitário prega que há um conhecimento erudito ao qual o aluno deve se assujeitar; há um saber sobre o objeto (o aluno como objeto), em como este deve ser. O saber é da ordem de um grande Outro, o que provoca a alienação do sujeito (ORNELLAS, 2012, p. 6).

As estruturas discursivas engendradas pelo lugar e elemento nos oferecem uma ferramenta teórica para análise no que concerne o fenômeno do porquê alguns discursos conseguem ser mais eficazes politicamente do que outros. Ao ter pontuado os manejos do

mestre, universitário, histórica e analista, consideramos que alguns discursos com a tendência de oferta imaginária de algo mais estável e seguro são recintos de grande investimento libidinal e captura de identificações. Discursos com as configurações em que os elementos S1 – S2 ocupem o lugar ora do agente (mestre) ora do saber (universitário) apresentam um forte apelo com maiores chances com que suas enunciações ressoem à audiência. Neste sentido, o discurso do mestre e universitário ocorrem com frequência nas intervenções securitizadoras, pois eles oferecem ilusoriamente tanto o poder quanto o saber.

Já o discurso histórico e do analista colocam a subjetividade barrada e a falta como elementos que evidenciam suas estruturas. A divisão do sujeito é o que a fantasia tenta encobrir e o objeto *a* é um elemento integrante desse repartimento. Todo discurso acontece pela inter-relação dos quatro elementos e lida com eles de maneira diferente de acordo com sua estrutura enunciativa. A divisão e a falta são as variantes discursivas que mais oferecem instabilidades às audiências, o que pode provocar insegurança e ambiguidade (SOLOMON, 2015). De uma perspectiva geral, em um cenário hegemônico, há uma forte predominância dos discursos do mestre e universitário pois há uma restrição em questionar a sua própria dominação, dado que esconder alguns aspectos são fundamentais para a manutenção de sua supremacia. No próximo subcapítulo, continuaremos a debater a pertinência dos mecanismos de identificações imbuídos nos discursos no que concerne à securitização de uma forma mais pragmática.

5.3 **A política das identificações: securitizar aquilo que movimenta?**

Nosso último subcapítulo discorre em como a securitização é mobilizada através de um diagrama embasado nos quatro discursos da psicanálise. A partir de uma análise dos espaços enunciativos (agente, outro, produto, verdade) e seus elementos (S1, S2, \$, objeto *a*), há uma ampliação não somente pela via do agente securitizador, mas também da audiência, lugar esse negligenciado pela Escola de Copenhague. Hansen (2000b) realiza uma crítica da segurança como silêncio evocando a negligência transposta em relação ao debate sobre o gênero no processo de securitização. Nesse sentido, feminicídio, a violência homo e transfóbica são exemplos de tópicos, entre outros, que são marginalizados nas agendas oficiais e as análises de discursos seriam incapazes de perceber esse movimento. Pela perspectiva discursiva lacaniana, o que se quer esconder e silenciar em uma securitização é a verdade. A partir dos elementos e seus lugares, verifica-se o que se quer ser silenciado. A própria verdade participa do discurso, porém nenhum elemento tem acesso a esse lugar que ao mesmo tempo suporta, subjaz o agente. O sujeito se identifica ao discurso do agente justamente sobre o qual ele (não) quer saber.

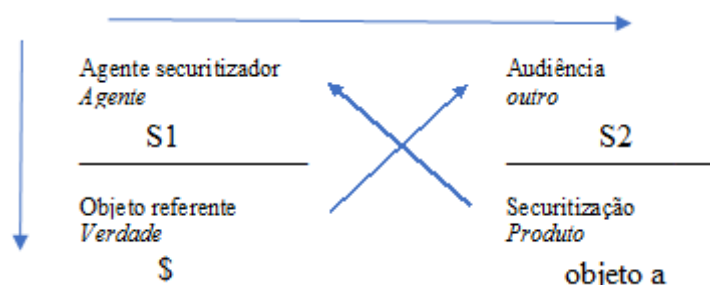
A releitura conduzida por Lacan (2003) acerca da teoria de Freud das três formas de identificação nos revela que a identificação encontra-se em um processo contínuo visto que não há possibilidade de se sustentar uma identidade. A identidade sempre esteve em crise pois não existem garantias para um conceito que é contornado pelo vazio. Para Lacan, acreditar em uma única identidade, naquilo que é um, exclusivo configura-se como uma trama ilusória com a qual o narcisismo flerta. O campo da política é um ambiente fértil em que podemos observar vários discursos do *um*, ou seja, há consideráveis candidatos que ocupam um lugar na promessa de sanar diversos problemas. Tal conduta, amparada pelo discurso do mestre, faz da identificação um apelo estratégico. Miller (2003, p. 16) acrescenta que “aos olhos de Lacan, a política atua mediante identificação, manipula significantes mestre, busca dessa maneira capturar o sujeito. Esse, diga-se de passagem, não pede outra coisa, sendo, enquanto inconsciente, carente de identidade, vazio, evanescente”.

Em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud (1921) remarcou tal estratégia da captura do sujeito no processo identificação com o Ideal do líder das massas no campo do político. Em relação às massas, Freud (1921, p. 54) nos indica que “colocaram um único e mesmo objeto no lugar do seu ideal do eu e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu eu”. Esse ideal não remete a um sucessor do pai edipiano e sim do pai da horda que é retratado no mito freudiano como aquele que obtém todo acesso, infundavelmente, às mulheres. O enlaçamento social requer que o sujeito se identifique ao outro, porém isto não ocorre de forma harmônica vide as teorias contratualistas articuladas por Hobbes, em que o homem precisa deixar algo que é seu para viver na sociedade. No entanto, como discutido previamente nos três tempos de Édipo e o conceito de objeto a, acreditamos que esse algo perdido ainda podemos encontrar, e isso soa sedutor quando outro alguém ocupa este lugar de fornecedor do nosso tesouro.

Numa perspectiva dentro da segurança internacional, como podemos traçar um fio condutor entre os elementos discursos propostos por Lacan e a securitização em si? Como já explicitado, a securitização engloba, basicamente, três elementos dentro de um regime democrático: o agente securitizador, a audiência e o objeto referente a ser possivelmente securitizado no nível local, regional e no sistema dos setores da política, militar, economia, meio-ambiente e sociedade. Primeiramente, o agente identifica, de maneira subjetiva, o objeto que representa uma ameaça e faz um convite à audiência a aderir seu discurso para que, assim, uma intervenção seja realizada no sentido de amenizar ou extinguir aquilo que os constrange. Tal fenômeno é, de fato, o próprio discurso denominado como um ato performativo que realiza o movimento de securitização e ele só acontece, efetivamente, com o acordo de um público.

Dentro da vertente enunciativa lacaniana, os discursos (mestre, histórica, universitário, analista, capitalista) são dispostos em um matema que compreende elementos (S1, S2, objeto a, \$) e lugares (agente, outro, produto, verdade) e suas combinações são engendradas através dos quartos de giro. Posto isso, há duas considerações a serem pontuadas. Primeiramente, a securitização, em sua maior parte, acontece pela via do discurso do mestre. O agente é colocado no lugar do S1 que, por sua vez, irá identificar objeto a ser securitizado por intermédio da aprovação (ou do saber) da audiência que é enquadrada como S2. Da articulação agente S1 – audiência S2 surge o movimento da securitização, o produto (objeto a), um tipo de tentativa formulada a partir de uma fantasia que a falta (\$) pode ser completada, que a verdade pode ser revelada ou que o mal pode ser extinguido. No contexto enunciativo do mestre, o agente e a audiência não possuem acesso direto ao objeto securitizado, pois a ameaça é identificada de maneira subjetiva e todos estão submetidos à barra, à divisão enquanto seres de linguagem. Logo, no sentido lacaniano, a securitização é impossível, pois o agente sempre estará sustentado pela verdade, à qual ele não tem acesso. Assim, temos a seguinte analogia (figura 20):

Figura 20 – O mestre como securitizador



Fonte: autoria própria, 2019.

Os pronunciamentos de Donald Trump, com sua política ferrenha nacionalista “*Make America great again*”, se enquadram na configuração discursiva do mestre. Planos executivos que abordam a diminuição do fluxo migratório, a construção de um muro com o México, afrouxamento no controle das armas, estratégia ofensiva a outros países são variantes que se endereçam à audiência no sentido de apontar que a responsabilidade do insucesso se encontra no outro estrangeiro. Assim, a política implementada é do *Um*, o qual mestre incorpora uma figura suportada pela verdade (S1), mesmo que ele próprio não tenha acesso a tal conteúdo e negue seu assujeitamento à falta (\$). Através da técnica de como as coisas devem ser, ele oferece um ideal embasado em um desejo fálico, pois se a população seguir suas diretrizes,

todos conseguirão produzir algo (objeto *a*) que irá suprimir a ameaça. Deste modo, a audiência estabiliza sua própria demanda aos significantes indexados pelo S1, atribuindo à alienação um caráter dimensional: o que o mestre diz, está certo! Esse contexto, em alguns casos particulares, forneceria terreno fértil para uma política da perversão, visto que há *uma* lei que deve ser obedecida, aquela proferida pelo mestre em sua versão do pai com o lema “a lei não está com outro, e sim comigo”.

Eis, portanto, na atualidade, a nova utopia das sociedades democráticas globalizadas, ditas pós-modernas: suprimir o mal, o conflito, o destino, a desmedida, em prol de um ideal de gestão tranquila da vida orgânica. Por outro lado, não haveria o risco de um projeto desse tipo ser capaz de fazer ressurgir, no seio da sociedade, novas formas de perversões, novos discursos perversos? Não seria ele capaz, em suma, de transformar a própria sociedade numa sociedade perversa? (ROUDINESCO, 2008, p. 164).

Durante a campanha presidencial brasileira 2018, podemos extrair algumas observações interessantes no tocante à questão da conduta discursiva do mestre acerca da identidade nacional. O próprio lema da campanha de Jair Bolsonaro “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” suscita a exigência que todos brasileiros estejam submetidos a serem idênticos, pois como Palomera (2018, p.1) nos adverte “o imperativo do discurso do mestre consiste em indexar o sujeito sempre pelo mesmo significante”. Em regimes ditatoriais, há um movimento consideravelmente parecido, dado que há um grande enfoque no grande Outro (Deus) de modo que o sujeito fique congelado devido a privação de espaço de fala e que as vias dos desejos não circulem pois, a política implementada é do *Um*.

Um dos grandes aportes da psicanálise é a de que não há Outro do Outro. Perante esta dor quase-existencial surgiu, entre outras causas, o totalitarismo que se constituiu na esperança de reabsorver a divisão da verdade, de instaurar o reino do Um no terreno da política, de acordo com o modelo da Psicologia das Massas. Esta perspectiva teve e tem em seu horizonte o anelo de construir uma sociedade disciplinada. Uma sociedade disciplinada habitada por sujeitos disciplinados costuma compartilhar identificação mediante, o culto à personalidade e um amor inquestionável para com seu líder (ZACK, 2018, p. 12).

Neste sentido, como podemos explicar ascensão de onda bolsonariana durante os entraves políticos de 2018? Durante sua campanha, o lema presidencial “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos” se revela como um grande significante mestre em que insiste fixar um significado para a sociedade civil acerca do então contexto político brasileiro. Através do apoio da elite, bem como da população brasileira em geral (S2), há uma manipulação em realizar movimentos de securitização (objeto *a*) com seu plano de governo que englobava o combate à corrupção, à doutrinação marxista, ao comunismo, ao Partido dos Trabalhadores, às políticas

sociais de Estado e a economia centralizada. Desta maneira, com a eleição do mestre, estaríamos isentos do mal, da divisão que assola o sujeito. No entanto, tal estratégia é ilusória, pois Bolsonaro, que declara deter o conhecimento de nomear aos cargos aqueles que sabem da técnica, proferiu discursos repletos de promessas com significantes simplistas no sentido de encobrir a falta (\$).

O primeiro, mais antigo, o do discurso do mestre, visa “consertar” o que surge como problemático por meio de medidas práticas que interferem naquilo que é concebido como a causa do problema. Só nesse ponto é que ele se interessa pelo saber, uma vez que este pode concorrer na solução do problema. Um saber amputado, posto que é um saber já sabido “todo”, do qual se retirará uma eficácia (ORNELLAS, 2012, p.5)

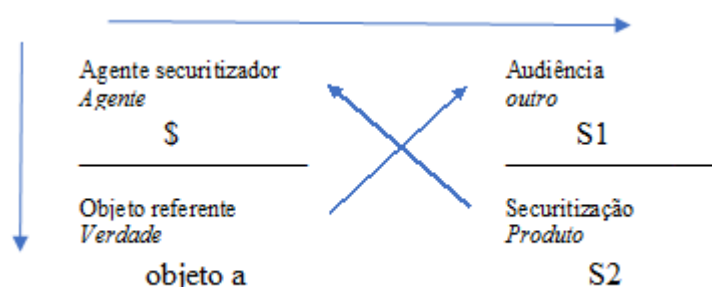
No discurso do mestre, há a ideia de que quem fala sabe sobre o que fala. É o discurso da possibilidade do saber, que se aproxima da ciência ao se acreditar unívoco. O conhecimento que resulta desse discurso se reduz a um saber teórico. Essa forma discursiva coloca o outro na posição de escravo, mas de um escravo que tem um saber prático do qual o mestre depende, para dali extrair sua essência e transformá-la num saber de mestre. Visa a um tipo de poder conferido ou prometido pelo saber. É comandado por um significante mestre apresentado ao outro como o saber que satisfaria o desejo (ORNELLAS, 2012, p. 5-6).

Quanto aos civis brasileiros que elegeram Jair Bolsonaro, qual o lugar que eles ocupam no contexto discursivo lacaniano? O eleitor, quando discute política, realiza diversas queixas como “político é tudo ladrão”, “o PT acabou com o Brasil”, “Fora Lula, Dilma e Temer”, “não há emprego, educação e segurança” ou seja, eles se declaram como sujeitos faltantes, que os qualificam como \$ no lugar de agente. Neste sentido, o enlaçamento social se dá com o mestre (S1), eles rogam ao *Um*, para que com ele, soluções (produto – S2) sejam efetivadas. Ornellas (2012, p.6) complementa que “o discurso do histérico é sedutor; o histérico deseja reinar sobre o mestre. A queixa, a insatisfação são marcas desse discurso, posto que idealiza seu mestre e diz que o ama”. Assim, o saber está com o político, ou melhor, com Deus ou o Brasil como instituição, pois estando acima de tudo e de todos saberão escolher o que é o melhor para a população. Por isso, na maior parte das vezes, a população enquanto ocupa o lugar de histérica, nunca estará satisfeita com quaisquer medidas tomada pelos poderes, pois além do fato que governar é da ordem do impossível, o mestre não detém aquilo que a população supõe que tenha. Justamente, é por acreditar, de forma mítica, que o político, o *Um*, possui o objeto *a* em decorrência do saber governar que a sociedade se identifica aos significantes aparelhados no discurso do mestre.

O discurso histérico pode ocorrer por outras vias, não só pela lamentação e melancolia. O movimento *blackpower*, as manifestações da comunidade LGBTQ+, as reivindicações feministas, a conscientização indígena, algumas organizações (não)

governamentais, as revoluções são exemplos de contextos autocríticos que desconstrõem narrativas que viabilizam a produção de um novo saber. Quando o mestre é convocado ao círculo de debates, abre-se um espaço em que o desejo poderá circular. Isso não significa que todo discurso histórico embasado em contramovimentos surtirá algum efeito, pois nenhum discurso garante algo como vimos sobre a impossibilidade da securitização. No entanto, colocar em panos dúbios aquilo que a padronização demonstra como neutra possibilita os dialogismos em que novas narrativas poderão ser elencadas, o que pode viabilizar avanços em certos cenários. No contexto histórico (figura 21), o matema é representado a partir da seguinte disposição:

Figura 21 – O histórico como securitizador

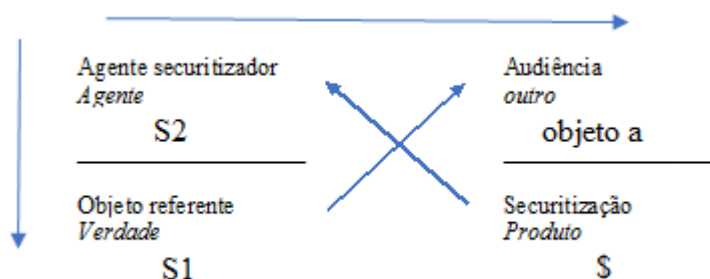


Fonte: autoria própria, 2019

Também, em outros contextos, a securitização pode ocorrer pela via do discurso universitário. O consenso de Washington implementado no auge neoliberal da década de 1990 bem como as comunidades epistêmicas e organizações científicas recorrem ao discurso universitário no sentido de legitimar suas tomadas de decisões. Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial através de suas cartilhas e seu saber técnico (S2) impõe medidas aos países signatários (objeto a) que almejam um pacote de empréstimos. Ou seja, através da intervenção econômica formulada a partir de preceitos técnicos, iguais instituições oferecem ajuda a outros Estados, pois tais países ainda não apresentam consideráveis índices satisfatórios por não seguirem a mesma conduta política e econômica dos países desenvolvidos. O que se extrai desta verdade colocado como produção no discurso universitário neste cenário? A permanência dos países devedores nesse lugar do outro, tomados como objeto *a* e observados como periféricos no sentido de preservar o prestígio e soberania do Estado hegemônico. Isso reforça que as instituições ou países credores mostram ao outro que as diretrizes de desenvolvimento se dão somente por sua perspectiva oferecida, encobrindo

o S1, ou seja, o significante mestre que capacitaria a produzir outras possibilidades como a autonomia. Assim, temos a seguinte fórmula da securitização no discurso do universitário:

Figura 22 – O universitário como securitizador



Fonte: autoria própria, 2019.

Um outro cenário que exemplifica alguns movimentos de securitização sob a tutela do discurso universitário foi a tentativa de implementar a “Escola sem Partido” nas instituições brasileiras de ensino. O projeto, então conduzido pelo advogado Miguel Nagib, surgiu em 2004 com intuito de representar pais, estudantes e até professores opostos ao que é denominado de doutrinação ideológica nos espaços escolares. Os ensinamentos de Paulo Freire são duramente criticados por este movimento, visto que na visão filosófica do autor não existe uma neutralidade no campo da educação. Assim, politizar a educação impactaria na formação de militância, sobretudo marxista. Neste sentido, o agente securitizador coloca em evidência que é dotado de conhecimento jurídico e sabe o que ocorre no ambiente educacional brasileiro (S2), denuncia a ocorrência do ensino enviesado (\$), toma os professores e alunos como objeto para que assim consiga impor sua ideologia de uma forma velada (S1).

Observa-se no Discurso Universitário que, no ato de educar, há um que sabe (o professor) e outro que não sabe (o aluno). É um discurso transmissor da bibliografia, do conteúdo, do método, etc. Torna-se escravo da escrita do Outro para dar sentido a sua escrita. Esse discurso funciona como porta-voz de saberes e conhecimentos. É um mito do EU que impera o lugar da Eu-cracia, termo utilizado por Lacan em 1969 para parafrasear a palavra democracia. O discurso universitário goza-se com a alienação. O saber veiculado é só aquele “creditado”, o que recebeu da “etiqueta” universitária a autorização e a credibilidade. É um discurso que serve bem ao discurso do mestre. É por isso que a universidade corre sempre o risco de cair na máxima da “ciência pela ciência”, do “saber pelo saber” e, no final, as pesquisas mostram muito mais eficácia metodológica do que resultado profícuos (ORNELLAS, 2012, p.6).

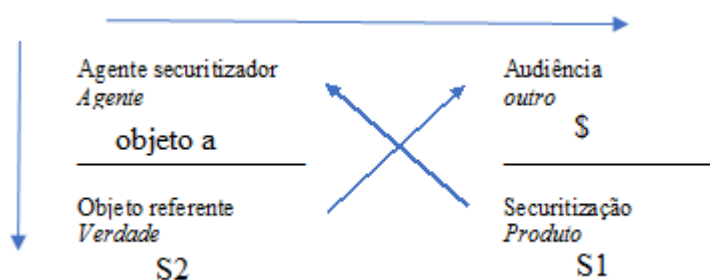
O Papel das Agências de Risco no mercado financeiro opera, majoritariamente, sob a via discursiva do universitário. Tais Agências de *Rating* são instituições especializadas que

funcionam de maneira independente e apresentam como objetivo monitorar o desempenho financeiro de organizações tanto da esfera privada quanto pública. As avaliações realizadas são publicadas por intermédio de um relatório financeiro que classificam as empresas de acordo com uma nota de risco (*rating*). As Agências de Risco com maior credibilidade mercadológica incluem a Moody's, Fitch e a Standars & Poor's que retem aproximadamente 95% no mercado do global em suas operações.

Os critérios técnicos adotados por essas agências compreendem o equilíbrio financeiro de um país e sua capacidade de caixa para pagamentos, a qualidade dos títulos ofertados, a escala de endividamento de curto e longo prazo, o histórico de créditos e calotes, entre outros requisitos. Através de um saber técnico e especializado, as agências ocupam lugar de agente com o elemento S2, tomando o próprio mercado financeiro como objeto *a*, para que se produza as notas de riscos (\$) de instituições promovendo assim uma seleção de quem merece crédito e quem é bom pagador ou não. Nesse sentido, as agências desempenham um aspecto hegemônico sendo suportadas pelo S1, lugar onde reside sua parcialidade, política e que impõe seu modelo técnico para mensurar a qualidade financeira de organizações inseridas em outros contextos.

Quanto ao discurso do analista, qual seria então o papel a ser desempenhado do analista frente a um ambiente habitado por (in)seguranças? Mais ainda, será que a enunciação analítica teria lugar nos espaços de securitização visto que a sociedade apresenta uma resistência em se deparar com sua própria falta? O analista, justamente, fabrica um discurso que recorre à palavra que não se encontra à extensão de todos. Isso implica que sua participação em rodas de debates será, de acordo com Zack (2018, p.13) “a partir de sustentar um dizer e um fazer menos tolo, um dizer e um fazer diferente que tenda a fazer surgir os fios invisíveis com os quais se tenta hipnotizar o sujeito e assim tocar as certezas que costumam se desprender de certo discurso massificante”.

Figura 23 – O analista como securitizador



Desde Freud, sabemos claramente que o que o sujeito encontra no Outro, durante uma análise, não é tanto sua identidade, mas suas identificações, e isso na medida em que ele vai se separando delas. E por que se separa de suas identificações? Porque, precisamente, nenhuma identificação satisfaz à pulsão, ou seja, nenhuma identificação acalma seu ser de gozo (PALOMERA, 2018, p. 1).

O analista não tem nada a securitizar e estabelece a função de provocar um furo em todas as certezas estabelecidas colocando a audiência como lugar de agente fazendo com que ela articule seu próprio saber que não está nem com o outro semelhante, nem com o Grande Outro, tampouco com o analista. Desse modo, o analista participa do campo político a modo de respeitar as singularidades do indivíduo frente aos discursos que prometem um coletivo universalizante. Zack (2018, p. 14) enquanto na posição de analista menciona que “Não há, para nós, nenhuma causa que justifique, ainda que em nome dos maiores ideais, que sejamos operantes em projetos que empurram para a autoritária concepção dos todos iguais. Laurent (1999), enquanto profissional da área, também complementa:

É o que sabe participar com seu dizer silencioso, dizer silencioso distinto do silêncio. O dizer silencioso implica em tomadas de partido ativas, silenciar a dinâmica de grupo que rodeia qualquer organização social. Como se diz, em certo discurso distinto do nosso, “quando três se juntam, o espírito está com eles!” Do ponto de vista analítico, quando se juntam três, a dinâmica de grupo está em marcha, quer dizer, desencadeiam-se determinadas paixões imaginárias (LAURENT, 1999, p. 8-9).

A psicanálise deve viabilizar as intersecções culturais para o surgimento de um espaço simbólico em que as instâncias discursivas produzam novas significações e saberes no sentido da promoção de categorias conceituais que contornem os sintomas sociais. Contornar não significa extinguir o sintoma, e sim estabelecer a possibilidade de observar certos impasses a partir de um outro discurso, do deslocamento da queixa para a posição de um sujeito responsável frente ao impossível. Tal vertente se dirige de encontro com as premissas do liberalismo político que tenta nos convencer que o bem-estar social é uma confluência de decisões individuais que sugere o que é bom para todos. Zack (2018, p.14) complementa que “o conjunto, sempre incompleto, de realizações individuais não alcança a realização do comum. Deste modo, o analista não se posiciona como porta-voz de uma alternativa ideal, e sim por uma via em que o sujeito concorde em se responsabilizar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho teve como objetivo responder à seguinte indagação: dentro do processo de securitização proposto no cenário dos Estudos Críticos de Segurança Internacional, especificamente pela Escola de Copenhague, o que faz a audiência aderir ao discurso do agente securitizador a modo de suprimir, extinguir uma ameaça que é subjetivamente identificada, aplicando intervenções que integram uma política de exceção? Para tanto nossa pesquisa foi dividida em três grandes partes resultando em quatro capítulos. A primeira parte compreende uma revisão de literatura acerca da identidade e sua relação com a segurança, abarcando os dois primeiros capítulos com tais intuitos: (i) localizar os Estudos Críticos de Segurança Internacional e o debate estabelecido com as teorias tradicionalistas; (ii) realizar apontamentos acerca da Escola de Copenhague no que tange seus avanços e limites oferecidos pelo conceito de securitização; (iii) posicionar a identidade como um elemento que nos auxiliasse a melhor compreender a relação entre o agente e a audiência nos movimentos de securitização.

Das breves considerações levantadas na primeira parte, verificamos que os Estudos Críticos de Segurança Internacional buscaram uma alternativa em questionar a figura do Estado, como ator central, e o aporte teórico positivista que define a segurança a partir de termos materiais relativos e que emprega uma concepção objetivista sob a dicotomia ausência/presença de constrangimentos concretos. Nesse sentido, os paradigmas clássicos foram questionados a partir de aspectos subjetivos que sublinham o contexto social, a história e a política como aspectos integrantes dos atos de fala e que participam da percepção individual/coletiva de uma ameaça. Assim, os Estudos Críticos de Segurança partem da tríade de se repensar a segurança por meio das vias emancipatórias, dos lugares que os atores ocupam ao proferir determinados discursos revestidos de poder e conhecimento, e do mapeamento de como certas ameaças são priorizadas na agenda política em detrimento a outros dilemas que são silenciados.

A partir desse cenário, dentro dos apontamentos levantados pela Escola de Copenhague, problematizamos por quais vias a securitização é empregada em determinados contextos. A pergunta que nos captura é: o que faz uma audiência aderir ao discurso do agente securitizador nos movimentos de securitização? De maneira ingênua, poderíamos resolver nossa indagação com a seguinte assertiva: as pessoas acatam o discurso do outro pois, os dois lugares apresentam um mesmo interesse, compartilham dos mesmos valores, possuem identidades semelhantes. Porém, o que nos faz refletir são cenários em que o público é condizente e legítima discursos, no mínimo, contraditórios a determinada identidade que carregam. O que dizer de negros, homossexuais, mulheres que, além de terem eleito o

trigésimo-oitavo presidente, Jair Bolsonaro, legitimam e dão carta branca ao seu comportamento polêmico? Quais são os motivos que levam os países, principalmente subdesenvolvidos, a pedir empréstimos a Estados bem como organizações financeiras que perpetuam a hegemonia e impedem o seu acesso a uma possibilidade de emancipação? Se refletirmos iguais dilemas através do empirismo cartesiano, da causa e da consequência, caímos na armadilha de pensar a identidade como algo fixo e categórico. Como seguinte passo, julgamos que o aporte lacaniano de sujeito, identificação e discurso nos forneceu insumos pertinentes diante de tais reflexões. O que a psicanálise, então, através dos textos de Freud e principalmente de Lacan, teve a nos oferecer?

Nesse sentido, a nossa segunda parte ocupou-se em introduzir o leitor no campo da psicanálise, sublinhando a importância da linguagem e seus desdobramentos nos mecanismos de identificação que se materializam discursivamente através dos três registros clínicos (real, simbólico e imaginário). Destarte, o terceiro capítulo apresentou como objetivo: (i) levantar uma breve introdução concernente ao surgimento do inconsciente e os conceitos de Sigmund Freud incluindo as duas tópicas freudianas (consciente, pré-consciente e inconsciente/ego, id e superego); (ii) traçar a releitura de Lacan a partir dos textos freudianos e externar um conceito chave para nossa pesquisa de que o inconsciente é estruturado como linguagem; (iii) frisar que o inconsciente é o discurso do Outro, o que possibilita uma discussão de sua aplicação no campo de Relações Internacionais; (iv) expor a diferença entre o indivíduo empírico, que é mestre de si, que possui uma identidade em um *locus* relativamente fixo e o sujeito do inconsciente, nunca livre, racional e que é constituído pelos efeitos dos significantes; (v) articular a subjetividade e o campo do político engendrados pelas vias do desejo.

Diante de tais considerações, a psicanálise nos advertiu a não lidar com a linguagem de maneira tão ingênua. Não somos senhores da nossa casa, como sugeria Freud. O sujeito, por ter sido posto no mundo simbólico pelo Outro, é um sujeito que fala e é falado nas narrativas do cotidiano, nos relatos da sua queixa, do seu sintoma, do seu desejo e de seus prazeres. Temos a falsa impressão de que quando endereçamos um gesto, uma mensagem ao outro, conduzimos por uma via puramente racionalista, objetiva e temos o poder de controlar os sentidos. Lacan (1966) nos lembra, bem como outros pensadores, que a linguagem é parte da natureza humana, logo, é através dela que o ser humano se constitui enquanto sujeito. É importante frisar que o sujeito não sabe que é assujeitado, ou seja, ele é interpelado pela história, pelo desejo e discurso do Outro. Também, devemos ressaltar que nem tudo é linguagem, o que nos acometeria a cair numa armadilha reducionista. Lacan (2005) os aponta o registro do Real, que está fora do

circuito da linguagem, impossível de ser simbolizado, mas que acarreta efeitos no discurso e no sujeito.

Ainda no terceiro capítulo, discorremos da importância dos aspectos emocionais, como o desejo, a ser uma ferramenta que nos auxilia a observar o poder dos discursos políticos. Especificamente, para as questões de segurança internacional, o desejo é pontuado a partir da “necessidade” de se preservar uma identidade que seja estável e segura. Desse modo, as coletividades se identificam com um algum traço, objeto, discurso em que os oferece um sentimento de estabilidade. De forma imaginária, reafirmar constantemente a nossa identidade é uma estratégia perspicaz para dizer quem somos, qual o nosso papel na sociedade, fatos esses que constituem um sentido para a vida. Para Lacan (2003), não há identidade, o sujeito não possui um *self*, considerando que nos encontramos em um processo contínuo, e de maneira insistente, buscamos tamponar a falta através de um significante que poderia nos representar. Nos identificamos ao outro, por acreditar que ele tem algo a nos oferecer.

Por último, nossa terceira parte com quarto capítulo foi o momento em que trouxemos a psicanálise para o campo da securitização e suas possíveis de articulação com o campo de segurança. Nesse sentido, traçamos as seguintes discussões: (i) das formas de identificação (simbólica, imaginária, fantasística) do sujeito em detrimento ao Grande Outro, ao outro seu semelhante e o traço unário; (ii) avançar o debate teórico sobre a forma material que os mecanismos identificação incorpora nos discursos; (iii) expor os quatro tipos de discursos formulados por Lacan e (iv) atrelar os lugares discursivos (agente, outro, produto, verdade) e seus elementos (S1, S2, objeto *a*, \$) com as unidades que participam de um aval para intervenção securitária sob a política de exceção, respectivamente, o agente securitizador, a audiência, a securitização e o objeto referente.

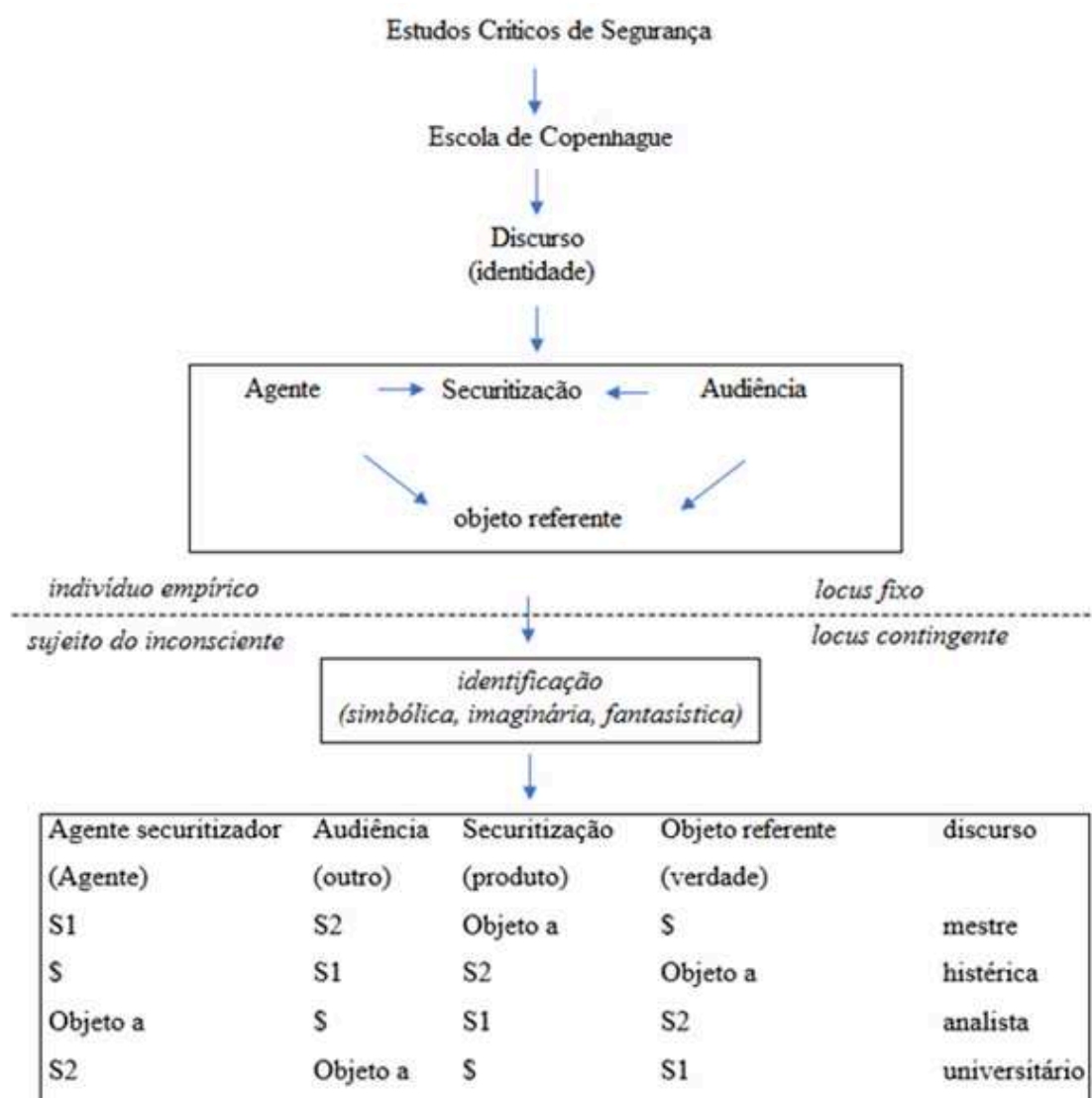
É válido pontuar que os atos políticos, sejam eles formação de alianças, gerenciamento de tomada de decisões, mecanismos ofensivos e defensivos ou organização de agendas residem no campo discursivo. Em qualquer tipo de discurso de qualquer fenômeno político, sendo ele securitizador ou não, haverá a disposição dos espaços de enunciação e seus elementos. O que caracteriza o discurso integrante da securitização é a forma com a qual tal anúncio chega a audiência e como são sustentadas as enunciações para que algo seja eleito como ameaça. Logo, é sempre através da manipulação de algum elemento por aquele que ocupa S1 em relação como a audiência percebe tal objeto exposto. Sendo assim, há situações em que o S1 não consegue securitizar elementos devido a sua falha de persuasão ou simplesmente pelo motivo da audiência não compactuar ou revelar algum traço de identificação discursiva. Dessa

maneira, a securitização se materializa quando a audiência aceita o jogo que o S1 oferece, sempre em troca de algo que se sustenta pela identificação.

Segundo Lacan (2003), pelo fato do sujeito não possuir uma identidade, ele estará sempre em um processo de identificação na tentativa de que alguém lhe irá oferecer algo que o complete e estruture por completo. Isso exemplifica a maneira como muitos teóricos de Relações Internacionais classificam o conceito de identidade como uma categoria empírica que leva a julgar concepções sobre determinados grupos, culturas e comunidades como se fosse um olhar estrangeiro sobre o Outro. Com maior ou menos evidência, através do tempo e suas escolhas, o indivíduo empírico muda, pois, no sujeito do inconsciente reside um vazio de representatividade em que ele está a todo momento procurando algum significante que o represente.

Através da diagramação dos elementos e lugares discursivos, a contribuição lacaniana nos é precisa, justamente, por exemplificar como as tensões entre segurança e insegurança são negociadas em um contexto que é histórico, ideológico e político. Dependendo do rearranjo dos lugares em que o agente securitizador e a audiência ocupam, podemos observar certas securitizações ocorrem de maneira a velar sua ideologia, sua vontade de poder, sua posição hegemônica. A figura 24, na próxima página, exemplifica de maneira sucinta o objetivo proposto neste trabalho. Além disso, nos mostra exatamente o percurso que traçamos desde o levantamento referencial da ocorrência da securitização, acompanhada do agente, da audiência, do objeto referente entremeados pelo discurso, instância que abriga a identidade majoritariamente fixa compartilhada por indivíduos empíricos. A partir da linha pontilhada, a identidade é deslocada pela identificação abrindo uma nova dimensão e perspectiva em que os elementos da securitização operam.

Figura 24 Panorama da identidade à identificação



Fonte: Autoria própria, 2019

Mencionamos que dentro do discurso do mestre, o agente se posiciona com uma identidade completa, como o salvador da pátria e que através de seus discursos universalizantes, opressores, manipula significantes com o objetivo de distrair a audiência da divisão, da falha, do não-saber. No espectro discursivo do universitário, apontamos como certas agências, instituições e figuras do Estado se apossam de um saber para exercer controle da audiência como objeto *a*, de forma que o espectro público sempre ocupe este recinto. O objeto *a*, no lugar do outro, possibilita a manutenção hegemônica impedindo vias de emancipação. Já o discurso histórico pode ser observado nas sociedades que clamam por ordem, soluções de entraves e mudanças. A histórica apresenta um lado interessante: ela pode sustentar tanto esse lado de

suplência e remanescer na queixa, refutando quaisquer significantes que o mestre venha a oferecer. Como também, pode viabilizar caminhos de avanço, pois é através do questionamento ao outro, que ela desestabiliza a certeza do mestre, deslocando dos aportes fixos para a construção de novos saberes. Em suma, os discursos do mestre e do universitário são prevaletentes nos movimentos de securitização devido ao poder de ressoar com a esfera pública. Podemos deduzir que, o discurso histórico ao externar sua divisão e se colocar como sujeito faltante, pode acarretar cenários de instabilidade e de insegurança, condição de pouco impacto ao outro. E quanto ao discurso do analista?

O discurso do analista tem o papel de operar uma prática subversiva, e não revolucionária por justamente provocar um furo nas identificações, nos projetos universais, nos discursos adaptativos e nas promessas de reduzir a coletividade ao *Um*. O analista, ao ocupar o lugar de causa do desejo (objeto *a*) e fazer enlaçamento com o sujeito do inconsciente, ele situa o *S2* no lugar da verdade, isso significa que a verdade nunca poderá ser revelada completamente, apenas de forma fragmentada implicando em um dizer que não finda sentido.

Dentro do processo de securitização, como o analista trabalharia a verdade? Os tomadores de decisão e a opinião pública estariam aptos ao convite no sentido de se responsabilizar diante do impossível da securitização? Sobre a Escola Galesa com sua política emancipatória: operar no lugar do impossível da verdade, não seria uma forma de fazer com o sujeito descubra sua própria maneira de articular novas formas de abordar a (in)segurança? Também não seria uma forma emancipatória o discurso histórico? Como o discurso do analista poderia operar no processo de dessecuritização? Como todo trabalho não tem um fim, deixemos em aberto essas indagações para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

- ABDELAL, R. et al. Identity as a Variable. **Perspectives on Politics**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 695–711, 2006. DOI 10.1017/S1537592706060440.
- ACHARYA, A. **The Quest for Identity**: International Relations of Southeast Asia. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 84.
- ADAMSON, F.; DEMETRIOU, M. Remapping the Boundaries of 'State' and 'National Identity': Incorporating Diasporas into IR Theorizing. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 13, p. 489-526, 2007. DOI 10.1177/1354066107083145.
- ADLER, E. The Spread of Security Communities: Communities of Practice, Self-Restraint, and NATO's Post-Cold War Transformation. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 195–230, 2008. DOI 10.1177/1354066108089241.
- ADLER, E.; BARNETT, M. (ed.). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ADLER, E. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**, [s. l.], n. 47, p. 201-246, 1999. DOI 10.1590/S0102-64451999000200011.
- AGATHANGELOU, A. M.; LING, L. H. M. **Transforming World Politics: From Empire to Multiple Worlds**. Londres: Routledge, 2009.
- ALFINO, M. Another Look at the Derrida-Searle Debate. **Philosophy and Rhetoric**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 143-152, 1991.
- ALKER, H. Emancipation in the Critical Security Studies Project. In: BOOTH, K. (ed.). **Critical Security Studies and World Politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2005. p. 189-213.
- ALKMIM, T. M. Sociolinguística - Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (ed.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALSTON, W. **Illocutionary Acts and Sentence Meaning**. Nova York: Cornell University Press, 2000.
- ANDERSON, B. **Imagined Communities**: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Londres: Verso, 1983.
- ANTENUCCI, I. Security and the City: Post-Colonial Accumulation, Securitization, and Urban Development in Kolkata. In: MITRA, I; SAMADDAR, R; SEN, S. (ed.). **Accumulation in Post-Colonial Capitalism**. Singapore: Springer, 2017.
- ARADAU, C. Security and the democratic scene: desecuritization and emancipation. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 7, n. 4, p. 388–413, 2004. DOI 10.1057/palgrave.jird.1800030.
- ARADAU, C. Limits of security, limits of politics? A response. **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 81–90, 2006. DOI 10.1057/palgrave.jird.1800073.

ARADAU, C.; VAN MUNSTER, R. V. The Securitization of Catastrophic Events: Trauma, Enactment, and Preparedness Exercises. **Alternatives: Global, Local, Political**, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 227–239, 2012. DOI 10.1177/0304375412449787.

ASHER, N.; LASCARIDES, A. **Logics of Conversation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ASKOFARÉ, S. Da subjetividade contemporânea. **A peste**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 165-175, 2009. DOI 10.5546/peste.v1i1.2705.

ASKOFARE, S. Politique, science et psychanalyse. **Revue de Psychanalyse du Champ Lacanien - Psychanalyse et politiques**, [s.l.], n. 2, p. 95-106, 2005.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2. ed. Massachussets: Harvard University Press, 1975.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução e apresentação: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AYOOB, M. **The Third World Security Predicament**: State making, regional conflict, and the International System. Boulder: Lynne Rienner, 1995.

BALDWIN, D. A. Security Studies and the End of the Cold War. **World Politics**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 117-141, 1995. DOI 10.1353/wp.1995.0001.

BALDWIN, D. The Concept of Security. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 23, n. 1, 1997. DOI 10.1017/S0260210597000053.

BALZACQ, T. A theory of securitization: origins, core assumptions, and variants. In: BALZACQ, T (ed.). **Securitization theory: How security problems emerge and dissolve**. Nova York: Routledge, 2011.

BALZACQ, T. The Essence of Securitization: Theory, Ideal Type, and a Sociological Science of Security. **International Relations**, [s. l.], v. 29, n. 1, 2015. DOI 10.1177/0047117814526606b.

BALZACQ, T. Y. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 171–201, 2005. DOI 10.1177/1354066105052960.

BARKAWI, T.; LAFFEY, M. The postcolonial moment in security studies. **Review of International Studies**, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 329-352, 2006. DOI 10.1017/S0260210506007054.

BARNETT, M. N.; FINNEMORE, M. **Rules for the World: International Organizations In Global Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

BARROS, M. **O Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade**. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARTELSON, J. **A Genealogy of Sovereignty**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

BARTIJOTO, J. O desejo e a lei. **Revista Psicanálise e Barroco**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 270- 283, 2014.

BEAUVOIR, S. **La longue marche**. Paris: Gallimard, 1957.

BELINE, R. A variação linguística. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística - Objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

BERENSKOETTER, F. Identity in International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford, Retrieve ed., 2018. DOI 10.1093/acrefore/9780190846626.013.218. Disponível em: <http://internationalstudies.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-218>. Acesso em: 3 jul. 2018.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. L. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality: a Treatise in the Sociology of Knowledge**. Nova York: [s. n.], 1996.

BERMAN, S. Ideas, Norms, and Culture in Political Analysis. **The Journal of Comparative Politics**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 231–250, 2001.

BERMAN, S. Ideational Theorizing in the Social Sciences since “Policy Paradigms, Social Learning, and the State.” **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 217–237, 2013. DOI 10.1111/gove.12008.

BERMAN, S. **The Social Democratic Moment**. Londres: Harvad University Press, 1998.

BIERSTEKER, T; Weber, C. **State Sovereignty as Social Construct**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BIGO, D. A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 173-195, 2013. DOI 10.1590/S0102-85292013000100006.

BIGO, D. Globalized (In)Security: The field and the Ban-Opticon. In: BIGO, D.; TSOUKALA, A. (ed.). **Terror, Insecurity and Liberty: Illeberal practices of liberal regimes after 9/11**. Oxon: Routledge, 2008. p. 10-48.

BIGO, D. Globalized-In-Security: the Field and the Ban-Opticon. In: SAKAI, N.; SOLOMON, J. **Translation, Biopolitics, Colonial Difference**. Honk Kong: University of Hong Kong Press, 2006. p. 109-156.

BILGIN, P. Critical Theory. *In*: WILLIAMS, P. D. (ed.). **Security Studies**: An Introduction. Londres: Routledge, 2008.

BLEIKER, R. Art After 9/11. **Alternatives**, [s. l.], v. 31, n. 1, p. 77-99, 2006. DOI 10.1177/030437540603100104.

BLOOM, W. **Personal Identity, National Identity and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

BLOOMFIELD, L. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism**: Perspective and Method, Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

BONNANT, M. L'identification. *In*: JODEAU, L.; OTTAVI, L. **Les fondamentaux de la psychanalyse lacanienne**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

BOOT, M. The New American Way of War. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 82, n. 4, p. 41-58, 2003. DOI 10.1080/0163660X.2018.1484226.

BOOTH, K. (ed.). **Critical Security Studies and World Politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2005.

BOOTH, K. Security and Emancipation. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 17, n. 4, p. 313-326, 1991.

BOOTH, K. Security and the Self: Reflections of a Fallen Realist. *In*: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M.C. (ed.). **Critical Security Studies**. Londres: Routledge, 1997, p. 83-120.

BOOTH, K. **Theory of world security**, Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BOULDING, K. E. National Images and International Systems. **Journal of Conflict Resolution**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 120-131, 1959. DOI 10.1177/002200275900300204.

BOURBEAU, P. **The Securitization of Migration**: A Study of Movement and Order. Londres: Routledge, 2011.

BRACHER, M. **Lacanian Theory of Discourse**: Subject, Structure, and Society. NYU Press, Nova York, 1994.

BRAUER, J. F. O outro em Lacan: consequências clínicas. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 309-333, 1994.

BROWN, M. *et al.* **America's Strategic Choices**. Londres; The MIT Press, 2001.

BRUBAKER, R. **Nationalism Reframed**: Nationhood and the National Question in the New Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BRUBAKER, R.; COOPER, F. Ma's alla' de 'identidad'. **Apuntes de Investigación**, [s. l.], v. 7, p. 30-67, 2001.

BUTLER, J. **Excitable Speech**: A Politics of the Performative. Londres: Routledge, 1997.

BUZAN, B. **People, states, and fear**: The national security problem in international relations. Brighton: Wheatsheaf Books, 1983.

BUZAN, B. **People, states, and fear**: The national security problem in international relations. 2. ed. Brighton: Wheatsheaf Books, 1991.

BUZAN, B.; HANSEN, L. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: UNESP, 2012.

BUZAN, B.; LITTLE, R.; JONES, C. **The logic of anarchy: neorealism to structural realism**. Nova York: Columbia University Press, 1993.

BUZAN, B.; WÆVER, O.; WILDE, J. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner Pub, 1998.

CALVET, Louis Jean. **Sociolingüística**: uma introdução crítica. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, R. G. Sociolingüística - Parte II. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (ed.). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPBELL, D. **Writing Security**: United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Manchester: Manchester University Press, 1992.

CARVALHO, C. **Para compreender Saussure**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASTRO, J. O INCONSCIENTE COMO LINGUAGEM: DE FREUD A LACAN. **Cadernos de Semiótica Aplicada**, [s.l.], v. 7, n. 1, 2009. DOI 10.21709/casa.v7i1.1773.

CAVELL, S. What Did Derrida Want with Austin?. *In*: CAVELL, S. **Philosophical Passages**: Wittgenstein, Emerson, Austin, Derrida. Oxford: Blackwell, 1995, p. 42-65.

CEDERMAN, L. E. Nationalism and Bounded Integration: What it Would Take to Construct a European Demos. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 139 – 174, 1997. DOI 10.1177/1354066101007002001.

CHANDRA, K. (ed.). **Constructivist Theories of Ethnic Conflict**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

CHANDRA, K. **Why Ethnic Parties Succeed**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CHECKEL, J. T. Norms, institutions, and national identity in contemporary Europe. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 43, p. 83-114, 1999. DOI 10.1111/0020-8833.00112.

CHEMAMA, R. Um sujeito para o objeto. *In*: GOLDENBERG, R. (org.). **Goza!** Capitalismo, globalização, psicanálise. Salvador: Ágalma, 1997.

CHODOROW, N. J. **The Power of Feelings**: Personal Meaning in Psychoanalysis, Gender, and Culture. New Haven: Yale University Press, 1999.

CLAUSEWITZ, C. **On War**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CLERO, J.-P. ; LOTTE, L. Lacan et la politique. Entrevistado: J.-A. Miller. **Cités**, Paris, n. 16, p. 111.

COHEN, E. A Revolution in Warfare. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 75, n. 2, p. 37-55, 1996. DOI 10.2307/20047487.

COLLIER, P.; HOFFLER, A. Greed and Grievance in Civil War. **Oxford Economic Papers**, [s. l.], v. 56, n. 4, p. 563–595, 2004. DOI 10.2307/20047487.

CONNOLLY, W. E. **Identity/Difference: Democratic Negotiations of Political Paradox**. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

COPELAND, D. C. The Constructivist Challenge to Structural Realism: A Review Essay. **International Security**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 187–212, 2002. DOI 10.1162/016228800560499

COSTA, T. **ÉDIPO: Psicanálise passo -a- passo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

COWLES, M. G.; CARPORASO, J.; RISSE, T. (ed.). **Transforming Europe: Europeanization and Domestic Change**. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

CRAWFORD, B.; LIPSCHUTZ, R. Discourses of War: Security and the Case of Yugoslavia. In: WILLIAMS, K.; KRAYSE, M. C. (ed.). **Critical Security Studies**. Londres: Routledge, 1997. p. 149–186.

CRAWFORD, N. C. The Passion of World Politics: Propositions on Emotion and Emotional Relationships. **International Security**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 116-156, 2000. DOI 10.1162/016228800560327.

CULLER, J. Convention and Meaning: Derrida and Austin. **New Literary History**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 15–30, 1981. DOI 10.2307/468640.

DANNREUTHER, R. **International Security: The Contemporary Agenda**. Cambridge: Polity, 2007.

DEBRIX, F. (ed.). **Language, Agency, and Politics in a Constructed World**. Armonk: M. E. Sharpe, 2003.

DER DERIAN, J. 9/11 And Its Consequences for the Discipline. **Zeitschrift Für Internationale Beziehungen**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 89–100, 2004. DOI 10.5771/0946-7165-2004-1-89.

DER DERIAN, J. **Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed and War**. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

DER DERIAN, J. Imaging Terror: Logos, Pathos and Ethos. **Third World Quarterly**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 23–37, 2005. DOI 10.1080/0143659042000322883.

DER DERIAN, J. The value of security: Hobbes, Marx, Nietzsche and Baudrillard. In: LIPSCHUTZ, R. D. (ed.). **On security**. Nova York: Columbia University Press, 1995. p. 24-45.

DERRIDA, J. **Of Grammatology**. Baltimore, MD: Johns Hopkins U. Press, 1976.

DEUTSCH, K. W.; BURRELL, S. A.; KANN, R. A. **Political Community and the North Atlantic Area**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

DIEZ, T. Europe's Others and the Return of Geopolitics. **Cambridge Review of International Affairs**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 319–335, 2004. DOI 10.1080/0955757042000245924.

DITTMER, L.; KIM, S. (ed.) **China's Quest for National Identity**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

DOR, J. **Introdução à leitura de Lacan**: o inconsciente estruturado como linguagem, Porto Alegre: Artmed, 1989.

DOTY, R. L. Desire all the Way Down. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 26, n. 1, 137-139, 2000. DOI 10.1017/S0260210500001376.

DUNKER, C. **The Constitution of psychoanalytic clinic**: a history of its structure and power. London: Karnac, 2010.

DUQUE, M. G. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Contexto int.**, Rio de Janeiro v. 31, n. 3, p. 459-501, 2009. DOI 10.1590/S0102-85292009000300003.

ELIA, L. **O Conceito de Sujeito**. 2. ed. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2007.

ELLINGSEN, T. Colourful Community or Ethnic Witches Brew? Multiethnicity and Domestic Conflict During and After the Cold War. **Journal of Conflict Resolution**, [s. l.], v. 44, n. 2, 228–249, 2000. DOI 10.1177/0022002700044002004.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. Berkeley: University of California Press, 1990.

ENLOE, C. **Nimo's War, Emma's War**: Making Feminist Sense of the War in Iraq. Berkeley: University of California Press, 2010.

EPSTEIN, C. Theorizing Agency in Hobbes's Wake: The Rational Actor, the Self, or the Speaking Subject?. **International Organization**, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 287-316, 2010. DOI 10.1017/S0020818313000039.

EPSTEIN, C. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 327-350, 2014. DOI 10.1177/1354066109350055.

ESTEBAN, J.; MAYORAL, L.; RAY, D. Ethnicity and Conflict: An Empirical Study. **American Economic Review**, [s. l.], v. 102, n. 4, p. 1310–1342, 2012. DOI 10.1257/aer.102.4.1310.

FARRELL, T. Constructivist Security Studies: Portrait of a Research Program. **International Studies Review**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 49–72, 2002. DOI 10.1111/1521-9488.t01-1-00252.

FEARON, J. D.; LAITIN, D. D. Violence and the Social Construction of Ethnic Identity. **International Organization**, [s. l.], v. 54, n. 4, p. 845–877, 2000. DOI 10.1162/002081800551398.

FEARON, J. **What is Identity (as we now use the word)?**. Manuscript. Chicago: University of Chicago, 1997.

FERGUSON, Y. H.; MANSBACH, R. W. **Politics: Authority, Identities, and Change**. Columbia: University of South Carolina Press, 1996.

FERREIRA-LEMOES, P. P. Sujeito na psicanálise: o ato de resposta à ordem social. In: SPINK, M. J. P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (org.). **Psicologia social e pessoalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. p. 89-108.

FIERKE, K. M. Changing Worlds of Security. In: KRAUSE, K; WILLIAMS, M. C. (ed.). **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Londres: UCL Press, 1997. p. 223-254.

FIERKE, K. M. **Political Self-Sacrifice: Agency, Body and Emotion in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. 281 p.

FIERKE, K. M.; JØRGENSEN, K. E. (ed.). **Constructing International Relations: The Next Generation**. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.

FINK, B. **O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FINNEMORE, M. **National Interests and International Society**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FINNEMORE, S.; SIKKINK, K. TAKING STOCK: The Constructivist Research Program. **International Relations and Comparative Politics Annual Review of Political Science**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 391-416, 2001.

FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2010a. 1. v.

FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2010b. 2. v.

FLOYD, R. **Security and the Environment: Securitisation Theory and US Environmental Security Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FLOYD, R. Review of Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics edited by Guzzini, S and Leanderby, A. **International Affairs**, [s. l.], v. 83, n. 1, p. 187-188, 2007. DOI 10.1111/j.1468-2346.2007.00610.x.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FREEDMAN, L. International Security: changing targets. **Foreign Policy**, [s. l.], Special Edition, n. 10, p. 48-63, 1998a. DOI 10.2307/1149276.

FREEDMAN, L. **The Revolution in Strategic Affairs**. Londres: IISS, 1998b.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978. 157 p.

FREGE, G. **Os Fundamentos da Aritmética**. Tradução: Luis Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FREUD, S. **A história do movimento psicanalítico**. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 14. v.

FREUD, S. **A Interpretação das Afasias**: Um Estudo Crítico. São Paulo: Edições 70, 1977.

FREUD, S. **A interpretação dos sonhos**. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. 4 e 5. v.

FREUD, S. Caso 5 - Srta. Elisabeth von R., 1892. *In*: FREUD, S.; BREUER, J. **Estudos sobre a histeria**. Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 161-205.

FREUD, S. **Fragmento da análise de um caso de histeria**. Rio de Janeiro: Imago, 1972. 8. v.

FREUD, S. **O ego e o id**. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1980. 14. v.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FREUD, S. **Psicologia de grupo e análise do ego**. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996. 18. v.

FREUD, S. **Psicopatologia da vida cotidiana**. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1901. 6. v.

FREUD, S. **The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud Volume XIV (1914-1916)**: On the History of the Psycho Analytic Movement, Papers on Metapsychology, and Other Works. Londres: The Hogarth Press, 1917. 14. v.

FREUD, S. **Uma breve descrição da Psicanálise**. Standard brasileira. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1996b, p. 215-234. 19. v.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALTUNG, J. **Peace by Peaceful Means**: peace and conflict, development and civilization. Londres: Sage, 1996.

GENERAL ASSEMBLY. Resolução n. 47/277, de 3 nov. 1950. An Agenda for Peace, de 17 jun. 1992. 1992. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a47-277.htm>. Acesso em: 1 dez. 2018.

GIBBONS, M. (ed.). **Interpreting politics**. Oxford: Blackwell, 1987.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico**: uma crítica positiva das sociologias compreensivas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIDDENS, Anthony, **Sociologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GLEASON, P. Identifying Identity: A Semantic History. **Journal of American History**, [s.l.], v. 6, p. 910–931, 1983. DOI 10.2307/1901196.

GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. Ideas and Foreign Policy: an Analytical Framework. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (ed.). **Ideas and Foreign Policy, Beliefs, Institutions and Political Change**. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

GOULD, H. D. What Is at Stake in the Agent-Structure Debate?. In: KUBÁLKOVÁ, V.; ONUF, N.; KOWERT, P. (org.). **International Relations in a Constructed World**. Nova York: Routledge, 1998.

GREENHILL, B. Recognition and collective identity formation in international politics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 343–368, 2008. DOI 10.1177/1354066108089246.

GRIMSON, A. Culture and Identity: two different notions. **Social Identities**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 63-79, 2010. DOI 10.1080/13504630903465894.

GROVOGUI, S. N. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Order and Institutions**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2006.

GUILLAUME, X. Unveiling the “International”: Process, Identity and Alterity. **Millennium**, [s. l.], v. 35, n. 3, 741–758, 2007. DOI 10.1177/03058298070350030501.

GURR, T. R. **Minorities at Risk**. Washington: United States Institute of Peace Press, 1993a.

GURR, T. R. Why Minorities Rebel: A Global Analysis of Communal Mobilization and Conflict since 1945. **International Political Science Review**, [s. l.], v. 14, p. 161-201, 1993b. DOI 10.1177/019251219301400203.

GUZZINI, S. A Reconstruction of Constructivism in International Relations. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 6, p. 147–182, 2000. DOI 10.1177/1354066100006002001.

GUZZINI, S. **Power, realism, and constructivism**. Publisher: Routledge, 2013.

GUZZINI, S. Securitization as a Causal Mechanism. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 47, n. 5, p. 329-341, 2011. DOI 10.1177/0967010611419000.

HAAS, E. The study of regional integration. **International Organization**, [s. l.], v. 24, n. 4, 1970. DOI 10.1017/S0020818300017495.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, [s. l.], v. 46, n.1, p.1-35, 1992. DOI 10.1017/S0020818300001442.

HALL, R. B. **National Collective Identity: Social Constructs and International Systems**. Nova York: Columbia University Press, 1999.

HANSEN, L. Reconstructing desecuritisation: the normative-political in the Copenhagen School and directions for how to apply it. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 38, n. 3, p. 525-546, 2012. DOI 10.1017/S0260210511000581.

HANSEN, L. **Security as Practice**: Discourse Analysis and the Bosnian War. Londres: Routledge, 2006.

HANSEN, L. The Little Mermaid's Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School. **Millennium**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 285–306, 2000b. DOI 10.1177/03058298000290020501.

HANSEN, L. The little mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen School. **Millennium**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 285–306, 2000a. DOI 10.1177/03058298000290020501.

HANSEN, L. The politics of securitization and the Muhammad cartoon crisis: A post-structuralist perspective. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 42, n. 4–5, p. 357–369, 2011. DOI 10.1177/0967010611418999.

HARVEY, F. P.; BRECHER, M. (ed.). **Critical Perspectives in International Studies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

HASS, E. **When Knowledge Is Power**. Berkeley: University of California Press, 1990.

HAY, C. Constructivist Institutionalism. In: BINDER, S. A.; RHODES, R. A. W.; ROCKMAN, B. A. (ed.). **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Nova York: Oxford University Press, 2008.

HAY, C. Ideas and constructions of interests. In: BÉLAND, D.; COX, R.H. (ed.). **Ideas and Politics in Social Sciences**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HAY, C. Narrating Crisis: The Discursive Construction of the “Winter of Discontent”. **Sociology**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 253–277, 1996. DOI 10.1177/0038038596030002004.

HERRMANN, R.; RISSE, T.; BREWER, M. (ed.) **Transnational Identities**: Becoming European in the EU. Lanham: Rowman and Littlefield, 2004.

HERZ, M. Análise Cognitiva e Política Externa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 75-89, 1994. DOI 10.1590/S0103-21862009000200001.

HETTNE, B. Beyond the ‘new’ regionalism. **New Political Economy**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 543-571, 2005. DOI 10.1080/13563460500344484.

HOBBSBAWM, E.; RANGER, T. (ed.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBBSBAWN, E. **Era dos Extremos**: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HOLBRAAD, M.; PEDERSEN, A. Revolutionary Securitization: an Anthropological Extension of Securitization Theory. **International Theory**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2012. DOI 10.1017/S1752971912000061.

HOLSTI, K. J. National Role Conceptions in the Study of Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 233–309, 1970. DOI 10.2307/3013584.

HOPF, T. **Social construction of foreign policy**: Identities and foreign policies, Moscow, 1955 and 1999. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

HOPF, T. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, [s. l.], v. 23, n. 1, 1998. DOI 10.2307/2539267.

HOWARD, M. Reassurance and Deterrence: Western Defense in the 1980s. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 309–324, 1982. DOI

HUMBOLDT, W. Sobre a natureza da língua em geral. Tradução: Paulo Oliveira. In: HEIDERMAN, W.; WEININGER, M. J. (org.). **Wilhelm von Humboldt**: Linguagem, Literatura, Bildung. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006. p. 2-19.

HUNTINGTON, S. The Erosion of American National Interests. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 76, n. 5, p. 28–49, 1997. DOI 10.2307/20048198.

HUNTINGTON, S. The West: Unique, Not Universal. **Foreign Affairs**, [s. l.], v. 75, n. 6, p. 28–46, 1996. DOI 10.2307/20047828.

HUNTINGTON, S. **Who Are We? The Challenges to America's National Identity**. Nova York: Simon and Schuster, 2004.

HUNTINGTON, S. Why International Primacy Matters. **International Security**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 68-83, 1993. DOI 10.2307/2539022.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 1. v.

HUYSMANS, J. Security! What Do You Mean?: From Concept to Thick Signifier. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 226 – 255, 1998. DOI 10.1177/1354066198004002004.

HUYSMANS, J. **The Politics of Insecurity**: Fear, Migration and Asylum in the EU. Londres: Routledge, 2006.

HUYSMANS, J. What's in an act? On security speech acts and little security nothings. **Security Dialogue**, United Kingdom, v. 42, p. 371-385, 2011. DOI 10.1177/0967010611418713.

IKENBERRY, G. J. Creating Yestarday's New World Order: Keynesian "New Thinking" and the Anglo-American Postwar Settlement. In: GOLDSTEIN, J.; KEOHANE, R. (ed.). **Ideas and Foreign Policy**: Beliefs, Institutions and Political Change. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos e a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **International Relations and the Problem of Difference**. Londres: Routledge, 2004.

JACKSON, P. T.; NEXON, D. H. Relations Before States: Substance, Process, and the Study of World Politics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 291–332, 1999. DOI 10.1177/1354066199005003002.

JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 34-62.

JAMESON, F. **Postmodernism, or, the Cultural Logic of Late Capitalism**. Durham: Duke University Press, 1991.

JEPPERSON, R.; WENDT, A.; KATZENSTEIN, P. K. Norms, Identity, and Culture in National Security. In: KATZENSTEIN, P. (ed.). **The culture of National Security**. Nova York: Columbia University Press, 1996.

JERVIS, R. **Perception and Misperception in International Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1976.

JONES, R. W. **Security, strategy and critical theory**. Colorado: Lynne Rienner Publications, 1999.

JONES, R. W. 'Message in a bottle'? Theory and praxis in critical security studies. **Contemporary Security Policy**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 299-319, 1995. DOI 10.1080/13523269508404119.

KAHL, C. H. Constructing a Separate Peace: Constructivism, Collective Liberal Identity, and Democratic Peace. **Security Studies**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 94–144, 1998. DOI 10.1080/09636419808429376.

KATZENSTEIN, P. J.; KEOHANE, R. O.; KRASNER, S. International Organization and the study of World Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 645-685, 1998. DOI 10.1017/S002081830003558X.

KATZENSTEIN, P. **The Culture of National Security**: Norms and Identity in World Politics. Nova York: Columbia University Press, 1996.

KEARNS, M. Gender, visibility and violence: visual securitization and the 2001 war in Afghanistan. **International Feminist Journal of Politics**, [s. l.], v. 19, n. 4, p. 491-505, 2017. DOI 10.1080/14616742.2017.1371623.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond Borders**: Advocacy Networks in International Politics. [s. l.]: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, R. O. **International Institutions and State Power**: Essays in International Relations Theory. Boulder: Westview Press, 1989. p. 158–179.

KINGDON, J. W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Little, Brown and Company, 1984.

KLABBERS, J. Friedrich Kratochwil. The Status of Law in World Society: Meditations on the Role and Rule of Law. **European Journal of International Law**, [s. l.], v. 25, p. 1195-1199, 2015. DOI 10.1080/23340460.2015.1018708.

KNÖRR, J. **Towards Conceptualizing Creolization and Creoleness**. Halle: Max Planck Institute for Social Anthropology, 2008.

KOWERT, P. National Identity: Inside and Out. *In*: CHAFETZ, G.; SPIRTAS, M.; FRANKEL, B. (ed.). **The Origins of National Interests**. Londres: Frank Cass, 1999. p. 1–34.

KRATOCHWIL, F. Citizenship: On the Border of Order. *In*: LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (eds.). **The return of culture and identity in IR theory**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

KRATOCHWIL, F. Errors have their advantage. **International Organization**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 305-320, 1984. DOI 10.1017/S0020818300026722.

KRATOCHWIL, F. Of false promises and good bets: a plea for a pragmatic approach to theory building (the Tartu lecture). **Journal of International Relations and Development**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 1-15, 2007. DOI 10.1057/palgrave.jird.1800111.

KRATOCHWIL, F. **Rules, Norms and Decisions**: On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KRATOCHWIL, F. **The puzzles of politics**: Inquiries into the genesis and transformation of international relations. Nova York: Routledge, 2011.

KRAUSE, K. Critical Theory and Security Studies: The Research Programme of 'Critical Security Studies'. **Cooperation and Conflict**, [s.l.], v. 33, n. 3, p. 298–333, 1998. DOI 10.1177/0010836798033003004.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. (ed.). **Critical Security Studies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

KUBÁLKOVÁ, V. **Foreign policy, in Foreign Policy in a Constructed World**. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.

KUBÁLKOVÁ, V. **International Relations in a Constructed World**. Nova York: Routledge, 2015.

LABOV, W. **Padrões sociolingüísticos**. Tradução: M. Bagno, M. M. P. Scherre e C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LACAN, J. **Le séminaire livre XX**: encore. Paris: Seuil, 1975.

LACAN, J. **A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud (1957)**. Escritos. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

LACAN, J. **Autres écrits**. Paris: Seuil, 2001.

LACAN, J. **Du discours psychanalytique**.. Milão: La Salamandra, 1978.

LACAN, J. **O estádio do espelho como formador da função do eu**. Escritos. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

- LACAN, J. **O Seminário livro 1:** Os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LACAN, J. **O Seminário Livro 3:** as psicoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 16:** de um Outro ao outro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 17:** o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LACAN, J. **O seminário, Livro 2:** O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985a.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 20:** mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985b.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 5:** as formações do inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Coleção Campo Freudiano no Brasil.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 6:** O desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2016.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 9:** a identificação. Recife: Centro de Estudos Freudianos, 2003.
- LACAN, J. **O Simbólico, o Imaginário e o Real (1953).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LACAN, J. **Os complexos familiares na formação do indivíduo:** ensaio de análise de uma função em psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LACAN, J. **Subversão do sujeito e a dialética do desejo no inconsciente freudiano.** Escritos. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LACAN, J. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In:* LACAN, J. **Escritos.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1998. p. 807-842.
- LACAN, J. **Televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 10:** A Angustia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy:** Towards a Radical Democratic Politics. [s.l.: s.n.], 1985.
- LAITIN, D. **Identity in Formation:** The Russian-speaking Populations in the Near Abroad. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- LAPID, Y. Identities, Borders, Orders: Nudging International Relations Theory in a New Direction. *In:* ALBERT, M.; JACOBSON, D.; LAPID, Y. (ed.). **Identities, Borders, Orders.** Minneapolis. Minnesota: University of Minnesota Press, 2001. p. 1–20.
- LASSWELL, H. D. **Politics:** Who Gets What, When and How. Nova York: McGraw-Hill, 1936.

LAURENT, E. O analista cidadão. **Revista Curinga - Psicanálise e Saúde Mental**, [s.l.], n. 13, p. 7-13. 1999.

LE GAUFEY, G. **L'incomplétude du symbolique**: De René Descartes a Jacques Lacan. Paris: EPEL, 1996.

LEBOW, R. N. **A Cultural Theory of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

LEBOW, R. N. **National Identities and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press. 2016. 270 p.

LEBOW, R. N. **The Politics and Ethics of Identity**: In Search of Ourselves. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

LÉONARD, S.; KAUNERT, C. Reconceptualizing the audience in securitization theory. *In*: BALZACQ, T. (org). **Securitization Theory**: How security problems emerge and dissolve. Nova York: Routledge, 2011. p. 58-76.

LEVINE, R. Deterrence and the ABM: retreading the old calculus. **World Policy Journal**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 23-31, 2001. DOI 10.1215/07402775-2001-4012.

LINGER, D. Identity in A Companion to Psychological Anthropology. *In*: CASEY, B.; EDGERTON, R. **A Companion to Psychological Anthropology**: Modernity and Psychocultural Change. Malden: Blackwell Publishing, 2005, p. 186-200.

LONGO, L. **Linguagem e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1977.

LUTZ, C. A. **Unnatural Emotions**: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística**: uma introdução. São Paulo: LTC, 1989.

MACKENZIE, M. Securitization and Desecuritization: Female Soldiers and the Reconstruction of Women in Post-Conflict Sierra Leone. **Security Studies**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 241-261, 2009. DOI 10.1080/09636410902900061.

MALINOWSKI, B. **Sex and Repression in Savage Society**. Nova York: Meridian Books, 1955.

MALISKA, M. E. DA CONDENSAÇÃO FREUDIANA AO FORÇAGE/CHIFFONAGE LACANIANO: O TRANSBORDAMENTO DA METÁFORA NA TEORIA PSICANALÍTICA. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, [s.l.], n. 33, jan-jun 2014

MARCONDES, D. **A Pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MARCONDES, D. Duas concepções de análise no desenvolvimento da filosofia analítica. *In*: M. CARVALHO (org.). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1989. p. 11-39.

MATTERN, J. B. **Ordering International Politics: Identity, Crisis, and Representational Force**. Londres: Routledge, 2005.

MCDONALD, M. Securitization and the construction of security. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 563-587, 2008. DOI 10.1177/1354066108097553.

MCSWEENEY, B. **Security, Identity and Interests: A Sociology of International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MCSWEENEY, B. Identity and Security: Buzan and the Copenhagen School. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 81-93, 1996. DOI 10.1017/S0260210500118467.

MEAD, G. H. Mind, Self, and Society. In: MORRIS, C. W.; HUEBNER, D. R.; JOAS, H. (ed.). **George Hebert Mead: Mind, Self, and Society**. Chicago: University of Chicago, 1934.

MEAD, G. H.; CHARLES, W. M. **Mind, Self & Society from the Standpoint of a Social Behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

MEAD, M. **Coming of Age in Samoa: A Psychological Study of Primitive Youth for Western Civilization**. Nova York: Dell, 1961.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: Norton, 2001.

MERCER, J. Anarchy and Identity. **International Organization**, [s.l.], v. 49, n. 2, p. 229-52, 1995. DOI 10.1017/S0020818300028381.

MERLINGEN, M.; OSTRAUSKAITE, R. Power/Knowledge in International Peacebuilding: The Case of the EU Police Mission in Bosnia. **Alternatives: Global, Local, Political**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 297-323, 2005. DOI 10.1177/030437540503000303.

MICHELANGELO Antonioni. Intérprete e compositor: Caetano Veloso. In: NOITES do Norte. Intérprete: Caetano Veloso. [s.l.]: Universal, 2000. 1 CD, faixa 6.

MILLIKEN, J. Discourse Study: Bringing Rigor to Critical Theory. In: FIERKE, K.; JORGENSEN, K. E. **Constructing International Relations: The Next Generation**. Nova York: M. E. Sharpe, 2001.

MITZEN, J. Ontological Security in World Politics: State Identity and the Security Dilemma. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 341-370, 2006. DOI 10.1177/1354066106067346.

MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**. 5. ed. Nova York: Alfred A. Knopf, 1948. p. 4-15.

MOTTA, B. **Securitização e política de exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. 2014. 125 f. Dissertação (mestrado) - UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, 2014.

MOUFFE, C. **The Return of the Political**. London: Verso, 1993.

MOURITZEN, H. **A Fallacy of IR Theory: Reflections on a Collective Repression.** Unpublished manuscript. Copenhagen: Centre for Peace and Conflict Research, 1995.

MOURITZEN, H.; WALTZ, K. A Critical Rationalist Between International Politics and Foreign Policy. *In*: I NEUMANN, B. E; WÆVER, O. (ed). **The Future of International Relations: Masters in the Making.** Londres: Routledge, 1997. p. 66-99.

MULLER, J.; RICHARDSON, W. **Lacan and language: a reader's guide to écrits.** Nova York: International Universities Press, 1982.

NASIO, J. D. **Introdução a Topologia de Lacan.** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NASIO, J. D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

NASIO, J. D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise.** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NASIO, J. D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1995.

NEUFELD, M. Interpretation and the "Science" of International Relations. **Review of International Studies**, [s.l.], n. 19, p. 39-61, 1993. DOI 10.1017/S0260210500117334.

NEVES, B. R. C.; VORCARO, A. M. R. Breve discussão sobre o traço unário e o objeto a na constituição subjetiva. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 278-290, 2011. DOI 10.5752/P.1678-9563.2011v17n2p278.

NYE, J. S. **Paradoxo do Poder Americano.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ODYSSEOS, L. **The Subject of Coexistence: Otherness in International Relations.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

OGILVIE, B. **Lacan: a formação do conceito de sujeito (1932-1949).** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1991.

OLIVIERI, F. A aletosfera, lugar de objetos agalmáticos. *In*: JORGE, M. A. C.; RINALDI, D. (org.). **Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário.** Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002. p. 71-76. Livro 17 de Jacques Lacan.

ONU, N. Constructivism: A User's Manual. *In*: KUBLÁKOVA, V.; ONU, N.; KOWERT, P. (ed.). **International Relations in a Constructed World.** Armonk: M. E. Sharpe, 1998. p. 58-78.

ONU, N. Parsing Personal Identity: Self, Other, Agent. *In*: DEBRIX, F. (ed.). **Language, Agency and Politics in a Constructed World.** Armonk: M.E. Sharpe, 2003. p. 26-49.

ONU, N. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 9. ed. Campinas: Pontes, 2010.

ORNELLAS, M. L. S. S1, S2, a, \$: números e letras em 4 discursos. In: VOLTOLINI, R. (org.). **RETRATOS DO MAL - ESTAR CONTEMPORANEO NA EDUCAÇÃO**. Escuta: São Paulo, 2012.

OWENS, P. Accidents don't just happen: the liberal politics of High-Technology "Humanitarian War". **Millennium**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 595-616, 2003. DOI 10.1177/03058298030320031101.

PACHECO, A. L. P. O dote que o saber paga ao gozo (la jouissance) no casamento fictício com a verdade. **Textura - Revista de Psicanálise**, [s.l.], n. 7, p. 9-12, 2008. DOI 10.1590/1809-44142017002008.

PALOMERA, V. Identidade nacional e identidade-sinthoma. **Opção Lacaniana online nova série**, [s.l.], n. 25/26, 2018.

PAOLINI, A. J. **Navigating Modernity: Postcolonialism, Identity and International Relations**. Londres: Lynne Rienner, 1999.

PAYNE, K. The Case for National Missile Defense. **Orbis**, [s.l.], v. 44, n. 2, p. 187-196, 2000. DOI

PÊCHEUX, M. Metáfora e interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2012. p.151-161.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

PORGE, E. **Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PORTER, G.; BROWN, J. W. **Global Environmental Politics**. Boulder: Westview Press, 1991.

POSEN, B. The Security Dilemma and Ethnic Conflict. **Survival**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 27-47, 1993. DOI 10.1080/00396339308442672.

QUINET, A. **Lacan's Clinical Technique: Lack(a)anian Analysis**. Nova Iorque, Routledge, 2018.

QUINET, Ao. **Psicose e laço social: esquizofrenia, paranóia e melancolia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

REESE-SCHAEFER, W. (ed.) **Identität und Interesse: Der Diskurs der Identitätsforschung**. Opladen: Leske & Budrich, 1999.

RESENDE, E. S. A. **A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

RESENDE, E. S. A. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas de política externa norte-americana**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REUS-SMIT, C. **The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity and Institutional Rationality in International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1997.

RINALDI, D. O traço como marca do sujeito. **Estud. psicanal.**, Belo Horizonte, n. 31, p. 60-64, 2008.

RINGMAR, E. **Identity, Interests and Action: A Cultural Explanation of Sweden's Intervention in the Thirty Years War**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

RISSE-KAPPEN, T. Collective Identity in a Democratic Community: The Case of NATO. In KATZENSTEIN, P. J. (ed.). **The Culture of National Security**. Nova York: Columbia University Press, 1996. p. 357–399.

RISSE-KAPPEN, T. Democratic Peace – Warlike Democracies? A Social Constructivist Interpretation of the Liberal Argument. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 491–517, 1995. DOI 10.1177/1354066195001004005.

ROCHA, R. M. A. O histórico da segurança humana e o (des)encontro das agendas de desenvolvimento e segurança. **Carta Internacional**, [s. l.], v. 12, p. 104, 2017.

ROSA, M. D. A psicanálise frente a questão da identidade. **Psicologia e Sociedade**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 120-127, 1998. DOI

ROSS, A.G. Coming in from the Cold: Constructivism and Emotions. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 197–222, 2006. DOI 10.1177/1354066106064507.

ROUDINESCO, E. **A Parte Obscura de Nós Mesmos: uma história dos perversos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

ROUDINESCO, E. **Histoire de La psychanalyse en France Tome II**. Paris: Fayard, 1994.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

RUANE, J.; TODD, J. The Roots of Intense Ethnic Conflict May Not in Fact be Ethnic: Categories, Communities and Path Dependence. **European Journal of Sociology**, [s. l.], v. 45, n. 2, p. 1–22, 2004. DOI 10.1017/S0003975604001432.

RUDZIT, G. O debate teórico em segurança internacional. Mudanças frente ao terrorismo?. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 297-323, 2005. DOI 10.15448/1984-7289.2005.2.5.

RUGGIE, J. G. Territoriality and Beyond: Problematizing Modernity in International Relations. **International Organization**, [s.l.], v. 47, n. 1, p. 139-174. 1993. DOI 10.1017/S0020818300004732.

RUGGIE, J. G. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the Social Constructivist Challenge. **International Organization**, [s. l.], v. 52, n. 4. p. 855-885, 1998. DOI 10.1162/002081898550770.

RUMELILI, B. Constructing Identity and Relating to Difference: Understanding the EU's Mode of Differentiation. **Review of International Studies**, [s. l.], n. 30, p. 27–47, 2004. DOI 10.1017/S0260210504005819.

RUSSELL, B. **Ensaio Escolhidos**: Seleção de textos de Hugh Matthew Lacey. Tradução: Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SAID, E. W. **Orientalism**. Nova York: Vintage, 1979.

SALTER, B. M. When Securitization Fails: The Hard Case of Counter-Terrorism Programs. In: BALZACQ, T. (ed.) **Securitization Theory**: How Security Problems Emerge and Dissolve. Londres: Routledge, 2011.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1990.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHMIDT, V. A. Speaking to the Markets or to the People? A Discursive Institutional Analysis of the EU's Sovereign Debt Crisis. **The British Journal of Politics & International Relations**, [s. l.], v. 16, n. 1, p.188–209, 2014. DOI 10.1111/1467-856X.12023.

SCHMIDT, V.A. Taking Ideas and Discourse Seriously: Explaining Change Through Discursive Institutionalism as the Fourth “New Institutionalism”. **European Political Science Review**, [s. l.], v. 2, n. 1, p.1–25, 2010. DOI 10.1017/S175577390999021X.

SCHNEIDER, D. **American kinship**: a cultural account. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

SEARLE, J. Prospects for the social sciences. In: SEARLE, J. **Minds, Brains, and Science**. Londres: Penguin, 1984. p. 71-85.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos da fala. Tradução: Ana Cecília G. A. de Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 294 p.

SHEPHERD, L. **Gender, violence and security**: Discourse as practice. Londres: Zed Books, 2008.

SHINODA, H. The Concept of Human Security: Historical and Theoretical Implications. In: SHINODA, H.; JEONG, W. H. (ed.). **Conflict and Human Security**: A Search for New Approaches of Peace-building. n .19, 2004. p. 5-22.

SMITH, B. Toward a history of speech act theory. In: BURKHARDT, A. (ed.). **Speech Acts, Meaning and Intentions**: Critical Approaches to the Philosophy of John Searle. Berlin: Walter de Gruyter, 1990. p. 29–61.

SMITH, R. **The Utility of Force**: The Art of War in the Modern World. Londres: Allen Lane, 2005.

SMITH, S. Wendt's world', Forum on 'Social Theory of International Politics. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 26, p. 151–163, 2000.

SOLOMON, T. **The Politics of Subjectivity in American Foreign Policy Discourses**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2015.

SPROUT, H.; SPROUT, M. Environmental factors in the study of international politics. **Journal of Conflict Resolution**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 309-328, 1957. DOI 10.1177/002200275700100401.

STAVRAKAKIS, Y. **Lacan and the Political**. Londres: Routledge, 1999.

STEELE, B. J. Ontological Security and the Power of Self-identity: British Neutrality and the American Civil War. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 31, p. 519–540, 2005. DOI 10.1017/S0260210505006613.

STRITZEL, H.A. Securitization Theory Post-Copenhagen School. In: STRITZEL, H. A. Security in Translation: New Security Challenges Series. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

STRITZEL, H. Security, the translation. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 42, n. 4–5, p. 343–356, 2011. DOI 10.1177/0967010611418998.

STRITZEL, H. Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 357-383, 2007. DOI 10.1177/1354066107080128.

TANNO, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n.1, p. 47-80, 2003. DOI 10.1590/S0102-85292003000100002.

TAURECK, R. Securitisation Theory and Securitisation Studies. **Journal of International Relations and Development**, [s.l.], v. 9, p. 53-61, 2006. DOI 10.1057/palgrave.jird.1800072.

THEILER, T. Societal Security and Social Psychology. **Review of International Studies**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 249–268, 2003. DOI 10.1017/S0260210503002493.

VALENÇA, M. M. **Novas Guerras, Estudos para a Paz e Escola de Copenhague**: uma contribuição para o resgate da violência pela Segurança. 2010. 327p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VANHANEN, T. Domestic Ethnic Conflict and Ethnic Nepotism: A Comparative Analysis. **Journal of Peace Research**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 55–73, 1999. DOI 10.1177/0022343399036001004.

VANIER, A. **Lacan**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

VILA, Pablo. **Crossing borders, reinforcing borders**: Social Categories and Narrative Identities on the U.S.-Mexico Frontier. Austin: University of Texas Press, 2000.

VUORI, J. A. Illocutionary logic and strands of securitisation - Applying the theory of securitisation to the study of non-democratic political orders. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 65-99, 2008. DOI 10.1177/1354066107087767.

WÆVER, O. Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New Schools in Security Theory and their Origins between Core and Periphery. **International Studies Association Conference**, Montreal, p. 17-20, 2004.

WÆVER, O. et al. **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Londres: Pinter, 1993.

WÆVER, O. Insecurity, Security and Asecurity in the West European Non-war Community. In: ADLER, E.; BARNETT, M. (ed.). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 69–118.

WÆVER, O. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. D. (ed.). **On Security**. Nova York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALKER, R. B. J. The Subject of Security. In: KRAUSE, Keith; WILLIAMS, M. C (ed.). **Critical Security Studies: Concepts and Cases**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WALTZ, K. N. Globalization and Governance. **PS: Political Science & Politics**, [s. l.], v. 32, n. 4, 1999. DOI 10.2307/420158.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, C. IR: The Resurrection: Or New Frontiers of Incorporation. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 435 – 450, 1995. DOI 10.1177/1354066199005004002.

WEIGERT, A. J. Identity: Its Emergence within Sociological Psychology. **Symbolic Interaction**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 183–206, 1983. DOI 10.1017/CBO9780511720215.002.

WELDES, J. **Constructing National Interests: The United States and the Cuban Missile Crisis**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

WENDT, A. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics. **International Organization**, [s. l.], v. 46, p. 391–425, 1992. DOI 10.1017/S0020818300027764.

WENDT, A. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, [s. l.], v. 88, n. 2, p. 384–396, 1994. DOI 10.2307/2944711.

WENDT, A. Constructing International Politics. **International Security**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 71–81, 1995. DOI 10.2307/2539217,

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WENDT, A. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

WENDT, A. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory. **International Organization**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987. DOI: 10.1017/S002081830002751X.

WILKINSON, C. The limits of spoken words: from meta-narratives to experiences of security. In BALZACQ, T. (ed.). **Securitization theory**: how security problems emerge and dissolve. Abingdon: Routledge, 2010. p. 94-115.

WILLIAMS, M. C. The continuing evolution of securitization theory. In: BALZACQ, T. (ed.). **Securitization Theory**: How Security Problems Emerge and Dissolve. Londres: Routledge, p. 212–222, 2011.

WILLIAMS, M. C. Words, images, enemies: Securitization in international politics. **International Studies Quarterly**, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 511–531, 2003. DOI 10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x.

WILLIAMS, P. **Security Studies**. Nova York: Routledge, 2008.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni, São Paulo: Ed. Nova Cultural, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Tradução: G.E.M Anscombe. Grã Bretanha: Blackwell, 1953.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus** (TLP). Tradução: C. K. Ogden. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1922.

WODAK, R. et al. **The Discursive Construction of National Identity**. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.

WOHLFORTH, W. The Stability of a Unipolar World. **International Security**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 5-41, 1999. DOI 10.1162/016228899560031.

YERGIN, D. **Shattered Peace**: The Origins of the Cold War and the National Security State. Boston: Houghton Mifflin, 1978.

ZACK, O. A Psicanálise e a Política: Éticas Divergentes. **Lacan XXI**, [s.l.], v 1, 2018.

ZEHFUSS, M. Constructivism and identity: A dangerous liaison. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 315-348, 2001. DOI 10.1177/1354066101007003002.

ZEHFUSS, M. Targeting: Precision and the production of ethics. **European Journal of International Relations**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 543-566, 2011. DOI 10.1177/1354066110373559.

ZEHFUSS, M. Writing war, against good conscience. **Millennium – Journal of International Studies**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 91-121, 2004. DOI 10.1177/03058298040330010401.

ZEHFUSS, M. **Constructivism in International Relations**: The Politics of Reality. Cambridge University Press, 2002.

ZEHFUSS, M.; EDKINS, J. (ed.). **Global Politics: A New Introduction**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2014.

ŽIŽEK, S. **Cogito and the Unconsciousness**. Durham, NC: Duke University Press, 1998.

ŽIŽEK, S. Contra os direitos humanos. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n 1, 2010. DOI 10.5433/2176-6665.2010v15n1p11.

ŽIŽEK, S. **How to Read Lacan**. London: W. W. Norton & Company, 2007.

ŽIŽEK, S. **The Metastases of Enjoyment: Six Essays on Women and Causality**. London: Verso, 1994.

ŽIŽEK, S. **The Plague of Fantasies**. London: Verso, 1997.

ŽIŽEK, S. **The Ticklish Subject: the Absent Centre of Political Ontology**. London: Verso, 2000.